



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**



**ELOISA GALDINO**

**MULHER E DELEGADA:  
GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER EM PROCESSOS  
ELEITORAIS SERGIPANOS**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
Novembro-2023**

**ELOISA GALDINO**

**MULHER E DELEGADA:  
GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER EM PROCESSOS  
ELEITORAIS SERGIPANOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe-UFS para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Malta.

**SÃO CRISTÓVÃO – SE  
Novembro-2023**



## AGRADECIMENTOS

No comecinho da minha vida universitária, lembro de ter feito a disciplina Antropologia I e ela ter sido marcante, em muitos sentidos, sobretudo pelo contato com o relativismo cultural. Considerei aquilo revolucionário: olhar cada cultura a partir de seus próprios códigos internos, e não julgar. Depois, num texto sobre o ciclo do vestibular como rito de passagem, me identifiquei na hora. Algo estava a me dizer: a Eloisa que atravessou o portal de ingresso na UFS jamais sairia a mesma, não mesmo. Minha colação de grau foi um momento especial da vida, celebrei muito, entendendo o significado de ser a primeira pessoa das famílias materna e paterna a chegar numa universidade.

Sendo assim, meu primeiro agradecimento vai para todas e todos que fazem a instituição Universidade Federal de Sergipe, um lugar que funcionou como uma segunda casa para mim, porque sou de um período no qual três turnos era pouco tempo no Campus de São Cristóvão. E me orgulho de ter feito de tudo na vida universitária, para além de estudar: movimento estudantil, monitoria, pesquisa, festas, calouradas, greves, assembléias e festivais. Obrigada, comunidade universitária. Defender o ensino público, inclusivo, com qualidade e verbas dignas para a pesquisa acadêmica é uma causa que eu trouxe para a vida e seguirei com ela.

Depois da graduação, continuei por aqui como professora substituta da Comunicação Social, uma das mais ricas experiências da vida. Na fase atual, voltar à UFS depois de tantos anos, agora para uma pós-graduação, foi como uma reconexão, um exercício nostálgico permanente, flashes e mais flashes. Sorrisos silenciosos e reflexivos. Por que não fiquei aqui? Volta e meia a mente trazia essa interrogação, mas logo vinha a resposta: porque a vida seguiu seu fluxo, e pra cada escolha que a gente faz, algo acaba ficando para trás.

Apesar de uma pandemia que interrompeu o fluxo natural das coisas, nos tirou a vida em sala de aula e as trocas possíveis somente em encontros presenciais, continuei. Apesar da cabeça vacilar e pensar em desistir, prossegui. Então, se aqui apporto é porque ainda é tempo de conhecer e apreciar o conhecimento. E se aqui cheguei, é de ser grata a cada um que veio comigo nessa jornada.

Maria Vitória, minha negra menina, força impulsionadora de caminhos, mensagem da vida, da renovação e da vitória dela. Sim, menininha, eu devo um tanto do meu novo fôlego à você. Obrigada por me reconectar com sonhos adolescentes, esperanças da juventude e desejos de viver numa sociedade mais acolhedora e respeitosa com as mulheres. Será sempre por e com você, meu amor.

Jorge Santana, obrigada por ser apoio, força, incentivo e torcida. Já faz tempo que não acredito em acasos, e penso em nosso encontro como algo para renovar a fé no amor, na vida e na alegria dela. Obrigada por ser você.

Dona Aparecida e *seo* Eloi Galdino, gratidão por todos esses anos posicionados nos lugares mais especiais da torcida por mim.

Marcelo Déda (in memorian), nosso encontro atravessa a minha existência, nunca será diferente. Você acreditou em mim e fez uma proposta que mudou o fluxo todo. Saí da vida acadêmica e quase não retorno, mas cá estou, porque enquanto há vida, é sempre tempo. Daí do plano espiritual, receba meu abraço de gratidão. Por tudo, sempre.

Evandro, Elialdo e Edson Galdino, de certo que eu não seria a mesma pessoa sem as memórias afetivas da nossa infância, adolescência e juventude. Obrigada, queridões.

Professoras e professores do PPGCOM-UFS, obrigada por serem agentes da produção de conhecimento.

Renata Malta, encontro profícuo, leve e revelador. Nossa parceria está cheia de marcas que levarei comigo: primeiro por ter me puxado de volta ao texto acadêmico, um resgate e tanto. Em todas as minhas elucubrações, lá estava a sua mensagem: "referencie, não está adequado"; depois, por sua objetividade ao me fazer olhar adiante: "tá, mas não importa mais, é daqui pra frente agora". Obrigada, querida professora e orientadora. Em breve tomaremos açaí, desta vez com o tempo mais ou menos livre para conversas aleatórias, e nas companhias especiais de Manu e Maria.

Professora Tatiana Aneas, por ser inspiração em várias frentes da vida, pelas trocas no estágio de docência que eu tanto desejei realizar. Obrigada também pela contribuição na banca de qualificação, aquele também um rito de passagem para chegar até aqui.

Professora Rayza Sarmiento, que gentilmente aceitou fazer parte dessa jornada como parte da banca. É preciso dizer que o áudio dos seus apontamentos na qualificação foi um guia importante nessa última etapa da minha vida acadêmica. Muito obrigada.

Danilo Oliveira, uma das pessoas mais eficientes e solidárias com as quais convivi na UFS. Se você não está mais no PPGCOM, é porque lhe perdemos em meio ao sequestro do Brasil no período de 2019 a 2022. Mas pra tudo existe um livramento, sobrevivemos. E eu tô aqui pra deixar registrado meu reconhecimento nestes anais. Obrigada.

Por fim e não menos importante, gratidão pelo encontro com os colegas de curso, trocas ricas e importantes nessa jornada acadêmica.

## RESUMO

Este trabalho objetiva discutir conexões entre gênero e política, especialmente no que concerne à presença de mulheres de centro-direita no cenário político sergipano. O processo eleitoral de 2020 foi marcado por candidaturas de delegadas, duas em especial: uma na condição de candidata a prefeita e outra como vice na chapa adversária. Em 2022, uma foi candidata ao Senado e outra à Câmara Federal, tornando-se, portanto, personagens da vida política sergipana. Partimos da premissa de que suas candidaturas em 2020 foram fruto da onda que elegeu *outsiders* da política no Brasil afora no processo eleitoral de 2018, cenário discutido neste estudo. Como foco central, buscamos, nesta pesquisa, identificar elementos caracterizadores da caminhada política de Danielle Garcia e Katarina Feitoza, considerando os dois papéis sociais de maior relevância comum às duas: a condição de mulher e a de delegada. Nosso esforço busca compreender o principal marcador das suas estratégias de comunicação. A participação delas na cena política sergipana é parte de uma conjuntura nacional e de um fenômeno ligado a uma engrenagem política mais ampla, relacionada, inclusive, ao fato de elas serem agentes de segurança e à crise nas democracias liberais, incluindo sua relação com as disputas em torno do gênero. Em 2020, Katarina foi eleita vice-prefeita, mas ambas estiveram na disputa do segundo turno. No momento em que essa pesquisa se realiza, em 2023, Danielle é secretária estadual de políticas para as mulheres e Katarina está no exercício do seu mandato como deputada federal. Não focamos, no entanto, no resultado eleitoral, na vitória ou na derrota, mas atentamos ao processo comunicacional e ao posicionamento político de nossas personagens nos papéis de mulher e de delegada. Nesse ínterim, emerge a seguinte pergunta de pesquisa: qual a relevância do marcador de gênero para suas estratégias de comunicação eleitoral? Em que medida o papel de delegada é dissonante ou consonante ao de mulher? Com base nesses questionamentos, consideramos relevante analisar o cenário político brasileiro pós-2013, assim como a discussão de gênero presente nesse contexto. Para responder a essas perguntas, propomos uma revisão de literatura que nos permita discutir gênero e pensar o papel dele como parte do processo de desdemocratização, problematizando a participação da mulher na política brasileira. Como trajetória empírica, selecionamos produtos audiovisuais das campanhas, e os exploramos para que fundamentassem a elaboração de roteiros semi-estruturados para entrevistas em profundidade, realizadas com os estrategistas de comunicação das campanhas e com as próprias candidatas. Partimos desse exercício exploratório para subsidiar entrevistas, e buscamos analisar a maneira como a comunicação foi construída, as estratégias em si, bem como o papel evidenciado em Danielle e Katarina, o de delegada e o de mulher, e quais as possíveis interseções entre eles, assim como as problematizações de gênero e poder engendradas a partir dali e da intenção delas. Mais além, através desse percurso teórico e analítico, aproximamo-nos do debate sobre gênero que alicerça a participação da mulher na política brasileira.

**Palavras-chave:** Comunicação; política; gênero; mulher delegada; relações de poder, entrevistas em profundidade.

## ABSTRACT

This work aims to discuss connections between gender and politics, especially regarding the presence of center-right women in the political scene of Sergipe. The 2020 electoral process was marked by candidacies of female delegates, two in particular: one as a mayoral candidate and the other as a vice on the opposing ticket. In 2022, one ran for the Senate and the other for the Federal Chamber, thus becoming characters in Sergipe's political life. We start from the premise that their candidacies in 2020 were the result of the wave that elected political outsiders across Brazil in the 2018 electoral process, a scenario discussed in this study. As a central focus, this research aims to identify characterizing elements of the political journey of Danielle Garcia and Katarina Feitoza, considering the two most relevant social roles common to both: being a woman and a delegate. Our effort seeks to understand the main marker of their communication strategies. Their participation in Sergipe's political scene is part of a national situation and a phenomenon linked to a broader political mechanism, related, among other things, to their roles as security agents and to the crisis in liberal democracies, including their relationship with gender disputes. In 2020, Katarina was elected vice-mayor, but both were in the second-round dispute. At the time this research is conducted, in 2023, Danielle is the state secretary for women's policies, and Katarina is serving her term as a federal representative. However, we do not focus on the electoral outcome, whether victory or defeat, but pay attention to the communicational process and the political positioning of our characters in their roles as women and delegates. In the meantime, the following research question emerges: what is the relevance of the gender marker for their electoral communication strategies? To what extent is the role of delegate dissonant or consonant with being a woman? Based on these questions, we consider it relevant to analyze the post-2013 Brazilian political scenario, as well as the discussion of gender present in this context. To answer these questions, we propose a literature review that allows us to discuss gender and think about its role as part of the dedemocratization process, problematizing women's participation in Brazilian politics. As an empirical trajectory, we selected audiovisual products from the campaigns, which we explored to ground the creation of semi-structured scripts for in-depth interviews, conducted with the campaigns' communication strategists and with the candidates themselves. We start this exploratory exercise to support interviews and seek to analyze how communication was constructed, the strategies themselves, as well as the role highlighted in Danielle and Katarina, that of delegate and woman, and what possible intersections between them, as well as the gender and power issues that arise from there and their intentions. Furthermore, through this theoretical and analytical journey, we approach the debate on gender that underpins women's participation in Brazilian politics.

Keywords: Communication; politics; gender; power relations; female delegate, in-depth interview.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. MUDANÇAS NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA: O CICLO DE 2013 A 2023</b>	
2.1 Crise de representatividade: um toque de classe.....	25
2.2 Combate à corrupção, civismo e conservadorismo no <i>day after</i> .....	30
2.3 A democracia trinca: o impeachment de 2016.....	33
2.4 Combate à corrupção e novos atores na política em Sergipe: abram alas, as delegadas vão passar.....	37
<b>3. SE ELAS VÃO PASSAR, A DISCUSSÃO PRECISA SER DE GÊNERO.....</b>	<b>42</b>
3.1 Direita <i>volver</i> ?.....	50
3.2 Erosão democrática e a discussão de gênero.....	57
3.3 Política, comunicação e gênero, uma tríade.....	64
3.4 O universo feminino na comunicação política.....	70
<b>4. PERCURSO ANALÍTICO E METODOLÓGICO.....</b>	<b>83</b>
4.1 Análise e apreensão a partir das entrevistas.....	90
4.2 Katarina Feitoza.....	91
a) Delegada.....	91
b) Mulher.....	101
4.3 Danielle Garcia.....	108
a) Delegada.....	108
b) Mulher.....	116
4.4 Considerações finais.....	121

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM CARLOS CAUÊ.....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM KATARINA FEITOZA.....</b>	<b>145</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM JOÃO LIMA.....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM DANIELLE GARCIA.....</b>	<b>180</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Duas mulheres, duas delegadas, duas novas agentes da vida política sergipana. Nesta pesquisa, nós iremos tratar do ingresso de Danielle Garcia e Katarina Feitoza na política. Aqui nós iremos empreender um esforço para pensar suas estratégias de comunicação no ambiente da disputa eleitoral de 2020, buscando entender como suas campanhas foram constituídas e quais os principais elementos delas. Em outras palavras, qual a intenção, tanto dos estrategistas das campanhas quanto das candidatas naquele processo eleitoral. Nosso foco aqui não é a campanha como produto, mas a maneira como foi pensada, sentida e constituída por candidatas e estrategistas.

Porém, para chegar até elas, as campanhas e até aqui, 2023, será preciso fazer um resgate histórico, uma recuperação de um cenário sócio-político no qual a presença de agentes de segurança pública passou a vigorar. Essa recuperação nos parece bastante pertinente para o entendimento do contexto no qual emergem as duas protagonistas desta pesquisa, um ciclo que se abre em 2013 e que apresentou ramificações Brasil afora, inclusive no estado de Sergipe.

Também apresenta pertinência registrar que esse trabalho se insere na recente tradição de estudos de gênero no campo da comunicação política. Se pensarmos especificamente nas pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe até 2023, podemos mesmo falar de um trabalho inaugural, e isso de certa maneira nos parece importante registrar. Dito isso, vamos à nossa contextualização.

Uma década, 10 anos. Do ponto de vista histórico, um curtíssimo intervalo de tempo. Para a vida política e cotidiana do país, parece que vivemos um período muito mais longo, dada a escalada de acontecimentos marcantes pelos quais passamos entre 2013 e 2023. O processo eleitoral brasileiro de 2022 teve como principal tônica do debate a erosão democrática e a necessidade de defesa da jovem democracia brasileira. De acordo com muitos pesquisadores das ciências sociais (Alonso, 2023; Bringel, Pleyers, 2015; Mendonça, Domingues, 2022; Miguel, 2022), os episódios de junho de 2013 representam um marcador cronológico importante para o último ciclo histórico do país.

Até 2022, deparamo-nos quase diariamente com episódios de nossa vida política e social que pareciam nos projetar para um ambiente distópico, no qual os acontecimentos

aparentavam estar descolados do mundo real. A régua do suportável era tensionada com frequência, e estávamos perdendo nossa capacidade de nos indignar, porque vivíamos às voltas com um ambiente de narrativas em que o real e o irreal estavam em permanente disputa no debate público. Em meio a essa avalanche de narrativas e episódios desoladores, ouvíamos muito a palavra “polarização” para caracterizar nossa vida social, sobretudo em razão da crise política e de um processo eleitoral que vivemos desde a chegada ao país da pandemia da covid-19 (mas também antes dela), em 2020. Ecoava uma interrogação em nossa cabeça: como chegamos até ali?

A história é longa, assim como longas e sucessivas têm sido as crises políticas no Brasil. Aliás, parece que vivemos em crise permanente, talvez essa seja a melhor forma de leitura da vida política nacional. E, se chegamos até aqui, há, entre uma plêiade de pesquisadores e estudiosos (Alonso, 2017; Nobre, 2013, 2022; Mendonça, 2018; Singer, 2013), a ideia de que vivemos um ciclo em nossa vida pós-redemocratização que se iniciou com os eventos denominados “Jornadas de Junho de 2013”. Esses estudos são marcantes, inclusive no âmbito do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o Cebrap, por meio de seus Núcleos de Direito e Democracia e de Instituições Políticas e Movimentos Sociais. Mas não somente ali.

Em várias outras regiões do Brasil, grupos de pesquisadores se formaram, sobretudo por cientistas sociais que orbitam em torno da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) e de outros núcleos de estudo das ciências humanas, reunindo-se para aprofundar as análises sobre as Jornadas de Junho e os seus desdobramentos para a história política do país. É o caso do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL-UnB), coordenado pelo professor Luis Felipe Miguel.

Uma premissa que precisamos adotar na análise do significado dos episódios de Junho de 2013 é que eles apontam para várias dimensões da vida política brasileira, além de estarem situados em um contexto internacional de grandes e marcantes transformações, sobretudo daquelas dentro das próprias democracias liberais e do que mais tarde se convencionou tratar como crise da democracia, desdemocratização, ou mesmo através da metáfora de sua morte. Essa variável – a crise das democracias liberais –, como recorte para a leitura das Jornadas de Junho, será abordada no Capítulo 3 deste trabalho, construindo pontes entre a crise, o neoconservadorismo e as disputas em torno de gênero.

A adoção desse marco cronológico nesta pesquisa não significa dizer que somos signatários da ideia de que as Jornadas de Junho começaram naquele ano. Como um acontecimento de caráter sociológico, os episódios de Junho de 2013 foram engendrados bem antes, no fluxo sócio-político da vida social e, conseqüentemente, seguem reverberando em nosso cotidiano. Um fato daquela envergadura acaba por produzir uma profusão de abordagens acadêmicas, justamente como forma de alcançar sua dimensão multifacetada, possibilitando muitos olhares, recortes e ângulos de pesquisa. Como bem afirma Mendonça e Moreira (2019, p. 737), “Junho de 2013 foram muitos, o que ajuda a entender o caos que o circunda”.

Expressos esses aspectos, tomamos as Jornadas de Junho a partir da narrativa que as entende como um processo cujo gatilho são os atos contra o aumento da tarifa puxados pelo Movimento Passe Livre em São Paulo. O contexto internacional de protestos, a visibilidade dada ao país pela Copa das Confederações (em um cenário de indignação com gastos para megaeventos) e a brutalidade da polícia em alguns atos impulsionam os conflitos que logo se espraiaram pelo país. A euforia gerada pela possibilidade de fazer história - de participar de um processo político de tal monta - também atua como componente relevante do processo. A partir desse gatilho e com esse combustível, o fogo alastrou-se com facilidade em um contexto em que não faltavam razões para protestar: desigualdades sociais, cerceamento a direitos (incluindo o direito à cidade), corrupção, baixa qualidade de serviços públicos, insulamento da esfera política. (Mendonça, 2018, p. 9-10).

Aqui buscamos entender um pouco mais esse processo e o seu atual estágio, considerando a relação entre política e comunicação, bem como a maneira como aqueles episódios marcaram alguns desdobramentos da nossa vida social e balizaram agendas públicas para a população. Nesse cenário, pretendemos descortinar a forma como o marcador de gênero e a pauta moral e de costumes passaram a vigorar como parte dos eixos centrais da disputa política no Brasil, sobretudo após o processo eleitoral de 2018.

Esse entendimento chega a partir de um recorte desse cenário: as estratégias adotadas (ou as intenções) ao gerar produtos e mensagens comunicacionais de campanhas eleitorais em 2020, tendo como base o cenário político sergipano. Ao analisar a comunicação política de duas mulheres delegadas – Danielle Garcia e Katarina Feitoza –, consideramos o marcador de gênero alicerce deste estudo. Assim, nossa primeira intenção é pontuar que as relações de gênero nas disputas de poder podem ser relevantes e sustentam parte dos embates simbólicos do ambiente político. Mais que isso, possuem associação com a própria organização da vida social e política do nosso país.

As relações de gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdades que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de

mulheres e de homens – ainda que o gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade. (Biroli; Miguel, 2014, p. 08).

A escolha de 2013 como ponto de partida se dá exatamente pelo significado que as manifestações de junho daquele ano têm para a história política recente do Brasil, porque foi a partir delas que nós passamos a testemunhar sucessivos episódios que romperam os pactos institucionais, expuseram nossas contradições e criaram ambiente para a ascensão do autoritarismo e do total esgarçamento das relações entre os poderes da República. E mais: a escolha também se fundamenta na relação que nossas duas personagens de pesquisa demonstram ter com o ambiente político que surge com o chamado lavajatismo<sup>1</sup>. Isso porque é possível afirmar que o ingresso de Danielle Garcia e Katarina Feitoza possui total relação com esse ambiente político engendrado a partir das Jornadas de Junho de 2013.

O fato é que vivemos na última década uma sequência de episódios de rompimento do pacto democrático, com sucessivas crises políticas e econômicas. O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, o conturbado ano de 2018 com um processo eleitoral cheio de questionamentos, a eleição de Jair Messias Bolsonaro – um presidente aberto defensor da ditadura militar de 1964 –, e seus anos de governo com os ataques constantes às instituições e à própria democracia nos fizeram chegar numa eleição de caráter quase plebiscitário em 2022, afinal, esteve em disputa o próprio sistema democrático brasileiro.

Mas atentemos: manifestações sociais nascem sempre antes da sua eclosão, assim também ocorre com as de junho de 2013. Tivemos uma organização progressiva na base da sociedade a partir dos anos 2000, quando foi se formando uma visão antissistema, tanto à direita quanto à esquerda do ponto de vista do espectro político. Sua atuação, a princípio, teve como palco a internet, até chegar às ruas em junho de 2013. O que acontece depois é um processo que se materializa, a partir de 2015, numa espécie de escudo institucional<sup>2</sup>, com a chamada Operação Lava Jato.

Esse escudo passa a atuar com o objetivo de emparedar o sistema político, os partidos, a governante de plantão, o sistema como um todo. A Lava Jato conseguiu canalizar a insatisfação com o sistema político de uma enorme parcela do eleitorado. Ocorre uma demonização da política, um golpe político institucional de matriz misógina, processos

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para identificar agentes da política seguidores do conjunto de ideias e métodos adotados por policiais, promotores, juízes, jornalistas e apoiadores da Operação Lava Jato.

<sup>2</sup> Termo adotado por Marco Nobre (2022) em *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*.

eleitorais (2014, 2016, 2018, 2020) marcados por um crescente sentimento antipetista, além do surgimento de novos personagens da política (e outros não tão novos assim) surfando na ideia de antissistema.

Essa insatisfação com o sistema foi o que alimentou a instabilidade política da última década e fez reaparecer com força setores da direita e da extrema direita na cena política do país. O Brasil entrou na rota da chamada crise moderna das democracias, quando a erosão ocorre por dentro das instituições. Esse contexto também emoldura a ascensão dos chamados *outsiders* da política, figuras que marcaram o processo eleitoral de 2018; muitos deles ainda seguem na vida pública. A Lava Jato não se institucionalizou como força política, mas criou as condições para que a candidatura presidencial mais identificada como antissistema vencesse as eleições em 2018 (Nobre, 2022). E a Lava Jato acabou por fazer escola Brasil afora.

Foi nesse contexto que figuras absolutamente de fora da política ascenderam ao longo do período entre 2015 e 2018 e isso se seguiu, de alguma maneira, nos processos eleitorais seguintes, em 2020 e 2022, ao menos quando pensamos no Congresso Nacional.

Em Sergipe, surgem alguns personagens nas hostes da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP) que seguem a cartilha do lavajatismo: discurso de combate à corrupção, judicialização da política, condenação do sistema político ou, em outras palavras, ação antissistema. Inicialmente, os protagonistas dessa cena são os delegados Alessandro Vieira e Danielle Garcia. Talvez fruto do lavajatismo, eles emergem à cena política sergipana em meio a esse processo, que tem o combate à corrupção como eixo e o antissistema como farol orientador. Eles são os principais eixos, mas não os únicos.

Retomamos o objeto desta pesquisa para tratar das duas protagonistas do nosso estudo: as delegadas Danielle Garcia e Katarina Feitosa. Começamos por Danielle, que sempre esteve alinhada àquela cartilha lavajatista. Primeiro, porque foram dela os movimentos iniciais em Sergipe sintonizados com o que o lavajatismo preconizava; depois, porque ela interpretou – como mulher e delegada – a primeira campanha para cargo executivo como uma espécie de representante desse espectro político. Sua largada na pré-campanha de 2020, a partir de sua filiação ao Cidadania, à Prefeitura de Aracaju foi bastante significativa, tanto que acabou levando o agrupamento do incumbente naquele processo eleitoral, Edvaldo Nogueira, a buscar uma colega de Danielle para ser sua vice.

Foi a partir daí que outra delegada entrou em cena: Katarina Feitosa. Ela se filiou ao PSD e logo estava fazendo parte da disputa. Isso levou Aracaju a ter três mulheres delegadas

na mesma disputa eleitoral. Além de Danielle e de Katarina, também disputou a Prefeitura a delegada Georlize, pelo partido Democratas, hoje União Brasil. Apesar da sua presença na disputa, este trabalho não terá Georlize como uma personagem de estudo. No entanto, o fato de termos três delegadas numa mesma disputa eleitoral já faz aquele pleito apresentar algo muito particular e aberto para pesquisas acadêmicas.

Danielle Garcia é uma mulher que ganhou visibilidade à frente de operações policiais de combate à corrupção, e logo passou a se colocar como agente da política e a disputar processos eleitorais, sempre identificada com um campo político de oposição ao Governo do Estado, do qual alegava ser perseguida. Ela buscou visibilidade política no segundo turno da eleição estadual de 2018 como apoiadora de um dos candidatos e disputou a Prefeitura de Aracaju em 2020, indo ao segundo turno, mas perdendo a eleição para Edvaldo Nogueira. Em seguida, lançou-se candidata ao Senado nas eleições de 2022. Essa trajetória de Danielle – embora sem êxito nas urnas –, confunde-se com a escalada do lavajatismo, uma vez que ela potencializou sua imagem de agente no combate à corrupção e no contexto de crescimento da onda de insatisfação com os políticos tradicionais.

A delegada Danielle não disputou mandato em 2018, esse espaço foi ocupado por seu colega, também delegado e hoje senador, Alessandro Vieira. Isso não a impediu de estar na linha de frente da disputa eleitoral, midiática e politicamente. Logo ela estaria ao lado de Sérgio Moro, no comecinho de 2019, ocupando cargo no Ministério da Justiça do governo Bolsonaro. Mais adiante, se matricularia no curso de formação política do RenovaBR, a escola escolhida por ela e por onde já havia passado o colega delegado Alessandro Vieira.

“Pessoas comuns, políticos fora do comum”: essa frase é uma espécie de mensagem de boas-vindas no site do RenovaBR<sup>3</sup>. Nela, está embutida a concepção que norteia o movimento: oferecer condições para que pessoas de fora entrem na política e produzam mudanças na maneira como ela se processa, invertendo a lógica do sistema. Essa formação tem uma ementa que coloca a comunicação como elemento de destaque: a produção de mensagens, o formato, o conteúdo e o contraponto ao que está posto entram nos manuais didáticos do RenovaBR.

Sua visão perpassa concepções partidárias, uma vez que o RenovaBR, a partir do que vimos em 2018, estende seus tentáculos do Democratas (DEM), passando pelo Partido Novo (NOVO) e chegando até o Partido Democrático Trabalhista (PDT), siglas com posições bem distintas no elástico tabuleiro partidário do Brasil. Os resultados do pleito eleitoral de 2018

---

<sup>3</sup> A mensagem foi acessada no site: <https://www.renovabr.org/>. Acesso em: 31 out. 2023.

fizeram o movimento ganhar musculatura e lançar suas segunda e terceira grandes turmas em 2019 e 2020: “RenovaBR Cidades”, direcionadas aos pleiteantes às vagas de prefeitos, vices e vereadores. Com aulas virtuais e aplicação de conteúdo por meio de apostilas, todo o processo durou cerca de três meses; em 2019, formaram 1170 alunos em 410 cidades e em 2020 credenciaram 700 pessoas em 370 municípios<sup>4</sup>.

Entre esse público, estava a delegada Danielle Garcia, principal destaque do mundo *outsider* na disputa pela Prefeitura de Aracaju no processo eleitoral de 2020. Com 45 anos, estava há 20 deles como integrante da Polícia Civil do Estado de Sergipe, tendo assumido o comando do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap) por nove anos, e com passagem pelo Ministério da Justiça, em Brasília. Em 13 de dezembro de 2019, filiou-se ao Cidadania, partido comandado pelo também delegado e senador eleito por Sergipe no processo eleitoral de 2018, Alessandro Vieira.

À primeira vista, distante de um olhar analítico com bases científicas, observamos que Danielle hasteia bandeiras ligadas ao discurso anticorrupção, à prestação de serviços públicos com lisura e honestidade, à defesa da incorporação de pessoas com perfil técnico e não político em espaços de poder e à própria segurança pública, como pontos cruciais para o desenvolvimento de uma cidade a partir da gestão pública.

Danielle Garcia adota um discurso por vezes carregado de simbologias e convicções conservadoras e neoliberais, sem um aprofundamento mais resolutivo e com um fundamento superficial, baseado em uma ideia do tipo “contra tudo isso que está aí”, de judicialização da política ou até mesmo punitivista, muito alinhada ao ambiente que emoldurava o cenário nacional no âmbito da crise política em curso no país.

Com base nesse panorama, o principal objetivo da presente pesquisa é entender o que a estratégia de comunicação da delegada Danielle Garcia buscou evidenciar como seus aspectos positivos enquanto candidata. Nos interessa perceber se o marcador de gênero e sua condição feminina receberam notoriedade, considerando a relevância das discussões alicerçadas em gênero atualmente no Brasil, no que concerne, sobretudo, à participação feminina na política, nas relações de poder e no debate público propriamente dito. Na sequência, avaliamos esses mesmos aspectos na comunicação de Katarina Feitoza, enquanto ela era vice do incumbente Edvaldo Nogueira, em 2020.

---

<sup>4</sup> Informações retiradas do site: <https://www.renovabr.org/>. Acesso em: 31 out. 2023.

Parece-nos que a presença da delegada Katarina naquele pleito eleitoral esteve relacionada ao contexto nacional, o mesmo que impulsionou a eleição do delegado Alessandro Vieira como senador em 2018 e criou as condições para que Danielle Garcia se tornasse uma espécie de liderança da oposição em Sergipe. Foi essa conjuntura que levou o agrupamento governista, da situação, a buscar um contraponto ao nome de Danielle em outra delegada, outra mulher, para o cargo de vice do então candidato à reeleição Edvaldo Nogueira.

Katarina, colega e contemporânea de Danielle Garcia na Polícia Judiciária de Sergipe e com larga experiência em postos de comando na própria SSP, entra naquele processo e na vida política exatamente pelo fato de ser mulher e delegada, não necessariamente nessa ordem. Esse ponto nos parece importante no âmbito desta pesquisa, uma vez que direcionamos as atenções aos papéis sociais de mulheres protagonistas da própria disputa eleitoral.

Ademais, é importante registrar que o processo eleitoral de 2020 se deu em meio à presença do novo coronavírus no Brasil, o agente responsável pela pandemia da covid-19. De acordo com vários estudos e levantamentos (Malta, Aneas, Vieira, 2020; Maranhão, 2020; Pisani, 2020), a pandemia agravou ainda mais a condição feminina na sociedade brasileira, potencializou esse debate e trouxe mais desafios para entidades e organizações feministas. Esse agravamento se deu em várias vertentes.

Com o intuito de realizar uma revisão sistemática de literatura, a partir de artigos e ensaios científicos sobre os impactos do isolamento social no aumento da violência doméstica contra a mulher, Solange Monteiro e equipe (2020) concluíram que, ainda no primeiro trimestre da quarentena, os estudos coletados apenas visibilizaram questões preexistentes, como o aumento da violência contra a mulher e os efeitos da desigualdade social e de direitos entre os gêneros. Constataram também que as mulheres estão mais sobrecarregadas com os cuidados domésticos, dos filhos e da comunidade, estando também presentes na maioria das linhas de frente no sistema de saúde. Desse modo, a produção científica escancara um velho problema de cunho social, que mostra a sua face mais cruel com o isolamento social. (Malta; Aneas; Vieira, 2021, p. 847).

Nesse contexto, o marcador de gênero se torna ainda mais visível numa sociedade binária e patriarcal como a nossa. No âmbito político, conforme discutiremos nesta pesquisa, o debate pautado em relações de gênero ganha holofotes e se mostra relevante em uma sociedade fortemente polarizada. Especificamente sobre o objeto estudado, buscamos compreender se o marcador de gênero foi central na comunicação, se recebeu destaque, ou se foi preferível evidenciar a função de delegada de polícia, ainda que esses dois papéis

possam, em alguma medida, coabitar o mesmo espaço. Sim, porque o marcador social de gênero não pressupõe uma disputa discursiva no campo do simbólico com a figura de delegada, é possível a coexistência de discursos que valorizam uma atuação no terreno da segurança pública e evidenciam relações sociais alicerçadas em gênero. É um caminho possível, ainda que desafiador, exatamente pela natureza masculinizada das polícias. A questão aqui é abraçar ou não esse desafio, algo que tem relação com vontade política e com o campo político do qual se faz parte, considerando aquela mesma polarização que mencionamos, assim como a evolução da participação política das mulheres no Brasil.

Objetivamos, desse modo, entender as estratégias de comunicação das delegadas naquela campanha eleitoral de 2020. O que prevaleceu como elemento central, o papel de delegada ou o de mulher? Em que medida esses papéis coexistem e encontram simetria na figura das candidatas? Como o marcador de gênero é tratado e de que modo ele é posto nas disputas de poder naquele contexto? E quais os contrapontos ou consonâncias visíveis nos dois processos? Para responder essas perguntas, propomos uma caminhada com bases metodológicas.

A trajetória metodológica adotada precisou considerar, inicialmente, uma especificidade da campanha de Danielle Garcia em 2020: o fato de não identificarmos uma produção de conteúdo específica para as mídias sociais, sobretudo para o ambiente de *branding* político<sup>5</sup>, que também caracteriza a plataforma Instagram na atualidade. Os vídeos veiculados no horário eleitoral de televisão simplesmente “subiam” como conteúdo nas plataformas digitais. Observar esse material foi importante para dar base às entrevistas realizadas com as nossas duas protagonistas, uma observação de caráter exploratório.

No caso de Katarina Feitosa, já destacamos que, em 2020, ela estava como candidata a vice-prefeita, portanto, a comunicação direta no horário eleitoral gratuito era direcionada ao candidato Edvaldo Nogueira. Houve, no entanto, ainda na pré-campanha, uma produção específica para a plataforma Instagram, de modo a tornar Katarina mais conhecida, próxima. Na campanha, o volume de vídeos para as mídias sociais diminuiu, e passamos a ter também muita reprodução do que era veiculado no espaço de tempo que utilizava no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral pela chapa na qual concorria.

---

<sup>5</sup> *Branding* político é o processo de construção da imagem de um político ou de partido político na mente do eleitorado. É uma estratégia de marketing que visa criar uma percepção positiva do candidato ou do partido, destacando suas qualidades e diferenciais. O *branding* político é importante para que os candidatos e os partidos políticos sejam reconhecidos e eleitos. Em um ambiente político cada vez mais competitivo, é fundamental que os políticos se destaquem da concorrência e criem uma imagem forte e memorável.

Empreendemos um esforço para entrar em contato com vídeos emblemáticos das duas candidatas, de modo a conseguir formatar roteiros contundentes e detalhados sobre essa produção, material que serviu de base para a realização de entrevistas em profundidade, que dão materialidade ao nosso *corpus* de pesquisa. O fato é que, metodologicamente, buscamos dissecar nosso problema central, refletido nas questões anteriormente postas, a partir da análise dessas entrevistas em profundidade, o *corpus* empírico deste trabalho.

Na revisão de literatura, visitamos importantes visões sobre a participação da mulher na política e sobre a forma como o marcador de gênero atravessa o debate sobre a crise das democracias ocidentais, com formulações de pesquisadoras como Flávia Biroli, Sônia Correia, Clara Araújo, Maria Lúcia Moritz e Luciana Panke, considerando episódios relacionados aos resultados de pleitos eleitorais mais recentes, a partir da própria redemocratização do país. Nesse ponto, nos interessa aprofundar o debate com estudos que tratam o discurso como instrumento do processo de reforço ou ruptura dos papéis sociais culturalmente arraigados em nossa sociedade. Um processo encarado como reflexo dos elementos culturais presentes no trato de marcadores sociais de gênero, além da questão que circunda toda a pesquisa: qual a importância da presença de mais mulheres em um cenário político e partidário marcado por desigualdades de gênero?

Essa revisão de literatura nos ajudou muito a entender e dissecar nosso problema, muito embora não tenhamos analisado produtos de campanha, mas sim as estratégias dela, ou, mais especificamente, das visões das candidatas e de seus estrategistas sobre a comunicação produzida. Além disso, é importante registrar nesta introdução que o estudo que apresentamos se insere numa tradição de pesquisa em comunicação e política, que tem uma trajetória de cerca de uma década no Brasil, ainda mais quando pensamos no recorte de gênero.

Trata-se, assim, de uma pesquisa com caráter sincrônico e perfil qualitativo. As escolhas metodológicas, as quais serão devidamente detalhadas, justificam-se em razão de se tratar de conteúdo de comunicação audiovisual e discursivo, mas sobretudo por serem formulações do âmbito da comunicação política. O *corpus* desta pesquisa compreende o resultado de entrevistas em profundidade realizadas com candidatas e estrategistas de comunicação. Esse *corpus* será analisado a partir de exploração prévia realizada para a elaboração dos roteiros para a coleta de dados em roteiros semi-estruturados. Os dados de 2020 foram coletados a partir de download dos canais das candidatas na plataforma

YouTube e armazenados fora dele para a pesquisa. Além disso, o esforço exploratório compreendeu assistir entrevistas e pesquisar conteúdos em perfis das candidatas Danielle e Katarina em mídias sociais.

Essa dissertação está dividida em quatro capítulos, que abordam aspectos teóricos e empíricos da pesquisa, em um esforço para descortinar nosso objeto, compreender o estado da arte e, a partir da trajetória empírica, apresentar conclusões que respondam às perguntas norteadoras deste estudo e que o situem, em alguma medida, como relevante para o campo da comunicação e da política na atualidade.

Aqui nós temos o encontro de questões complexas da organização social e política do Brasil, uma vez que abordamos o tema da comunicação política, muitas vezes tratada como simples estratégia de marketing. Mais além, este trabalho adentra numa seara na qual problematiza as relações de gênero intrínsecas ao debate político e que se refletem em campanhas eleitorais e na maneira como as mulheres são vistas e tratadas no ambiente da política. Atentemos: estamos em 2023, acabamos de sair de um longo processo de episódios que colocaram o sistema democrático em xeque, de uma tentativa de golpe de Estado e de um período de quatro anos em que as políticas públicas para as mulheres entraram em total estado de refluxo.

As disputas de poder alicerçadas em marcadores de gênero ganharam mais destaque no Brasil nos últimos anos, mas esse não é um processo local, trata-se de um fenômeno mundial (Biroli; Machado; Vaggione, 2020), marcado, claro, pelas especificidades de cada país. Por aqui, tivemos, para citar dois exemplos extremos, o impeachment da primeira mulher a se eleger e reeleger presidente do país, Dilma Rousseff, e a eleição de um representante da extrema direita que carrega em sua trajetória a misoginia escancarada e o desrespeito total às mulheres, Jair Bolsonaro.

Estamos falando de um contexto em que a agenda de costumes ganhou força, supostamente estruturada na figura da “família tradicional”, sempre em choque com as pautas feministas. São tempos de tensão, mas de resistência também. Afinal, acabamos de entrar em novo período de transição, que, no campo político, convergiu para o resultado do processo eleitoral de 2022.

Saímos desta Introdução diretamente para a contextualização do nosso objeto. Qual teria sido o ambiente que contribuiu para o ingresso das *outsiders* Danielle Garcia e Katarina Feitosa no mundo da disputa política? Discorreremos sobre o Brasil no qual se deu

esse ingresso, bem como sobre as Jornadas de Junho de 2013 e o desenho que nos trouxe até aqui. Entender esse contexto nos parece fundamental para analisar quaisquer processos de comunicação política em ambientes de disputas eleitorais atuais. Essa contextualização dá forma ao nosso Capítulo 2.

Na sequência, buscamos fundamentação teórica e histórica para entendermos a participação das mulheres na política brasileira pós-redemocratização: a luta pelo fim da ditadura, a participação na Assembleia Nacional Constituinte, os avanços e retrocessos na área, até chegarmos aos dias atuais, um ambiente em disputa por agentes de diferentes espectros ideológicos. É essa leitura que permitirá nossa aproximação com o debate acerca da importância da participação feminina na política, além de nos aproximarmos ainda mais do principal problema desta pesquisa: o papel social predominante (mulher ou delegada) nas estratégias comunicacionais das campanhas eleitorais de Katarina Feitoza e Danielle Garcia em 2020. Sobre mulher e política, números, resultados, pautas, dificuldades, avanços, redemocratização, leis, Constituição, participação política mais ampla. Poder. Comunicação e política. Horário Político Eleitoral Gratuito. Rotas de ingresso de mulheres na política. Cotas. Retrocessos. Pautas de costume. Desdemocratização e crise do capitalismo. Esse é o nosso Capítulo 3.

Em seguida, explicitaremos nosso percurso metodológico. Propomos um mergulho na coleta de dados a partir de entrevistas em profundidade com roteiros semi-estruturados. Roteiros construídos a partir de significativo esforço exploratório de produtos das campanhas. A análise dos dados coletados nas entrevistas é o cerne desta pesquisa. É central para que possamos responder às perguntas que a norteiam, por isso, tratamos nosso percurso metodológico como um caminho, uma trilha seguida a partir de referências acadêmicas já testadas e aqui articuladas com foco nas respostas que, juntas, possam nos dar.

À medida que o trabalho avançava, com a revisão de literatura, novas referências chegavam. Uma delas, a pesquisadora Luciana Panke, com a sua obra *Campanhas eleitorais para mulheres - desafios e tendências*, aproximou-se muito do modelo metodológico em direção à qual nossa caminhada com a pesquisa, seu andamento e o tratamento dado ao nosso *corpus* empírico se direcionavam.

## **2. MUDANÇAS NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA: O CICLO DE 2013 A 2020**

No início para muitos pareceu um raio em céu azul. Aquelas milhões de pessoas nas ruas, erguendo cartazes, enfrentando a repressão policial e ocupando os centros simbólicos de suas cidades, inclusive o Congresso Nacional. Afinal, o país estava ainda em um contexto de crescimento econômico, com desemprego baixo,

inflação sob controle e popularidade da presidente em alta. Passados cinco anos, já não é difícil entender as causas dos protestos nem a sua legitimidade. Já não importa tanto junho enquanto passado, o que importa é pensar nas lições que podemos tirar do sentido geral desse acontecimento: a emergência da sociedade civil como agente político relevante, capaz de desestabilizar governos e estabelecer pautas sociais e institucionais, impor sua interpretação da realidade e abrir caminhos para mais ou menos de democracia. Junho inaugurou uma cultura social do engajamento, mas a participação social corta para os dois lados, ela não é menos engajada quando deixa de corresponder a determinada perspectiva política e ideológica. O MBL não é menos junho do que o MPL; o escola sem partido não é menos junho do que os estudantes secundaristas que ocuparam as escolas públicas do país; a organização da direita conservadora não é menos junho do que a primavera feminista. Em seu sentido intenso de ataques da sociedade civil contra o sistema político, junho foi percebido como revolucionário. Em seu sentido extenso, enquanto o mês que não terminou, junho teve um devir conservador. (O Mês [...], 2019).

O texto de abertura do filme *O mês que não terminou*, de Raul Mourão e Francisco Bosco, lançado em outubro de 2019, parece-nos bastante conveniente para iniciar uma caminhada por alguns acontecimentos recentes da vida política brasileira, todos eles com reflexos diretos e indiretos nos processos eleitorais, sejam as eleições nacionais ou as locais. O começo dessa caminhada está localizado nas manifestações de junho de 2013, conhecidas também como Jornadas de Junho.

*O mês que não terminou*, produzido cinco anos após os episódios de junho de 2013, evidencia um fenômeno emblemático: uma década depois, ainda vivemos as consequências dos eventos sociais daquele mês de 2013.

Perplexidade. Talvez esse seja o termo mais adequado para descrever a forma como a classe política, representantes dos três Poderes, pesquisadores e setores da grande mídia encararam as proporções que as manifestações daquele junho tomaram. Iniciadas a partir de uma convocação do Movimento Brasil Livre (MBL), com uma pauta muito específica, o Movimento Passe Livre (MPL), que reivindicava a redução do preço das passagens de transporte público, ônibus e metrô, pareciam, já no início, ser mais que isso.

[...] Ciclo complexo, de três fases. *A eclosão do protesto* (6 de junho) liderada pelo Movimento Passe Livre, obstruiu o trânsito, demandando tarifa zero. O estilo do ativismo autonomista, aprendido por membros do Movimento Passe Livre (MPL) no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2012), marcou os atos: deliberação por consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero, performances cênicas (fanfarras, artes plásticas), jograis, estética punk (vestuário preto), violência simbólica (queima de catracas) e física (tática *black bloc*), sobrepondo expressão artística e política. (Alonso, 2017, p. 51).

A princípio circunscritas a São Paulo, as revoltas cresceram, tornaram a pauta cada vez mais elástica e tomaram assento na posição de grandes manifestações de massa da história recente do Brasil, ao lado das Diretas Já e do movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, em 1984 e 1992, respectivamente.

A perplexidade tem relação direta com o cenário do país em 2013: o Brasil estava no terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores, que, em certa medida, vinha mudando a face socioeconômica do país, e essas mudanças ocasionaram o surgimento de novas demandas sociais.

[...] Em especial nos últimos anos do governo Lula, contudo, a sensação de maior flexibilidade, de maior largueza nas concessões do Estado frente a demandas sociais, e também de menor austeridade no modo com que as próprias pessoas de classe baixa e média geriam suas contas domésticas. O acesso a bens de consumo não apenas elevou larga parcela da população para o limiar da classe média; trouxe um aumento de auto-estima, a que se somaram as facilidades no acesso ao ensino superior e, sem dúvida, a própria sensação de que se afastavam as perspectivas de fracasso histórico que tanto pesaram sobre o país nos anos da recessão. Esse aquecimento das expectativas, dentro do qual as obras da Copa do Mundo se incluíam com monumentalidade, veio a confrontar-se com a queda no ritmo do crescimento econômico, no governo Dilma Rousseff. Curiosamente, e o ponto foi assinalado pelo cientista político André Singer em palestra sobre as manifestações, a presidente empenhou-se em efetivar um “pacto produtivista”, pressionando pela baixa dos juros e pela desoneração fiscal. A retomada do crescimento, nota Singer, não veio; caberia enfatizar, para além de suas considerações, o fato de que os próprios investimentos públicos se travaram durante esses anos, enquanto a inflação deu sinais de acelerar-se. (Coelho, 2013, p. 136-37).

O Brasil vivia sob a presidência de Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar tal posição. O Partido dos Trabalhadores governava o país desde 2002, com dois mandatos (2003 a 2010) do ex-presidente Lula. O país vivia a experiência com políticas redistributivas e de inclusão social, cujos destaques eram o programa Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo, somados a números como a menor taxa de desemprego da sua história, 4,3% naquele 2013.

De acordo com pesquisa Datafolha realizada antes dos protestos, no começo de junho, o governo Dilma tinha aprovação de 57% da população, com apenas 9% de reprovação. No final de junho, no meio do furacão das revoltas, o índice de reprovação já era de 30%, medido pelo mesmo Datafolha.

Junho de 2013 é, portanto, um episódio marcante para a nossa vida política e social. Buscar entender o que aconteceu ali nos ajuda muito a elucidar o Brasil atual e suas nuances, conflitos e polarizações. Ajuda-nos, inclusive, a entender o papel da comunicação e sua íntima relação com a política e os diversos usos que se faz dela. A eclosão de manifestações de massa questionando as instituições políticas e a maneira como o sistema funciona trouxe como consequência o acirramento de conflitos já presentes em nossa estratificação social: de classe, raça, gênero e identidade.

Sim, afinal, o Brasil está mergulhado em mais debates e maiores conflitos e tensões desde as manifestações de 2013. Exatamente por isso, esse episódio tem dividido não somente atores da cena política, mas também seus intérpretes. É vasta a produção acadêmica sobre as Jornadas de Junho, assim como amplas também são as abordagens sobre elas, seja com ênfase nas causas, nos atores, nos processos de mobilização, na comunicação e cobertura da mídia ou mesmo nas visões de democracia dos grupos que tomaram as ruas naquele junho.

Em nosso exercício de pesquisa e no esforço de melhor ler esse episódio, deparamo-nos com a produção de pesquisadores como Alonso (2013; 2017), Marcos Nobre (2013; 2022) e André Singer (2013), a partir de estudos realizados no âmbito do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) sobre política de rua e sua interface com as instituições políticas e judiciais, movimentos sociais e violência política, democracia e estado. Além de produções advindas do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê) e do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL-UnB), coordenado pelo professor Luis Felipe Miguel.

Esses estudos permitem a ampliação da nossa visão sobre os episódios de junho, sobretudo por proporcionarem entender que aquela perplexidade da classe política com as jornadas diz muito sobre uma de suas principais causas: o descolamento existente entre políticos e a sociedade civil. Ou, em outras palavras, a incapacidade daqueles que representam a população nos sistemas democráticos de cumprirem essa missão precípua. O que estava e permanece em crise na sociedade brasileira pós-redemocratização é a própria ideia de representatividade em nosso sistema político.

Os estudos citados nos dizem mais: Junho de 2013 não é um evento isolado, ele também pode e deve ser estudado como um fenômeno mundial, haja vista que segue, guardando suas especificidades, seja nas causas ou na forma dos protestos, um receituário de vibrantes manifestações que eclodiram por várias partes do mundo, quase sempre identificadas com o que depois foi melhor descrito como uma crise das democracias liberais e do neoliberalismo: “[...] o que parecia a alguns ser um passo rumo a formas mais radicais de democracia, logo passou a ser interpretado como uma das etapas de processos de erosão democrática ou de fortalecimento do autoritarismo” (Mendonça, 2022, p. 6).

Ao mesmo tempo, análises feitas no calor da hora pareciam acender a esperança por mudanças sociais, transformações dentro dos sistemas democráticos.

Como aponta Olson (2016, p. 10, tradução nossa), "protestos, marchas e sit-ins são frequentemente vistos como manifestações do povo e, nestas circunstâncias, eles trazem a presunção de uma retidão natural". É assim que as manifestações multitudinárias do século XXI foram saudadas com um misto de surpresa e esperança por atores e pesquisadores em meio aos furacões que varreram a Islândia, o Egito, os EUA, a Espanha, a Grécia, a Turquia, O Brasil, a Tailândia, Hong Kong, o Líbano, o Chile e tantos outros países. A ocupação efusiva de praças e ruas, as performances criativas em parques e viadutos, as assembleias horizontais em centros urbanos, o fluxo intenso de imagens e narrativas em mídias digitais e o caminhar de multidões por largas avenidas evidenciaram, em muitos contextos distintos, a existência de dissonâncias e críticas à ordem estabelecida. Com tambores, fotos, cores e máscaras, o engajamento cívico fazia-se visível e palpável, contestando a ideia de uma apatia geracional. (Mendonça, 2022, p. 5-6).

Se o contexto social, político e econômico do Brasil de 2013 parecia não apontar sinais de uma eclosão dos manifestos daquele mês de junho, significa que não estávamos atentos às contradições, conflitos, dificuldades e demandas de uma sociedade que estava em mudança, em significativa transição interna. Isso se soma aos megaeventos internacionais que o país iria sediar em breve (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas) e a outros acontecimentos políticos que ocorriam fora do Brasil.

É fato ser complicado identificar uma causa única para uma mobilização de massas daquela proporção. Como afirma Alonso (2017), mais fácil é reconstruir elementos que facilitaram sua emergência. A autora cita alguns deles: a onda de protestos globais, de 2011 a 2013, com as novas formas de ativismo; o cenário com os megaeventos já citados; a relação entre o governo Dilma e os movimentos sociais; os problemas urbanos e a ineficiência de políticas públicas; a ressurreição da agenda da corrupção; além das transformações na pirâmide social ocorridas durante os governos Lula.

Desenvolver um debate mais profundo sobre causas e elementos presentes no engendramento das manifestações de junho de 2013 tornaria essa contextualização por demais extensa e a descaracterizaria enquanto contexto. Por essa razão, optamos por debater aqueles que têm uma relação maior com o foco da nossa pesquisa: as mudanças na pirâmide social e como elas movimentaram referenciais simbólicos da sociedade brasileira. Sim, porque a desigualdade social marcante do Brasil aproximou grupos, ou ao menos criou a sensação de proximidade entre eles: em restaurantes, aviões, escolas de ensino superior.

[...] a transformação rápida da pirâmide brasileira durante os governos Lula, o aumento de acesso à educação superior e ao consumo, que juntos diminuíram a distância entre estratos sociais. O processo perturbou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça). (Alonso, 2017, p. 50).

Esses dados são fundamentais para entender quais estratos sociais foram às ruas e por quê, levando em consideração as consequências políticas desses atos, sentidas até os dias atuais. Mas cabe aqui registrar: sentidas porque parte do nosso tecido social e todo aquele cenário também possuem relação com a maneira como questões relacionadas à moral, aos costumes, ao controle do corpo e do comportamento feminino passaram a fazer parte da onda conservadora emergente na esteira da erosão democrática. Em oposição a uma visão pluralista de sociedade e à democratização do Estado, tivemos a apologia à família e aos valores morais, temas a serem abordados ao longo da revisão de literatura desta pesquisa.

### 2.1 Crise de representatividade: um toque de classe

Manifestações sociais, protestos e atos de rua são parte da conjuntura das democracias modernas, até porque, em regimes autoritários, as forças políticas no poder costumam calar esses movimentos com repressão, como foi típico das ditaduras militares que tomaram a América Latina entre os anos 1960 e 1980 do século XX. Ocorre que as manifestações de 2013 no Brasil – em ambiente democrático, portanto – ganharam uma dimensão tão grande e com tanta energia, que sacolejou as estruturas do sistema político. Estamos falando de 470 manifestações, noventa delas na cidade de São Paulo. Tudo isso em cerca de vinte dias (Singer, 2021).

Havia uma mudança em curso na pirâmide social brasileira, e ela tinha relação com as chamadas políticas redistributivas implementadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O aumento do acesso às universidades e ao consumo, somado a outras ações de inclusão social, começaram a atingir o abismo existente entre as classes sociais e a tocar num dos elementos fundadores da sociedade brasileira: a desigualdade social. Essa alteração foi tão significativa que se passou a falar em “nova classe C”, em uma referência ao que seria uma nova classe média brasileira, muito embora no mundo acadêmico essa seja uma questão controversa, uma vez que a classificação estaria situada apenas no aumento momentâneo do poder aquisitivo e do consumo por esse estrato social, mas não promovendo uma mobilidade social propriamente dita.

O olhar para essa nova nomenclatura para tratar de um grupo específico pertencente a estratos populares teve seu marco com a pesquisa intitulada "Nova classe média" realizada pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob coordenação do economista Marcelo Neri (2008). Divulgada em agosto de 2008, suscitou uma quebra de paradigmas para muitos

setores da economia quanto às representações dos pobres no Brasil e suas relações com o consumo. A investigação enfocou a chamada "classe C" e mostrou, por meio de uma pesquisa quantitativa, como esta aumentou seu poder aquisitivo, elevando sua posição na hierarquia socioeconômica. Nesse caso, o grupo em questão deixou de ser classificado como "pobre", classes D e E (e todo o peso que a expressão denota) para passar a pertencer às chamadas "classes médias" (Neri, 2008). (Yaccoub, 2011, p. 203).

Esse não é um processo que ocorre sem a quebra de paradigmas em relação às posições das classes sociais no país, afinal, estamos falando da "ascensão" de um grupo e, conseqüentemente, da aproximação entre estratos sociais. Essa inflexão possui relação direta com uma hierarquia social histórica, uma vez que políticas redistributivas mexem com marcadores sociais que organizam essas posições, a exemplo de renda, classe e raça. Esse é um ponto.

Por outro lado, o acesso ao ensino superior, a melhoria da renda de quem entra na universidade em comparação à geração anterior, o aumento do consumo, do acesso à informação, à ideia do que é o Estado e de como funciona o sistema político e de direitos, faz surgir uma juventude com capacidade de questionar e de demandar mais da classe política – aqueles que, em uma democracia, cumprem o papel de representar a sociedade civil nas instâncias de poder.

Essas alterações socioeconômicas e a heterogeneidade dos estratos sociais presentes nas diversas manifestações de junho de 2013 dialogam com o que estava acontecendo nas entranhas da sociedade brasileira. Se as convocações, via redes sociais, do Movimento Passe Livre (MPL) pela redução do preço das tarifas de transporte, que já ocorria em anos anteriores, paralisando importantes vias públicas em São Paulo, evoluíram tanto em 2013, é porque, de fato, elas “não eram pelos vinte centavos”<sup>6</sup>, tampouco pela tarifa zero. As jornadas de junho foram palco para evidenciar a insatisfação de diferentes estratos sociais com a política e com o sistema político.

A partir de 2013, uma crise política e de representatividade foi instalada no país, passou por inúmeros ciclos e perdura até hoje. Nos diversos estudos sobre aquelas manifestações, é possível perceber atores diversos e um emaranhado de conflitos típicos de uma sociedade como a brasileira. Conflitos que aparecem silenciosamente na composição inicial das ruas, homogênea, a olho nu. No entanto, bastou um olhar mais atento para perceber o que estava ali.

Tínhamos jovens de diferentes origens, de predominância universitária. Alguns deles com práticas ativistas novas para a realidade brasileira, muitas assimiladas a partir das

---

<sup>6</sup> Valor do aumento da tarifa de transporte público no ano de 2013.

mídias sociais e da internet, afinal, sopravam os ventos da Primavera Árabe e das ondas de protestos que eclodiram ali e acolá. Era forte a relação entre o ativismo das ruas e o on-line; era fácil ultrapassar as fronteiras da internet e dar a volta ao mundo através de um click no mouse (Pleyers, 2013).

Esses jovens estavam na eclosão do protesto, no dia 6 de junho, momento de grande dificuldade das autoridades políticas em lidar com aquela novidade das ruas. Na impossibilidade de diálogo, o movimento seguiu, agora incorporando segmentos, entidades e movimentos tradicionais das ruas, incluindo aí partidos mais à esquerda (PSTU, PCO, PSOL). Muitos grupos, ausência de lideranças, pautas diversas. Outros chegaram. Ativistas de outras causas, neófitos nas ruas, novas bandeiras, grupos apartidários. As ruas eram um grande mosaico, e já a partir de 11 de junho, menos de uma semana depois do primeiro protesto, a pauta já não era os vinte centavos. Ali já estavam integrantes do que mais tarde seria tratado como o grupo dos "patriotas". Ele foi o menos notado naquele momento, mas, depois de 2013, esse grupo jamais deixou as ruas e a luta política.

[...] Não era um “todos contra tudo o que está aí”. Havia dominâncias de pauta em cada setor da mobilização. Autonomistas e socialistas se situaram à esquerda do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas públicas e expansão de direitos. O setor patriota ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“CorruPTos”). No dia 26, veio o primeiro “Fora Dilma!”. No 29: “Justiça! Queremos os mensaleiros na cadeia!” e “Procurando Lula!”. Esse estilo de ativismo atarraxou os laços fracos entre manifestantes avulsos, e o que até então era crítica genérica aos governos desabrochou em antipetismo. (Alonso, 2017, p. 53).

A autodenominada ala patriota foi a que, posteriormente, abraçou completamente a pauta anticorrupção, agrupou-se a outros segmentos avulsos e independentes e canalizou o sentimento antipetista.

Naquele crescente das Jornadas de Junho, o Brasil viu de tudo: governantes perdidos em relação a como proceder diante daquelas manifestações; a grande imprensa jogando papéis distintos de acordo com o momento; repressão policial; mais violência; grupos nas ruas disputando espaço e pautas; repercussão internacional; o sistema político em xeque; um clima de tensão permanente no país; debates e mais mobilização via mídias sociais.

À medida que os protestos cresciam, maior era a quantidade de mensagens em cartazes. Os manifestantes estavam condenando o sistema político, e, para alguns

segmentos, valia ser contra todos os representantes dele: “Em muitos lugares, não se fez distinção entre PSOL, Alckmin, PT, UNE, Sérgio Cabral ou CUT” (Nobre, 2013, p. 24).

Em um ambiente politicamente instável como aquele de junho de 2013, de nada valeu a revogação do reajuste da tarifa de transporte realizada pelo governador e pelo prefeito de São Paulo. Os manifestantes continuaram nas ruas, em protestos por vários cantos do país. No dia 21 de junho, a presidente Dilma Rousseff, em rede nacional, defendeu o direito às manifestações e propôs “cinco pactos”, incluindo constituinte exclusiva e plebiscito para reforma política, propostas esquecidas assim que junho acabou. A partir dali, as manifestações arrefeceram, é verdade. Junho de 2013 acabou, é fato, mas as consequências dele seguem por aqui, cotidianamente.

Podemos afirmar, sem medo de errar: os principais grupos que foram às ruas e forjaram aquele junho queriam mais políticas redistributivas, desejavam mais distribuição de renda. Sim, havia um toque de classe relacionado ao que entendiam ser preciso mudar, algo além do que o estágio da democracia no país – com poderes organizados e com o sistema de freios e contrapesos da República – poderia entregar à população. Estávamos diante de uma crise de representatividade.

[...] Também por isso as revoltas de junho de 2013 representam um grande avanço: mostram que a pauta não é mais a da transição para a democracia, em que estava em jogo a estabilização econômica e política, mas a do aprofundamento da democracia.

As revoltas mostram que o funcionamento do sistema está em descompasso com as ruas. A sociedade alcançou um grau de pluralismo de posições e tendências políticas que não se reflete na multidão informe de partidos políticos. Quase todo partido brasileiro pretende, no fundo, ser – grande ou pequeno – um PMDB, ou seja, um amálgama de interesses que sempre está no governo, qualquer que seja o governo. (Nobre, 2013, p. 08).

Esse aprofundamento da democracia foi algo que o PT não conseguiu entregar, talvez porque não tenha tido tempo de fazê-lo ou talvez porque tenha perdido uma oportunidade histórica de realizá-lo, em nome da tal governabilidade. As manifestações de 2013 traziam em seu bojo um questionamento ao sistema político geral.

[...] O país é grande, rico, extremamente desigual, com uma cultura política de baixo teor democrático. E as perguntas que assombram nesse caso não podem ser outras: por que desigualdades tão persistentes? Por que um bloqueio duradouro à ampla participação e discussão democráticas? Como o sistema político consegue manter sob controle os conflitos de uma sociedade assim desigual? (Nobre, 2013, p. 13).

Nobre (2013), ao tratar desse aspecto da governabilidade no período petista, um tema relacionado com a abordagem que Singer (2013) descreve como conciliação de

classes<sup>7</sup>, cravou o termo “pemedebismo” para caracterizar a maneira como o sistema político manteve-se estável e com os mesmos representantes civis dos governos militares em postos-chave, mesmo depois da redemocratização. Segundo ele, é possível entender as jornadas de 2013 trilhando esse caminho do pemedebismo e de suas imposições à governabilidade.

[...] Na década de 1980, o pemedebismo foi a resposta conservadora às exigências de uma democratização acelerada da sociedade e das instituições. Utilizou a fragmentação das demandas e dos movimentos para contê-los em limites administráveis por um sistema elitista. A frustração popular com o ritmo paquidérmico das transformações e o resultado da eleição de 1989 levaram as forças de transformação a ir se concentrando no PT e no campo de esquerda que liderava.

Só que, em 2013, o PT já tinha se tornado establishment, tinha realizado o pacto com o pemedebismo que trava o aprofundamento da democracia no país. As revoltas se dirigem contra o sistema como um todo, já que o sistema funciona segundo a lógica pemedebista. Como o sistema político pemedebizado pode responder a um choque democrático como esse? Tal como organizado hoje, não pode. (Nobre, 2013, p. 12).

Essa análise nos parece muito importante para clarear os apelos que fizeram 2013 ganhar aquela dimensão, sem perder de vista o fato de estarmos em plena redemocratização. Existia um segmento da sociedade, sobretudo um estrato social jovem, escolarizado e proveniente dos chamados “novos setores médios” da população, que queria mais distribuição de renda, mais políticas públicas, mais cidadania. Porém, também estavam nas ruas os jovens da periferia contra os baixos salários, a alta rotatividade e a má qualidade dos empregos, contestando a falta de saneamento básico e de infraestrutura quando abriam a porta de casa em direção ao transporte público. Como bem afirma Nobre (2013, p. 13), “Em ambiente democrático, o descompasso na distribuição da melhora dos padrões de vida entre os diferentes grupos e estratos sociais não está apenas em negociação: ele está no cerne da luta política”.

As ruas tinham bem mais que isso, porque aquele modelo descentralizado de movimento, sem lideranças e sem posições políticas nítidas, foi crescendo a tal ponto que abrigou as mais diversas insatisfações. Naquelas mesmas ruas das jornadas de junho, também chegaram setores médios da sociedade com pautas contrárias às políticas redistributivas e conservadoras no quesito dos costumes. Naquele momento, elas se abrigaram numa ideia mais geral e palatável: o combate à corrupção.

---

<sup>7</sup> Esse é um termo bastante usado no campo das ciências sociais para caracterizar o período Lula, e merece destaque o trabalho de André Singer (2013), que cunhou o termo lulismo para tratar desse momento político do Brasil em suas pesquisas.

## 2.2 Combate à corrupção, civismo e conservadorismo no *day after*

O Brasil de junho de 2013 também é o país que assistiu, seis meses antes e com generosa repercussão midiática, o julgamento do chamado “Mensalão” – esquema de compra de apoio político no Congresso Nacional que eclodiu no primeiro governo Lula (junho de 2005) –, envolvendo parlamentares da base aliada. O Mensalão foi responsável por uma mudança importante na relação dos governos do Partido dos Trabalhadores com o legislativo. Em outros termos, depois do Mensalão, o *lulismo* teria se rendido ao *pemedebismo*<sup>8</sup>.

O país das Jornadas de Junho também é aquele que estava com a corrupção fortemente presente em sua agenda pública. Essa agenda foi levada para as ruas por diferentes grupos e estava em muitas das insatisfações com o sistema político. Segmentos que mais tarde se materializaram em organizações de direita dos mais diferentes tipos, viram no chamamento do MPL a oportunidade de levar às ruas o sentimento anticorrupção. Um sentimento facilmente assimilado por amplas parcelas da população, como defende Singer (2013):

A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em todo caso, o “rouba, mas faz”, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros, na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem. Trata-se de um argumento falacioso, mas intuitivo. (Singer, 2013, p. 35).

O fato é que o combate à corrupção passou a ser uma pauta central da política brasileira pós-redemocratização. A partir de 2013, nenhum processo eleitoral deixou de discutir esse tema, de modo que aquele junho se situa como um divisor de águas no qual a prática política de ir às ruas como um gesto da sociedade civil assistiu atores – em nome da pauta anticorrupção – negarem a política, os partidos e as organizações de esquerda. Em determinado momento, até mesmo a democracia – o sistema que permite manifestações como as Jornadas de Junho – foi negada e questionada (um tópico que aprofundaremos mais adiante). Sim, naquele momento da história brasileira, apareceram os primeiros cartazes de apoio à Ditadura Militar.

---

<sup>8</sup> Adotamos aqui as categorizações adotadas por Singer (2013) e Nobre (2013), respectivamente, para se referirem ao período Lula e à maneira como funcionava o sistema político pós-redemocratização.

A abertura dessa nova temporada tem total relação com o objeto específico da nossa pesquisa, uma vez que estamos falando de um ciclo histórico de longa duração, como melhor convém ao campo epistemológico das ciências humanas. Ao buscar, neste primeiro capítulo, contextualizar nosso objeto de pesquisa, situado exatamente no processo eleitoral de 2020, em reflexos que ele trouxe em 2022 e na ascensão pública de delegadas da Polícia Judiciária de Sergipe, foi necessário partir de junho de 2013, que, por sua vez, encontra-se imbricado na trajetória de reorganização das forças políticas da jovem democracia brasileira.

Se havia, em 2013, ambiente propenso ao resgate da pauta anticorrupção que caracterizou as manifestações pelo impeachment de Fernando Collor, em 1992, por exemplo, também houve um extremo senso de oportunidade para, a partir daquele momento, grupos conservadores de direita puxarem para si dois dos principais símbolos do patriotismo: a bandeira nacional e as cores mais marcantes dela, o verde e amarelo.

Após o mês de junho de 2013, ruas e áreas centrais das principais capitais do país permaneceram, com maior ou menor frequência, ocupadas por manifestantes. A partir dali, foram se delineando os lados, cada vez com maior clareza sobre quem era quem no espectro político: autonomistas, grupos da esquerda tradicional ou socialistas, e os autodenominados patriotas ou liberais conservadores (Alonso, 2017). As ruas eram ocupadas ora por uns, ora por outros. No entanto, ia ganhando volume a bandeira do combate à corrupção e, com ela, o antipetismo. No entorno, a negação e a judicialização da política, para além de uma pauta moral e de costumes. Bandeira em punho, trajes com as cores dela.

É desse período o surgimento de organizações de vários tipos e tamanhos: Vem pra Rua; Movimento Brasil Livre; Revoltados OnLine; entre muitos outros. Dois sentimentos uniam todos eles: patriotismo e anticorrupção. Uma forte polarização política tomaria conta do país e caminharía a passos largos em 2014, principalmente com a Copa do Mundo e as eleições daquele ano. Não por coincidência, camisetas da seleção viraram uniformes dos manifestantes.

No caso específico do Brasil, em 2014, começaram protestos relacionados à política eleitoral, marcados pela oposição entre petistas e antipetistas. A passagem de uma insatisfação ampla dos protestos de junho de 2013 para a polarização nas ruas vistas nos anos seguintes não é simples nem direta, mas ocorreu uma mudança de foco para a definição do comando político do país. O verde e amarelo e a bandeira nacional, usados de forma difusa em junho, passaram a identificar o pólo à direita na disputa, mobilizando o imaginário nacionalista para se opor ao petismo e ao que era taxado de "comunismo" em uma perspectiva mais ampla. As eleições de 2018 se tornaram novo campo de disputa entre petismo e antipetismo e houve um aprofundamento na dimensão nacionalista das manifestações à direita. (Mendonça, 2022, p. 13).

Podemos dizer que as Jornadas propiciaram a aparição pública de forças e pensamentos autoritários presentes na sociedade brasileira. Claro, aquelas forças não surgiram ali, mas foi em 2013 que um portal se abriu para elas. Foram se ampliando, ganhando corpo, até saírem do seu próprio nicho, crescendo seus tentáculos. Essas forças, junto a inúmeras variáveis, inclusive de ordem internacional, no contexto da crise das democracias liberais, acabaram por produzir terreno para o resultado eleitoral de 2018 no Brasil, cujo ápice foi a eleição do capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro. O caminho até ali passou por uma total desarticulação do campo e da vida democrática no Brasil. O *day after* de 2013 encontrou alguns momentos em que todas as regras da convivência política foram rompidas, rechaçadas e pisoteadas, e eles passam, principalmente, pelo resultado da eleição presidencial de 2014 e pelo processo de impeachment que cassou o mandato da primeira mulher eleita e reeleita presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

### 2.3 A democracia trinca: o impeachment de 2016

Não que as avaliações de Junho tenham deixado de oscilar enormemente antes da eleição de 2018, pelo contrário. As interpretações dos acontecimentos do período 2013-4 variaram conforme foram se sucedendo: a severa recessão de 2015-6, o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a prisão de Lula, em abril de 2018, a eleição de Bolsonaro, em outubro do mesmo ano. Cada um desses eventos decisivos tornou as explicações retrospectivas, em sentido preciso: Junho de 2013 e os eventos posteriores à eleição de 2014 não só passaram a supostamente ganhar seu verdadeiro sentido a partir de cada um desses acontecimentos como passaram a poder ser explicados por esses resultados.

Nessa conta de chegada explicativa, o período 2013-4 se torna apenas uma etapa de um processo cujo fim está posto no evento presente que se está tentando analisar. Em certo sentido, pode-se dizer que toda análise faz isso, implícita ou explicitamente. Que toda análise busca entender o presente e, portanto, está dirigida a ele. (Nobre, 2022, p. 12-13).

Estamos em 2023, o ano que veio depois de um dos processos eleitorais mais polarizados da história do Brasil. A revisão bibliográfica utilizada nesta pesquisa para melhor elucidar o contexto político da sociedade brasileira na última década coaduna com a ideia de crise política e ascensão ao poder de um representante da extrema direita afeito ao autoritarismo, tudo isso cruzando-se com uma pandemia. Um período de traumas sucessivos, violação de regras republicanas e quebra do pacto democrático. A sequência iniciada após as Jornadas de 2013 trouxe a fragilização da democracia, o enfraquecimento das instituições que a sustentam e a agudização da crise de representatividade. A frase “o

gigante acordou” circulou naquele junho e no período posterior como orgulho dos manifestantes, mas o que decorreu a partir daquele momento em nada – absolutamente nada – enaltece a história política do Brasil, muito pelo contrário (O Gigante [...], 2019)<sup>9</sup>.

Todo processo histórico traz lições que ajudam a melhor enxergar a sociedade que o produziu, sobretudo em ambientes sociais complexos como o nosso. Assim, o Brasil que emergiu a partir de 2013 revelou ainda mais suas contradições. Apareceu de maneira mais clara a defesa dos marcadores sociais, da estratificação, além de evidenciar nossas diferenças e conflitos. Somos uma sociedade forjada na violência e no açoite da escravidão. A violência que esteve presente de maneira pontual nas Jornadas, passou a marcar a vida política e as relações sociais das mais diferentes formas e escalou de maneira crescente ao longo da última década, levando-nos a refletir sobre a nossa história e sobre a própria fundação da nação Brasil a partir da escravidão.

Apesar de esse debate não estar ligado diretamente a este estudo, é fato que a questão racial circunda de maneira significativa temas relacionados à agenda pública, política e social dos últimos anos. A questão racial diz muito sobre a exclusão social e impacta o entendimento sobre a nossa relação com a violência. O debate sobre o marcador racial e a sociedade brasileira sempre foi necessário, mas nunca esteve tão presente em nosso cotidiano.

A escravidão no Brasil foi uma tragédia humanitária de proporções gigantescas. Arrancados do continente e da cultura em que nasceram, os africanos e seus descendentes construíram o Brasil com seu trabalho árduo, sofreram humilhações e violências foram explorados e discriminados. Essa foi a experiência mais determinante na história brasileira, com impacto profundo na cultura e no sistema político que deu origem ao país depois da Independência, em 1822. Nenhum outro assunto é tão importante e tão definidor para a construção da nossa identidade. (Gomes, 2019, p. 34).

Tornaram-se mais visíveis cenas de violências: racial, de gênero, urbana, doméstica, sexual, econômica, patrimonial e institucional. Violência política. Se nos deparamos com elas através dos meios de comunicação e do debate público que refletia a polarização política nas mídias sociais, os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública<sup>10</sup>, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, refletia em seus números, ano a ano, essa escalada da violência.

---

<sup>9</sup> A citação faz menção a matéria veiculada no Blog do Sócio na Revista Carta Capital.

<sup>10</sup>O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas Secretarias de Segurança Pública estaduais, pelas polícias civil, militar e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados.

A violência fundadora do Brasil passou a se mostrar em debates públicos, nas mídias e redes sociais e, sem pudores, mostrou-se ao mundo na solenidade de abertura da Copa do Mundo de 2014, quando a presidente do país foi hostilizada pelo público presente à Arena Corinthians, em São Paulo: “Xingamentos contra a presidente foram ouvidos em dois momentos antes da partida: após a chegada de Dilma ao estádio e após a execução do hino nacional, já há poucos minutos do início do jogo. No segundo tempo, Dilma foi xingada mais duas vezes” (Dilma [...], 2014)<sup>11</sup>.

Os palavrões começaram pela área VIP, mas talvez seja importante registrar que o acesso às arenas construídas para esse megaevento tinha preço de ingressos inacessíveis para a população em geral. Eram caros, portanto, o que nos permite identificar o estrato social da população que praticou essa violência simbólica e política contra a presidente do país. O ano era 2014 e, sim, a Copa do Mundo aconteceu; a presidente Dilma voltou a ser “hostilizada” na cerimônia de encerramento do evento, e o país permaneceu conflagrado, nas ruas e nas redes sociais.

O processo eleitoral foi duríssimo, a pauta anticorrupção esteve permanentemente em debate, mas já era possível perceber representantes daquele grupo, caracterizado como patriotas nos protestos de 2013, atuando em vários momentos da campanha e antes dela. Um exemplo disso foi a reação ao Mais Médicos, programa apresentado como esforço para responder às demandas apresentadas nas Jornadas de Junho e que veio se tornar uma pauta que caracterizaria a aguda polarização da política nacional nos anos seguintes.

Enquanto a crise fermentava nas instituições, agentes e agendas de junho continuaram nas ruas, mas em atos pequenos e apartados. Dois setores inverteram posições ao longo de 2014: o protagonismo à esquerda do governo passou dos grupos de estilo autonomista para os de estilo socialista. E o setor patriota se hipertrofiou já em julho, sublevado contra o programa Mais Médicos — resposta de Dilma às demandas do mês anterior. (Alonso, 2017, p. 54).

A pauta de costumes se fez presente, assim como uma série de pautas de um segmento de direita presente na sociedade e que começava a se insinuar publicamente de maneira efetiva, tornando aquela polarização política entre PSDB e PT ainda mais incisiva. Tudo isso produzia, por óbvio, reflexo direto na vida social do país, que respirava a disputa eleitoral. Nos encontros familiares dos domingos ou nos sites de redes sociais, debater sobre política e eleição estava na ordem do dia.

---

<sup>11</sup> O trecho cita matéria veiculada no Portal G1 em 2014.

Com efeito, a direita introduziu novos elementos na conjuntura que são relevantes: a histriônica defesa da família heterossexual e do criacionismo; a defesa da privatização da Petrobras (a Empresa foi um tema central da campanha em virtude da comprovação de grandes esquemas de corrupção que envolvem forças políticas vinculadas ao governo Lula da Silva), a ofensiva contra o governo da Bolívia, supostamente em nome do combate ao narcotráfico, a defesa minoritária de uma intervenção militar no país, e o clamor por uma maior associação aos EUA indicam mudanças no debate político do país. Essas pressões relativamente difusas vindas de baixo colocaram a candidatura do PSDB como o esteio natural dessas vozes. (Leher, 2014, p. 10).

É possível afirmar que o processo eleitoral de 2014 foi o mais acirrado e polarizado desde 1989. Dilma Rousseff e Aécio Neves protagonizaram uma eleição do tipo plebiscitária, em uma escolha entre a continuidade dos governos do Partido dos Trabalhadores ou a mudança proposta pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB.

O cenário da disputa eleitoral já mostrava um pouco mais do perfil violento da sociedade brasileira. Existia um espírito de “faxina ética” estimulado pela imprensa e pela opinião pública que o julgamento do Mensalão não aplacou, ao contrário, potencializou. Nesse ínterim, a Polícia Federal começou outra operação com o intuito de investigar crimes de corrupção, a Lava Jato.

Na última semana do segundo turno do processo eleitoral de 2014, a praticamente dois dias do dia da votação, a revista *Veja* (Bonin, 2014) sai com uma capa emblemática que trazia as imagens do ex-presidente Lula e da presidente Dilma acompanhada da seguinte manchete sobre a operação Lava Jato: "Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF". Os agentes da operação haviam vazado informações e o conteúdo da delação feita pelo doleiro aos agentes da Lava Jato. Deveria ter sido a “pá de cal” na tentativa de reeleição da presidente Dilma. Deveria ter sido, porque a presidente se reelegeu, com uma diferença pequena, é fato, mas se reelegeu.

O resultado da eleição poderia cumprir o papel de acalmar os ânimos e estabilizar um pouco a vida política do país, no entanto, isso não ocorreu. O resultado foi contestado. Nas ruas e no campo institucional. O PSDB de Aécio Neves pediu ao TSE a cassação do mandato de Dilma (Passarinho, 2014), alegando fraude nas apurações. Os grupos antipetistas permaneceram mobilizados. Segundo Alonso,

Tratava-se de grupos que se decepcionaram com o desfecho das eleições presidenciais. Seis dias após a reeleição de Dilma, reagiram: “Fomos roubados nas urnas”. No aniversário da República, o estilo patriota se firmou, carregando símbolos nacionais, artistas e 10 mil pessoas para a Paulista, embalados por novo escândalo, o Petrolão. O Reaçonaria, autoapresentado como o “maior portal conservador do Brasil”, listou “gritos de ordem contra a corrupção, o PT, a inflação, em defesa do juiz federal Sérgio Moro, pelas investigações do Petrolão e

a favor da PM". Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção ("Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão"). Nas faixas, as críticas se afunilaram no impeachment de Dilma e emergiu líder alternativo à política profissional: "Somos todos Sérgio Moro". (Alonso, 2017, p. 54).

O fato é que Dilma Rousseff praticamente não governou em seu segundo mandato. O tempo no qual ela permaneceu como presidente foi dedicado a tentar contornar a crise política, agravada por alguns fatores: pelo perfil conservador e de direita do parlamento que tomou posse para o exercício de 2015-2018; pela eleição do deputado Eduardo Cunha, do PMDB, para a presidência da Câmara dos Deputados; e pelas chamadas pautas-bomba<sup>12</sup>, que buscavam desestabilizar ainda mais o governo.

Em janeiro de 2015, Dilma Rousseff iniciou seu segundo mandato sob fogo cruzado, com um cenário que combinava crise política e crise econômica. Visando reagir à crise e responder às exigências do mercado, um mês após ser reeleita, Rousseff contrariou promessas de campanha e deu início a um programa de ajuste fiscal, nos moldes defendidos pelo candidato derrotado, dando fim ao "ensaio neodesenvolvimentista" que marcara o seu primeiro mandato (Singer 2016). O aceno ao mercado não surtiu os efeitos esperados e agravou as relações de Rousseff com sua base aliada, que acusou a presidente de estelionato eleitoral. A queda nos indicadores econômicos e de popularidade do governo abriram oportunidades inéditas para o avanço dos opositoristas nas ruas. (Tatagiba, 2018, p. 127-128).

Naquele cenário, a Lava Jato se mantinha em curso e o antipetismo perseverava como sentimento e força política. Sim, a jovem democracia brasileira sofreu um duro golpe; "em nome de Deus, da família, esposa, filhos e filhas, em nome de torturadores e animais de estimação", a classe política cassou, sem crime de responsabilidade, o mandato da primeira mulher eleita presidente do Brasil. A partir dali, o país viu crescer ainda mais o sentimento de judicialização da política e de uma ideia meio torta de renovação das instituições políticas por meio de pessoas de fora dela, *outsiders*, portanto. Foi inaugurada uma nova fase da crise política brasileira.

#### 2.4 Combate à corrupção e novos atores na política em Sergipe: abram alas, as delegadas vão passar

O ciclo político do Brasil após 2013 viu surgir uma onda intencional de despolitização e de criminalização da política. Operações e mais operações da Polícia

---

<sup>12</sup> Pauta-bomba é como é chamado no Brasil o projeto de lei que gera gastos públicos e que está na contramão do ajuste fiscal, dificultando que se atinja a meta fiscal. Ou seja, são medidas que causam impacto nos cofres públicos.

Federal pareciam elevar membros de instituições como a própria polícia, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal a heróis da nação, responsáveis por colocar na cadeia membros da classe política, do setor empresarial, doleiros e afins. A operação Lava Jato ganhou total espaço na agenda pública e passou anos como tema principal das edições dos telejornais do país.

Em um ambiente hostil à política, as lideranças que emergiram à visibilidade pública eram de fora dela. Figuras como o juiz Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol aparecem como expressões nacionais. No caso de Dallagnol, ele ganhou notoriedade exatamente por integrar e coordenar a força-tarefa da Operação Lava Jato. Estar associado à ideia de combate à corrupção e ser um agente de criminalização e de negação da política eram premissas fundamentais para a conquista dessa notoriedade.

Em um ambiente como esse, em que agentes do Estado agem politicamente e disseminam ideias que encontram ressonância na sociedade, é esperado o reflexo disso nos processos eleitorais. E chegou. O lavajatismo – como passaram a ser chamadas as práticas do conglomerado de instituições que agiam no âmbito da Operação Lava Jato – influenciou as eleições municipais de 2016 e foi responsável direto pelos principais acontecimentos políticos e eleitorais de 2018. Neste ano, foram eleitos em todo o país 110 parlamentares em primeiro mandato – inseridos, portanto, no conceito de *outsiders* (Picusa; Souza; Codato, 2023).

O lavajatismo e as forças conservadoras e liberais ganharam corpo pelo Brasil ao longo dos anos que se seguiram a 2013. Talvez o dado mais emblemático disso tenha sido a eleição, no processo eleitoral de 2018, de figuras das mais diferentes patentes das polícias, delegadas e delegados, assim como ex-juízes. A grande maioria surgida de ambientes de criminalização da política.

Em Sergipe, ainda em 2008, quando estava em curso no país o fortalecimento das instituições de controle, foi criado na estrutura da Secretaria de Segurança Pública o Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), assim descrito no site oficial da Polícia Civil do Estado de Sergipe:

Especializado em investigar fraudes, desfalques, sonegação de impostos, enfim, “crimes de colarinho branco”, o Deotap é uma unidade especializada da Polícia Civil que surgiu no ano de 2009 a partir da fusão da antiga Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (Deot) com o Núcleo de Combate a Crimes Contra a Administração Pública (Nuicap), então ligado ao Centro de Operações Policiais Especiais (Cope). As operações realizadas por esta unidade da Polícia Civil têm altíssima repercussão midiática, seja por causa das pessoas que são presas, seja por

causa das somas de valores que o Deotap consegue recuperar para os cofres públicos. (Polícia Civil Estado de Sergipe, 2019).

Parece-nos no mínimo curioso o uso da expressão “altíssima repercussão midiática” no site da própria Polícia Civil, o que demonstra a ideia de visibilidade dos agentes envolvidos nas operações policiais daquele departamento. Quando o país se vê tomado pelo debate anticorrupção e com o lavajatismo dominando a esfera pública, atores identificados com esse pensamento encontraram ambiente fértil para protagonizar uma pauta similar por essas plagas.

É por sua atuação na Deotap no período de 2014 a 2017 que a delegada Danielle Garcia se destaca e se torna um nome da cena local ao comandar operações como “Babel” e “Indenizar-se”. Ela teve atuação marcante em investigações de supostos crimes que envolviam desvios de recursos públicos, culminando, inclusive, em prisões e afastamento de vereadores de Aracaju e gestores públicos. São casos que se enquadram no que tradicionalmente chamamos de “crimes do colarinho branco”, e assim foram descritos por ela.

Essa atuação rendeu grande notoriedade a Danielle, de modo que sua imagem de mulher, delegada e representante do combate à corrupção em Sergipe ficou muito forte. Durante o período à frente da Deotap, sua presença na mídia foi intensa, exatamente porque suas ações dialogavam com o que estava acontecendo nacionalmente. E o fato do então governador Jackson Barreto tê-la exonerado do cargo e trocado nomes de toda a cúpula da Secretaria de Segurança Pública sem uma justificativa plausível gerou ainda mais visibilidade, para ela e para outros membros do seu agrupamento, a exemplo do delegado Alessandro Vieira, que estava no comando geral da Polícia Civil e também foi exonerado nesse mesmo contexto.

Dali em diante, elementos do cenário político nacional entram em cena na realidade local. Danielle e Alessandro permanecem com visibilidade, e uma das organizações de formação política passa a fazer parte da caminhada de ambos: o RenovaBR.

Criado no início do ano de 2017, o RenovaBR faz parte de uma série de outras representações brasileiras agregadoras de aspirantes políticos, a exemplo do Movimento Agora!, da Rede de Ação Política e Sustentabilidade (Raps), do Brasil 21 e do Movimento Acredito. Contando com o apoio empresarial e quase sem nenhum suporte partidário, o RenovaBR formou, desde 2018, cerca de duas mil lideranças em todo o Brasil. Como pauta, há a promoção de capacitação e aperfeiçoamento dos que almejam ingressar na carreira

política, fortalecendo o pensamento de uma instituição republicana sem as velhas práticas rechaçadas, baseadas em pensamentos cívicos e na construção de um propósito comum de justiça, igualdade, sustentabilidade e progresso.

É importante salientar algumas personalidades por trás dessa iniciativa, como o apresentador de TV Luciano Huck; o empresário do ramo financeiro Eduardo Mufarej; o empresário do ramo de papéis Wolff Klabin; entre outros. O ex-deputado federal Ciro Gomes (PDT-CE), por exemplo, levantou a hipótese de que esses movimentos configurariam uma espécie de “partido clandestino” para burlar o financiamento empresarial nas campanhas eleitorais (Ohana, 2019).

No processo eleitoral de 2018, havia uma expectativa em torno de uma possível candidatura de Danielle Garcia para um cargo legislativo. Ela seria a *outsider* com maior visibilidade e força para representar o lavajatismo no processo eleitoral sergipano. No entanto, por motivos que ainda buscaremos abordar neste trabalho, coube ao delegado Alessandro Vieira essa missão. E ela foi cumprida com êxito. Ele se elegeu senador de Sergipe como um representante do RenovaBR em uma chapa sem coligações, com 25,95% dos votos válidos do estado (474.449 votos), sendo, portanto, o mais votado, deixando para trás figuras carimbadas da política sergipana, como os ex-governadores Jackson Barreto (MDB) e Antônio Carlos Valadares (PSB), e o ex-deputado federal André Moura (PSC).

Ainda assim, Danielle Garcia se tornou uma espécie de protagonista no segundo turno da eleição para o governo do estado, na defesa do candidato Valadares Filho (PSB), nome apresentado por um dos segmentos que faziam oposição ao governador reeleito naquele pleito, Belivaldo Chagas (PSD). Durante as suas aparições, Danielle tratou de resgatar e ratificar todo o histórico do seu trabalho no Deotap e as motivações da sua saída. A história foi repetida à exaustão. Motivada pela eleição do seu colega Alessandro Vieira, ela se apresentava, ali, como um nome que estaria presente nas próximas disputas políticas.

Não por coincidência, mas como parte de toda a conjuntura que engendrou ideias de negação e criminalização da política e a invenção de *outsiders*, Danielle Garcia e o senador eleito Alessandro Vieira, naquele mesmo processo de segundo turno eleitoral, declararam voto e engrossaram as fileiras do bolsonarismo em Sergipe. Alguns meses depois, a delegada embarcava para Brasília atendendo o convite do ministro da Justiça Sérgio Moro para atuar no Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça.

Danielle só voltaria a Aracaju em dezembro de 2019, para anunciar sua filiação ao Cidadania e sua pré-candidatura à Prefeitura de Aracaju. Naquele pleito, chegou ao segundo turno disputando com Edvaldo Nogueira (PDT), prefeito que acabou reeleito.

Em 2022, agora no Podemos, partido ao qual se filiou na esteira da pré-candidatura do ex-juiz lavajatista Sérgio Moro, Danielle Garcia colocou seu nome mais uma vez numa disputa eleitoral, desta feita em busca da vaga aberta para o Senado da República, em dobradinha com o senador Alessandro Vieira, candidato a governador, não eleito. Mais uma vez, Danielle não logrou êxito, mas permaneceu ativa na política e acabou assumindo a Secretaria de Políticas para Mulheres no governo estadual que se iniciou em janeiro de 2023, liderado pelo governador Fábio Mitidieri, do PSD.

Paralelamente, nossa outra personagem, a delegada Katarina Feitoza, construía um caminho profissionalmente exitoso em sua carreira como membra da Polícia Judiciária de Sergipe. Ali ela ingressou no ano de 2001 e, ao longo de 20 anos, assumiu diversos cargos de gestão e comando na estrutura da Secretaria de Segurança Pública: em Coordenadorias de Polícia do Interior e da Capital; na Corregedoria da Polícia Civil; na Coordenação Geral do Subsistema de Inteligência em Segurança Pública; até chegar, por duas vezes, no topo da carreira ao tornar-se delegada-geral, cargo que ocupava quando se desincompatibilizou em 2020 para disputar a eleição municipal na condição de candidata a vice-prefeita.

Nos parece que o convite para a entrada de Katarina naquele processo eleitoral e na própria vida política possui relação direta com o fato de ser mulher e delegada, talvez como um contraponto à participação de Danielle Garcia ou mesmo para ser uma espécie de compensação ou resposta ao contexto, afirmativa atestada posteriormente pelo próprio estrategista da campanha de Edvaldo Nogueira à reeleição.

A entrada de Katarina no pleito eleitoral de 2020 também apresenta, portanto, relação direta com essa conjuntura nacional e com a onda de participação de *outsiders* em processos eleitorais, muito presente, como vimos, nas eleições de 2018 e que continuou em voga naquele ano de 2020. Assim, ter uma mulher delegada ocupando a vaga de vice na chapa da situação que buscava a reeleição do prefeito Edvaldo Nogueira cumpria duas funções: colocar na disputa uma colega da delegada que aparecia como uma forte oponente naquele pleito eleitoral; e, talvez a principal função tenha sido compor a chapa com uma presença feminina. Entendemos, nesta pesquisa, que o pleito eleitoral de Aracaju teve, nessa especificidade da presença de mulheres delegadas na disputa, algo com muito potencial para

ser estudado, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista comunicacional, ou, como é nosso caso, a partir da interface entres os dois vieses.

### **3. SE ELAS VÃO PASSAR, A DISCUSSÃO PRECISA SER DE GÊNERO**

Ao entrarem na disputa por um mandato na política sergipana, Danielle Garcia e Katarina Feitoza engrossam as fileiras da participação feminina em espaços de poder no Estado de Sergipe. Dito de outra forma, essa disputa está inserida no complexo debate acerca da participação da mulher na política brasileira, ainda muito limitada, complicada e cheia de percalços. Uma participação que suscita debates tão importantes quanto diversos, afinal, estamos em um momento no qual a demanda por uma maior participação de mulheres na política é crescente, a ponto de trazer sempre uma questão premente sobre o tema: o que muda efetivamente nos espaços de poder quando as mulheres passam a ocupá-los com mais frequência?

Deixemos claro que o debate sobre essa participação possui relação direta com a própria presença da mulher na sociedade, uma vez que elas já são maioria na população brasileira há algum tempo, todavia, somente com a Constituição de 1988 as mulheres passaram a ser mencionadas na Carta Magna do país como detentoras de direitos e cidadania, através do já marcante e sempre citado artigo 5º da Constituição<sup>13</sup>. Essa primeira informação diz muito sobre como é recente em nosso país a incorporação das mulheres como cidadãs.

Essa é uma questão de fundo nesta pesquisa, porque ela diz respeito a essa necessidade de termos mais mulheres em espaços de representação política e de poder, de maneira geral. Uma presença que materialize minimamente a proporcionalidade de mulheres na sociedade, além de representar a diversidade delas em um país miscigenado e tão cheio de contrastes sociais como o Brasil. Nesse ponto, reside uma premissa: a representação feminina na política precisaria também possuir relação com a presença de mulheres dos mais diferentes espectros ideológicos, conservadoras e liberais, de esquerda e de direita, de raça e de classe, que possam atuar, em determinados pontos e circunstâncias, em uma pauta comum mínima dentro do universo da defesa dos direitos das mulheres. A história recente do país, pós-ditadura militar, mostra que isso, muito embora complexo, é possível.

---

<sup>13</sup> “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição [...]” (Brasil, [1988] 2020).

Sobre essa possibilidade, começemos tentando entender um pouco mais acerca do nosso processo mais recente nessa caminhada por participação e por direitos femininos na política brasileira, através dos dados estatísticos que retratam exatamente essa participação nas legislaturas depois do fim do regime militar, no período que comumente chamamos de Nova República:

<b>LEGISLATURA</b>	<b>DEPUTADAS ELEITAS</b>	<b>SENADORAS ELEITAS</b>
1987-1990	26	00
1991-1994	30	03
1995-1998	33	04
1999-2002	28	04
2003-2006	43	10
2007-2010	45	10
2011-2014	45	12
2015-2018	51	13
2019-2022	77	12
2023-2026	91	10

Fonte: Elaboração própria<sup>14</sup>.

As mulheres ainda enfrentam inúmeros entraves para uma efetiva participação em espaços políticos e de poder. É histórico, é um processo, e por isso mesmo o tema ainda é tratado da maneira como de fato se apresenta: uma sub-representação. As mulheres brasileiras estão sub-representadas nos lugares onde as decisões do país são tomadas. Apesar de ser uma luta histórica que ganhou contornos mais efetivos com a redemocratização do país, em 1985, e a posterior instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a chamada Constituição Cidadã de 1988, o número de mulheres em parlamentos e cargos executivos continua bem aquém do percentual que elas representam na população brasileira. Basta, para isso, atentarmos para o quadro acima e percebermos que agora, em 2023, ainda representamos apenas 17,7% da Câmara Federal.

Pesquisar a chegada de duas novas agentes na política sergipana, as delegadas Danielle Garcia e Katarina Feitoza, implica uma leitura sobre a própria evolução da

<sup>14</sup> Adaptado de dados fornecidos pela Câmara Federal.

presença feminina na política nacional, com foco no contexto atual, da última década, quando o país passou por uma série de mudanças no cenário político. Estamos falando de junho de 2013, o marco temporal do qual partimos nesta pesquisa. Essas mudanças trouxeram novos atores à cena e, mais que isso, mudaram a correlação de forças no tabuleiro do poder e alteraram as posições dos espectros políticos, sobretudo se pensarmos que os polos direita e esquerda mudaram de posição, da situação para a oposição. E ainda: o que chamamos hoje de extrema direita nem aparecia de maneira tão visível no tabuleiro da política brasileira no contexto da redemocratização e dos primeiros anos da Nova República, no entanto, passou a governar o país a partir de janeiro de 2019.

Essas mudanças trouxeram à baila um forte e permanente tensionamento ao sistema democrático brasileiro e às suas instituições, mas também a grupos e segmentos historicamente discriminados ou secundarizados na sociedade. Tensionando, sobretudo, a tríade formada por raça, classe e gênero. Aqui faremos um recorte por entendermos que o debate de gênero – a pauta de costumes e de valores morais – possui uma relação direta com a chamada erosão da democracia. E entendemos que essa discussão precisa começar por um passeio sobre a participação feminina na política brasileira nos últimos anos.

A participação política das mulheres no Brasil tem sido um tema de interesse tanto no ambiente acadêmico (Araújo, 2005; Biroli, 2014, 2017, 2020; Corrêa, 2018; Moritz, 2013, 2022; Panke, 2017; Sarmiento, Elias, Marques, 2021) quanto no próprio debate público da sociedade. Um marco importante quando pensamos em nossa história recente é o processo de redemocratização do país, visto que a própria composição da Assembleia Nacional Constituinte contou com uma participação feminina diminuta, mas muito significativa, a ponto de conseguir aprovar várias propostas da pauta feminina num Congresso majoritariamente masculino<sup>15</sup>. Todavia, é inviável discutir um processo como esse sem pensar nele como resultado de uma engrenagem anterior, de muita organização feminina em torno de entidades, associações e agrupamentos políticos nos quais elas estiveram presentes, inclusive na própria luta pelo fim da ditadura militar. Isso implica entender que movimentos sociais em geral caminham com avanços e retrocessos de acordo com o contexto sócio-histórico; assim também ocorre com os movimentos feministas.

Ao se entender que não existe uma trajetória linear em direção ao progresso, posto que os direitos são conquistas históricas sujeitas a retrocessos, é possível distinguir dois grandes momentos na luta pelos direitos das mulheres no Brasil: a ditadura e

---

<sup>15</sup> A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 era formada por 559 membros, entre senadores e deputados federais. Desses, apenas 26 eram mulheres, o que representava menos de 5% do total. Além disso, a maioria dos parlamentares era formada homens brancos e de partidos tradicionais.

a democracia. Tais períodos determinaram limites e possibilidades no exercício da *advocacy* feminista, ator fundamental em todas as etapas desse processo de afirmação de direitos das mulheres. Por *advocacy*, entende-se uma ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais ou internacionais no sentido de alcançar determinado objetivo. Um movimento que requer uma análise de campo, ou seja, dos diferentes atores com interesses comuns ou divergentes que disputam objetivo semelhante, bem como o estabelecimento de alianças e a utilização de instrumentos diversos ao longo do processo. Uma das características marcantes do movimento feminista brasileiro é sua capacidade de realizar ações de *advocacy* por leis e políticas públicas, definindo objetivos e estratégias de atuação. (Pitanguy, 2019, p. 81-82).

O *link* entre esses dois ciclos, o da ditadura e o da redemocratização, engendra algo muito significativo presente naquele contexto: o nível de organização feminina na sociedade civil. As mulheres estavam organizadas em conselhos, associações, sindicatos, para além das entidades feministas que atuavam na sociedade, e exerciam pressão a partir das ruas desde os anos de chumbo, de acirramento da vida política nacional. As ideias de uma nova onda feminista estavam presentes naquela atuação, muito embora sofressem resistência tanto dos homens de direita, aliados da ditadura, quanto da grande maioria dos companheiros de esquerda, que sempre argumentaram que lutas "setoriais" dividiriam a luta maior, pela derrubada do sistema opressor e ditatorial.

Aquele acúmulo foi fundamental para o avanço das lutas feministas, seja nos anos finais da ditadura militar ou no pós-eleições de 1982, na formação dos governos de oposição constituídos no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no Movimento das Diretas Já, com uma culminância central na atuação que acabou por imprimir à Carta Constitucional de 1988 uma perspectiva de gênero, tanto do ponto de vista político quanto institucional. Um avanço sem precedentes, indubitavelmente.

As eleições de 1982 constituem um marco na transição democrática, pois consagram a vitória da oposição nos principais colégios eleitorais do país, com Franco Montoro em São Paulo, Tancredo Neves em Minas Gerais e Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Após anos de divórcio entre a sociedade civil e o estado, a agenda dos direitos humanos e da igualdade das mulheres já não ecoava tão somente nas ruas, posto que feministas davam um primeiro passo em direção ao estado, em nível estadual, por meio da criação de espaços institucionais como o Conselho dos Direitos da Mulher em Minas Gerais e do Conselho da Condição Feminina em São Paulo. (Pitanguy, 2019, p. 84).

Há de se considerar que o país estava em transição, saindo de uma ditadura militar com muita repressão e conservadorismo, traços ainda presentes na própria composição da Assembleia Constituinte.

Naquele momento, o autoritarismo dos anos da ditadura não estava sendo propriamente superado, mas atualizado em novas formas do conservadorismo, sem dúvida matizadas pelas pressões que, com a transição, ganhavam maior presença

no debate político. O grupo que atuou diariamente junto ao Congresso e ao Executivo, em ações de *advocacy*, firmou uma agenda de direitos na Assembleia Constituinte e trabalhou para que houvesse alguma identidade na atuação política das 26 mulheres para ela eleitas. Elas eram pouco mais do que 5% do total de parlamentares, vinculadas a oito partidos diferentes e, na maioria, não tinham identificação prévia com as pautas feministas. Justamente por serem minoritárias em ambiente largamente masculino é que essa identidade na ação foi crucial, ampliando a efetividade de sua atuação ao menos naquelas temáticas que puderam ser assumidas como pautas comuns, apesar das diferenças ideológicas e partidárias. (Biroli, 2017, p. 174).

Além disso, chama atenção a capacidade de mobilização e o barulho produzido pelas mulheres para evidenciar a importância de ter a pauta de gênero naquele conjunto de leis que estavam sendo elaboradas e debatidas para o Brasil depois de um longo período de estado de exceção. O estímulo à participação feminina era feito através de convocação e pedidos para que as mulheres enviassem propostas para a Constituinte; isso em 1986, em um contexto em que essas propostas precisavam chegar em Brasília por escrito, através de cartas. E chegaram de todo o país. Houve ampla participação de mulheres pelos estados brasileiros, o que foi fundamental para que no dia 26 de março de 1987 ocorresse a entrega da *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes*. Isso foi somente parte do processo de trabalho, porque depois veio a atuação feminina no dia a dia das comissões de trabalho da própria Assembleia. E por que sabemos tão pouco sobre esse trabalho, sobre essa articulação e sobre essa vitória do feminismo?

Nenhum apagamento histórico acontece por acaso, razão pela qual talvez pouco se mencione esse rico momento da vida política do país e o papel relevante desempenhado por um grande número de mulheres brasileiras nesse período. No entanto, para o universo desta pesquisa, interessa-nos sobremaneira registrar esse episódio e suas nuances. Primeiro, porque situa a luta feminina como histórica e repleta de acúmulos e retrocessos a partir da política. Não somente da política partidária e institucional, mas da política em sua ampla dimensão social, parte fundamental da vida em sociedade. Depois, e não menos importante, porque mostra que o chamado "lobby do batom"<sup>16</sup> se constitui um didático exemplo de como a atuação feminina dos mais diferentes espectros políticos e origens pode acabar produzindo resultados efetivos para todas, a partir da definição e defesa de pautas comuns às mulheres (ainda que a universalidade alicerçada em gênero mas que desconsidera outros marcadores interseccionais possa ser questionada).

---

<sup>16</sup> Lobby do Batom é a maneira como foi chamado o movimento por direitos das mulheres no qual ativistas e legisladoras se mobilizaram para a elaboração da *Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes* com o objetivo de emplacar reivindicações da equidade de gênero na Constituição de 1988.

Vale mencionar, ainda, o esforço comunicacional realizado para difundir a mensagem "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher" e "Constituinte para valer tem que ter direitos de mulher", com ações de comunicação capitaneadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM).

O termo "lobby do batom" foi cunhado por homens, como uma maneira jocosa de tratar a ação das 26 mulheres deputadas (Della Costa, 2023). Elas estavam ali para garantir direitos femininos, para retirar a condição de cidadãs de segunda classe no Brasil, mas logo sofreram essa tentativa de desqualificação do seu trabalho e da sua atuação política, tratada como um capricho feminino, através da associação a um item de maquiagem, o batom. Contudo, a reação veio por meio da comunicação: as mulheres não só assumiram o nome, como transformaram a tentativa de deboche masculino em mais uma arma da ação política daquele amplo coletivo feminino. As deputadas e os movimentos de apoio à causa feminina fizeram uma associação imagética do batom ao soltar a voz através da boca, potencializar a fala e a capacidade das mulheres de falarem e defenderem seus direitos no novo Brasil que surgiria a partir da Constituição de 1988.

O Lobby do Batom – nome controverso imposto pelos homens e acatado a partir de uma estratégia de comunicação – juntou centenas de legisladoras e ativistas que, depois de ouvir essas mais de duas mil brasileiras, redigiram a "Carta das Mulheres Brasil aos Constituintes". Eram cerca de 70 reivindicações, entre elas o direito à licença maternidade, a destituição do homem como chefe da vida conjugal, a permissão de que mulheres fossem proprietárias de terra e o uso do substantivo "mulheres" ao invés de apenas "homens", no texto da Carta Magna. Essa inclusão, aliás, pode até parecer irrelevante, mas permitiu que, a partir de então, fossem desenhadas políticas públicas específicas para o público feminino. (Della Costa, 2023).

Uma engrenagem organizacional muito simbólica, toda ela fruto de acúmulo político e resistência feminina. No que diz respeito à transição democrática, é importante evidenciar que as mulheres participaram ativamente de organizações que questionavam e confrontavam a própria ditadura. Data do final dos anos 1970 uma organização mais efetiva no âmbito das pautas femininas e feministas. Foi assim que, no começo dos anos 1980 e em paralelo à luta pelo restabelecimento da democracia, as mulheres se organizavam politicamente, o que acabou sendo fundamental para o surgimento dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que resultou da atuação de grupos feministas e surgiu como proposta específica no VII Encontro Nacional Feminista, em Belo Horizonte (MG), em 1985.

Vinculado ao Ministério da Justiça, o CNDM respondia, no entanto, à Presidência da República. Tinha como finalidade promover, em âmbito nacional, políticas para a eliminação da discriminação contra a mulher, "assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos". Entre suas competências estavam a formulação de políticas para a "eliminação das discriminações que atingem a mulher", assessoria ao poder Executivo e a proposição de medidas "nas questões que atingem a mulher", além da sugestão de projetos de lei à Presidência, fiscalização e exigência de cumprimento de legislação, realização de convênios, análise de denúncias e manutenção de "canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades"(Lei nº 7.353, de 1985), expondo linguagens e preocupações presentes nos feminismos brasileiros naquele momento. O conselho foi composto por mulheres que representavam diferentes setores dos movimentos feministas, como Rose Marie Muraro e Lélia Gonzalez, e teve à frente, inicialmente a atriz e deputada estadual Ruth Escobar, a primeira a presidi-lo, e a socióloga Jacqueline Pitanguy, que presidiu o conselho no período da Constituinte. As temáticas nas quais o Conselho atuava também expunham a conexão com campanhas e protestos realizados por grupos organizados de mulheres desde os anos 1970 e a interface com movimentos atuantes nos anos 1980. (Biroli, 2017, p. 181).

Trata-se, assim, de um momento marcante dessa caminhada das mulheres brasileiras na seara da política, uma vez que produziu um nível de articulação e de novo arranjo para representantes femininas, sobretudo pela natureza heterogênea e diversa daquela composição. Uma articulação de mulheres de origens e posições políticas distintas, unidas por uma causa: garantir a presença de uma pauta feminina na Constituição de 1988. Essa rica movimentação foi responsável por conquistas significativas para as mulheres brasileiras. Foi uma engrenagem que, em essência, configurou-se num amplo movimento por igualdade de gênero responsável por aprovar 80% das demandas femininas, entre elas temas bastante elementares, como o direito das mulheres à posse de terras rurais em seu nome, à licença-maternidade e até mesmo o direito ao divórcio. Pautas que nos parecem comuns nos dias atuais, mas que foram causas, bandeiras e conquistas femininas fruto daquele movimento do "lobby do batom", uma das principais ações de *advocacy* dos direitos das mulheres na história do Brasil.

Além disso, se apoiou no estabelecimento de parceria com a bancada de mulheres na Câmara e no Senado. Agindo de forma suprapartidária, a maioria das integrantes dessa bancada feminina teve papel fundamental ao apoiar e apresentar emendas propostas pelo CNDM, cujas integrantes percorriam diariamente os corredores e gabinetes do Congresso Nacional e um trabalho presencial incessante durante todos os anos em que se desenvolveu o processo constituinte. (Pitanguy, 2019, p. 89).

Não foi uma conquista fácil, ao contrário, foi luta política em um cenário totalmente refratário à própria presença feminina no Congresso Nacional, basta atentar que nem banheiro feminino havia na Casa parlamentar naquele momento. Parece algo elementar, e é, mas nos diz muito do ponto de vista simbólico e material: não havia banheiro feminino

porque ali não era um lugar para mulher, porque ali era um espaço de poder e espaços de poder não eram para mulheres segundo a ótica vigente naquele momento e contra a qual se luta até hoje.

Nós éramos chamadas a voltar. Vai lavar sua roupa no seu tanque! Vai para o seu fogão, entendeu? Porque aqui não é lugar de mulher! É muito difícil ser mulher o tempo todo, até hoje. Aonde você esteja trabalhando, o homem ele sabe lidar com o poder, e nós não experimentamos muito isso. (Palavras [...], 2018).

Essas palavras da deputada constituinte Irma Passoni, registradas pelo documentário *Palavras de Mulher*, retratam bem o significado daquele período para quem estava na linha de frente da representação feminina, sobretudo se considerarmos que, no momento anterior, às mulheres não era concedido o direito de participar da vida política do país. Estava em curso um processo de redemocratização, e a presença delas – assim como a defesa dos seus direitos – se encaixa no entendimento de que somente em ambientes democráticos estão postas as possibilidades de serem tratados temas dos direitos humanos, inclusive com a possibilidade concreta de incorporação de ações de *advocacy* por parte dos atores envolvidos.

Esse episódio histórico é didático sob algumas óticas, como, por exemplo, pelo fato de evidenciar que igualdade de gênero e conquista de direitos para as mulheres não caem do céu. Ao contrário, são sempre resultado de muito posicionamento e luta. Depois, até pela maneira como essas mulheres atuaram durante o "lobby do batom", é emblemático o fato de elas estarem juntas em torno de uma pauta comum, mesmo com origens, partidos e posições divergentes dentro dos seus espectros políticos. Por fim e não menos importante, esse episódio evidencia de maneira incisiva a necessidade e a qualidade da participação feminina nos espaços de poder.

É importante, por isso, findarmos esta parte da pesquisa situando esse processo como uma luta feminista e uma vitória do feminismo brasileiro. Sim, porque a *Carta aos constituintes*, assim como boa parte das questões contidas nela, formam um conjunto de causas feministas. Esse registro é importante, até porque nos ajudará a melhor posicionarmos o que virá. Um grupo significativo das mulheres que lideraram o trabalho no CNDM e no próprio "lobby do batom" tiveram as bases de sua formação e ação política a partir de premissas da teoria feminista e das lutas do feminismo, pensando no acúmulo realizado desde o final dos anos 1970. Mais tarde, serão as feministas atacadas por supostamente buscarem destruir as famílias, em um contexto em que a direita brasileira coloca pautas de costume e valores morais como centrais na disputa política.

As lutas feministas tiveram diferentes expressões, heterogêneas como o próprio feminismo. A relação entre essas lutas e o feminismo teórico é fundamental, produzindo debates em que as fronteiras entre a luta política e a atividade intelectual e acadêmica são, em geral, mais porosas do que nas correntes predominantes da teoria política. Nas lutas pelo voto feminino e pelo acesso à educação, assim como na exigência de direitos iguais no casamento e do direito ao divórcio, do direito das mulheres à integridade física e a controlar sua capacidade reprodutiva, o feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, é claro, as também das formas de pensar o mundo que a legitimavam. (Biroli, 2014, p. 08).

Ali, naquele 1988, as mulheres e o feminismo foram vitoriosos. Isso diz muito sobre a importância de termos mulheres atuando na política, sobre como pautas que dizem respeito à sua realidade tornaram-se mais permeáveis às instituições públicas e sobre como a sociedade caminha em uma perspectiva mais inclusiva e em direção a mais igualdades de direitos.

### 3.1 Direita *volver*?

A experiência do "lobby do batom" tem dimensão histórica ao tempo em que apresenta uma reduzida visibilidade para o seu significado. Seu ápice é a promulgação da Carta Constitucional de 1988 – em vigor até os dias atuais –, no dia 5 de outubro de 1988. Conhecida como a "Constituição Cidadã", ela é a sétima adotada pelo país e teve como fundamentos dar maior liberdade e direitos aos cidadãos. De alguma maneira, essa expectativa com a Carta – o fato de o país estar saindo de um longo período de redução de direitos e da própria liberdade – criou ambiente favorável para que pautas femininas fossem incorporadas ao corpo de leis da nova Carta Magna do país.

Não nos cabe, neste trabalho, descrever cronologicamente e em detalhes os passos que se seguiram, em relação aos direitos femininos, à atuação das entidades e organizações feministas e à institucionalização de políticas públicas desde a promulgação da Carta de 1988, há exatos 35 anos. Todavia, cabe dizer que o marcador de gênero seguiu pautando debates e sendo alvo de avanços e retrocessos ao longo desse período. Cabe, ainda, afirmar que a caminhada nesse campo permaneceu central, palco de muita construção, luta e posicionamento, com momentos alvissareiros e outros nem tanto, até chegarmos aqui, em 2023, com o marcador de gênero seguindo como pauta política para a sociedade e, principalmente, para as mulheres.

Desse processo, destaco como emblemática a aprovação da lei de cotas<sup>17</sup>, em 1995, que estabeleceu as normas para as eleições municipais do ano seguinte, e demarcou uma cota mínima de 20% para as mulheres. O processo de eleição municipal de 1996 foi o primeiro, portanto, com cotas femininas. Hoje a legislação prevê cota mínima de 30% e máxima de 70% para ambos os sexos. Mais à frente, trataremos do ritmo dos avanços mesmo com essa legislação específica.

Questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, economia do cuidado, responsabilidades domésticas, família, maternidade, direitos sexuais e reprodutivos, feminismo e atuação política seguem como temas fundamentais, na ordem do dia para as mulheres, porque, afinal, o trato desses temas têm relação direta com elas e com as suas vidas em sociedade. Isso nos leva a questionar o porquê de tantas questões da sociedade passarem pelo marcador de gênero, pelo controle do comportamento e dos corpos femininos. Ou, mais diretamente, por que as pautas de costumes possuem relação direta com o comportamento e os corpos das mulheres? Muitas vezes somos levados a pensar que houve uma migração da atenção à economia, aos temas acerca das políticas públicas, para os temas morais e de costumes. É disso que se trata?

Bem, há uma complexidade grande nessa interrogação, uma vez que é possível analisar o controle dos corpos femininos, da reprodução e todo o leque da agenda de costumes dentro do sistema capitalista, masculino e patriarcal do mundo. Sim, porque pensar nesse controle implica considerar a permanência de privilégios masculinos e a sua manutenção a partir dos lugares ou papéis sociais determinados por marcadores de gênero. Esse controle sobre o corpo feminino acaba por engendrar situações que possuem relação direta com o acesso ao mundo do trabalho, condição fundamental para a emancipação feminina na sociedade, além de ser uma maneira de manter as mulheres distantes do poder e dos espaços públicos. Exatamente por isso, essa é uma pauta conservadora e totalmente presente nas defesas preconizadas nessa onda ultradireitista em curso em vários países do mundo.

A relação entre econômico e moral nos permite, ainda, abordar aspectos estruturais, como a pressão para que os papéis sejam mantidos de acordo com as hierarquias convencionais (tanto no que diz respeito à sexualidade quanto à maternidade e à divisão sexual do trabalho) e a dimensão da subjetividade. A transformação da ação estatal, por exemplo, vai além da oposição entre regulamentação e desregulamentação, e seria melhor abordada como um novo

---

<sup>17</sup> Lei nº 9.100 – art. 11, § 3º. Diário Oficial da União, de 02 de outubro de 1995. A autora do projeto de lei foi a deputada federal Marta Suplicy (PT/SP).

padrão de regulação, no qual se estruturam novas relações entre governo e sujeitos sociais. (Biroli, 2020, p. 148).

Essa visão neoconservadora serve-se ao papel da defesa de uma sociedade de base patriarcal, fundada na dominação masculina, na qual valores morais relacionados ao controle das mulheres ou à decisão sobre os seus papéis sociais acabam por ocupar a centralidade do debate público, em uma relação com fenômenos sociais tratados como erosão da democracia ou desdemocratização das sociedades.

O neoconservadorismo defende as tradições morais, mas o faz de modo a instrumentalizá-las na disputa política. Um dos aspectos dessa defesa é o louvor a uma antiga ordem na qual os papéis de gênero seriam "mais claros" e as mulheres cuidavam das demandas da vida familiar cotidiana enquanto os homens podiam "assumir os encargos da masculinidade"<sup>18</sup> Os defensores das tradições morais aderem em graus distintos a abordagens repressivas à diversidade e mobilizam visões antipluralistas, nas quais a aceitação e a naturalização de papéis e desigualdades sexuais funcionariam como respostas a um suposto declínio da ordem moral. (Biroli, 2020, p. 149).

Essas são defesas e entendimentos da direita, visões de mundo alinhadas a esse espectro político, e estão associadas às pautas morais e de costumes bem presentes no debate público brasileiro, e de modo mais marcante há pelo menos uma década. A contextualização que fizemos até aqui, tendo 2013 como ponto de partida da pesquisa, tem em 2018 um ponto nevrálgico, porque foi ali que o país efetivamente virou à direita ao eleger uma figura como Jair Bolsonaro como seu presidente. A polarização política chegou ao ponto máximo e a sociedade dobrou a aposta, promovendo através do voto popular uma guinada no que se convencionou chamar de Nova República<sup>18</sup>.

A eleição de um candidato com posições misóginas, homofóbicas e racistas, tal como Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), capitão do exército, defensor da tortura, da ditadura, com falas mais do que questionáveis em relação ao estupro e de outras inomináveis barbaridades, será, por isso, lembrada na história do país como aquela que encerrou definitivamente o período da Nova República. (Marques, 2019, p. 12).

Um conjunto de fatores e variáveis deve ser considerado até chegarmos nesse ponto. Lá atrás, quando eclodiram os acontecimentos de junho de 2013, os sinais não estavam claros. Junho apontou para inúmeras dimensões da vida política brasileira, sem contar com sua relação com o próprio contexto internacional de um centro nervoso e politicamente instável, como sinalizamos na Introdução deste trabalho. É fato que havia uma indisposição de vários segmentos da população em relação a políticas de inclusão, seja de transferência

---

<sup>18</sup> Nova República, ou Sexta República Brasileira, é o período da História do Brasil que se seguiu após o fim da ditadura militar até o final do governo Temer, com o presidencialismo de coalizão ditando a relação entre Executivo e Legislativo.

de renda, diversidade ou de gênero (Alonso, 2017; Marques, 2019), suscitando debates e narrativas que funcionavam como combustível para a polarização política.

O resultado eleitoral à direita no Brasil de 2018 está longe, muito longe, de limitar-se à eleição de Bolsonaro. Quando falamos de uma guinada à direita estamos falando de um processo eleitoral com embates sem precedentes em nossa história, com a pauta de costumes no foco, candidaturas de *outsiders* provenientes de órgãos de segurança, de igrejas e de outras instituições conservadoras por todo o país, representando possíveis nomes que fortaleceriam as chamadas bancadas informais do Congresso Nacional: a ruralista, a evangélica e a da segurança pública, popularmente conhecidas como bancadas do boi, da bíblia e da bala (BBB). E, sim, 2018 foi o ano da eleição dos *outsiders*.

A eleição de outubro de 2018 renovou em 52% a Câmara e 85% dos  $\frac{2}{3}$  do Senado que estavam em disputa. Em vinte anos, foi a maior renovação do Congresso Nacional. Na Câmara de Deputados, dos 407 que tentaram a reeleição, 163 não tiveram êxito. Dos considerados novos, 141 nunca exerceram função política anterior, de qualquer natureza. No Senado, dos 54 senadores que tentaram renovar seus mandatos, apenas 8 conseguiram. Entre os eleitos, 46 nunca exerceram nenhum cargo político, nem no Executivo nem no Legislativo. (Marques, 2019, p. 25).

Mais que isso: o pleito eleitoral de 2018 marcou uma inflexão no perfil do espectro político das mulheres que vinham ocupando espaços no Congresso Nacional, uma vez que o número de eleitas por agremiações de direita superou as de esquerda. Uma base formada por mulheres que assumem um discurso neoconservador, quase sempre antifeminista, além de defenderem a importância das normas cristãs e valores morais da sociedade, defesas que situam o outro como inimigo e quase sempre os associando a ameaças à família e às crianças (Machado *et al.*, 2020).

Nesse cenário, entram no espaço de visibilidade pública, portanto, parlamentares que, para além de *outsiders*, são de direita, representam pautas conservadoras e acabam tendo uma atuação que suscita novas narrativas acerca do papel das mulheres na política e do próprio entendimento do que seja o feminismo, colocando-o em disputa (Della Costa; Rocha; Solano, 2022) no debate público. Muitas vezes, essas narrativas cooptam algumas ideias feministas e incorporam-nas a esses discursos e práticas políticas de mulheres identificadas como de direita.

Antes de avançarmos no mérito dessa questão, é importante registrar que as pautas femininas e feministas sempre estiveram situadas, historicamente, como progressistas ou de esquerda. Ou, para usarmos uma certa elasticidade conceitual, dentro do espectro dos direitos humanos. Essa afirmação se sustenta em um marco temporal situado nos anos 1990,

nas Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) ocorridas em 1994, no Cairo, Egito, e em 1995, em Pequim, na China, cujas declarações engendram mudanças significativas, a maior delas sendo o enquadramento dos direitos das mulheres como direitos humanos, além da incorporação de uma perspectiva de gênero em resposta às demandas do movimento feministas.

O conservadorismo nas relações de gênero certamente não é algo novo na América Latina, e o "mandato da masculinidade" tem sido descrito como a pedagogia fundamental da expropriação e da dominação na região. Os direitos de gênero têm sido uma questão controversa na política contemporânea em diferentes partes do mundo, com conflitos e realizações variando em grau, de acordo com quanto esses direitos desafiam doutrinas religiosas e convenções culturais. Promovê-los certamente não foi um empreendimento fácil nem sempre foi bem-sucedido, mesmo onde partidos de esquerda estiveram no poder e a participação democrática floresceu.

No entanto, percebe-se uma nova combinação entre político, econômico e moral nas reações neoconservadoras aos fundamentos da agenda de gênero que estão em curso no século XXI. A oposição a agendas que pareciam menos conflituosas e relativamente estabelecidas ganhou terreno. É o caso da promoção da participação política das mulheres, que enfrenta pressões renovadas, desafiada também pela violência política contra as mulheres. É o caso, ainda, da prevenção e criminalização da violência doméstica. (Biroli, 2020, p. 146-147).

Aqui entra algo muito importante: políticos de perfil conservador e de direita são totalmente refratários a mudanças progressistas e a todo escopo do que conhecemos como direitos humanos. E aí estão situadas mulheres *outsiders* que conquistaram espaços políticos a partir das eleições de 2018. Naquele ano, as delegadas Danielle Garcia e Katarina Feitoza estavam em suas posições profissionais, mas a primeira já dava seus primeiros movimentos políticos e se mostrava completamente alinhada ao chamado lavajatismo. Logo faria parte da equipe do presidente Bolsonaro e de Sérgio Moro, no Ministério da Justiça; daí em diante passa a se apresentar publicamente como uma mulher de direita.

Katarina chefiava a Polícia Civil sergipana e circulava com desenvoltura nos espaços de poder, dois anos a separavam de ser convocada pela classe política para fazer contraponto aos projetos políticos de Danielle. Os caminhos das delegadas seguiam a direção da política em sintonia com o espectro político de direita; se não explicitamente, ao menos se alinhavam a segmentos que ou faziam coro ou silenciavam diante dos feitos que sinalizaram para a judicialização da política ou para a antipolítica.

E cabe aqui registrar que nosso dado de pesquisa proveniente das entrevistas realizadas com as delegadas tensiona a própria literatura sobre a participação das mulheres na política, porque o fato de serem agentes de segurança pública concede a elas uma certa "passabilidade" no ambiente masculino da política, algo não comum para a presença feminina geral, mesmo para as *outsiders*.

O ciclo político brasileiro sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa está concentrado na década que começa com os episódios de junho de 2013 e segue até 2023. Foram inúmeros e marcantes acontecimentos em nossa vida política, muitos deles tiveram relação com um tensionamento do próprio sistema democrático, o que alguns autores tratam como erosão ou crise democrática (Miguel, 2022; Mendonça, 2022). A erosão democrática tem reflexo direto na maneira como as pautas femininas são tratadas e conduzidas pelos detentores do poder ou ocupantes de cargos públicos, assim como na maneira como se dará o próprio debate público a respeito do feminismo e do papel da mulher na sociedade.

Por óbvio, a eleição de Jair Bolsonaro e de um Congresso Nacional mais conservador e de direita, incluindo a eleição de mulheres alinhadas com esse pensamento e espectro político, provocou verdadeiros retrocessos, não somente no debate público em si, mas na efetiva vida das mulheres brasileiras, sobretudo naquelas que mais necessitam de políticas públicas inclusivas: mulheres negras e pobres. Sim, porque não se tratou apenas de produzir um debate no qual se confunde "identidade de gênero" com "ideologia de gênero"<sup>19</sup>, amplificando essa confusão através de discursos e mídias sociais para parcelas significativas da população brasileira. Tratou-se efetivamente de ter representantes desses pensamento e práticas dentro do aparato do Estado. Eles atuaram contrários à igualdade de gênero e à diversidade em ações dos Ministérios da Educação, de Relações Exteriores e no emblemático Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, capitaneado pela evangélica e hoje senadora da República Damares Alves, configurando-se, no Brasil, uma disputa ideológica de algo que está posto em âmbito internacional.

Um componente que deve ser considerado nessas disputas é o fato de as articulações, tanto no campo feminista quanto no conservador, se estabeleceram em ambiente internacional, no qual circulam atores e recursos e estabelecem-se linguagens das contendas atuais. As iniciativas contra a chamada "ideologia de gênero" pipocaram simultaneamente em diferentes países da América do Sul a partir de 2014, compartilhando a mesma terminologia e, em alguns casos, as mesmas imagens e os mesmos documentos. Essa investida, que ganha corpo nos anos recentes, incorporada em propostas legislativas e ativada para bloquear políticas, remonta aos anos 1990. Os embates entre movimentos feministas e setores religiosos conservadores sobre a categoria gênero ocorreram inicialmente no contexto da Conferência de Pequim, em 1995. Depois disso, a reação estaria

---

<sup>19</sup> O conceito de identidade de gênero está atrelado ao relacionamento da pessoa com seu próprio corpo. Existem pessoas que nascem biologicamente mulheres, por exemplo, mas não se identificam com esse gênero desde a infância, o que gera um conflito interno. (Unicef, 2023). Acredita-se que o termo "ideologia de gênero" apareceu pela primeira vez em 1998, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru intitulada *Ideologia de gênero: seus perigos e alcances*. O evento nacional que reúne bispos de todo o país é uma tradição da Igreja Católica no mundo inteiro. Desde seu surgimento, a expressão "ideologia de gênero" carrega um sentido pejorativo (negativo, ofensivo). Por meio dela, setores mais conservadores da sociedade protestam contra atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados – como sexualidade – nas escolas (Moraes, 2018).

inscrita em documentos do Vaticano, nos quais os movimentos feministas são percebidos como atores políticos que promoveriam uma ideologia contrária à família. (Biroli, 2017, p. 193).

Voltemos às mulheres *outsiders* de direita eleitas em 2018: a eleição e a atuação delas cumpre uma papel importante na tentativa de dar amplitude à ideia de participação da mulher na política; elas cumprem o papel estratégico de personificar a ideologia e o pensamento conservador em corpos femininos. Isso ocorre em parte porque elas encampam algumas causas como o combate à violência doméstica e a luta por creches, para citar apenas dois exemplos. Essa dicotomia ajuda, portanto, a confundir as ideias de igualdade de gênero e as pautas feministas de maneira geral, o que torna essa participação política ainda mais complexa.

Porém, não seria possível caracterizar as mulheres de direita como simples "agentes do patriarcado" ou equacionar os seus posicionamentos políticos a um "retorno das mulheres para cozinha" (Gutsche *et al.*, 2018). Movimentos e partidos de direita ao mesmo tempo em que se caracterizam por uma hipermasculinidade e uma defesa de padrões tradicionais de gênero e feminilidade, associando mulheres aos papéis sociais de mãe e de cuidadoras, também acomodam e impulsionam visões de uma feminilidade mais combativa, como no caso de movimentos de direita militarizados (milícias) que promovem nas mulheres um senso de dignidade, força, capacidade física ligada a armas, prática de tiros e atividades militares, de tal forma que ideias promovidas pelos feminismos (de que mulheres são fisicamente capazes) são mobilizados também por movimentos de direita (Enloe *et al.*, 2019, p. 842).

Assim, mulheres de direita são quadros estratégicos nos movimentos e partidos políticos, uma vez que se diferenciam das mulheres feministas e de esquerda, e ao mesmo tempo oferecem face e corpo feminino para as ideologias de direita. (Sarmiento *et al.*, 2021, p. 6).

Essa presença feminina de direita a partir da legislatura iniciada em 2019 no Congresso Nacional possui relação clara com os movimentos políticos da sociedade, com a guinada na direção da extrema direita efetivada pelos brasileiros, mas também com uma onda internacional. Esse ingresso e tudo que ele acarreta dialoga com uma discussão fundamental em pesquisas no campo da comunicação e política com recorte de gênero, aquela sobre quem são as mulheres atualmente na política brasileira, quais são suas principais pautas e qual a importância delas nessa arena política. A discussão é apenas quantitativa? "Mais mulheres na política", é esse o único ponto? Ou a experiência recente aponta para uma disputa também de espaço entre mulheres, entre o espectro político do qual fazem parte? Uma disputa por pautas históricas, progressistas em essência, tipificadas como parte do escopo dos direitos humanos.

Sobre essas questões, uma pesquisa emblemática realizada pelo Instituto Update e publicado pela editora Boitempo mostra que, a despeito da diversidade presente no público

feminino, existem muitos consensos entre elas, em várias pautas, inclusive no entendimento sobre o próprio feminismo: ao menos 65% da população ou se considera feminista ou não rejeita essa classificação. Nesse sentido, são potenciais aliadas na conquista por mais direitos (Costa; Rocha; Solano, 2022).

Um dado muito interessante revelado pela pesquisa é que 77% das entrevistadas apoiam uma participação feminina maior na política. Elas afirmam que sua vida melhoraria se houvesse uma participação feminina maior na política porque as mulheres eleitas certamente pensariam mais nas eleitoras mulheres. Entretanto, elas admitem que na hora do voto o gênero do candidato não é uma prioridade. É urgente veicular o entendimento de que mais mulheres na política significam mais direitos. Outro dado alentador na pesquisa é que 70% votariam em uma mulher negra para presidente. Ou seja: o desejo de ver mais mulheres negras na política é latente e pode ser concretizado se for levado adiante por uma estratégia pragmática. Por isso também é preciso disputar a ideia de que o poder é um lugar masculino para homens brancos e ricos. (Costa; Rocha; Solano, 2022, p. 19-20).

Somos signatárias do pensamento do quanto é importante para uma sociedade como a brasileira o aumento da participação das mulheres na política. Há um campo fértil para o trabalho do despertar de consciências femininas e feministas a partir do voto em mulheres. Esse é um caminho para ganhar mais espaços e buscar consensos entre mulheres da política na defesa de pautas comuns, para conquistar avanços como aqueles alcançados em contextos como os do "lobby do batom", para citar um exemplo trabalhado nesta pesquisa.

### 3.2 Erosão democrática e discussão de gênero

Nos últimos tempos, motivadas por acontecimentos como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), em 2016, além de por outros casos mundo afora, como Hungria, Polônia e, inclusive, o Brasil, surgiram inúmeras obras que dissertam sobre uma crise da democracia liberal (Castels, 2017; Levitsky, Ziblatt, 2018; Mounk, 2019). Muito embora se trate de estudos elaborados com base, sobretudo, no cenário dos países europeus e do norte da América, é possível afirmar que esse fenômeno já possui reflexos em países do chamado "Sul Global".

Essa literatura tende a afirmar que estamos diante de regimes políticos dentro das democracias liberais que naturalizam as desigualdades e operam no sentido de restringir alternativas e utopias democráticas. Por isso, elegem como inimigos atores políticos como as esquerdas, grupos que atuam em defesa dos direitos humanos e movimentos sociais, muito embora sejam abordagens que desconsiderem – ou não apontem – aspectos voltados para as reações políticas à igualdade de gênero, foco desta nossa pesquisa.

No Brasil, esse também tornou-se um tema recorrente, em razão da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, bem como dos episódios ao longo do seu mandato, que em muito pareceram seguir uma cartilha rumo a um processo de desdemocratização, que buscaremos explicitar nesta parte da pesquisa. E o faremos porque coadunamos com abordagens realizadas por ampla maioria de estudos de gênero e política nas últimas décadas, que analisou a agenda de igualdade de gênero, em suas diferentes dimensões, e afirmam que ela foi promovida – restrita ou barrada – em contextos democráticos (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Em um país cuja história republicana é marcada por sucessivos golpes de estado, a maior parte deles de natureza militar, a experiência vivida nos últimos anos parece ter muita relação com esse percurso. O país viveu um fenômeno em sintonia com o que ocorre em outras partes do mundo ocidental, com a ascensão de governos ultradireitistas que tensionam a democracia a ponto de ameaçar instituições e flertar com o autoritarismo.

Segundo a literatura acima citada, a democracia atualmente não termina com uma ruptura violenta nos moldes de um golpe militar; agora, a escalada do autoritarismo se dá com o enfraquecimento lento e constante de instituições democráticas, como o Judiciário e a imprensa, e a erosão gradual de normas políticas de longa data, leia-se o sistema de freios e contrapesos, que garante a harmonia entre os Poderes. Nos últimos anos, é possível afirmar que o governo brasileiro seguiu ao menos em parte indicadores desse receituário internacional.

O primeiro indicador é a “rejeição das regras democráticas do jogo” (Levitsky; Ziblatt, 2018). Um dos exemplos dados – tentar minar a legitimidade das eleições, recusando-se a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito – foi exatamente o alvo principal de Bolsonaro ao questionar, por meio de *fake news*, a lisura da urna eletrônica. Outra tática, igualmente seguida por Bolsonaro, é o endosso a protestos de massa destinados a atacar violentamente as instituições.

O segundo sinal da receita autoritária é a “negação da legitimidade dos oponentes políticos” (Levitsky; Ziblatt, 2018), taxando-os de subversivos ou opostos à ordem constitucional vigente. O bolsonarismo atuou e atua dessa forma, chamando todos os adversários de comunistas, não importando que muitos deles ocupem posições de centro-esquerda ou de social-democratas no espectro ideológico. Ainda que seja um verdadeiro atentado à inteligência, à história e à ciência política, espantosamente os devotos do bolsonarismo acreditam que existe uma "preocupante ameaça comunista".

O terceiro ingrediente é a “tolerância ou encorajamento à violência” (Levitsky; Ziblatt, 2018) por meio de laços com organizações envolvidas em violência ilícita e de elogios a atos de violência política praticados no passado. Podemos mencionar aqui as denúncias de aproximações entre a família Bolsonaro e a milícia carioca (Soares, 2020, p. 16) e a exaltação aos atos criminosos da Ditadura Militar instalada em 1964, sobretudo a perversão da tortura de milhares de brasileiros, em muitos casos seguida de morte. Afinal de contas, o então presidente do Brasil chegou a dizer, sem meias-palavras, que o regime militar deveria ter matado “uns 30 mil” (Santana, 2021).

Por último, a “propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia” (Levitsky; Ziblatt, 2018), por meio de ameaças a tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil e na mídia. Bolsonaro chegou a lançar mão da recentemente revogada Lei de Segurança Nacional para perseguir e criminalizar opositores (Lupion, 2021), e um dos seus filhos chegou a fazer apologia ao Ato Institucional nº 5 de 1968 (Silva, Machado, 2021, p. 99).

Esse processo pelo qual o Brasil passou está sintonizado com uma onda ultradireitista e neoconservadora que atinge muitos países no mundo e impõe uma inversão política na qual o debate público migra de temas públicos para a pauta de costumes, em uma ofensiva às agendas de igualdade de gênero e das liberdades individuais relacionadas à sexualidade. Entender esse contexto ajuda a melhor fundamentar este trabalho e a realizar conexões importantes entre a desdemocratização, ou erosão da democracia, e uma gama de entraves para a efetiva participação política de mulheres em nosso país. A chamada politização reativa ao gênero e mesmo a conhecida pauta de combate à “ideologia de gênero” liderada por religiosos conservadores podem ser lidas como uma resposta aos avanços ocorridos no processo das democracias liberais.

O caso brasileiro, assim, ilumina a discussão sobre os limites da democracia numa ordem desigual e, em particular, desigual e periférica. O principal deles se liga ao *descompasso entre o poder político igualitário, que o voto promete, e o controle desigual dos recursos políticos*. Enquanto este controle desigual é capaz de produzir uma manifestação formal do poder político igualitário (isto é, resultados eleitorais) que não afeta os interesses dominantes, o sistema funciona com baixa tensão. Mas quanto maior a disjunção, maior a possibilidade de que a democracia entre em crise. (Miguel, 2022, p. 14).

Não é novidade que o conservadorismo defende a existência de uma ordem moral a partir de valores incrustados na família tradicional, do controle sobre a sexualidade das mulheres e da afirmação da masculinidade como seu contraponto. Há uma relação histórica entre o conservadorismo e a apologia a uma ordem moral centrada na família convencional.

Porém, o quadro atual de apologia à família, à moral e à agenda de costumes pode ser lido estabelecendo-se conexões com os processos atuais de *desdemocratização* (Biroli, 2020).

As disputas relativas ao gênero estiveram relacionadas, como vimos, aos sentidos de democracia e à sua institucionalização e ao escopo dos direitos humanos desde meados do século XX e sobretudo nas três últimas décadas do século. Foi um contexto de pressão pela ampliação de direitos, pela desnaturalização de papéis e hierarquias sociais em geral, em um contexto da própria expansão das democracias liberais pelo mundo.

Essa ampliação não se deu com a instauração de sociedades igualitárias, seja na perspectiva de classe, raça ou gênero, muito embora seja essa uma das promessas do sistema democrático. No entanto, a liberdade permitiu o avanço de movimentos como o feminista – importante para a discussão ora proposta –, alinhado a um contexto internacional favorável. Esse avanço propiciou o questionamento sobre o papel das mulheres na sociedade, sobre a exclusão de que são vítimas e sobre a existência histórica de privilégios masculinos, pontos tratados como problemas que exigiam respostas políticas e careciam de solução. Podemos dizer aqui que as vitórias do "lobby do batom", por exemplo, são pinceladas desse contexto sobre o qual nos referimos.

A história de contradições, em que classe, raça e gênero constituem padrões seletivos que limitam regras, práticas e valores democráticos, por sua vez, remete às disputas em torno do sentido da democracia, em espaços institucionais e não institucionais.

A relação entre democracia e desigualdades é central para compreender os padrões duradouros de acomodação, mas também os processos mais recentes de erosão. Regimes democráticos apresentam respostas fracas a desigualdades categóricas, e as desigualdades mais persistentes, como as de classe, gênero e raça têm sido sobrepostas por novos padrões de desigualdades, como aqueles relacionados à informação ou ao conhecimento técnico-científico. (Biroli, 2020, p. 141).

Foi um período em que o Estado se apresentou como um ator relativamente permeável a essas demandas, aos movimentos e às agendas pró-igualdade de gênero, embora também tenha sido com os grupos religiosos e conservadores.

Ali, naquele contexto, a produção intelectual feminista adotou o uso do termo gênero como uma abordagem relacional e contextual das relações entre os sexos, segundo a qual os marcadores que distinguem masculino e feminino são fundamentalmente sociais. Uma perspectiva não apenas descritiva, mas analítica e política. Essa concepção de gênero foi incorporada pelo sistema internacional de direitos humanos, especificamente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Por outro lado, referimo-nos a um recorte temporal no qual tivemos significativo aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho remunerado, juntamente com a expansão da própria racionalidade neoliberal e do mercado. Tivemos, também, uma maior desvinculação entre sexo e reprodução, com acesso a novos tipos de contraceptivos, o que permitiu reduzir significativamente as taxas de natalidade. Além disso, devido às mudanças de padrões nas relações de trabalho e na sexualidade, outras transformações ocorreram no ambiente privado, com novos arranjos familiares e com mudanças na conjugalidade e na parentalidade, em um total contexto de construção e expansão dos direitos relativos ao gênero. Nesse cenário, valem algumas ressalvas, especialmente quando consideramos as interseccionalidades entre gênero, raça e classe. Parte significativa das pautas feministas não contemplava as demandas de mulheres negras periféricas, as quais sempre estiveram no mercado de trabalho, impelidas a assumir subempregos e ocupando as vagas do trabalho doméstico mal remunerado (até 2013, sem qualquer direito trabalhista, registre-se), por exemplo.

Voltando aos avanços dos quais tratamos: são mudanças que não chegaram sem reação. A partir de hipóteses estudadas, formuladas e defendidas, entende-se que faz parte desse contexto a atualização de um conservadorismo religioso que estaria em curso na América Latina. Esse fenômeno se desenvolve em uma temporalidade marcada pelo avanço dos direitos reprodutivos e sexuais, mas também pelas mudanças na correlação de forças no campo religioso, com o declínio do catolicismo e a expansão do pentecostalismo por toda a região (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Uma enquete conduzida pelo instituto Datafolha em 2019 em mais de uma centena de municípios do Brasil revelou que a representação de negros e mulheres entre os evangélicos era de 59% e 58%, respectivamente. A representação feminina nesses segmentos é superior à encontrada na população brasileira (52%) e entre os católicos (50%), sugerindo uma grande capacidade de atração das denominações evangélicas junto às mulheres. Destacamos a maior proporção das mulheres entre os evangélicos porque esse fato torna mais complexa a análise das disputas ideológicas travadas em torno da agenda de gênero. Afinal, embora a liderança cristã continue sendo majoritariamente do sexo masculino, são as mulheres que enchem os templos, assumem a tarefa de transmitir os valores religiosos para as novas gerações e vêm sendo mais mobilizadas para o ativismo conservador contra a "ideologia de gênero". (Machado, 2020, p. 84).

A reação à politização do gênero se dá com muita força, tornando-se decisiva na esfera pública nos anos 2000. Ela parte de uma ideia central essencialista, de que existe uma natureza dos sexos e que essa natureza se expressa na complementaridade entre o feminino e o masculino. Trata-se, portanto, de uma naturalização do sexo, sendo completamente refratária às ideias de liberdade e emancipação feminina com a assunção de novos papéis

por parte das mulheres e, mais ainda, à ideia de diversidade sexual. Essa reação ocorre em um momento que já não é o da expansão das democracias liberais, mas o da sua retração. É, portanto, um período de contestação dos valores democráticos como sendo capazes de resolver as necessidades socioeconômicas das populações onde esse regime vigora.

Mais do que isso, trata-se de um momento de transição, de aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda em escala mundial, de modo que a agenda de costumes chega também como uma possibilidade de resposta às inseguranças causadas pela etapa da economia de mercado, que convencionamos chamar de neoliberalismo. Essa crise nos leva ao próprio entendimento do significado de democracia, do seu potencial, suas limitações e possibilidades de resolver problemas sociais ou não a partir da sua própria existência dentro do sistema capitalista.

A reação à agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual se ampliou exatamente nesse contexto de oportunidade de regressão democrática ou de questionamento da democracia. A reação também contribui para essa regressão. Porque é um contexto no qual o Estado também é ator, mas, agora, há uma relativa impermeabilidade aos movimentos feministas e às suas agendas e uma maior permeabilidade aos grupos religiosos conservadores, constituídos como contra-movimentos, com agendas mais densas e adotando novas estratégias.

A democracia é um modo de dominação política, mas que não se superpõe a um mundo social desabitado, e sim a um mundo estruturado pela dominação capitalista (e também pela dominação masculina e pelas hierarquias raciais). É uma forma específica de gestão do Estado, mas este não é um ente abstrato e sim um Estado capitalista. Os cidadãos dotados de direitos políticos não são criaturas incorpóreas e sim pessoas concretas, com sua situação no mundo determinada por fatores como a posição nas relações de produção e o acesso à propriedade, o gênero e a sexualidade, a origem étnica e a cor da pele. Para entender o funcionamento das democracias realmente existentes, é preciso entender qual o significado da acomodação entre suas regras e a vigência de profundas desigualdades - de riqueza, de classe, de gênero, de raça e outras - que impactam a capacidade de ingresso na esfera pública e de produção e defesa dos próprios interesses. (Miguel, 2022, p. 11).

Nos anos 1990, essa reação se estabelece a partir da criação, no âmbito do catolicismo conservador, da noção de "ideologia de gênero". É nesse momento que se estabelece a base epistemológica para o que viria depois, nos protestos, reações e disputas político-eleitorais, e que agora conhecemos como estratégia política. Estratégia então utilizada vitoriosamente por Bolsonaro no Brasil de 2018 e também em sua tentativa de reeleição no processo eleitoral de 2022.

Foi nos anos 2000 que ela se tornou uma estratégia política de fato, em uma reação de caráter global que tem especificidades regionais. Na América Latina, embora tenha se

iniciado no campo católico conservador, é impossível hoje compreender seus padrões e efeitos sem se levar em conta a crescente atuação política de setores evangélicos. São os evangélicos conservadores – e muitas mulheres evangélicas conservadoras – que têm estado à frente de protestos contra a chamada ideologia de gênero, em um ciclo de protestos de rua que se iniciou na América Latina em 2016 e que tem levado milhares de pessoas às ruas em cidades colombianas, mexicanas, peruanas, paraguaias, para citar alguns países. Há uma divisão do trabalho político: os evangélicos conservadores têm atuado como lideranças dos protestos e da mobilização popular, e os católicos continuam sendo a base para a construção epistemológica dessa reação.

Esse contexto da politização reativa é um panorama em que há um ativismo feminista renovado. Mais plural e capilarizado e também com forte expressão na América Latina. Essa reação conservadora de novo tipo, o neoconservadorismo, com novas estratégias e uma nova linguagem, define-se como oposição a esses feminismos, às políticas de gênero e à diversidade sexual, e vai se tornando uma nova clivagem eleitoral (Biroli, 2020, p. 154).

Nos diferentes países, movimentos de direita possuem mulheres em seus quadros de ativistas, especialmente quando esses grupos possuem aspirações eleitorais e em suas estratégias torna-se necessário conquistar votos, inclusive o voto feminino. Apesar das variações de cada país, visões regressivas de políticas de gênero se destacam em seus programas que, em geral, promovem visões tradicionalistas e idealizadas das famílias e uma demonização de movimentos progressistas e feministas (Enloe *et al.*, 2019; Gutsche *et al.*, 2018). Assim, as mulheres envolvidas nesses movimentos e partidos promovem políticas antifeministas opondo-se aos direitos de autodeterminação das mulheres, sobretudo em se tratando dos direitos sexuais e reprodutivos. (Elias; Marques; Sarmiento, 2021, p. 5).

Esse é também um contexto, o do início dos anos 2000, em que sentimos os efeitos cumulativos das políticas neoliberais, produzindo inseguranças, o que vem sendo definido como uma crise do cuidado: precarização das relações do trabalho e da vida, crise de legitimidade das democracias, níveis de insegurança e insatisfação com os rumos das economias nacionais, sobretudo depois da crise financeira de 2008.

Os protestos na América Latina possuem alguns enquadramentos: todos têm relação com a família e os feminismos e a ideia de que a agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual é uma forma de colonização intelectual. Nesses enquadramentos está a ideia de que a família está ameaçada pela ação de lobistas, feministas e lgbt, que estão introduzindo mudanças nas leis e políticas públicas contra os valores de uma maioria. Um outro enquadramento é que existem elites econômicas globais, organizações internacionais como a ONU, e elites nacionais globalizadas que, em conluio com as primeiras, promovem um novo tipo de colonização contra as tradições nacionais.

Por fim, existe um enquadramento de que as famílias, isto é, os pais de família, precisam recuperar a autoridade na educação infantil, reduzindo a interferência do

Estado, pois as crianças são os principais alvos dos grupos feministas e LGBT. E, por fim, a ideia de que o feminismo é um agente do marxismo cultural, e de que a abordagem feminista da igualdade e da diversidade não passam de uma ideologia. É através desses enquadramentos que se estabelecem conexões entre a dimensão moral e a dimensão econômica da erosão do público.

A ideia de que se requer das famílias um novo papel à medida que o Estado também assume novas formas e um novo papel no contexto de agudização do neoliberalismo. (Neoliberalismo [...], 2020)<sup>20</sup>.

Chegamos em 2022 depois de um ciclo em que o Estado brasileiro foi ocupado por essa reação conservadora após a vitória de Bolsonaro em 2018. Uma vitória carregada de simbolismos, inclusive pela presença de mulheres *outsiders* conservadoras e representantes dessa reação política envolta em defesas de valores morais e centrada no controle dos corpos femininos e em uma pauta de costumes. A atuação política e parlamentar dessas mulheres já é alvo de estudos por configurar uma flexão na própria participação feminina na política, gerando novas nuances, inclusive na maneira como o público feminino enxerga sua representação, suas causas e o próprio feminismo, haja vista que esse perfil político se distancia da realidade que o feminismo representa.

De um prisma menos entusiasmado, outros dados apontam para o tamanho do desafio que temos pela frente como sociedade. Ainda há 37% da população que encara as feministas como pessoas radicais (sendo 32% entre as próprias respondentes). Somente três de cada dez entrevistadas se consideram feministas, enquanto 40% se consideram conservadoras (sobretudo mulheres evangélicas, com 61%). Fora isso, quase 20% do país enxerga as feministas como uma força contrária à família (sendo 16% entre as mulheres). O feminismo, como base nesses levantamentos, flerta com a condição de ser tema de um nicho minoritário, não uma preocupação geral. (Costa; Rocha; Solano, 2022, p. 78).

É também nesse contexto que temos a inserção de delegadas de centro-direita (muito embora veremos adiante que empiricamente elas se colocam como parte de outro espectro ideológico) adentrando a cena política sergipana e ocupando novos e inéditos espaços políticos ao tornarem-se referências para outras mulheres. É como parte desse processo que uma delas passa a figurar no grupo formado por apenas duas mulheres a ocuparem cadeiras na Câmara de Deputados por Sergipe pela primeira vez, em uma legislatura considerada a mais conservadora da história daquela Casa.

### 3.3 Política, comunicação e gênero: uma tríade

<sup>20</sup> A citação transcreve fala da pesquisadora Flávia Biroli em debate realizado em 2020 pela TV Boitempo e disponível no YouTube, sob o título *Neoliberalismo, precarização e ideologia de gênero*.

A relação entre comunicação e política é tão antiga quanto as duas atividades. Ao longo da história, sobretudo quando pensamos no século XX, o princípio do comunicar sempre teve relação com o fazer política. A comunicação é essencial para a política, pois é através dela que a classe política divulga seus programas e ideias e buscam o apoio popular. Os políticos utilizam a comunicação para influenciar a opinião pública sobre seus temas e causas, e isso pode ser feito através de propaganda, campanhas de marketing político e até mesmo através de *fake news*. Sim, de *fake news*, mas a complexidade que envolve o estudo de *fake news* como estratégia de comunicação política não será abordada neste trabalho.

No Brasil, os últimos processos eleitorais têm sido marcados por um forte papel das mídias sociais como ferramentas de marketing político-publicitário. Porém, é importante destacar que essa atribuição é precedida de uma zona crescente de inter-relação entre a política e a comunicação, provocando a influência de uma na outra, uma vez que não se pensa, na contemporaneidade, em se retirar o debate político do ambiente comunicacional, muito pelo contrário.

Essa interface entre comunicação e política a princípio se voltou, enquanto campo de pesquisa, para os efeitos, interferências ou influências (e até "manipulação") que a comunicação poderia ter na formação da opinião pública e nos debates da sociedade. Se o campo dos estudos em comunicação se direcionou, em sua origem, para esse escopo, no Brasil, essa interface sempre foi campo de estudos de pesquisadores de ambas as áreas, Comunicação e Ciências Sociais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

As sementes da área, como tal, só foram lançadas, todavia, por uma primeira geração que se titula a partir dos anos 1970 e, sobretudo, no início dos anos 1980. Entre os comunicólogos, figuras como Venício Lima, Murilo Ramos, Maria Céres Castro, Antônio Albino Rubim Canelas e Heloísa Mattos foram particularmente relevantes nesse primeiro impulso pelo lado da comunicação. Na Ciência Política, os estudos de comportamento político, de estratégias eleitorais e de opinião pública trouxeram os insumos iniciais necessários ao delineamento da área, e pesquisadores como Fernando Azevedo, Vera Chaia e Marcus Figueiredo têm papel precursor. É com a redemocratização e as eleições de 1989, entretanto, que essa área se consolida, estrutura-se e diversifica-se. O interesse gerado por uma campanha eleitoral pós-ditadura e as profundas transformações sociais do país, com impacto sobre o jornalismo, as telenovelas as idas e vindas da opinião pública, convoca olhares diversos de cientistas políticos e comunicólogos. (Massuchin; Mendonça; Sarmento, 2021, p. 01).

O fato é que contexto com o qual iniciamos este capítulo da nossa pesquisa é momento de cruzamento de uma profusão de episódios da vida social e política do Brasil que marcam a transição democrática e são matéria-prima para vários estudos acerca da interface entre comunicação e política em nosso país: as Diretas Já; o início de uma nova

fase republicana no país; a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que elaborou uma nova Carta Magna e abriu caminho para a consolidação daquela transição, com a emblemática disputa eleitoral de 1989.

A primeira eleição presidencial depois de 25 anos de regime de exceção mobilizou o país, teve 22 candidatos, representação de vários partidos, muitas equipes de comunicação e marketing a inaugurar uma etapa nova para esse segmento, com uma grande atenção para o que depois se consolidou como o objeto empírico fundador dos estudos de Comunicação e Política: o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, posicionado por anos como um dos principais objetos de pesquisa da área.

Antes de registrar a relevância dos estudos sobre o HGPE, é importante, para o objetivo da nossa pesquisa, tratar de uma espécie de estranhamento entre os operadores das campanhas eleitorais, profissionais do marketing que colocavam os programas no ar, e a produção acadêmica – os estudos no campo da Comunicação, das Ciências Sociais e, depois, a própria interface entre as áreas.

Apesar de se embasar largamente em preceitos científicos, o *marketing* político não se dá muito bem com as ciências sociais. Apenas recentemente os meios acadêmicos começam a se interessar pelo tema. Já os profissionais de *marketing* que atuam com uma visão excessivamente publicitária acham as digressões acadêmicas pouco pragmáticas para as campanhas. Para o acadêmico, é como se o marketing e a propaganda não existissem. Para o profissional de marketing, é como se a ciência política e a sociologia não ajudassem em nada. (Figueiredo, 2000, p. 07).

Podemos dizer que esse estranhamento entre esses dois campos, o acadêmico e o dos profissionais de marketing, tem um foco inicial naquela disputa eleitoral de 1989, na maneira como os veículos tradicionais trataram aquele pleito, e em estratégias adotadas por algumas das principais campanhas. Tem relação sobretudo com o fatídico debate entre os candidatos do segundo turno daquele processo eleitoral: Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. O episódio virou fonte de muita pesquisa acadêmica, mas também provocou um olhar de desconfiança e suscitou uma avaliação negativa em direção aos profissionais de marketing que atuavam em campanhas eleitorais.

Essa avaliação negativa tem sua razão de ser. Nossa democracia é extremamente jovem para os padrões internacionais. E a opinião pública brasileira, no seu processo de adolescência democrática, assistiu a um embate eleitoral para a Presidência da República onde se lançou mão de um expediente extremo: o depoimento de uma ex-namorada com quem um dos candidatos tivera uma filha. A acusação não era leve: Lula teria proposto a Miriam Cordeiro o aborto de Lurian, sua filha. O tom do depoimento e o impacto psicológico sobre o candidato do PT – que foi muito mal no debate decisivo e ainda teve seus piores momentos

reeditados no Jornal Nacional, da Rede Globo – reverteu uma tendência que, se mantida, daria a Lula a vitória. Foi um trauma. E traumas, como se sabe, não são facilmente superados. (Figueiredo, 2000, p. 12).

O episódio marcou a vida política nacional e, por seu significado, acabou influenciando a produção acadêmica na área da comunicação política, sobretudo em sua vertente de estudos sobre campanhas eleitorais. Naturalmente, com o distanciamento temporal e os avanços e mudanças na sociedade, nos meios de comunicação e na própria legislação eleitoral, outros temas e tradições entram como objetos de estudos, num ciclo histórico de mais de três décadas. Uma diversificação de interesses temáticos marca esse período, entre eles a variável gênero e a participação política de mulheres.

Com os quase 30 anos de pesquisas sobre a propaganda eleitoral, houve inflexão nos interesses das investigações que passaram a ser mais específicos, considerando determinados elementos da propaganda. (Massuchin; Mendonça; Sarmento, 2021, p. 13).

Importante destacar que esta pesquisa se insere no escopo da área de Comunicação e Política, como parte de um conjunto de pesquisas que estudam campanhas e propagandas eleitorais em eleições brasileiras – e mais especificamente perfis femininos na política, através do marcador de gênero e de performances sociais em campanhas de mulheres (Biroli, 2017; Massuchin, 2017; Panke, 2015). De um modo mais geral, é essa engrenagem que trazemos aqui, nesta parte do nosso trabalho. Por isso abordamos essa caminhada da pesquisa a partir do marco da redemocratização, porque foi a partir dali que se intensificaram os estudos sobre campanhas, afinal, passamos a ter o objeto empírico que os fundamenta: eleições diretas.

Nesse sentido, quando consideramos a relação da sociedade brasileira com o audiovisual, principalmente com a televisão, vemos que os anos 1980 transformaram o Horário Político Eleitoral Gratuito no palco no qual a classe política e os chamados "marqueteiros" enxergavam o ambiente para atingir corações e mentes. Pensando no marco temporal da disputa eleitoral de 1989, são mais de trinta anos de pesquisa sobre propaganda eleitoral, sem perder de vista que seu objeto fundador, também analisado nesta pesquisa através do seu *corpus* empírico, são produtos audiovisuais também veiculados no HGPE, mas não somente nele.

O ponto de partida das pesquisas foi a propaganda eleitoral televisiva. É importante destacar que a centralidade da televisão no Brasil como objeto dos estudos para análise da propaganda eleitoral não se dá apenas pelo amplo acesso

dos eleitores a esse meio de comunicação, mas também porque, diferentemente de outros países, há um modelo bastante específico de propaganda aqui, o que inclui a distribuição proporcional do tempo pela representatividade dos partidos políticos e a impossibilidade de compra de espaço para anúncios. Assim, despontam, ainda nos anos 1990, os estudos sobre o tradicional horário gratuito político eleitoral (HGPE) da campanha de 1989. (Massuchin; Mendonça; Sarmiento, 2021, p. 13).

Ademais, quando pensamos no material analítico fundamental para construção dos roteiros que deram forma ao *corpus* deste trabalho – vídeos das primeiras duas semanas das campanhas de Danielle Garcia e Katarina Feitoza –, entendemos que se trata de um mesmo material utilizado em plataformas distintas: em suas campanhas, seus estrategistas "subiam" em postagens nas plataformas Instagram e YouTube o que era veiculado na televisão, no Horário Político Eleitoral Gratuito, sem adaptação da linguagem ou formato. Seleccionamos esses produtos e o usamos como base referencial para nossas entrevistas em profundidade, até por eles dizerem muito sobre estratégia de comunicação.

É ponto pacífico no meio político e no campo da pesquisa em Comunicação e Política a relevância que o início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão representa para as campanhas eleitorais. É como se o debate público ganhasse corpo e as atenções se voltassem um pouco mais para a disputa eleitoral a partir desse marco. Espera-se que os primeiros produtos audiovisuais revelem a estratégia inicial da comunicação, os conceitos e ideias a serem trabalhados pelas campanhas. O início do HGPE marca o momento em que a política passa a fazer parte do cotidiano das pessoas (Cervi; Massuchin, 2011). E depois da largada das campanhas na mídia, as pessoas seguem usando os programas eleitorais para balizar o debate político e a própria decisão sobre o voto.

Pode-se considerar que existe uma parcela da população - que não possui identificação partidária - que decide o voto ao longo da campanha e a partir das informações que recebe de diferentes fontes, incluindo o HGPE. Esses eleitores são os alvos potenciais dos programas eleitorais, pois utilizam o mecanismo para formar sua agenda de informação. Assim, as técnicas e estratégias dos candidatos podem influenciar na receptividade do eleitor, podendo aproximá-lo de um candidato ou distanciá-lo de outro - no caso de campanha negativa no HPGE. E apesar de não ser determinante na decisão do voto, sua importância está no papel que ocupa como um dos componentes formadores do ambiente informacional dos eleitores, além de estimular o debate público sobre temas apresentados. (Cervi; Massuchin, 2011, p. 3).

Muito embora os estudos destaquem a importância do HGPE para os processos eleitorais, especialmente em um contexto midiático de menor acesso à internet e, conseqüentemente, às redes sociais, é fato que isso tem sofrido mudanças nos últimos anos,

ainda mais quando pensamos no pleito presidencial de 2018, cujo vencedor, Jair Bolsonaro (PSL), detinha apenas seis segundos de tempo na propaganda no rádio e na televisão. Não somente ele, o processo eleitoral daquele ano foi marcante exatamente pela vitória eleitoral de vários outros nomes como governadores de seus estados, todos com pouca tradição política e sem tempo considerável no HGPE, como Wilson Witzel (PSC-RJ), Romeu Zema (NOVO-MG), Coronel Marcos Rocha (PSL-RO), Comandante Moisés (PSL-SC) e Wilson Lima (PSC-AM). Esse foi um dos aspectos que tornaram as eleições daquele ano bem atípicas (Borba; Dutt-Ross, 2021).

Porém, o quadro político que se apresentou com o resultado eleitoral de 2022 nos permite pensar em 2018 menos como processo atípico e mais como uma mudança de paradigma ainda em curso, sobretudo quando analisamos os governadores eleitos em estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, além da própria composição do Congresso Nacional, tratado como um dos mais conservadores da história.

Quando observamos a tradição de estudos em Comunicação e Política e a atenção dada aos trabalhos sobre campanhas eleitorais, é preciso ter clareza de dois pontos: são pesquisas predominantemente empíricas e sempre com foco no entendimento do processo democrático brasileiro e do comportamento do eleitorado. Nesse ponto, há uma preocupação com as estratégias políticas e comunicacionais e, naturalmente, com os elementos que levaram os eleitores para esse ou aquele caminho, entendendo que a comunicação ou o marketing são parte de um conjunto de ações presentes em uma candidatura. Ao afirmarmos que 1989 é um marco na própria tradição desse campo de pesquisa, é justamente pelo significado daquela eleição, do seu resultado e do que acarretou à vida política brasileira, influenciando o campo de estudos da área.

A partir da eleição de Collor, em 1989, começou-se a prestar mais atenção em três aspectos: o desempenho performático do candidato vitorioso, a interveniência dos programas eleitorais na formação das intenções de voto e a interferência da mídia no processo eleitoral. Nestes últimos anos, alguns colegas da ciência política e, principalmente, da área de comunicação, voltaram suas atenções para o processo eleitoral tendo como parâmetro analítico teorias da comunicação social e política. O objeto central dessas análises tem sido os cenários políticos mediáticos e o discurso, televisivo, dos candidatos (ALBUQUERQUE, 1996; JORGE, 1995; DIAS, 1995; PORTO, 1994). Nestes trabalhos, embora importantes para a nossa melhor compreensão dos processos eleitorais, seus autores apontam as estratégias dos candidatos também através de inferências indiretas. (Figueiredo *et al.*, 2000, p. 184).

As mudanças nos usos do HGPE ao longo dos anos e dos processos eleitorais têm tirado o foco daquilo que deveria ser seu eixo central, a informação. Ao invés disso,

assistimos à predominância de aspectos que deveriam ser laterais, como a persuasão do eleitor, fruto exatamente da crescente importância da mídia para as eleições (Massuchin, 2016). As estratégias de comunicação se voltam para conquistar votos, aumentar a visibilidade dos candidatos e alcançar a vitória eleitoral. Nesse ponto, o trabalho de equipes de marketing que produzem vídeos e materiais para o HGPE ganha centralidade para a maneira como candidatos desejam ser vistos pelos eleitores. Na construção da sua imagem, quase sempre estão elementos forjados para uma performance televisiva e persuasiva, através de atributos a serem reforçados a partir de pesquisas qualitativas realizadas antecipadamente, sobretudo quando pensamos numa disputa presidencial, por exemplo.

Nesses pleitos para cargos majoritários, estudos acadêmicos sobre o tema buscam entender essas estratégias e decodificar a maneira como campanhas são elaboradas, quais aspectos foram destacados no perfil e trajetória do candidato ou, em outras palavras, a maneira como ele desejava ser visto por seu público ou eleitorado. Esses estudos observam enquadramentos, a forma como se dá a apresentação dos candidatos, técnicas audiovisuais, apelos, formatos, mensagem da campanha e principais temas tratados. O sucesso eleitoral, objetivo precípua dos candidatos, geralmente possui relação com o êxito das estratégias comunicacionais adotadas.

Quando pensamos na elaboração dos discursos, avalia-se se estes são coerentes com a posição do candidato na disputa (Figueiredo *et al.*, 2000) – se situação ou oposição. Os que estão na situação buscam uma relação direta com a administração e a manutenção do "mundo atual", enquanto seus opositores apelam para a mudança desse mundo, atacando a gestão em curso. Nesse ponto encontramos uma proposta metodológica muito conveniente para a identificação de estratégias de comunicação presentes no objeto de pesquisa deste trabalho, com nossas agentes políticas (Danielle Garcia e Katarina Feitoza) pertencentes a cada um dos pólos retratados, situação e oposição, considerando, inclusive, recortes específicos, como o regionalismo e o marcador de gênero. Adentramos, aqui, a bifurcação que nos move para esta jornada de pesquisa.

### 3.4 O universo feminino na comunicação política

Cabe destacar, como parte da trajetória das pesquisas em Comunicação e Política, o desenvolvimento de trabalhos e grupos de pesquisa acerca dos estudos de gênero como transversais, perpassando abordagens tão diversas quanto o tema suscita. Assim, é possível

identificar diferentes subgrupos, desde comunicação e ativismos, comportamento e opinião pública, até campanhas eleitorais e propaganda política.

O fio temporal que nos moveu até aqui partiu do movimento de redemocratização do Brasil, em 1984. Ali, naquele recomeço da vida republicana do país, mulheres se organizaram e tiveram importante papel político na Assembleia Nacional Constituinte. Em todo contexto, elas souberam usar ferramentas de comunicação, ainda ali, para potencializar ações fundamentais na convocação de outras mulheres para a tarefa histórica. Puxamos esse fio, afinal, porque o debate sobre essa presença feminina é central para nosso exercício de pesquisa, e nos parece que a comunicação foi um elemento marcante do trabalho das mulheres que atuaram politicamente naquele período.

É parte daquele processo de trabalho o uso de meios de comunicação de massa para provocar o envolvimento da população. As agentes que atuaram junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) – ele próprio fruto da ação política dessas agentes – lançaram mão de campanha publicitária para envolver as mulheres brasileiras no processo que elegeria parlamentares para a Assembleia Nacional Constituinte. A campanha "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher" e "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher" foi política, mas também publicitária. Veiculadas em âmbito nacional, essas ações visavam trabalhar a ideia da eleição de mulheres constituintes e, ao mesmo tempo, uma vez eleitas, garantir a aprovação de direitos femininos na nova Carta Magna do Brasil.

Nesse sentido, a ação culmina nas campanhas "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher" e "Constituinte para valer tem que ter direitos de mulher" capitaneadas pelo CNDM, expõe um modo de articulação de diferentes dimensões da atuação política feminista, diante de constrangimentos advindos do caráter masculino do Judiciário, dos partidos e do funcionamento do campo político. Naquele momento, o autoritarismo dos anos da ditadura não estava sendo propriamente superado, mas atualizado em novas formas do conservadorismo, sem dúvida matizadas pelas pressões que, com a transição, ganhava maior presença no debate político. (Biroli, 2017, p. 182).

Tratamos, aqui, de produtos comunicacionais (vídeos para televisão e spots para rádio) veiculados nacionalmente como parte de planos de mídia do próprio governo federal, tanto para mobilizar mulheres a votarem em mulheres quanto para a convocação de encontros e seminários nos estados para fomentar a participação feminina através de propostas que pudessem fazer parte da histórica *Carta das mulheres brasileiras aos Constituintes*, entregue oficialmente em 26 de março de 1987 ao então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulisses Guimarães.

Outro exemplo dessa relação das ativistas que atuavam no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres com as ferramentas de comunicação é o movimento delas na luta pela ampliação da licença maternidade, que até 1988 era de 84 dias, isso desde 1943, quando foi criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A briga das feministas do CNDM era para instituir uma ampliação, mas já havia uma sinalização de que o governo federal não aprovaria, muito embora o pleito estivesse registrado naquela carta das mulheres aos constituintes.

No começo de 1988 o governo Sarney mandou um recado para as feministas: um figurão lá deu uma entrevista que tocou numa demanda muito importante pra elas, que era aumentar a licença maternidade. Só pra contextualizar: naquela época a legislação garantia só oitenta e quatro dias de licença para as mulheres. (Jogo de Cartas, 2023)<sup>21</sup>.

Além da ampliação, as mulheres pleiteavam estabilidade para gestantes, creche nas empresas e licença paternidade – algumas pautas que estão na ordem do dia até hoje. Ademais, elas já defendiam, naquele período, licença parental nos moldes adotados em países como o Canadá.

Pois bem, a maneira de fazer o tema ter visibilidade, como em vários outros momentos da atuação do CNDM, foi usar espaço televisivo oficial em campanha publicitária durante o mês de maio (mês das mães) de 1988, defendendo a ampliação da licença, com foco nas mulheres e em seus direitos e com mensagens do tipo: "O filho não é só da mãe, pelo direito à licença maternidade de 120 dias". Sim, em uma campanha oficial do próprio governo, o que acabou o forçando a acatar a ideia. O tema foi aprovado meses depois pela Assembleia Nacional Constituinte; uma lei que mudou a realidade das mulheres brasileiras.

Aqui, neste trabalho, assumimos anteriormente o "lobby do batom" como um marco da presença feminina na política institucional, tanto pela atuação no CNDM quanto pelas próprias deputadas participantes da elaboração daquela Carta Magna, que trouxe tantas mudanças para as mulheres. Um processo emblemático por simbolizar a importância da presença feminina na política – menos pelo aspecto quantitativo, pois foram 26 mulheres eleitas no processo eleitoral de 1986<sup>22</sup>, e muito mais pelo resultado qualitativo dessa participação. A habilidade política, a persistência na defesa das pautas presentes na carta das

---

<sup>21</sup> Citação extraída do Podcast *Jogo de Cartas*.

<sup>22</sup> Parece pouco, mas esse número representa um número três vezes maior do que em pleitos anteriores. Em 1982, foram eleitas oito mulheres e, em 1978, quatro. Eleger mulheres nunca foi fácil.

mulheres e as estratégias de comunicação adotadas dizem muito sobre a importância da participação feminina na vida política nacional.

Em outubro de 2023, as deputadas federais do Brasil posaram para uma foto em frente ao Congresso Nacional, reconstruindo uma imagem histórica feita 35 anos atrás com as parlamentares que atuaram na Constituinte de 1988. Na atual legislatura, temos 91 mulheres na Câmara Federal, mas elas seguem representando apenas cerca de 17% das cadeiras daquela Casa Legislativa. E seguem tendo muita dificuldade de defender suas pautas e fazer valer sua condição de relevância para a política nacional. Muito embora já tenhamos avançado, é claríssima a sub-representação feminina nos espaços de poder.

Lá atrás, ainda no marco temporal da Constituinte, era comum ouvir que as mulheres feministas, sobretudo as que estavam na linha frente do CNDM, eram feias, mal amadas, cuja vida conjugal fracassou. Em paralelo, o feminismo era uma luta das mulheres contra os homens, das mulheres que desejavam ocupar os lugares dos homens e por isso deixavam seu lugar sublime de mulher<sup>23</sup> para ocupar lugares que não pertenciam à natureza feminina. Essa visão preconceituosa e estereotipada das feministas acabava por inibir as declarações públicas sobre ser signatária ou não do feminismo (Jogo de Cartas, 2023).

Se é possível dizer que avançamos em relação às ideias sobre feminismo, vários temas relacionados às pautas femininas seguem em disputa, assim como a própria maneira como elas são defendidas e por quem. Aqui, mais uma vez, o pano de fundo é a igualdade de gênero e a necessidade de representação política feminina como premissa para o avanço sobre os direitos das mulheres (Araújo, 2023).

Cabe, então, voltarmos aos dados da pesquisa realizada pelo Instituto Update sobre a percepção que as mulheres possuem de si mesmas, com um recorte muito específico: eleitoras decepcionadas de Bolsonaro e mulheres jovens que ainda não haviam decidido em quem votar no processo eleitoral de 2022.

Ainda que muitas das mulheres com quem conversamos não se afirmem feministas, é possível dizer que todas são perpassadas, em maior ou menor grau, por um espírito do tempo feminista. Isso significa que o feminismo brasileiro ainda pode colher muitos frutos se suas sementes alcançarem cada vez mais mulheres, e mulheres cada vez mais diversas entre si. Afinal, como procuraremos apontar a seguir, embora existam importantes desafios de comunicação, os corações e mentes da maioria das brasileiras estão mais que abertos para receber suas mensagens. (Costa; Rocha; Solano, 2022, p. 26).

---

<sup>23</sup> Nunca é demais destacar que esse lugar designado às mulheres universaliza o que não é universal, uma vez que esse lugar sublime, por óbvio, diz respeito a mulheres brancas e privilegiadas, não é um lugar para mulheres negras e pobres.

Um período de 35 anos nos separa da promulgação da Constituição Federal, outros 27 anos nos separam da lei de cotas. São dois marcos para a representação feminina na política, mas, a despeito deles, o sistema político brasileiro ainda lida com a sub-representação feminina, com gargalos para o acesso das mulheres aos espaços do legislativo e executivo, mesmo com avanços no que diz respeito à permeabilidade da sociedade em relação a essa participação das mulheres na política. São muitas as razões para esses gargalos; só é possível analisá-los sob o prisma de múltiplos fatores, como a dimensão histórica, as manifestações culturais, o acesso aos partidos políticos, questões de ordem sócio-econômicas, além do próprio sistema partidário (Araújo, 2004).

No Brasil, quando pensamos no processo de redemocratização e no sistema partidário vigente, percebemos que, historicamente, a participação feminina predominante teve uma tendência a ser maior através dos partidos de espectro ideológico de esquerda, justamente pelas próprias características dessas agremiações. Essa é uma tendência majoritária nas democracias liberais.

No que diz respeito à dimensão ideológica, a literatura indica que o engajamento político das mulheres tem sido mais estimulado e, de certa forma, condicionado pelos partidos de esquerda. O amplo estudo comparativo de Katz e Mair (1992), envolvendo 30 anos (1960 -1990) de existência de organização de 79 partidos de democracias consideradas consolidadas, mostra que foram partidos de esquerda os primeiros a incluir algum tipo de norma interna voltada para ampliar a participação das mulheres. Talvez seja por isso que, desde os primeiros anos analisados, esses partidos detivessem percentuais maiores de dirigentes e de representantes parlamentares. Todos os estudos mais recentes corroboram essa tendência. Entretanto, sobretudo a partir da última década ocorreu uma disseminação de iniciativas e da inclusão do tema nas agendas de partidos de outros espectros ideológicos. Ao implementarem políticas de gênero e lançarem mais candidatas a cargos legislativos, os partidos de esquerda terminaram desencadeando o mencionado "efeito contágio" sobre as outras organizações, inclusive as de corte mais conservador. (Araújo, 2005, p. 199).

O espaço da política é masculino e refratário à participação das mulheres. Exatamente por isso mudanças e avanços na legislação ao longo das últimas três décadas ainda não foram capazes de produzir um aumento significativo da presença delas na vida política do país, que segue a ocupar a posição 131 no universo de 193 países no ranking da *Inter-Parliamentary Union*, que mede a participação de mulheres nas Casas Legislativas e demais espaços de poder. Considerando-se os objetivos desta pesquisa, vamos tratar das barreiras que dificultam uma presença mais efetiva e necessária de mulheres em nossa vida pública. Pela ordem, primeiro, uma visão mais geral do problema:

A política é *atualizada* como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados. Vem sendo contada por intelectuais feministas de um modo que explicita conexões e as tensões entre patriarcado e capitalismo, desvenda o caráter patriarcal do pensamento e das instituições políticas modernas e as matrizes de dominação que são ao mesmo tempo patriarcais, racistas e colonialistas. (Biroli, 2017, p. 172).

A maneira como o sistema político partidário está organizado acaba contribuindo para que o Brasil tenha essa pífia participação de mulheres na política, incluindo aí ameaças, perseguições e a própria violência política de gênero, que acomete mulheres de todas as posições no espectro político e ideológico. Essa violência se configura como qualquer ação que busque cercear ou coibir a participação das mulheres na vida partidária, em disputas eleitorais ou mesmo no exercício de mandatos e na ocupação de espaços privilegiados, como mesas diretoras ou comissões nos parlamentos do país.

No Brasil, disputar uma eleição é um desafio de várias dimensões, e talvez uma das mais significativas seja a econômica. Fazer campanha custa caro. Em um desenho de campanhas financiadas por recursos públicos, os partidos são os centros decisórios sobre a distribuição e destinação desses recursos – partidos dirigidos por homens, diga-se de passagem. Resultado? Candidaturas femininas acabam preteridas no cálculo masculino da viabilidade eleitoral, recebendo, assim, menos recursos, quando recebem.

Desse modo, as mulheres encontram dificuldades dentro dos próprios partidos, uma vez que os líderes e dirigentes partidários – histórica e majoritariamente homens brancos – perpetuam as desigualdades de gênero ao negarem apoio e liberação de recursos para campanhas de mulheres, criando toda sorte de dificuldade para a participação efetiva em disputas eleitorais. Nós temos baixíssima transparência quanto ao uso dos fundos eleitoral e partidário: como estão sendo geridos, se chegam em quem precisa e deve chegar e o tempo adequado para serem aplicados nas campanhas eleitorais. Além disso, assistimos, pleito a pleito, notícias sobre o não cumprimento das cotas ou o uso de subterfúgios para burlar a legislação, como é o caso das candidaturas laranjas.

Todavia, é superficial tratar do tema "participação política das mulheres no Brasil" sem reconhecer os esforços e conquistas institucionais e políticas alcançadas nesses anos de redemocratização, como a já destacada a lei de cotas de gênero para eleições, que instituiu ao menos 30% de candidaturas femininas nos pleitos eleitorais. Mais recentemente, em 2018, uma decisão do Superior Tribunal Federal (STF) destinou 30% dos recursos do fundo eleitoral para chapas que tivessem o mesmo percentual de mulheres, progressivamente.

Medidas fundamentais, apropriadas e históricas, mas ainda insuficientes para termos mais ocupação de cadeiras do Executivo e Legislativo, basta olhar para os dados já apresentados nesta pesquisa. É interessante perceber como a insuficiência, ao menos das cotas, já recebia tratamento acadêmico há cerca de vinte anos.

Um dos pontos convergentes é que a adoção das cotas, por si só, não é suficiente para reverter a situação de desvantagem das mulheres na esfera política. Clara Araújo (2002) chama a atenção para a *tendência de concentrar toda a ação por ampliação da presença política nas cotas, conferindo a essa estratégia uma missão/atuação "salvacionista", no que tange ao acesso das mulheres às instâncias de decisão política* (ARAÚJO, 2002:151). O problema da sub-representação política das mulheres é multicausal e sua superação depende de diversos fatores que vão além da adoção do sistema de cotas unicamente. (Mortiz, 2019, p. 34).

Apenas para fixar o que discorremos aqui: nas eleições municipais de 2020, o país elegeu 677 mulheres como prefeitas. Em uma leitura rápida, o número pode parecer alto, no entanto, se considerarmos o universo de 5570 municípios, ele perde esse significado. Ademais, temos cerca de 800 cidades no Brasil que não possuem sequer uma vereadora. Mostramos dados estatísticos e reafirmamos: precisamos de mais mulheres na política, carecemos de representatividade feminina nos espaços de poder.

Fiscalizar os partidos políticos é algo extremamente importante, mas, ao invés disso, vemos tramitar a cada legislação reformas eleitorais que mudam as regras ou, o que é pior, leis de anistia que buscam perdoar partidos que não cumpriram as regras eleitorais em pleitos passados. Está em tramitação no Senado Federal, já aprovado na Câmara com voto favorável de ampla maioria dos partidos, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que perdoa os partidos por todas as irregularidades cometidas até aqui, inclusive o descumprimento de cotas racial e de gênero, avanços conquistados em 2018. Uma proposta que enfraquece a representação e a justiça eleitoral e, conseqüentemente, a própria democracia.

A proposta isenta de sanção todas as eventuais irregularidades encontradas nas prestações de contas de partidos políticos, incluindo a falta de repasse de recursos para campanhas de mulheres e negros, nas eleições de 2022 e anteriores. Se aprovada, a PEC livrará de punição, por exemplo, partidos que não cumpriram a aplicação proporcional de recursos do fundo eleitoral para campanhas de grupos considerados minorizados. Como se admite, nos bastidores, que praticamente ninguém cumpriu nem essa regra nem outras que tentam garantir maior diversidade, a tramitação da PEC da Anistia ganhou até aqui uma rara unanimidade. Até o Congresso entrar em recesso, no início de julho, só haviam se posicionado contra a PEC o partido Novo e a federação integrada por Psol e Rede. A aprovação da PEC da Anistia pode significar mais um capítulo de um longo enredo da crise de representatividade dos partidos políticos. Guardiões dos interesses democráticos e arrimos estabilizadores do regime, partidos costumam

estar, entretanto, entre as instituições menos confiáveis na percepção da população, juntamente com o Congresso Nacional. É sintomático que confiemos menos naquelas organizações sobre as quais justamente temos o poder de escolher nossos representantes. (Lacava; Sodré, 2023).

Partidos são a base das democracias e dos sistemas políticos, não existem democracias sem eles. Como os recursos que eles recebem são públicos, precisam ser fiscalizados. Os fundos existem para financiar suas atividades, campanhas eleitorais e candidaturas. Seria preciso garantir equidade de gênero também dentro dos partidos políticos, através de mecanismos como a paridade dentro das direções partidárias e em todos os níveis – federal, estadual e municipal –, e adoção de critérios mais claros e transparentes sobre a distribuição de recursos dos fundos partidário e eleitoral, para citar apenas dois exemplos que já fariam muita diferença.

Ademais, o debate sobre a participação política feminina precisa ir para além das cotas. Os partidos deveriam destinar parte desses recursos que chegam através dos fundos para estimular essa participação. Por exemplo, com campanhas de combate à violência política de gênero, assessoria jurídica, comunicacional e assistência psicológica para as vítimas, até para evitar que elas acabem deixando a vida política.

Os partidos e suas direções poderiam utilizar o recurso do fundo, destinado às campanhas de mulheres, para auxílio-creche ou escola durante as pré-campanhas e campanhas de suas filiadas que estejam em disputa por um mandato e buscando essa representação. Seriam formas de ter mais mulheres, inclusive disputando cargos na direção partidária. Na verdade, a crise de representatividade pela qual passa a classe política exigiria muito mais dos partidos políticos, em ações que mostrassem seu compromisso com a própria democracia.

Diante da crise de representatividade dos partidos, caminhos existem e devem ser buscados. Reestruturações internas e mudanças visando o aumento de candidaturas de mulheres e negros chegaram a ser implementadas em alguns partidos, mas ainda de forma isolada e incipiente. Paridade de gênero e raça nas instâncias decisórias e executivas dos partidos e a limitação de recondução nas direções – facilitando assim o surgimento de novos quadros – são bons começos para promover a oxigenação interna das agremiações. Barrar a PEC da Anistia, e toda sorte de irregularidades e ilegalidades que ela perdoa, poderia dar novo fôlego ao compromisso dos partidos políticos com a sociedade brasileira, renovando assim o seu importante e necessário papel em regimes democráticos. (Lacava; Sodré, 2023).

No amplo quadro de dificuldades políticas para mulheres e outros grupos politicamente minoritários na sociedade, o aspecto econômico tem contribuído sobremaneira

para que a representação feminina tenha sido mapeada com o estabelecimento de rotas de acesso das mulheres às instâncias do poder político. A baixa representatividade caminha ao lado de uma espécie de tradição que apenas recentemente passou a sofrer alguma inflexão: o fato de a principal rota de ingresso feminino estar associada ao parentesco com homens da política (Miguel; Biroli, 2010). Elas são esposas, filhas, irmãs ou mesmo mães de homens com atuação política; suas carreiras são alavancadas e bem-sucedidas nas urnas por conta desses laços familiares. É um fato marcante que na citada Assembleia Nacional Constituinte de 1988 tivemos, por exemplo, quatro casais de parlamentares constituintes no exercício do mandato<sup>24</sup>.

Para além dessa "porta de entrada", outras rotas possíveis, mapeadas e catalogadas, já fazem parte dos estudos no âmbito das pesquisas sobre a participação da mulher na política brasileira (Araújo, 2005; Moritz, 2019; Pinto, 1994).

Estudos de Gênero e Política têm indicado que as mulheres no Brasil possuem três "portas de entrada" na política (PINTO, 1994). Seu ingresso na política pode ocorrer através de relações familiares, de militância (social, sindical, estudantil), ou uma terceira via que aqui estamos denominando outsider. Deste grupo, fazem parte aquelas mulheres que adquiriram destaque na sua vida profissional (empresárias, comunicadoras, esportistas), as celebridades (cantoras, artistas) e, mais recentemente, líderes religiosas vinculadas às igrejas neopentecostais (pastoras e Bispas). (Moritz, 2019, p. 42).

Trazendo essa discussão para o objeto de estudo proposto, pontuamos que as delegadas Danielle Garcia e Katarina Feitoza se encaixam na categoria *outsider* da política. É importante registrar que o ingresso delas na vida política possui total e irrestrita ligação com o fato de serem delegadas de polícia e de terem suas trajetórias profissionais como alavancas para a carreira política, aspectos utilizados em suas apresentações, nas estratégias de comunicação, na maneira como performam o feminino e na forma como tratam os esforços pessoais para atuarem nos mundos masculinizados da segurança pública e da política. Aqui, um *spoiler*, se nos permitem: ambas usam o título de delegada para uma circulação mais fluida no ambiente político. É como se detivessem um distintivo para abrir as portas quase sempre fechadas para mulheres no duro ambiente político brasileiro. E esse é um dado muito importante desta pesquisa

As mulheres da política brasileira, ao não ocuparem o espaço como herança familiar de pais, maridos, filhos ou irmãos, não sendo *outsiders* a partir de trajetórias profissionais

---

<sup>24</sup> Wilma Maia e Lavoisier Maia, deputada e senador pelo PFL do Rio Grande do Norte; Marluce Pinto e Otomar Pinto, deputados pelo PTB de Roraima; Rita Camata e Gérson Camata, deputada e senador pelo PMDB do Espírito Santo; Lúcia Vânia e Irapuan Costa, deputada e senador pelo PMDB de Goiás.

(até por esse ser um fenômeno mais recente), tradicionalmente entram na vida política pela militância, e ela é geralmente de esquerda ou de perfil progressista. Assim, há uma relação significativa entre luta política social, movimentos sindical, estudantil ou sociais de maneira geral e partidos do espectro político ideológico de esquerda, sendo também, como já abordado nesta pesquisa, partidos com maior permeabilidade às mulheres e às suas causas feministas. Alguns estudos anteriores a 2018 (Miguel, Biroli, 2010; Moritz, Schultz, 2013; Shultz, Moritz, 2015) sinalizavam que as mulheres tinham mais chance de se elegerem filiadas a partidos de esquerda, em decorrência de alguns fatores:

(a) possível maior incorporação das mulheres na elite partidária; (b) sua histórica permeabilidade às minorias, permitindo, assim, que esses segmentos estejam entre seus filiados e trabalhem junto aos diversos setores sociais buscando conquistar representação política e (c) eleitorado de esquerda está mais predisposto a votar em mulheres. (Moritz, 2019, p. 40).

A presença de mulheres alinhadas ao espectro político de esquerda em cargos no Executivo e Legislativo inaugurou uma fase da vida política brasileira na qual as pautas classificadas como feministas se fizeram mais presentes no debate público. Podemos dizer que o período de 2003 a 2016 tenha sido um pouco mais alvissareiro em conquistas femininas por dentro do Estado, em políticas públicas propriamente ditas. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propiciou a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de Ministério, o que acabou por abrir espaço para a presença de mulheres com atuação feminista dentro do governo.

Trata-se, também, do registro da própria permeabilidade do Estado à agenda feminista, que se deu no trânsito constante entre o trabalho das mulheres na SPM e os espaços de participação institucionalizada, entre os quais destaco os conselhos e as quatro conferências nacionais de Políticas para Mulheres, ocorridas nos anos 2000 (2004, 2007, 2011 e 2016), que reuniram milhares de mulheres em Brasília. São também desse período as Marchas das Margaridas (2000, 2003, 2007 e 2011) – que levaram milhares de trabalhadoras rurais a Brasília e produziram documentos que demonstram a abrangência das reflexões e reivindicações nesse momento – e a Marcha Nacional das Mulheres Negras (2015) – que reuniu mais de 50 mil pessoas na capital do país, segundo os números divulgados então pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). (Biroli, 2017, p. 198).

Esse período alvissareiro, de muitos avanços, como são os casos da PEC das Domésticas, da Lei Maria da Penha, da Lei do Feminicídio e das normas e políticas públicas para a garantia de direitos reprodutivos e sexuais, também foi o período de intensificação de uma reação conservadora, depois concentrada em torno da oposição à chamada "ideologia de gênero". Referimo-nos à disputa política em torno da agenda feminista, na órbita dos

estudos que referenciam esta pesquisa e do contexto sócio-histórico no qual ela se insere, a partir dos eventos de junho de 2013. A disputa pelas pautas femininas acabou por fazer parte do escopo de atuação de mulheres na política, independentemente do espectro ideológico do qual façam parte, agora com uma presença mais significativa daquelas que representam a direita.

Se aquela permeabilidade do Estado à agenda feminista garantiu a presença de mais mulheres na vida política brasileira, episódios como as Jornadas de Junho, a reação conservadora através de bancadas dentro do Congresso e sobretudo fora dele, o processo do impeachment da presidente Dilma Rousseff (ele próprio um episódio político com muitos tons misóginos) trataram de barrar a permeabilidade e instalar, em contraponto, uma total impermeabilidade do Estado à pauta de gênero.

Esse movimento acabou por se fazer presente no próprio perfil das mulheres que atuam na política nacional, com mudanças significativas a partir do resultado eleitoral de 2018, quando tivemos muitas parlamentares sendo eleitas por partidos de direita para a Câmara dos Deputados. Esse "deslocamento ideológico" na eleição de mulheres acompanhou, portanto, o crescimento geral da direita naquele pleito eleitoral (Babireski; Eduardo; Lorencetti, 2020). Essa efetiva participação de mulheres de direita na política pode ser vista como uma estratégia daquela reação conservadora mencionada anteriormente.

Nos diferentes países, movimentos de direita possuem mulheres em seus quadros de ativistas, especialmente quando esses grupos possuem aspirações eleitorais e em suas estratégias torna-se necessário conquistar votos, inclusive o voto feminino. Apesar das variações em cada país, visões regressivas de política de gênero se destacam em seus programas que, em geral, promovem visões tradicionalistas e idealizadas das famílias e uma demonização de movimentos progressistas e feministas (Enloe *et al.*, 2019; Gutsche *et al.*, 2018). Assim, as mulheres envolvidas nesses movimentos e partidos promovem políticas antifeministas opondo-se aos direitos de autodeterminação das mulheres, sobretudo em se tratando dos direitos sexuais e reprodutivos. (Elias; Marques; Sarmiento, 2021, p. 05).

Estamos tratando de um fenômeno recente, portanto, ainda com pouca literatura e pesquisas sobre ele, mas já com alguns estudos em curso. Merece destaque a presença de mulheres do espectro político ideológico de direita na cena política, ao ocuparem espaços de representatividade. Um fenômeno de natureza internacional, presente em vários países. Como vimos nos capítulos anteriores, é possível encontrar elos com a própria crise pela qual passam as democracias ocidentais e com uma reação conservadora, sempre associada a

ideias como a de ideologia de gênero, sobre a qual já discorreremos, com destaque para suas especificidades na América Latina (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

Na América Latina, o recurso à "ideologia de gênero" também tem permitido, ao mesmo tempo, uma maior inserção de perspectivas moralistas unitárias no debate público e criado oportunidades político-eleitorais. No caso do Brasil, a movimentação nesse sentido ocorre desde 2014, quando os itens referentes à igualdade e à diversidade racial e de gênero foram eliminados do Plano Nacional de Educação aprovado no Congresso no dia 22 de abril. Foi em 2018, porém, que o alcance dessa estratégia se tornou mais claro (...) quando o combate à "ideologia de gênero" foi incluído no programa eleitoral do candidato presidencial de extrema direita Jair Bolsonaro. (Biroli; Machado; Vaggione, 2020, p. 156).

As eleições brasileiras de 2018 acabaram por representar uma guinada geral à direita, incluindo os assentos para o Congresso Nacional, e marcando uma inflexão histórica em relação à presença de mulheres de direita na política nacional. O resultado foi ter, pela primeira vez Câmara Federal, um número maior de mulheres representantes desse espectro ideológico do que das de esquerda. Das eleitas, foram 31 delas (46%) de partidos de direita, 28 (36%) de partidos de esquerda e 14 (18%) de partidos de centro (Babireski; Eduardo; Lorencetti, 2020).

A atuação dessas mulheres acaba por reproduzir o pensamento e a visão dos movimentos e partidos de direita. Em um país conflagrado pela polarização política, isso significa a defesa da já tratada pauta de costumes e de visões normativas e conservadoras acerca do papel das mulheres na sociedade, além da incorporação do combate a tal "ideologia de gênero" como ponto central de suas plataformas políticas.

De tal maneira que, ao mesmo tempo em que a ideologia de direita rejeita as chamadas "políticas identitárias", as mulheres de direita mobilizam seu *status* como mulheres para promover suas visões políticas que tendem a enfatizar papéis tradicionais de gênero fundamentados em explicações derivadas de um determinismo biológico e ideologias religiosas, para assim, informar seus posicionamentos políticos. (Elias; Marques; Sarmiento, 2021, p. 06).

O aumento de mulheres de direita na política nacional é fruto, inclusive, do próprio tensionamento histórico por maior participação feminina na política, de modo que algumas pautas feministas acabam por ser incorporadas ao repertório dessas mulheres, quando consensuais (mesmo que sem um debate mais estrutural sobre os problemas). São exemplos o combate à violência contra às mulheres, incluindo a violência política de gênero, e a defesa de uma maior participação política de mulheres, muito embora sustentem uma visão binária e tradicional de gênero. É como se determinadas pautas feministas recebessem

tratamentos e abordagens ressignificadas ao serem incorporadas aos repertórios das agentes políticas de direita.

Além disso, a pauta da violência contra a mulher é explorada em seus discursos, embora não esteja acompanhada de uma discussão sobre desigualdades e estruturas machistas e patriarcais e portanto, tratam do tema como uma questão pública, porém sem avançar sobre as questões mais profundas sobre as estruturas sociais desiguais que sustentam a violência. (Elias; Marques; Sarmiento, 2021, p. 26).

Uma análise mais atenta a essas atuações nos parece fundamental para entendermos como a participação política feminina se transforma com a chegada dessas personagens, que acabam por representar a materialização da onda conservadora pela qual o mundo contemporâneo está passando. O papel político que elas desempenham suscita debates sobre como se posiciona o imaginário político feminino e de que maneira se pode falar em um "feminismo em disputa", para citar mais uma vez o trabalho conduzido por pesquisadoras do Instituto Update, por exemplo.

Mulheres de espectro político de direita atuando em espaços de poder abrem novas janelas de possibilidades para pesquisas acadêmicas. Suas práticas, defesas e os usos de ferramentas de comunicação amplificam suas vozes através das mídias sociais e dizem muito sobre uma atualização do pensamento de direita a partir da ótica feminina, ao tempo em que nos impele a pensar sobre diversidade. Sim, diversidade, porque se queremos "mais mulheres na política" precisamos entender que esse aumento de representatividade precisará vir acompanhado de um pensamento diverso e plural, como é a sociedade e a própria representação política masculina nas disputas e nos próprios espaços de poder. Ou não?

#### 4. PERCURSO ANALÍTICO E METODOLÓGICO

É fato que vivemos, desde a redemocratização do país, um período no qual lentamente acumulamos conquistas femininas relacionadas à participação política. Há um crescimento dessa participação nas entidades, nos partidos, nos espaços de poder. Além de lenta, essa caminhada tem sido sempre repleta de desafios e com necessidades de recuos aqui, ali e acolá, conforme mostramos ao longo do último capítulo desta pesquisa. Uma trajetória com muitos obstáculos: econômicos, culturais, simbólicos e institucionais, que criam um ciclo de retroalimentação dessas dificuldades para a participação das mulheres em espaços de poder e de decisão. Esse é um dos eixos centrais do nosso trabalho, o debate sobre a participação política das mulheres no Brasil.

A política é *atualizada* como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados. Vem sendo contada por intelectuais feministas de um modo que explica as conexões e as tensões entre patriarcado e capitalismo<sup>3</sup>, desvenda o caráter patriarcal do pensamento e das instituições políticas modernas e as matrizes de dominação que são ao mesmo tempo patriarcais, racistas e colonialistas. Seus efeitos não são idênticos na vida de todas as mulheres porque elas estão situadas diferentemente no globo e nas dinâmicas de exploração do trabalho, racialização e precarização da vida. (Biroli, 2018, p. 173).

A partir dessa asserção, compreendemos que o contexto patriarcal, capitalista e racista, com evidentes marcas colonialistas, não é vivenciado do mesmo modo em todos os espectros sociais e, conseqüentemente, por todas as mulheres que acessam (ou não) a vida política. Considerando as especificidades do nosso objeto de pesquisa, pretendemos analisar a maneira como o marcador de gênero e os papéis sociais desempenhados por mulheres podem ser representados em disputas eleitorais, considerando estigmas presentes em nossa sociedade, mas considerando também as maneiras como algumas mulheres atuam com relação aos papéis sociais que desempenham ao decidirem participar da vida política. Nosso objetivo é problematizar acerca do reforço ou não de estigmas sociais; o reforço ou não da causa feminina e feminista que defende “mais mulheres na política”, ainda que de modo tangencial.

De modo central, a pesquisa busca estudar as intenções presentes nas estratégias de comunicação das campanhas, isso a partir da própria fala delas e de seus estrategistas, assim como as figuras de mulher e delegada foram tratadas do ponto de vista da comunicação

política na disputa eleitoral pela Prefeitura de Aracaju em 2020, bem como seus reflexos em 2022 e no momento atual, com as duas ocupando cargos públicos. A maneira como essas estratégias de comunicação foram pensadas nos diz um pouco sobre a própria representação do feminino na vida política em geral. Em ambos os casos, temos mulheres que também cumprem o papel profissional de delegadas, o que, de maneira geral, representa uma inflexão nos papéis historicamente atribuídos às mulheres, e mais ainda quando elas decidem participar da vida política.

Sobre Danielle Garcia: entre 1995 e 1999, frequentou o curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Em 2001, por concurso público, ingressou na Secretaria de Segurança Pública no cargo de delegada da Polícia Judiciária. Este teria sido o seu primeiro emprego formal, aos 25 anos, já que antes ela havia passado por outros órgãos apenas na condição de estagiária. Danielle tem especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública e é mestre em Direito Público, ambos cursados na UFS. Cursou Inteligência Estratégica na Escola Superior de Guerra. Está em seu segundo casamento e é mãe de uma jovem de 24 anos, Maria Garcia, estudante de direito.

Essa é a mulher que estreou na vida política em dezembro de 2019, quando anunciou sua filiação ao Cidadania. E a partir de posturas e posições expressas nos dois processos políticos protagonizados por ela, buscamos problematizar acerca da participação feminina no ambiente de disputas eleitorais. Considerando o histórico de Danielle, sua declarada posição de direita no espectro político nacional<sup>25</sup> reflete no desenho de suas estratégias de comunicação em campanhas eleitorais.

Sobre Katarina Feitoza: formou-se em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit) em 1999. É pós-graduada em Gestão Estratégica em Segurança Pública e em Ciências Criminais. É delegada da Polícia Civil de Sergipe desde 2001. Ao longo desses 22 anos, assumiu diversos cargos de gestão, como Coordenadorias de Polícia do Interior e Capital; Corregedoria da Polícia Civil, Coordenadora Geral do Subsistema de Inteligência em Segurança Pública; e em, 2010, assumiu pela primeira vez o Cargo de Delegada-Geral, permanecendo até 2014. Reassumiu o cargo de Delegada-Geral pela segunda vez em abril de 2017, de onde saiu em 2020 para ser candidata a vice-prefeita pelo PSD, cargo para o qual foi eleita e para o qual tomou posse em 1º de janeiro de 2021.

Partimos de um entendimento que enxerga a metodologia como um caminho, uma trilha de pesquisa a partir do esforço para dissecar o problema sobre o qual nos debruçamos.

---

<sup>25</sup> Danielle declarou ser uma mulher de direita durante a pré-campanha de 2020, em seu perfil na mídia social Instagram.

À medida que entramos em contato com ele – à luz da nossa revisão de literatura –, somos impelidas a dialogar com nosso objeto, construindo um percurso que nos pareça mais seguro para alcançar nossos objetivos e discussões pertinentes ao tema. Desse modo, chegamos ao desenho que será apresentado neste tópico, um arranjo metodológico que dispõe de ferramentas já existentes academicamente, mas adaptadas e combinadas para nossa intenção com esta pesquisa. Trata-se, portanto, de uma combinação de métodos e ferramentas metodológicas que visam uma trajetória segura para a construção do estudo empírico.

O primeiro movimento na direção do nosso objeto empírico esteve relacionado à coleta, separação e contato com os produtos audiovisuais da campanha eleitoral de 2020, tanto de Danielle Garcia quanto de Katarina Feitoza. Não se tratou de uma análise, mas de um movimento exploratório que subsidiou a elaboração dos roteiros. Essa pesquisa exploratória inicial envolveu, além desses produtos, um estudo sobre a trajetória profissional e mesmo pessoal de ambas, disponível publicamente, além de considerar como se apresentavam em seus perfis nas mídias sociais, em entrevistas concedidas em veículos ainda no período da pré-campanha, e leituras sobre a atuação em cargos de comando na estrutura de segurança pública em Sergipe.

Nesse processo exploratório inicial, ratificamos que um caminho possível e plausível seria a entrevista em profundidade semi-estruturada com atores protagonistas do cenário político sergipano, especialmente aqueles/as atuantes no período eleitoral estudado e que estavam centrados nas candidaturas de Danielle e Katarina. Assim, além das próprias delegadas, consideramos a relevância de entrevistar os/as profissionais do marketing político responsáveis pelas campanhas dessas mulheres.

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. (Boni; Quaresma, 2005, p. 75).

É importante registrar que as entrevistas já estavam previstas no planejamento da pesquisa, e elas acabaram por se tornar centrais como trajetória empírica. Entendemos que a possibilidade de redirecionar o trabalho, desviando o foco do conteúdo das campanhas eleitorais para a produção, garantiria a esta dissertação não apenas originalidade, mas

principalmente a oportunidade de entender as estratégias comunicacionais endereçadas às candidatas mulheres e delegadas (ou delegadas e mulheres) de maneira nevrálgica.

Para o processo de elaboração dos roteiros, o foco se direcionou para as estratégias de comunicação, assim, a pesquisa exploratória foi essencial para descortinar os aspectos mais relevantes a serem abordados, apresentando exemplos das estratégias utilizadas e dando materialidade aos pontos de maior complexidade. Ademais, consideramos essencial a revisão de literatura construída em torno do objeto de pesquisa e discutida ao longo dos capítulos. Por fim, entendemos que as entrevistas seriam uma oportunidade ímpar para compreender como nossas delegadas se enxergavam quando resolveram encarar a vida política e os caminhos percorridos desde então. Ao conseguir agendar as entrevistas, percebemos que a proposta metodológica se materializou; e potencialmente teríamos um conteúdo rico para as análises posteriores, ancorado em um bom roteiro, desenvolvido com bases sólidas por meio da pesquisa exploratória.

Ao explorar a entrevista como material de análise, Bardin (1977) apresenta uma dimensão muito clara da riqueza de possibilidades que a entrevista representa, assim como da originalidade presente em cada fala.

Lidamos com uma fala relativamente espontânea, com um discurso falado, que uma pessoa - o entrevistado - orquestra mais ou menos à sua vontade. Encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a propósito de alguma coisa. A subjetividade está muito presente: uma pessoa fala. Diz "Eu", com o seu próprio sistema de pensamentos, os seus processos cognitivos, os seus sistemas de valores e de representações, as suas emoções, a sua afetividade e a afloração do seu inconsciente. E ao dizer "Eu" mesmo que esteja falando de outra pessoa ou de outra coisa, explora, por vezes às apalpadelas, certa realidade que se insinua por meio do "estrito desfiladeiro da linguagem", da sua linguagem, porque cada pessoa serve-se dos seus próprios meios de expressão para descrever acontecimentos, práticas, crenças, episódios passados, juízos...(Bardin, 1977, p. 93-94).

A materialidade que se apresentava com o agendamento das entrevistas ganhou centralidade definitivamente quando, para além das delegadas Katarina Feitoza e Danielle Garcia, tornou-se possível entrevistar os profissionais do marketing responsáveis por suas campanhas: Carlos Cauê, jornalista e publicitário com quase três décadas de experiência e de campanhas eleitorais em Sergipe, responsável pela coordenação de comunicação e estratégia da campanha de reeleição de Edvaldo Nogueira e Katarina Feitoza; e João Carlos Lima, publicitário responsável pelo trabalho de comunicação estratégica da dupla Danielle Garcia e Valadares Filho.

As entrevistas com os profissionais de estratégia tiveram relevância significativa, primeiro para entender o planejamento das campanhas, as ideias-força trabalhadas, as dificuldades, erros e acertos em suas perspectivas, mas sobretudo para confrontar suas respostas com as análises prévias e exploratórias que havíamos realizado.

Os encontros ocorreram nos ambientes de trabalho dos entrevistados e entrevistadas, em conversas com duração de uma hora e trinta minutos a duas horas. Iniciamos as agendas com Carlos Cauê, em seu escritório de trabalho, no dia 26 de setembro, às dezesseis horas. Em seguida, conversamos com a deputada federal Katarina Feitoza, também em seu escritório, no dia 29 de setembro, às onze horas. Na semana seguinte, nos encontramos com João Carlos Lima no dia 4 de outubro, às quinze horas, em um café do bairro Garcia, em Aracaju. A última entrevista foi com a secretária de Estado Danielle Garcia, às onze horas do dia seis de outubro, em seu gabinete.

Não foi intencional, porém conveniente, conversar com as protagonistas dessa pesquisa depois de termos encontrado e conversado com seus estrategistas, pois isso ampliou nosso repertório e nos permitiu até fazer alguns ajustes nos roteiros da conversa com elas. No mais, as entrevistas ocorreram com tempo suficiente, sem pressa, com anotações, gravação das respostas e consentimento para o uso das informações nesta pesquisa. Bauer e Gaskell (2002) afirmam que a entrevista em profundidade é um convite ao entrevistado(a) para se alongar, para expressar-se de forma coloquial e com maior liberdade, explorando várias percepções. Desse modo, o ambiente e tempo adequados se mostram fundamentais para o bom desenvolvimento da técnica. Nesse sentido, a função do pesquisador é de grande relevância, já que o mesmo pode obter esclarecimentos de pontos importantes e estimular o(a) entrevistado(a) por meio de questionamentos específicos.

Em nosso exercício exploratório, incluímos programas eleitorais veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e de vídeos das duas candidatas em plataformas de mídias sociais. Observamos cenas, enquadramentos, ataques, defesas, discursos e aplicamos um roteiro específico para entrevistas em profundidade com os estrategistas de campanhas das quais elas participaram, com foco especial, por óbvio, na disputa de 2020. Assim, Carlos Cauê e João Carlos Lima nos falaram sobre estratégias políticas e de comunicação, muitas vezes respondendo questões sobre detalhes de cada produto.

Esse caminho se mostrou extremamente rico, pois as falas puderam ser confrontadas com os fatos. Trata-se de um esforço que nos fez chegar ao momento das entrevistas com os estrategistas em condições de, para além de ouvi-los sobre o trabalho realizado por eles, confrontar suas falas com as cenas previamente exploradas. Esse movimento nos permitiu

ter roteiros robustos e ricos em detalhes sobre o material produzido e veiculado pelas campanhas. A seleção das cenas, cortes, discursos e enquadramentos dialogam diretamente com os eixos mulher e delegada, fundamentais para responder às perguntas basilares da nossa pesquisa.

Uma entrevista bem sucedida depende muito do domínio do entrevistador sobre as questões previstas no roteiro. O conhecimento ou familiaridade com o tema evitará confusões e atrapalhos por parte do entrevistador, além disso, perguntas claras favorecem respostas também claras e que respondem aos objetivos da investigação (Boni; Quaresma, 2005, p. 78).

Assim, aprofundamos a busca das respostas da pesquisa nas entrevistas com os estrategistas e com a visão que as nossas candidatas possuem delas e das campanhas que protagonizaram. Como perspectiva teórico-metodológica, ainda que não aplicada diretamente ao movimento de análise das entrevistas e das falas das candidatas, incorporamos ao percurso empírico uma classificação advinda de pesquisadores do marketing político e das ferramentas de persuasão adotada em eleições majoritárias, (Figueiredo *et al.*, 2000).

Os pesquisadores propõem um olhar que buscamos incorporar às questões formuladas para os roteiros das entrevistas, mas também como elementos delineadores da própria análise do material que prospectamos a partir das entrevistas. Naquela disputa eleitoral o protagonismo estava presente no confronto entre uma candidatura de mandatário (Edvaldo Nogueira e Katarina e Feitoza como situação) e outra de desafiante (Danielle Garcia e Valadares Filho na oposição), muito embora tivéssemos outras candidaturas participando daquele pleito.

Os roteiros elaborados para as entrevistas partiram de dois eixos centrais, mulher e delegada. Eles não são necessariamente díspares, o entrecruzar é possível e faz parte dos nossos objetivos entender onde há confluência e em que momento podem se distanciar enquanto papéis sociais. A partir desses eixos, vislumbramos, como apresenta a proposta de Marcus Figueiredo, que os agentes em disputa se posicionam como situação e oposição, e seus discursos - presentes nas campanhas eleitorais e potencialmente visíveis nas entrevistas com as delegadas candidatas à época e seus estrategistas de campanha - se constroem a partir de três pilares: "ataque, exortação e defesa", sendo o segundo aquele que visa exaltar as qualidades do/a candidato/a ou do partido político ao qual pertence (Figueiredo *et al.*, 2000, p. 193)

Nesse exercício teórico-metodológico, buscamos relacionar os eixos mulher e delegada, com as posições discursivas de defesa, exortação e ataque. Evidenciamos que esse embasamento foi importante para nos direcionar na construção do roteiro e realização das entrevistas, ainda que não tenhamos buscado evidenciar as classificações propostas pelos autores citados na discussão dos resultados. Assim, defesa, ataque e exortação se mostraram pertinentes para embasar a pesquisa empírica, mas entendemos que a sua demarcação como eixo categórico analítico não auxiliaria a responder os questionamentos norteadores deste estudo.

Em tempo: não propomos, com esta pesquisa, entender o caminho que levou à vitória ou derrota naquele processo eleitoral nem mesmo o entendimento acerca dos argumentos vencedores na disputa, algo recorrente em estudos sobre eleições. O relevante aqui é entender se naquele cenário político ser mulher e/ou delegada é importante e por quê, e como os posicionamentos de Danielle Garcia e Katarina Feitoza sobre as pautas femininas se estruturaram e se estruturam até a atuação política delas na atualidade. Os papéis sociais em questão extrapolam as próprias pesquisadas e se expandem para uma problemática relacionada à forma como o marcador de gênero está presente na vida política nacional.

Por fim, o tratamento dos resultados e o cruzamento dos dados configuram-se como o fechamento da caminhada metodológica, sempre a partir do olhar como as campanhas foram constituídas, pensando-as como uma intenção da parte das candidatas e de seus estrategistas. Nessa etapa, realizaremos as problematizações e discussões a partir das referências adotadas no trabalho, do ponto de vista teórico e do problema de pesquisa apresentado. Em tempo, cumpre-nos explicar que as categorias analisadas – mulher e delegada – e a própria representação feminina não desejam reproduzir dualidades ou mesmo limitações às atividades que uma mulher pode desempenhar.

Já na etapa final do nosso caminho metodológico, ainda em nossa revisão de literatura, deparamo-nos com um desenho proposto por Luciana Panke (2017), que se aproximou por demais do modelo adotado nesta pesquisa:

A metodologia adotada reuniu pesquisa bibliográfica sobre questões de gênero, eleições e comunicação política, unida à minha experiência profissional, análise audiovisual e entrevistas em profundidade. Deste modo, se configurou uma pirâmide na pesquisa: entrevistas com as mulheres, entrevistas com profissionais da comunicação e análises das campanhas audiovisuais. (Panke, 2017, p. 20).

Apresentado nosso percurso, vamos às análises.

#### 4.1. Análise e apreensão a partir das entrevistas

O exercício de pesquisa no campo das ciências humanas é uma caminhada com um roteiro prévio, metodologia mais ou menos definida, mas quase sempre com percurso nada linear. À medida que caminhamos, o trajeto mostra-se desafiador e sinuoso, apresentando atalhos, trilhas e novas possibilidades para seguir até o desvendar do nosso problema. As escolhas metodológicas muitas vezes surgem a partir de um diálogo silencioso entre o objeto e a pessoa que está no exercício da pesquisa.

Podemos dizer que foi exatamente assim que ocorreu nossa chegada até aqui. O esforço analítico de peças de marketing, trajetórias profissionais, perfis em mídias sociais e produtos audiovisuais veiculados no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral fundamentaram a centralidade do percurso metodológico: os roteiros para entrevistas em profundidade. O resultado dessas entrevistas ampliou nossa visão não somente sobre a urgência do objeto de estudo "mulheres na política", mas também sobre a dimensão humana, complexa e repleta de obstáculos da participação do gênero feminino no fazer política e na ocupação de espaços de poder, especialmente no contexto estudado.

As análises que apresentaremos neste tópico partem de dois eixos objetivos: mulher e delegada, considerando o encontro desses dois papéis sociais em intersecções possíveis. Para fins organizacionais, separamos as análises e discussões, uma para Danielle Garcia e outra para Katarina Feitoza, e criamos codificações a partir dos dois eixos da pesquisa apresentados no tópico de metodologia.

Partimos de um quadro atípico na disputa pela Prefeitura de Aracaju em 2020: a presença de mulheres que atuavam profissionalmente como delegadas da Polícia Civil do Estado de Sergipe. Nas entrevistas em profundidade, com roteiros construídos a partir de um esforço analítico de produtos comunicacionais (apresentados nos apêndices A, B, C e D), separamos trechos que serão problematizados neste tópico, destacando falas, silêncios, contrapontos, contradições e defesas presentes na formulação das estratégias de comunicação das campanhas políticas.

Após as entrevistas, as gravações em áudio foram transcritas (apresentadas na íntegra nos apêndices A, B, C e D) e *highlights* das principais referências aos eixos e categorias serão discutidos no corpo deste tópico com suas respectivas problematizações. Buscamos, assim, uma discussão dos resultados da pesquisa empírica à luz das contextualizações e referenciais teóricos que embasaram esta dissertação. Adotaremos,

assim, uma análise a partir dos eixos centrais deste trabalho, destacando em Katarina Feitoza e Danielle Garcia onde e como prevalece a delegada, a mulher e as visíveis confluências desses papéis, em que podemos identificar cada uma das protagonistas vivendo suas dimensões, camadas e performances no exercício de disputas políticas ou de cargos públicos.

Evidenciamos que para a apresentação dos resultados seguiremos a ordem de realização das entrevistas em profundidade. As falas estarão entre colchetes, mas quando forem dos estrategistas da campanha, teremos a identificação de seus nomes. Nesse processo, daremos destaque àquelas mais contundentes e significativas para os objetivos propostos deste estudo.

## 4.2 Katarina Feitoza

### a) Delegada

*[Eu nunca me vi nesse papel, nunca me enxerguei, é, nesse papel. Então, nunca fiz parte de movimentos políticos, nada disso, toda minha carreira foi enquanto delegada. Eu passei no concurso com 26, 27 anos, mais ou menos, e fiz toda minha carteira dentro da Polícia Civil, dentro da segurança pública, nunca almejei, nenhum passo que eu dei na minha carreira, na minha vida pública, foi voltado para a política.]*

*[Nesses anos como delegada geral, eu tive que me relacionar com entes políticos, porque eu era gestora comandando a Polícia Civil do Estado de Sergipe, então eu tinha que me relacionar com secretários, com governador, com os prefeitos municipais, com todos]*

*[E, naquele momento, eu era delegada geral já, pela segunda vez, completando aí oito anos, dois períodos, já estava completando oito anos, quando eu recebi o convite do então governador Belivaldo Chagas, do PSD, porque eles queriam que eu me filiasse ao PSD...]*

*[Segundo, tinha uma discussão, já antevíamos que a principal oponente, a delegada Daniellle, ela iria usar da prerrogativa de ser delegada para tentar afirmar-se ainda no fulcro do movimento que se iniciou em 2018, daquele movimento que surgiu de força de policiais, até de promotores e tudo na política. E aí o fato de Katarina também ser delegada, era de uma certa forma uma anulação que se estabelecia, né?]*

*[Ambas delegadas têm papéis muito diferentes, a imagem das duas, digamos assim, dentro da sociedade e da própria corporação era muito diverso. A delegada Danielle ela sempre foi uma delegada muito mais*

*dura, muito mais, digamos assim, pouco solidária com os colegas, tinha entrada, inclusive, em discussões muito complicadas...]*

*[Ela foi Delegada Geral do Estado, então ela (Katarina) comandava os delegados todos, ela chegou a um ponto muito importante. Então todos esses atributos davam a ela essa qualidade que nós buscávamos para, de uma certa forma, nos contrapor, ainda, ao resquício desse processo lavajatista, que aflorou os delegados e tudo mais, e ao mesmo tempo completar pela condição de gênero que ela trazia pra chapa], Carlos Cauê.*

A pergunta foi sobre a relação de Katarina com a política e sobre de onde veio o convite para o ingresso dela na disputa de 2020. Desses primeiros recortes depreendemos que Katarina Feitoza era uma pessoa totalmente de fora do ambiente político, por isso mesmo, alguém que podemos sim classificar como uma *outsider*. Ela entra na política a partir de um convite fruto de uma análise do seu perfil a partir de duas dimensões, exatamente os papéis sociais que pesquisamos aqui, mulher e delegada. O fato dela ser delegada ocupou uma certa centralidade na escolha, como fica evidente em ambas as entrevistas. É possível, portanto, identificar a rota de ingresso de Katarina na política, assim como a relevância do fato dela ser delegada, conforme nos apontam os estudos sobre esse tema (Araújo, 2005; Moritz, 2022; Panke, 2017).

A chegada de Katarina à chapa de Edvaldo Nogueira percorre o caminho que apontamos ainda na contextualização desta pesquisa, à medida em que ser da segurança pública é encarado como um contraponto, ou uma perspectiva de neutralização da principal adversária, a delegada Danielle Garcia. Vemos claramente a menção a uma possível contaminação do ambiente nacional, do lavajatismo e da polarização (Nobre, 2022) que caracterizava a vida política brasileira naquele momento. Quando se diz "aflorou os delegados" é exatamente sobre esse ambiente que se busca referência, inclusive ao contrapor um possível resquício de 2018, quando tivemos a eleição de número significativo de representantes da área de segurança pública pelo país.

Outro aspecto a considerar nesse contraponto de uma delegada com a outra é o contraste entre os perfis supostamente díspares das delegadas, fenômeno explorado do ponto de vista comunicacional no processo eleitoral e sobre o qual nos aprofundaremos mais à frente.

*[Eu cheguei em um patamar dentro da Polícia Civil e da segurança pública onde todos já me respeitavam, eu era reconhecida como Katarina Feitoza, delegada geral. Na Polícia Militar, os policiais militares de maneira geral, um respeito muito grande, dentro da corporação de bombeiro, da polícia penal. Então assim, guardas municipais, de forma geral, dentro da segurança pública eu já era um nome respeitado].*

*[É engraçado isso, né? Porque hoje, depois de tantos anos como delegada, eu não sei nem dizer a você como diferenciar. Eu uso o nome, meu nome legislativo é Delegada Katarina, deputada Delegada Katarina, e eu fiz questão de usar delegada na frente, porque foi o delegada que me trouxe até aqui, foi a minha função enquanto delegada de polícia que fez com que eu me projetasse, que fez com que entes políticos pudessem me enxergar e entender que eu tinha talento para política, que eu podia, né?]*

*[Mas havia essa apreensão, tanto que, de uma certa forma também, veja, o fato de você ter ela como delegada, embora ela nunca tivesse tido um cargo público eleitoral, tivesse tido mandato em nada, mas o fato dela ser delegada botava um pouco em dúvida, porque nós, do ponto de vista eleitoral, nos interessava, ter eleitores de esquerda, ter eleitores que confiassem na esquerda, mas ter eleitores também bolsonaristas que por equívoco, por convicção, que não se antagonizassem com Edvaldo pelo passado de esquerda que ele tivesse, nem nada.]*

*["Mas ele tem uma delegada ao lado", ou seja, como ainda estava num cipoal muito grande de confusão, transitamos nessa dualidade, transitamos conscientemente nessa dualidade"], Carlos Cauê.*

Primeiramente, destacamos que Katarina é uma delegada no topo da carreira, testada no comando da sua corporação por quase oito anos, uma profissional ciente do seu valor e da sua trajetória. Ponto. Essa carreira e esse papel profissional e social se confundem com o próprio papel de mulher, Katarina se enxerga como uma mulher delegada, e é curioso que, no percurso da vida, as duas delegadas tenham tantos pontos de similaridade no pensar sobre si mesmas, veremos isso ao longo dessas análises, das discussões sobre elas e em nossas considerações finais. Ser uma deputada delegada diz muito sobre a importância da profissão para mulheres que adentram o "chão duro e espinhoso" da política. Ser delegada é ter um distintivo que abre caminhos numa seara predominantemente masculina e machista. Ela chegou, também ou principalmente, por ser delegada, e reconhece isso. Mais além, ela considera que para ser respeitada como mulher na política sergipana depende de seu distintivo como delegada.

Esta constatação que as palavras de Katarina carregam diz respeito aos obstáculos que mulheres enfrentam na política e ao entendimento de que esses obstáculos podem ser relativamente atenuados quando essas mulheres são profissionais de áreas tradicionalmente masculinas. Teoricamente, vemos aqui o princípio de separação desafiar o hierárquico (Hirata, Kergoat 2007), já que ao ocupar com tanto êxito uma profissão majoritariamente masculina, o valor atribuído a qualifica como mulher ocupando um cargo público de destaque, com solavancos, é certo.

De todo modo, o plano de fundo continua sendo sobre a necessidade de termos mais mulheres e mais representatividade na política, o que possui relação com a capacidade das democracias modernas de acomodarem diversidades de todas as ordens nos espaços de representação política.

No caso das mulheres, isso significa levar em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida social e os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais, tendo em mente que sua posição não se esgota nas relações de sexo ou gênero, mas é definida em conjunto com variáveis como classe, raça, etnia, sexualidade e geração. As barreiras mostram-se mais espessas quando analisamos as condições de participação das mulheres mais pobres, das mulheres negras e indígenas, das trabalhadoras do campo (Biroli, 2017, p.171).

A pergunta à deputada foi sobre a busca que eu fiz pelo nome dela na seção "Deputados" (isso mesmo, só aparece o gênero masculino) no Portal da Câmara dos Deputados (também somente no masculino) e não ter encontrado o nome Katarina Feitoza, porque lá ela está registrada como Delegada Katarina, assim como em seus perfis nas redes sociais o prefixo "del" é utilizado antes do nome. A parlamentar diz claramente e sem titubear que é importante ser reconhecida como delegada, isso abre portas no Congresso Nacional. Quando pergunto se o fato de ser delegada lhe ajudou a transitar na Câmara, ela responde:

*[Ajudou, ajudou porque eles vêem você como uma mulher forte, né? Aí acham assim: "Não, essa daí é bruta, vamos botar, porque ela vai criar complicação aqui pra gente, vai brigar". Então ajuda. É isso, minha maior dificuldade é essa, é encontrar os espaços, não é que eles sejam, pelo menos os que eu convivo, até hoje eu não tive nenhum episódio assim, que eu pudesse dizer foi preconceito, foi violência política. Eu não sei se é pelo fato de eu ser delegada, que aí eles também respeitam mais, entendeu? Não sei se é isso.]*

Há uma associação direta da figura de delegada com autoridade policial, uma performance feminina que de alguma maneira rompe com as expectativas relacionadas à divisão sexual do trabalho e aos lugares reservados às mulheres nesses ambientes. Esse

contraste acaba, ao menos a partir da experiência da Delegada Katarina, diminuindo obstáculos geralmente maiores para outras mulheres, por quebrar uma hierarquização dada como natural na conhecida divisão sexual do trabalho.

O cerne da discussão em termos de problematização é o quanto o papel de delegada atenua a suposta fragilidade do papel da mulher ao ocupar a esfera produtiva em espaços públicos de destaque. Mais além, ao afirmar que os colegas congressistas e correligionários (homens) a veem como uma mulher forte, “bruta” em suas palavras, e possivelmente por esta razão sua experiência com a violência de gênero seja nula, Katarina descortina a primeira intersecção entre a mulher delegada e o peso de um papel (delegada) para contrabalancear a debilidade do outro (mulher), em uma sociedade machista e patriarcal.

*[Quando eu entrei na polícia, veja que interessante, eu tive que me masculinizar, a palavra é essa, eu tive que me masculinizar. Porque eu entendia naquele momento que se eu não me comportasse como delegado, como homem, certo, eu não seria respeitada.]*

*[...E naquele momento, mesmo inconscientemente, acho que foi a melhor estratégia, porque não tinha que fazer, não adiantava se você chegasse lá, muito emocionada, muito chorosa, porque eu sou uma pessoa emotiva, se eu chegasse lá toda muito assim, boazinha, eles iam me engolir.]*

*[Que eu não sou mole, que não sou fraca, que sensibilidade não tem nada a ver com fraqueza. E é isso, eu acho que hoje as duas coisas estão muito fundidas, o papel de delegado, o papel político e o papel de mulher, eu acho que eu encontrei o meu jeito de atuar nessas áreas como mulher.]*

*[...uma trajetória de firmeza, uma trajetória de comando, uma trajetória, digamos assim, muito dentro da expectativa que o movimento trazia para Aracaju, trazia para a sociedade naquele momento.]*

*[...ela é da segurança pública, ela veio da segurança pública e passou por diversos cargos na segurança pública. Então, o que ela tinha para ofertar à sociedade era exatamente isso, era que, digamos assim, o resultado da sua ação enquanto agente de segurança pública], Carlos Cauê.*

O primeiro trecho, com a fala de Katarina na entrevista, nos remete à jornada das mulheres em ambientes masculinos, em profissões masculinizadas e em espaços de poder. Uma jovem mulher numa academia de polícia, depois em delegacias de cidades do interior de estados nordestinos a se deparar com inúmeras dificuldades e que acionam um sistema de defesa: a masculinização, agir próximo a como os homens agem para serem respeitadas por

eles. Trata-se da constatação do espaço restrito aos homens, o princípio de separação defendido pelas autoras Hirata e Kergoat (2007), mesmo em um contexto social e histórico em que o mercado de trabalho foi aberto (com muita luta e disputas) para as mulheres. Katarina nos faz refletir sobre como a entrada e permanência de mulheres nessas arenas depende de estratégias alicerçadas em gênero, estratégias que posicionam mulheres alijadas de características tidas socialmente como femininas a partir de uma perspectiva essencialista.

Esse processo pessoal retratado por Katarina Feitoza em sua relação com a Polícia Civil, bem como com o exercício profissional de delegada, que envolve masculinização na porta de entrada e uma caminhada que mistura esse processo com aspectos de sua condição de mulher, já possui literatura, e algumas pesquisas, como a de Silveira (2009).

As delegadas adotam uma "postura" para traçarem sua trajetória profissional, entretanto tal modo de se portar no ambiente de trabalho é pautado em valores masculinos dominantes. Por outro lado, as profissionais tentam demarcar o tempo todo que para ser delegada, não é preciso ser "masculina", "truculenta", características essas, que moldam a imagem que a instituição policial possui perante a sociedade. Assim, algumas delegadas realizam uma essencialização positiva com o intuito de serem reconhecidas profissionalmente. Seguindo elas, a principal contribuição das mulheres para a Polícia é trazer uma visão mais "humana" para a instituição. O estudo detectou que as delegadas travam um jogo no qual elas "jogam" com dois pólos, de uma lado elas recorrem, ao que foi definido na pesquisa, como essencialização positiva, isto é, buscam utilizar-se de características, atributos tipicamente femininos, para conseguirem reconhecimento profissional. Nesse sentido, ser mais humana, mais atenciosa, menos truculenta, seria uma forma, das profissionais serem reconhecidas por meio de características que são vistas como positivas para a profissão e para a instituição policial. O outro pólo do jogo travado na carreira é o apagamento de gênero, desse modo, delegadas tentam apagar todas as diferenças percebidas como negativas, e as barreiras enfrentadas pelo gênero. Assim, um dilema é colocado para essas profissionais, isso porque a essencialização positiva realizada pelas delegadas dificulta operar o apagamento das diferenças vistas como negativas. Esse é o jogo articulado pelas delegadas, de um lado temos a essencialização positiva, e do outro e apagamento de gênero negativo, entretanto, o resultado disso é que uma ação deixa a outra mais vulnerável, implicando num dilema para a profissão (Silveira, 2009, p. 16)

E aqui emerge um debate relevante sobre outras maneiras de performar o gênero feminino na política, não se associando à feminilidade que se espera das mulheres de maneira geral. É emblemático que vejamos na estratégia de comunicação adotada para Katarina Feitoza uma perspectiva multidimensional para uma mulher com seus vários papéis: a delegada estava lá, do ponto vista mais geral, estava posto. O que ela tinha a oferecer era a sua visão da segurança pública. O marketing, a estratégia de comunicação associada à dinâmica daquela campanha eleitoral específica, ampliou as possibilidades de oferta.

E quando pensamos no quadro geral da campanha, no contexto político das eleições municipais de 2020, a resposta de Cauê deixou muito claro a preocupação com a polarização e os efeitos dela nas eleições municipais sob o governo Bolsonaro. Os políticos e estrategistas que atuavam no âmbito da campanha do incumbente Edvaldo Nogueira temiam esse cenário, como já dissemos aqui. Mais que isso: trazer Katarina foi uma maneira direta de ampliar o eleitorado, sair do nicho de centro esquerda que a candidatura representava e avançar conscientemente na direção do eleitorado bolsonarista. Assim, o distintivo de policial também cumpria essa função. Foi uma escolha estratégica nos mais diferentes sentidos. Transitar na "dualidade" significou exatamente deixar que a imagem de uma delegada cumprisse a função de ampliar a campanha para o espectro de direita. No cerne dessa dualidade, a estratégia de comunicação precisava amplificar a comunicação para a perspectiva humana, feminina, de família, de mãe e cidadã. Esse passou a ser o maior desafio da comunicação, sobretudo para fazer o devido contraponto à outra delegada adversária, conforme a entrevista com Cauê descortinou.

*[Também, pronto. Ai foram dois motivos, eu disse a você, né? O primeiro motivo; três motivos, digamos assim. O primeiro é porque eu cheguei lá por ser delegada, então é questão de gratidão mesmo. O segundo é para quebrar paradigmas, para mostrar que eu posso ser delegada e estar numa comissão do idoso, que eu posso estar numa comissão da pessoa com deficiência, que eu posso ser vice-presidente da frente parlamentar de cuidado com as mães, de pessoas com autismo, doenças raras e deficiência, pessoas com deficiência. Por que eu só posso estar na segurança pública?]*

*[Mas eu achava assim, e acho ainda, que a segurança pública, quando ela se envolve na política deixa a população, a sociedade, muito fragilizada. Eu sempre entendi isso, que era uma obrigação minha manter essa ordem, não deixar com que os policiais, os delegados, lógico que cada um vai ter seu posicionamento, mas que ficasse sempre imparcial para evitar coisas do tipo: "Ah, tá fazendo isso porque é do lado de fulano, tá fazendo aquilo porque é do lado de ciclano", entendeu? Então eu sempre achei isso perigoso, sempre achei muito perigoso que a segurança pública se envolvesse na política]*

*[...quando a gente trata da biografia dela, a gente ressalta os aspectos da vida como delegada, a formação dela, ela fazendo cursos, dela em ambientes assim, mas a ideia mesmo de trabalhá-la como delegada não. Até porque, embora nós soubéssemos que ela correspondia, ela atuava no inconsciente das pessoas com um antagonismo à Danielle, mas nós não*

*queríamos que ela fosse isso, porque não queríamos que ela fosse como uma resposta a isso. Ela era, mas nós não a apresentávamos como sendo.]*  
*[Funciona mais assim, Eloísa, delegada por delegada nós temos a nossa. Se a questão é delegada nós temos a nossa. E aí, veja, veja os atributos que a gente diz: 'Delegada do bem, que não dá trela ao crime nem criminaliza a vida'. Pronto, repare que tem três conceitos, três valores formidáveis aí contidos: delegada do bem, primeiro, não é uma delegada do mal, não é uma delegada matadora, que despreza a vida. Que não dá ousadia ao crime, ou seja, não negligencia com as suas funções, mas também não criminaliza a vida, tá de bem com a vida, tá de bem com o amor, essas coisas todas.]*

Katarina Feitoza reafirma que chegou lá (primeiro vice-prefeita e depois deputada federal) graças ao seu trabalho como delegada, e como tal, ela consegue conquistar espaços dentro do parlamento que são mais difíceis de serem conquistados por mulheres de outras áreas profissionais. Quebra paradigmas ao não querer estar associada somente à segurança pública, mas ser uma parlamentar que atua em várias frentes. Porém, essa é a mesma parlamentar que, anos antes de entrar na seara da política, questionava o posicionamento político de profissionais da área de segurança. Para ela, a neutralidade deveria ser a postura adotada.

Mas desse bloco de *highlights*, nos interessa destacar a frase que reflete bem a estratégia de comunicação adotada no que concerne à presença de Katarina na chapa: "delegada por delegada, nós temos a nossa". E nessa estratégia, coube, mesmo que sutilmente, difundir uma espécie de rivalidade entre duas mulheres delegadas, inclusive com tons maniqueístas, porque se uma era a "delegada do bem", a outra era "a do mal".

*[O que decidi entre nós dois foi isso, foi a candidatura dela, porque eu era da segurança pública, Delegada Geral, respeitada no Estado, ninguém podia falar isso aqui de mim, que eu protegia corrupto, porque nós tivemos um trabalho muito compatível em relação a isso, inclusive a gente que estruturou a Deotap, a gente que deu todo suporte a Danielle Garcia, inclusive. Então, eu conhecia a história toda. Isso fortalecia a candidatura de Edvaldo, porque enquanto tinha uma delegada agressiva de um lado, tinha uma delegada que mostrava equilíbrio, que mostrava propostas, e Cauê soube trabalhar isso muito bem.]*

*[Com relação a Danielle Garcia já foi diferente, porque eu não sou criança, eu sabia também que muito da escolha do meu nome para vice de Edvaldo tinha sido para fazer um contraponto a ela, nem a Georlize, a ela naquele momento, né?]*

*[Não aguento mais essa delegada, que mulher agressiva, que coisa feia". Inclusive, tirando disso, repare que erro ela caiu, né? Porque ela tirou dela, inclusive, uma qualidade que é, digamos assim, classicamente conhecida da mulher, de ser mais afável, de ser mais carinhosa, de ser mais cuidadora, ela não teve isso, ela abriu mão de um conjunto, de um rosário de qualidades associadas a mulher, embora seja, digamos assim, uma sociedade que são muitas vezes errônea, ou até muitas vezes diminuidora, né? Mas veja, abriu mão disso para ter uma característica de agressividade, de força e tudo mais assim.]*

*[Então, ela já tem importância por isso, ela é mulher e ela é delegada, ou seja, ela nos vacina contra uma onda que tava muito grande e a gente não sabia se essa onda ia prevalecer ou não. Aí, tem uma medida em que essa onda - repare como é interessante - porque se Katarina fosse só a antagonista de outra delegada, ela tinha se exaurido ali nesse papel, como ela reunia em si várias outras qualidades que nós conseguimos detectar, e, a partir de determinado momento, veicula-lá, difundi-lá, apresentá-la à sociedade, ela foi ganhando apoio da sociedade], Carlos Cauê.n*

Em nossa contextualização política tratamos do aspecto encarado como ingresso do Brasil na chamada crise das democracias liberais, com protestos multitudinários como parte delas, mas não como causador direto, uma vez que trata-se de uma erosão alimentada por vários fatores (Domingues, Mendonça, 2022). Mas o fato é que o combate à corrupção aflorou nesse complexo ambiente social brasileiro de maneira mais significativa a partir das manifestações de junho de 2013, e esteve na pauta dos processos eleitorais desde então. A delegada Danielle Garcia era uma agente desse combate, de modo que esse tema seria central na eleição municipal de 2020. Daí a fala de Katarina sobre o porquê da escolha de seu nome: ela era da área da segurança, teria atuado, como chefe de Danielle, no processo de combate à corrupção e sua presença na disputa atuaria para neutralizar o impacto da candidatura de sua colega. É consciente e pacífico para ela, assim como fica abertamente registrado nas falas do estrategista da campanha.

A afirmação do estrategista ao apontar um erro na campanha adversária diz muito sobre a própria roupagem que ele deu à delegada Katarina, buscando humanizá-la e aproximá-la de uma imagem de profissional do "bem". A delegada estava ali, alguém com uma trajetória reconhecida e exitosa, também no combate ao crime e à corrupção, as pessoas sabiam até porque ela era apresentada como tal. Mas a ideia aplicada foi a de apresentar outras dimensões de Katarina: a mãe, a filha, a esposa, em suma, os papéis sociais

culturalmente esperados da mulher. Nesse ponto, escapa-se uma visão estereotipada e retroalimentada no mundo da comunicação sobre a adversária: Danielle perdeu a oportunidade de se apresentar com as qualidades clássicas da mulher, relacionada ao perfil “afável, carinhoso e voltado ao cuidado”, nas palavras do estrategista.

A qualificação do feminino como docilidade e domesticidade, que se intensifica nos estereótipos maternos e no "familismo", situa as mulheres no mundo de um modo que torna natural sua ausência dos espaços decisórios. É algo que pode ser também reproduzido nos meios de comunicação, que espelham e ao mesmo tempo colaboram para reproduzir essas relações (Biroli, 2017, p.211)

Aqui talvez caiba uma pertinente discussão sobre a dimensão, a importância e o significado do cuidado nas sociedades capitalistas, e como é possível que mulheres delegadas sejam vistas como personagens que se contrapõem à "ordem natural das coisas". Elas performam muito mais para vida social, para um papel no qual a carreira profissional lhes propicia uma presença pública, em detrimento ao que preconiza a divisão sexual do trabalho. Ora, esse é um debate de cunho feminista, porque associa gênero a desigualdades, afinal, o tempo dedicado ao cuidado é um valor social, e se às mulheres recai o ônus do cuidado, elas devem pagar essa conta de dedicar mais do seu tempo à dimensão privada da vida.

O acesso desigual a cuidados necessários e a posição de quem cuida compõem dimensões das desigualdades de gênero, classe e raça que, como aqui argumento, constituem problemas para a democracia por pelo menos dois motivos. As relações de cuidado demandam tempo e, em sua forma privatizada, dinheiro. Estamos, portanto, falando de recursos que são também importantes para a participação política, o que me permite estabelecer uma conexão com os padrões de inclusão, no debate público e na agenda política, das experiências, das necessidades e dos interesses de quem cuida e de quem encontra barreiras para ser cuidado. Há, como na divisão sexual do trabalho, um paralelo entre as posições de desvantagem nas relações de cuidado e a exclusão ou baixa presença nos ambientes em que leis e políticas são definidas (Biroli, 2017, p.54)

Não estamos afirmando que algo nessas campanhas foi produzido intencionalmente nesse sentido, o de colocar o cuidado na conta das mulheres, longe disso. O propósito aqui é mostrar como algumas ideias relacionadas a gênero e a lugares determinados para as mulheres circulam naturalmente na sociedade e se refletem também em campanhas eleitorais.

*[É infantilidade política, eu acho que é infantilidade. Infantilidade política e infantilidade de marketing, sabe? Porque você veja, aquilo não resultou em nada, aquilo só fez com que as pessoas comessem a ter antipatia com ela. Todo dia fazer isso. Ai os chistes, né? Os memes 'Ah, vai chamar pra um duelo lá fora, vai pegar em armas, não sei o que'. Repare, uma*

*coisa mais atrasada, do ponto de vista, inclusive, do processo civilizatório que a humanidade viveu. Uma coisa muito atrasada, não se resolve mais as coisas assim], Carlos Cauê.*

Para finalizarmos, uma visão do estrategista sobre a campanha de Danielle Garcia e a imagem que marcou a estratégia inicial de sua comunicação: a delegada. Teremos mais clareza sobre suas facetas quando direcionarmos nosso olhar às entrevistas com e sobre Danielle, mas nos parece pertinente o olhar adversário sobre a comunicação a ela endereçada. Ela caminha como se estivesse participando de um duelo, a câmera busca o movimento da mão, o mesmo de quem vai sacar uma arma, no final o convite ao prefeito Edvaldo Nogueira para um debate, mas parece um duelo. Esse movimento estratégico, além de outras imagens da candidata em aulas de tiro, o tom contundente da fala, a camiseta com mensagem de combate à corrupção compunham um conjunto que foi contraposto com outro perfil de delegada, incorporado por Katarina Feitoza. Os núcleos de comunicação e marketing foram fundo em performances de mulher e de delegada, transitaram na ideia arquetípica da disputa entre mulheres e exploraram imagens femininas num ambiente um tanto quanto contaminado politicamente pela atmosfera bolsonarista que o ano de 2020 apresentava.

#### b) Mulher

*[Eu comecei a fazer uma análise junto com a minha família, eu sou mãe de um filho de 23 anos, casada há quase 30 anos, e meu marido naquela época, né, conversando comigo, ele foi um dos meus maiores incentivadores, e ele dizia assim: 'Katarina, aceite, aceite, vá, se realmente se concretizar, aceite ser a vice-prefeita de Edvaldo'.]*

*[Foi, pra minha decisão, a mais marcante foi a familiar. Porque se o meu marido não tivesse me incentivado naquele momento, não tivesse dito: "vá, é importante, vai ser importante para você, vai ser importante para as pessoas em si, para a sociedade.]*

*[E naquele momento, mesmo inconscientemente, acho que foi a melhor estratégia, porque não tinha que fazer, não adiantava se você chegasse lá, muito emocionada, muito chorosa, porque eu sou uma pessoa emotiva, se eu chegasse lá toda muito assim, boazinha, eles iam me engolir.]*

Três momentos da mulher Katarina Feitoza em entrevista: nos dois primeiros *highlights* ela expõe a dimensão da família em sua vida. As perguntas diziam respeito aos pesos que ela deu para aceitar o convite de ser candidata à vice-prefeita ao lado de Edvaldo

Nogueira, e os membros da família estavam no topo hierárquico. Ela consultou mãe, pai e filho, mas afirma que tomou a decisão final ao ser encorajada pelo marido.

Depois deparamo-nos com uma fala sobre a sua estratégia pessoal para se desenvolver e ganhar musculatura política dentro da Polícia Civil, a masculinização. Segundo Katarina, era o único caminho para driblar a hostilização, uma estratégia feminina que deu certo, afinal, ela virou uma espécie de liderança da categoria. As problematizações acerca desta questão foram apresentadas anteriormente. Com o tempo, Katarina ganhou confiança pessoal para imprimir sua própria marca nos espaços pelos quais passou, algo que alcançou nova dimensão depois que ela entrou na política.

*[Pra eu sobressair naquele meio masculino, e consegui, me destaquei em todas essas unidades que eu passei, mas com o passar dos anos eu comecei a encontrar o meu lugar, que esse não é o meu lugar. Foi necessário, mas eu comecei a perceber que podia ser fraterna, que eu podia ser mais amorosa, que eu podia ter um olhar sensível, que é meu jeito de ser, sendo dura também, sendo firme, eu não precisava esquecer meu lado feminino para ter sucesso na profissão, que uma coisa não tem nada a ver com a outra, que eu tenho minha identidade como mulher, e então eu não precisava perder isso]*

E assim Katarina fala sobre sua relação com a política, sobre estar bem à vontade em sua atuação na área.

*[E aí, eu fui, gostei, entendi, parece que assim, é como se acendesse aquilo em mim: Eu nasci pra isso, eu gosto desse contato, gosto de gente, sabe, Eloisa? Tive dificuldade, e tenho dificuldade na política por ser mulher, a gente sabe disso, mas aí é outro ponto.]*

Nós começamos esse tópico apenas com falas de Katarina para destacar como ela se vê como mulher antes, na tomada de decisão e depois da efetiva participação na vida política. Voltaremos às falas dela porque sequencialmente ela traz o acúmulo do período como vice-prefeita e a experiência efetiva de ser uma mulher delegada no exercício do mandato como deputada federal. Mas antes nos parece fundamental trazer um pouco do fio condutor dessa caminhada: a perspectiva da participação dela como mulher a partir do núcleo político e estratégico da campanha como vice-prefeita. Eis o que diz Carlos Cauê:

*[E, em determinado momento, alguém disse a ideia de que era preciso ter uma mulher, então em algum momento isso já ficou muito claro, até mesmo pela crescente inserção feminina que havia. Aliás, o incessante clamor da ocupação do espaço feminino. Então, a ideia de que uma*

*mulher completaria a chapa, daria à chapa um diferencial eleitoral de competitividade maior que se estabeleceu logo cedo.]*

*[Na época, inclusive, a discussão dizia: primeiro, é uma mulher. Nós temos como a principal adversária uma mulher. Então é importante ter uma mulher presente na chapa, já que Edvaldo é um homem, precisaria então que a chapa tivesse uma mulher.]*

*[A primeira, a questão de gênero: um homem e uma mulher. Um homem já testado, um homem que estava sendo candidato pelo seu quarto mandato, já tinha sido prefeito três vezes, eleito duas vezes, testado com serviços prestados à sociedade ao lado de uma mulher, também com uma trajetória de sucesso, uma trajetória de firmeza, uma trajetória de comando...]*

*[Olha, você já tem um prefeito que está dando respostas positivas à sociedade e agora esse prefeito vai ter ao lado dele uma mulher que vai ajudá-lo a fazer bem melhor.]*

Aqui, para além da estratégia política, cabem algumas problematizações a partir dessa ideia de "clamor por ocupação de espaço feminino na política". Está claro que a candidatura de Danielle Garcia representava uma ameaça, ou no mínimo provocava uma interrogação sobre o seu real potencial e, muito embora não tenha sido dito, é possível a existência de relatórios de pesquisas qualitativas que apontassem naquela direção. Mas a defesa de uma mulher como vice costuma ser uma prática comum para responder ao clamor por participação feminina na política.

A chapa precisaria ter uma mulher, seria, portanto, uma necessidade. A questão é que, como vice, elas participam das campanhas, ajudam a eleger (muitas vezes ajudam a acessar o fundo partidário), mas acabam tendo pouca ou zero ingerência sobre as decisões da campanha, e administrativas, quando se elegem. Além disso, têm dificuldade para influenciar na elaboração e execução de políticas públicas com reflexo na vida de outras mulheres, mesmo no caso de uma Katarina Feitoza, pessoa com larga experiência de comando e gestão. Isso diz muito sobre a participação política das mulheres em espaços de poder em nosso país, e sobre a própria maneira como a política é constituída e a hierarquia que impõe.

É um espaço social estruturado, que possui uma hierarquia interna própria e que exige, dos agentes que dele ingressam, a aceitação de determinada lógica e de certos padrões de comportamento, sob pena de serem marginalizados. Constituído historicamente como um ambiente masculino, o campo político trabalha contra as mulheres (bem como os integrantes de outros grupos em posição de subalternidade), impondo a elas maiores obstáculos para que cheguem às posições

de maior prestígio e influência, mesmo depois de terem alcançado cargos por meio do voto (Miguel, Biroli, 2014, p.105)

Ademais, Katarina parece ter atuado, como mulher, na defesa da gestão de Edvaldo durante a campanha eleitoral.

*[Então, então a gente percebia que Cauê trabalhou muito bem essa questão de fazer esse contraponto, quem dava a resposta a Danielle Garcia e muitas vezes, não era Edvaldo, era eu. Então, Cauê trabalhava os programas eleitorais. Eu participei de todos os programas de televisão, de todos, todos eu estava. Eu gravava direto e sempre com pontos assim, coisas que iam dar o contraponto ao que ela dizia, contraponto ao que ela dizia, entendeu?]*

Evidenciamos que este aspecto da campanha não ficou muito claro em nossa conversa com o estrategista Cauê, porque ele respondeu assim à questão sobre ela atuar na defesa da gestão de Edvaldo:

*[Não, não, não tanto assim. Ela era, digamos assim, eu acho que ela foi mais apresentada como "Olha, você já tem um prefeito que tá dando respostas positivas à sociedade e agora esse prefeito vai ter ao lado dele uma mulher que vai ajudá-lo a fazer bem melhor", ou seja, a defesa do presente em uma perspectiva de futuro melhor, é nesse aspecto.]*

Temos, então, duas perspectivas que precisam ser desafiadas. Por um lado, Katarina ressalta sua relevância naquele processo eleitoral, sua participação ativa na campanha e seu protagonismo para contrapor a maior adversária de Edvaldo, a também delegada Danielle Garcia. A constatação de sua constante presença nos programas eleitorais e nas redes sociais oficiais da campanha, mesmo sendo candidata a vice-prefeita, nos dão pistas da importância de sua persona. Por outro, o estrategista da campanha de Katarina, homem diga-se de passagem, que a posiciona “ao lado de Edvaldo” para “ajudá-lo” a melhorar o que já estava dando certo. É visível nessa fala o papel secundário ou coadjuvante que caberia a Katarina quando eleita. Essa fala nos dá pistas do que estaria por vir.

Quando indagamos sobre o espaço que ela teve na gestão como vice-prefeita, projetos que tenha tocado, pautas femininas que tenha conseguido emplacar, percebe-se um certo vacilo ou cuidado ético de Katarina, talvez para não provocar suscetibilidades.

*[Então, não da maneira como eu queria, entendeu? Aí é uma questão de estudo, né?]*

*[Fique à vontade se quiser falar], fala da entrevistadora.*

*[Eu vou falar. Não como eu queria, por quê? Porque eu levei muitas coisas pro prefeito na época, Edvaldo, né? Com relação à questão da organização mesmo, da Segurança Municipal, da evolução da Guarda Municipal. Então muitas ideias, muitas coisas que a gente teve não saiu, a coisa não andava muito; também acho que é natural, por conta da gestão, tem as prioridades, apesar de que eu fiquei super feliz, porque depois que eu sai, ele implementou muitas coisas que eu tinha deixado lá com ele no papel, ele implementou. Isso foi uma vitória. Outra coisa também que eu participei, que foi a finalização do plano que Eliane participou do início da formatação e que depois que ela saiu o negócio ficou lá parado, foi o Plano Municipal de Combate à Violência Contra a Mulher. E aí a gente conseguiu finalizar e Edvaldo publicou, né? Violência contra a mulher. Então esse foi o meu grande feito com relação à segurança, baseado na questão da segurança, foi esse, mas por questão mesmo de oportunidade.]*

Ao ponto: o entusiasmo de Katarina em atuar como vice-prefeita, levar e poder implementar suas ideias parece não ter encontrado muita ressonância por conta de outras prioridades da gestão. Quando ela pergunta se é questão de estudo, busca saber se o conteúdo da entrevista seria veiculado ou teria um cunho apenas acadêmico, o que demonstra seu cuidado com o colega prefeito e o tom respeitoso que usa. Mas é curioso que, para além de não ter emplacado nenhuma ação, projeto ou programa, ela tenha também tentado avançar com um que foi iniciado por Eliane (Eliane Aquino, outra mulher que a antecedeu no cargo de vice-prefeita) e ficou sem finalização no primeiro mandato de Edvaldo Nogueira.

Ademais, cumpre-nos destacar o interesse de Katarina mais voltado para temas de segurança pública, sua área profissional. Mesmo quando pensamos no combate à violência contra a mulher, esta também é uma pauta de segurança, muito embora seja uma das grandes frentes do movimento feminista e de entidades e organizações que atuam com a promoção dos direitos das mulheres, hoje se configurando como uma pauta da sociedade em geral.

O fato é que as dificuldades para a participação política efetiva de mulheres se dá em níveis escalonados: é difícil entrar, atuar em partidos políticos, encarar candidaturas e, eleitas, as dificuldades seguem na busca por espaços para atuação de fato, seja no Executivo, quando vices, ou mesmo no Legislativo.

Na atuação política das mulheres, os obstáculos persistem mesmo depois da conquista de mandatos, situação que Katarina descreve tanto em sua atuação como vice-prefeita de Aracaju quanto agora, como deputada federal no exercício do mandato.

*[Se você, Eloisa, lá não tiver sangue no olho, vamos dizer assim mesmo, de chegar e dizer "não, eu vou falar, eu quero tal relatoria". E isso dentro do partido, né? Por que as melhores relatorias só vão para os homens? Por que as coisas de destaque só vão para os homens? Não, não é assim não, eu quero.]*

*[...mas eu represento as mulheres, eu tenho que mostrar, eu tenho que me destacar, é uma obrigação minha me destacar lá, não é por Katarina, é pelas mulheres, para que eu possa abrir campo para as mulheres, para as pessoas que votarem em mim. Quando Eloisa quiser se candidatar, quando Maria quiser se candidatar, quando fulano quiser se candidatar, ter portas abertas para dizer assim: poxa, vale a pena votar em uma mulher.]*

Essa postura de Katarina mostra uma mulher que se impõe, altiva. Esse perfil, a partir da própria leitura dela, teria relação com a delegada que habita seu ser, logo, como não poderia deixar de ser, Katarina carrega em sua atuação política as camadas delegada e mulher:

*[Então, assim, e com equilíbrio, e com doçura, porque como eu disse lá atrás a você, em uma das respostas, que eu encontrei o meu caminho, eu sou assim. Então, eu não preciso ser diferente pra ser uma boa delegada, para ser uma mulher altiva, pra ser uma mulher guerreira, pra ser uma mulher determinada, eu não preciso perder a minha doçura, não preciso perder o meu senso materno, a minha identidade.]*

Nesse diapasão, a estratégia de marketing da campanha de Edvaldo e Katarina evoluiu para uma imagem de Katarina que fazia contraposição exatamente à performance de delegada que Danielle Garcia representava, uma vez que o elemento central da disputa acabou se deslocando de temas como segurança pública para outros nos quais o papel social de mulher em suas várias dimensões passou a ter maior relevância.

*[Inclusive, em contraposição ao outro pólo, que era só força, a partir do determinado momento, quando você vê de certa forma assim, aconteceu o que eu achava que ia acontecer: aquilo que a gente tinha preocupação de ser o elemento decisivo da eleição, não estava mais presente, e pouco a pouco ele foi se dissolvendo, pouco a pouco ele foi se dissolvendo, o que deu chance de que se você enveredar mais pro aspecto de gênero da nossa candidata a vice e o aspecto humano dela], Carlos Cauê.*

Sobre ser mulher e delegada ou uma mulher delegada:

*[Eu acho que isso me diferencia, por ser mulher, porque a gente, como mulher, a gente entra em algo que a gente projeta, a gente tem o objetivo e a gente quer ver aquilo concluído. A gente não se conforma em lançar e deixar lá e não ver concluído. Então, ser delegada - porque delegada, a gente começa a investigação e você quer concluir, você quer descobrir o autor, você tá ali pra isso, nem que você não descubra, mas você quer descobrir o inquérito. Isso me traz resolutividade, que me diferencia. E, enquanto mulher, é essa questão de você ter um objetivo, ter um projeto, e você querer, junto com isso aqui de ser delegada, ver concluído.]*

*[Uma mulher delegada. Mulher vem primeiro, porque eu nunca deixei o meu papel de mãe, de esposa, né, pra ser delegada, entendeu? Delegada, minha profissão, é importantíssima para mim, mas eu sempre vejo na frente (pra mim Katarina, né? Eu posso até estar errada, mas ser mãe e ser esposa, entendeu? Esse relacionamento eu primo muito, pela minha família, vamos dizer assim. Minha família sempre veio primeiro, então se eu tivesse que deixar tudo pra atender meu filho na escola eu deixava.]*

Katarina se enxerga como uma mulher delegada, destaca vários momentos em que essa ordem fica clara em sua trajetória. Em nossa conversa, disponível na íntegra como apêndice B desta pesquisa, ela demonstra uma visão profunda da condição de gênero, da importância de ser uma mulher na política, de como o fato de ser delegada diminui os obstáculos com os quais todas as mulheres que atuam em espaços de decisão precisam lidar.

É fato que depreende-se dessa análise que o papel de delegada assumiu uma centralidade na sucessão municipal de Aracaju em 2020; fato também é que a figura de Katarina Feitoza foi alçada à condição de candidata à vice-prefeita por essa sua trajetória profissional, era uma vacina ter uma delegada na chapa. Também merece menção que uma delegada ali funcionava do ponto de vista estratégico como alguém que poderia fazer a candidatura de Edvaldo avançar para os setores de direita e conservadores da cidade. Está evidente nas análises que apresentamos.

Também salta aos olhos categorias como segurança pública e violência contra a mulher quando nos referimos ao eixo delegada, sempre numa perspectiva de exaltação desse papel social; assim como maternidade, casamento e família estão associados ao papel social da mulher. Algo muito específico e relevante, válido para as duas delegadas, diz respeito à incorporação mais efetiva de pautas relacionadas aos direitos das mulheres às agendas delas, mas isso ocorreu depois do processo eleitoral de 2020.

Por fim, não podemos desconsiderar que o convite, o ingresso e a caminhada que a Delegada Katarina, hoje deputada federal, imprimiu na política, faz dela mais uma voz

feminina na política brasileira, e talvez por isso ela apresenta atualmente um entendimento mais claro acerca da importância desse marcador para a representatividade feminina e para a própria democracia. É preciso refletir, também, que ao se posicionar primeiro como mulher e depois como delegada, Katarina menciona apenas as funções socialmente esperadas da mulher, a de servir sua família acima de tudo. Esse é, então, seu entendimento acerca da condição de mulher. Uma condição que não existe individualmente e que se alicerça no cuidado da esfera reprodutiva. Seria então reflexo desse papel do cuidado as adjetivações que ela faz de si mesma quando se afirma afetuosa, emotiva e maternal.

Em nossas considerações finais, elencaremos pontos dessa entrevista que avançam na análise de como, em três anos de atuação na política, Katarina já transita bem nos bastidores e nos holofotes, se entendendo, inclusive (apesar das entrelinhas), como uma mulher de centro esquerda.

#### 4.3 Danielle Garcia

Seguiremos com o mesmo formato para análises das entrevistas de Danielle Garcia e João Lima, alternando falas da candidata e de seu estrategista.

##### a) Delegada

Há algo de muito significativo nesse começo de conversa com Danielle Garcia. Eu havia falado anteriormente com sua assessoria sobre o teor da entrevista e objetivo da conversa. Em nosso encontro, introduzi o tema de maneira padrão, como havia feito com outros entrevistados, expliquei o teor da pesquisa e suas intenções de publicação e em sua primeira fala, no primeiro movimento, emergiram as palavras: exoneração, Deotap e Katarina Feitoza. A pergunta era sobre como se deu seu ingresso na política, e a sua primeira resposta de forma impetuosa nos mostra que combate à corrupção e o processo que a levou a ser exonerada da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública, a Deotap, estão na centralidade desse ingresso.

*[Bom, na verdade, eu sou delegada há mais de 20 anos, né? E no processo eleitoral de 2018, em 2017 na verdade, eu fui exonerada da Deotap. Naquele momento, a gente tinha investigações muito*

*grandes, envolvendo casos muito complexos de Aracaju e do Estado inteiro, e o então governador Jackson Barreto me exonerou, né? A nossa chefia de polícia era exercida pela delegada Katarina, então foi Katarina que me convidou, me chamou na superintendência e me exonerou da Deotap e me lotou no Denarc, em seguida eu fui transferida para a Barras dos Coqueiros.]*

*[Só que esse fenômeno de Alessandro ter entregue o cargo, João Batista ter entregue o cargo, eu ter sido exonerada, foi muito noticiado na imprensa. Muito, muito, muito.]*

*[E havia uma onda de combate à corrupção, aquela coisa toda. Então, Alessandro, acho que viu uma janela de oportunidade, disse "Olha, nosso nome tá muito em voga, porque a gente não sai candidato?"]*

*[Eu acabei não me filiando em partido nenhum e não fui candidata. Alessandro foi candidato a senador e ganhou a eleição, foi isso que aconteceu em 2018. De 2018 a 2020 aconteceu que eu passei a ser ainda mais assediada por diversos partidos, porque tinha um case de sucesso que era o de Alessandro. Eu vou falar sem filtro, certo?]*

A onda de combate à corrupção era nacional (Alonso, 2017; Nobre, 2022), por mais que não houvesse uma relação direta dos delegados de Sergipe com a operação lava jato, é fato que havia uma atmosfera nacional em torno do tema. Era 2018, o ex-presidente Lula estava preso, o país tinha esse tema permanentemente no debate público. É essa a "janela de oportunidade" sobre a qual se refere Danielle acerca do então delegado Alessandro Vieira, que aproveitou a janela e se elegeu Senador por Sergipe naquela onda. E os nomes estavam em voga exatamente por conta da exposição midiática em torno de operações policiais realizadas dentro do escopo do combate à corrupção. Essa contextualização nos parece importante porque tem relação com o capítulo I desta pesquisa, e será basilar para a estratégia de comunicação da candidata Danielle Garcia.

Quando ela diz que terá zero filtro (o que é fundamental numa pesquisa que usa entrevista em profundidade ferramenta metodológica) é porque, a princípio, ela irá reproduzir o que se dizia "à boca miúda" no meio político e comunicacional: em 2018, a vaga de senadora seria dela, caso ela tivesse topado candidatar-se, e não de Alessandro. Esse filtro zero também tem relação direta com Katarina Feitoza, uma vez que nessa entrevista evidenciou-se algo muito mal resolvido entre elas, o que me levou a pensar que a comunicação da campanha de Edvaldo e Katarina potencializou algo já existente. Ou aproveitou essa outra "janela de oportunidade".

E, como dito, acreditava-se que aquele cenário de 2018 iria reverberar em 2020, e o estrategista João Lima foi fundo na temática:

*[...Mas eu acho que o outsider já vinha de uma política nacional, né? A gente já veio de 2018 com o outsider eleito presidente da república, e eu acho que isso refletiu muito, né? Ainda pegou uma rebarbazineira para 2020, com essas delegadas, delegados, ainda foi uma coisa muito forte em 2020, e até 2022 ainda foi forte também.]*

*[Então, a gente foi usar os traços que ela mais tinha, digamos assim, forte nela, que a população gostava disso e foi provado em 2018. Então a gente usou muito o traço da delegada, que gostaria de combater a corrupção, de abrir a gaveta da corrupção, de abrir os cofres públicos para mostrar uma delegada que era da Deotap, que combatia a corrupção. Então, foi meio que uma reeleitura de Collor, o Caçador de Marajás, né? Você acha que já era nascida na época também, né? Então assim, a gente fez uma reeleitura]*

*[Sim, porque como ela veio com a mudança e, naquela época tinha várias questões, que tinham várias interrogações, era licitação de ônibus, algumas situações meio escusas, então assim, e ela, por vir como delegada, e 2018 ainda mostrou que tinha um resquíciozinho para 2020, a gente explorou isso, de certa forma sabendo o que a gente tava fazendo.]*

Temos, portanto, uma estratégia de comunicação alicerçada no combate à corrupção associada à ideia de alguém que vai chegar, no caso uma delegada, e acabar com ela, caçar os corruptos e estabelecer uma nova ordem. Atentem que o ataque à gestão municipal está municiado com informações em várias áreas, parecia uma convicção acerca da presença de corrupção na Prefeitura. No meu entendimento, esse é o roteiro e ele é muito próximo de situações vivenciadas nacionalmente, no âmbito da lava jato. E como se aplica esse roteiro do ponto de vista comunicacional? Ainda João Lima:

*[Porque veja, a gente foi procurar nela o arquétipo da heroína, né? Era a mulher que vinha para defender o dinheiro da população, o dinheiro do povo, então a gente foi procurar esse arquétipo. Ela já vinha com o trabalho na Deotap, que era policial destemida, que vai para cima, que pega rico, que pega pobre, que não tava nem aí para nada, ela tava atrás da justiça, e foi isso aí que a gente pegou. Fomos atrás do arquétipo da heroína.]*

*[Você vender a idéia da delegada que prende, que corre, é mais fácil, né? Você mostrar a ação, mas o sentimento não, você sabe melhor do que ninguém, usar uma música...]*

A delegada Danielle Garcia foi "vendida" com a imagem de uma combatente em defesa do dinheiro público, uma mulher dura, que performa a delegada no primeiro programa, que faz movimento como se fosse sacar uma arma, chama o adversário para um debate como se fosse para um duelo, é contundente, com figurino simples, uma camiseta branca na qual hasteia a bandeira com uma frase focal da sua campanha: combate à corrupção. Essa estética foi apresentada diariamente, em dois turnos, insistentemente. Mas, ali no começo, talvez ainda na pré-campanha, ao se apresentar para o público que a acompanhava na plataforma Instagram, Danielle destacou seu lado delegada e demarcou seu lugar no espectro político ideológico: "eu sou uma mulher de direita". E também no começo da campanha, ela sabia e acreditava que ser delegada de polícia era um ativo de sua candidatura. Vimos uma delegada que estava o tempo todo no ataque, o tempo inteiro na direção do candidato incumbente. Ela no ataque, Katarina na defesa, com outro tom, mais suave, menos contundente.

*[Sim, eu acho que sim. Assim, ainda era muito forte essa questão das carreiras, das polícias estarem na política, o que outrora não acontecia, a gente via professores, médicos, mas não policiais, e também o fato de eu ser mulher. E haviam pesquisas qualitativas anteriormente, dizendo que o aracajuano clamava por uma mulher prefeita. Então a gente casava com essas duas coisas: a questão do combate de administrar coisa pública sem desperdício do dinheiro público, né? Ou seja, com todos os princípios que regem a questão do combate à corrupção e de uma mulher.]*

É curioso o fato de Danielle usar o mesmo termo que Cauê utilizou sobre a expectativa da população aracajuana de ter uma mulher como prefeita: "clamor". Ela fala abertamente em pesquisas qualitativas, o que nos leva a pensar que ambos os núcleos das campanhas contrataram esse tipo de aferição, e que possivelmente eles tiveram relação com os passos iniciais da pré-campanha. Supõe-se também, pela presença do tema segurança pública numa campanha municipal, que ele também aparecesse em sondagens qualitativas, por isso é talvez a principal categoria decorrente do eixo delegada, e ponto do ataque e da defesa na disputa eleitoral.

Depois, a maneira como se enxerga e posiciona seus feitos:

*[Eu sou delegada de polícia, passei no concurso, eu tenho mestrado, eu tenho livro publicado, eu não sou um fake, Danielle não é uma invenção de ninguém. Eu construí a minha história.]*

*[Sim, acho que sim, eu acho que existe uma admiração a mais. Se eu fosse uma mulher médica, eles poderiam ter uma grande admiração, mas acho que o fato de ser delegada, por conta do machismo estrutural mesmo ainda.]*

Danielle valoriza sua trajetória como delegada, evidenciando seu percurso acadêmico. Esse seria o aspecto mais importante para validar a veracidade de quem ela é: “eu não sou um fake”. A carreira de delegada não estaria pautada somente na práxis, na vivência cotidiana, mas no estudo, na formação acadêmica. Os resultados de sua trajetória não são contabilizados apenas em casos resolvidos e investigações exitosas, mas registrada em publicações. Danielle demonstra enxergar ser este um grande diferencial em seu perfil como delegada.

É possível afirmar que Danielle estivesse se comparando com outras personagens da disputa eleitoral, mas ela também se posicionava em dimensões nas quais se enxerga, como o melhor nome para governar Aracaju naquele momento. Ela se sentia preparada, porém, dentre todas as camadas da *persona* Delegada Danielle, optou-se por focar e priorizar, como bem disse João Lima, o arquétipo da heroína. Questionamos: até que ponto a construção de imagem anterior à campanha não alimentou essa representação? Atentemos aos próximos *highlights*:

*[...João Batista, o então superintendente da Polícia Civil me chamou e disse assim: "Dani, você é muito dedicada, tudo que você pega você desenrola, e eu queria transformar a Deoti(que era a Delegacia de Ordem Tributária) em Delegacia de Ordem Tributária e Administração Pública (ia virar Deotap). Mas eu queria dar uma mudada nisso, a gente precisa trabalhar com inquéritos contra administração pública, corrupção, peculato, e acho que você tem todo esse perfil". E eu aceitei o desafio, e naquele momento ninguém nem falava em lava jato. Então, nós começamos, lá atrás, a Deotap, nesse novo formato. João Batista disse: "Poxa, a gente tem que parar de ser aquela polícia que só prende o preto, pobre e periférico, a gente precisa chegar nas camadas que também cometem crimes e que são mais abastadas". E aí, ele falou: "Monte seu time e comece a trabalhar". E aí, eu fui trabalhar desse jeito. Eu fiz parceria com a CGU, com a CGE, com o TCE, com a TCU, com a própria SEFAZ, para que a gente cruzasse esses dados e pegasse algumas investigações.]*

Essa fala nos dá pistas de que os fundamentos da *persona* delegada construída pelo estrategista de comunicação da campanha recebeu uma espécie de *briefing*, e a defesa do chamado núcleo duro desse formato de campanha talvez estivesse embasada no espelho pelo qual Danielle Garcia se enxergava. A maneira como ela descreve o surgimento da Deotap, a forma como o então superintendente se referiu ao perfil profissional dela, bem como a condução dada ao trabalho, dialoga sim com o que acontecia no Brasil, mas ao mesmo tempo diz muito sobre o perfil de delegada que Danielle imprimiu no combate aos crimes de "colarinho branco", como se diz popularmente.

Existia uma imagem pública de Danielle Garcia, ela era conhecida por liderar inquéritos e investigações contra empresários e políticos. Ao mesmo tempo, circulava pelo país difundindo um modelo de atuação contra esses crimes a partir da relação com o Ministério da Justiça, e ela era zelosa dessa imagem. Essa caminhada de Danielle fundamentou a estratégia da comunicação, e no fundo, se acreditava que daria certo, considerando-se o resultado eleitoral do país no ano de 2018..

*[E isso tomou uma proporção nacional, de Sergipe para o Brasil porque eu era instrutora do Ministério da Justiça. Então, eu dava curso a todas as polícias do Brasil, aos vinte e sete estados, inclusive para os Ministérios Públicos e Tribunais de Justiça.*

*Então, a gente levava a nossa experiência daqui para lá, e todo mundo ficava impressionado, nós somos o menor estado da federação e mesmo assim a gente conseguia fazer investigações aqui que São Paulo, Rio, as polícias civis não conseguiam, apenas a polícia federal conseguia fazer. Então, isso virou um case de sucesso, e a gente começou a ser reconhecido nacionalmente, né?]*

Em contraponto, quando a indagamos sobre a estratégia de comunicação de impacto adotada nos primeiros produtos audiovisuais da campanha, ela emite sua opinião:

*[Eu acho que eles queriam exatamente isso, eu acho que quando eles desenharam o marketing eles imaginaram: "Vamos chegar chutando a porta, já que é delegada, vamos chegar chutando a porta", e acho que essa não foi uma boa estratégia, não foi.]*

*[Tava, e assim, vou lhe dizer porque a gente tem um making of disso tudo, né? Quando eu fui gravar os primeiros programas, eu falei: 'Nossa, mas entenda só...entenda só, o meu jeito firme de ser, firme, transparente, todo mundo que me conhece sabe que eu sou assim, eu olho no olho, eu sou*

*muito verdadeira, mas eu não sou uma pessoa bruta, não sou uma pessoa bruta.]*

*[Aí assim, se você me perguntar: 'Você acha que houve um erro de estratégia?'. Acho que houve um erro de estratégia, acho.]*

*[Você tem que vir como a heroína, aquela figura que chuta a porta e diz que chegou. Mas, gente, mas eu não sou essa mulher. Eu sou uma mulher guerreira, eu sou uma mulher aguerrida, beleza; mas eu não sou essa mulher bruta. E acho que aí a gente realmente passou do ponto. E quando se tentou, depois, voltar a Danielle firme, mas muito mais eu, verdadeiramente, na verdade, aí talvez não tenha sido compreendida.]*

Primeiramente, chama-nos a atenção como Danielle se define como uma delegada aguerrida, mas não bruta. Nessa fala e em outras menções ao longo da entrevista, observamos um posicionamento fortemente direcionado à figura de delegada. O aspecto aqui evidenciado concerne ao que Danielle sintetiza como “passar do ponto”. Nas entrelinhas, esse lugar ocupado e performado pela delegada exitosa e destemida, que combate a corrupção tem um limite. Um limite possivelmente imposto pela figura da mulher que também habita aquele corpo. Danielle afirma: “eu não sou essa mulher bruta”. Seria essa uma figura incondizente demais para as expectativas sociais de uma mulher delegada?

Não, em absoluto. Mas atentemos para o que já dissemos na análise do eixo delegada em Katarina Feitoza: delegadas performam para a vida pública, a imagem delas está atrelada a um papel que subverte a ordem e está totalmente conectada à ideia de força. A imagem pública de Katarina também era de uma mulher dura, comandante geral da Polícia Civil, então, o que as diferencia nesse processo eleitoral? A narrativa comunicacional, o lugar da receptividade, da audiência. Ao se produzir conteúdos de comunicação em disputas eleitorais, um tom inadequado e que destoa da personalidade ou das expectativas criadas em torno de uma imagem pode criar uma onda política que interfere em todo o resto.

Danielle Garcia afirma categoricamente que o marketing errou, a estratégia não refletia o que ela representava. E a maneira como a outra delegada, sua colega e ex-chefe, fez o contraponto à sua candidatura e presença na campanha, foi marcante para ela e para todo núcleo de sua campanha. Começemos por João Lima:

*[Primeiro, a estratégia - isso não sou eu que tô achando não, isso eu tô falando é porque eu já ouvi isso - de se colocar uma vice-prefeita na outra chapa delegada foi exatamente para anular ela, né? E, logicamente, foi uma jogada, uma estratégia muito bem feita, tanto é que ganhou. Então,*

*eu acho que esse jogo de xadrez foi muito bem jogado pela campanha da situação, foi muito bem jogado, e, realmente, colocar uma delegada meio que deu uma quebrada no diferente, numa coisa, no inusitado, que só seria ela. Quando você bota uma, mesmo que seja vice, quebra um pouco essa coisa inusitada. Então, eu acho que foi uma estratégia inteligente deles.]*

Seguimos com a própria Danielle Garcia:

*[O que me chamou atenção, né? E aí, sim, para mim foi uma jogada de marketing político, foi Katarina. Porque eu me lembro que nós tivemos várias desavenças na época da minha saída da Deotap, porque a minha exoneração quem assinou foi ela, nós tínhamos diversas discussões, com a forma como foi feita a minha exoneração...Então, me chamou muita atenção, Katarina, que aí me permita a franqueza, que eu acho que Katarina, ela sim caiu totalmente de paraquedas, era o antídoto contra Danielle.]*

*[Eu acho que foi quando o lado de lá deve ter imaginado: "Essa mulher vai ganhar a eleição se a gente não segurar a onda, e a gente também precisa dizer que a gente também tem uma delegada do lado de cá". Então, é isso, eu acho que, eu acho que Katarina hoje está onde ela está - desculpe até, não é uma forma prepotente de dizer, mas é a verdade - ela deve muito a mim.]*

*[...só tô querendo lhe dizer que, assim, é... que Katarina não veio pra política por ser delegada e ter uma história na política que marcou o público. Não, ela veio pra fazer um contraponto com Danielle, e ela foi, desculpe o termo, mas ela foi criada no laboratório. Cauê (e Cauê sabe, a gente já conversou várias vezes sobre isso) foi fabricada no laboratório pra ser o contraponto a Danielle. Enquanto Danielle era mais contundente, porque eu sou mais assim, Katarina aparecia de forma, pra dizer: "Não, ela é delegada, ela é firme, ela é uma mulher correta, mas ela não...", sabe? E eles fizeram esse jogo de cena, né?]*

Esse nos parece ser um elemento marcante para a campanha de Danielle, impactante na origem, provavelmente porque ninguém esperava que a chapa da situação tivesse uma mulher delegada na posição de candidata à vice-prefeita. Pelo tom, pelos silêncios, pelo conteúdo verbalizado, há um *mix* de surpresa, revolta, indignação, ainda mais porque esse contraponto se estabeleceu na defesa da gestão de Edvaldo, com quem Danielle desejava rivalizar. Era Katarina Feitoza em vídeos sóbrios e com muita tranquilidade que estabelecia um exercício de comparação entre as delegadas. Foi possível assimilar a veracidade dessa situação com base em todos os envolvidos entrevistados para o desenvolvimento desta

dissertação. Isso, afora Katarina ser apresentada com a imagem de uma "delegada do bem e humanizada", supostamente em contraponto à “delegada do mal”, personificada por Danielle Garcia.

É preciso considerar que as duas delegadas passaram por percalços e diferentes trajetórias na relação profissional, estavam afastadas uma da outra no ambiente da Secretaria de Segurança Pública e, de alguma maneira, no próprio ambiente da política anterior a 2020, considerando-se a própria atuação delas no processo eleitoral de 2018. E se pensarmos no espectro político ideológico, seria possível afirmar que ambas estavam à direita, mas Danielle estava um pouco mais.

Quando pensamos estritamente nas estratégias de comunicação, é possível afirmar que o tom mais elevado da campanha de Danielle não encontrou ressonância na população, porém, as presenças das duas delegadas na disputa do segundo turno daquela eleição, sinaliza que a agenda política estava posta para duas novas agentes femininas no cenário político sergipano, tanto é assim, que hoje, novembro de 2023, o nome das duas figura no meio político e midiático como prefeituráveis nas eleições de 2024.

#### b) Mulher

Núcleo duro, esse teria sido o sujeito oculto responsável por bater o martelo a respeito do caminho comunicacional com o qual Danielle começaria sua campanha. Até João Lima, estrategista da campanha, era contrário à ideia, ao menos inicialmente, mas acatou a defesa do núcleo, e deixou de trabalhar a dimensão mulher da candidata.

*[Veja, no começo - até no começo eu fui até contra - eu gostaria muito de mostrar o lado da mulher, o lado mãe, fazer aquele diamante, ela na casa, e tá, tá, tal. Mas aí, o núcleo duro chegou dizendo: "Não, vamos chegar batendo, vamos chegar chegando. Vai ser tiro, confusão e bomba". Tudo bem, vamos. Não tinha pesquisa, era feeling, então vamos. E aí, eu acho que o primeiro passo que a gente deu, a gente meio que errou na dose, né?]*

Mas, claro, a dimensão mulher estava lá. E como mencionado anteriormente, existem muitos pontos de similaridade entre as trajetórias das duas mulheres delegadas, perceptíveis em falas como essa:

*[Sim. Não como parte, como parte principal da minha trajetória política, porque assim, imagine a minha trajetória na polícia, nunca foi fácil ser mulher na polícia, nunca foi fácil. Eu entrei na polícia aos 23 anos de idade; mãe recente, minha filha tinha 4 meses de vida quando eu fui para*

*academia de polícia, eu amamentava a minha filha entre uma aula e outra na Acadepol, e ir pro interior com bebezinho ainda, de colo, foi muito difícil pra mim. Então assim, a gente não tinha alojamento, a gente não tinha banheiro pra mulher.]*

*[E, quantas vezes eu dormi, por exemplo, em plantões, em viaturas da polícia civil, porque eu ficava com receio de deitar com um monte de homem, né? Nos plantões noturnos.]*

*[Então, sempre foi muito difícil ser mulher.]*

Danielle Garcia fez imersão na profissão que abraçou e buscou se destacar naquilo que a área exige de seus profissionais: ser destemida, arrojada e capaz, físico e intelectualmente. Nessa fala descortinou os desafios que se apresentam para qualquer mulher que ocupa esses espaços masculinizados e machistas, numa perspectiva muito mais coletiva do que individual. Nessa fala Danielle descortina as desigualdades de gênero que se revelam institucionalmente, como na ausência de banheiros femininos e em alojamentos mistos que expõem a mulher a potencial violência de gênero. Mais além, expressa suas dificuldades e inseguranças como uma mulher jovem e mãe de um bebê. Nesse contexto e ambiente, eis a mulher que Danielle personificou na Polícia Civil:

*[...Me lembro que os nossos chefes sempre queriam colocar a gente não pra comandar as operações, dizia: "Não, é porque você não pode trocar tiro, e não sei o quê lá, vocês podem não estar aptas". E aí, naquele momento, eu saí para fazer curso em São Paulo, fiz curso com a CORE no Rio de Janeiro, fiz curso com o BOPE, fiz curso com a Polícia Federal, porque pra mim era assim: todas as coisas que me limitavam pelo gênero era aquilo que eu ia para cima, enfrentava. Então, nunca foi fácil.]*

CORE - Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

BOPE -Batalhão de Operações Policiais Especiais. Sim, isso mesmo, o BOPE retratado no filme *Tropa de Elite*, de José Padilha. E sim, nunca foi fácil. Mas a delegada Danielle Garcia encarou.

Diferentemente de Katarina, o ingresso de Danielle na política parece, em suas próprias palavras, ter sido fruto de uma decisão pessoal, algo muito relacionado à forma como ela demonstra conduzir sua vida. Ela consultou marido, mãe e filha, mas a decisão final foi dela. Esse *highlight* nos revela um pouco da personalidade de Danielle, a delegada. Mulher, com passagem pela pesquisa, líder nacional em sua área de investigação de crimes contra o patrimônio público, respeitada por seus pares da Secretaria de Segurança Pública e com muita visibilidade midiática. Essa mulher precisaria estar minimamente sintonizada

com a imagem de delegada que a sua campanha buscava mostrar, aquela estratégia precisaria, de alguma maneira, contemplar o que ela desejava comunicar e a maneira como se enxergava.

*[Veja, eu tinha muito receio de que como mãe, como filha e como esposa, eu deixasse a desejar com essa nova escolha, mas minha filha, minha mãe, meu marido, todos os meus familiares, meus amigos mais próximos, sabem o quanto eu sou inquieta, o quanto inquietude é o que me move, né? Então assim, estar em um lugar tranquilo, eu preciso ter paixão pelo que eu faço, sabe? Então, eu sei que não era uma decisão deles, eu conversei com todos e ninguém foi a favor de eu entrar na política, mas, ao mesmo tempo, ninguém disse não.]*

*[Então, todo mundo entendia que eu precisava dar espaço, que era mais um desafio na minha vida. Então, eu acho que mais me levou para política não foi nem a família, foi a minha personalidade mesmo.]*

A nossa pergunta foi sobre a pauta da igualdade de gênero, algo que parecia distante das mulheres que disputaram aquela eleição de 2020, mas que hoje parece estar incorporado ao cotidiano das duas delegadas. E esse processo acaba, de alguma maneira, remetendo aos anos 1990 e às dificuldades pelas quais aquelas jovens mulheres passaram ao encarar o ambiente da Polícia Civil e de delegacias pelo interior de Sergipe.

*[Quando eu vim para a política, essa, para mim, é uma das principais bandeiras, não é nem o combate à corrupção, que isso pra mim é tão lógico, para ser administrador público tem que entender que o dinheiro é público, não é meu, não é seu, é de todos nós. Mas o fato de nós sermos mulheres e sermos sempre tratadas como uma subcategoria, a gente não pode ser a principal, a gente tem sempre que ser a adjunta, a coadjuvante, a vice, sabe? Isso me incomodava demais. Então, essa pauta sempre foi muito importante pra mim.]*

*[... Quando eu falo que a questão de gênero pra mim é muito forte, que não foi fácil ser policial e mulher, eu achava que eu podia trazer para política isso, essa coisa que diz: "Olha, mulheres, mulher, primeiro, veja bem, até bem pouco tempo atrás ninguém discutia pobreza menstrual, mas a gente não menstrua desde quando o mundo é mundo? Por que que só viemos discutir recentemente?]*

*[Segundo, nós precisamos também dar a visão da mulher sobre tudo, sobre a sociedade, a mulher precisa participar do orçamento, por que só o homem participa do orçamento?]*

Conversar com a delegada Danielle Garcia hoje sobre a condição da mulher é encontrar uma agente diferente da candidata que se apresentou aos aracajuanos em 2020. Ela se apresenta muito menos delegada e muito mais política. Exatamente por isso,

percebe-se alguém com leitura sobre a pauta feminina, sobre os direitos das mulheres e a maneira como o marcador de gênero atravessa a vida feminina. É possível que tenhamos conversado mais com a gestora estadual de políticas para as mulheres, e isso diz muito sobre como o jogo político modifica discursos e práticas. Mais além, diz muito sobre como as circunstâncias e os cenários políticos parecem moldar os discursos acerca das personalidades em cena. Moldes que muitas vezes parecem tortos ou descompassados.

*[Eu trago comigo os valores e os princípios de ser uma policial correta (porque a gente sabe que tem policial que também não é correto), uma policial que tem que trabalhar dentro da lei. E trago também a questão do gênero, de ser mulher, de ser mãe, de ser filha, de ser esposa, de ser dona de casa, de desempenhar 280 papéis ao mesmo tempo, com as mesmas 24 horas do homem. Enfim, eu sempre achei que era importante trazer esse exemplo para as mulheres, de dizer que nós poderíamos sim estar (apesar de clichê) em qualquer lugar, inclusive nessas profissões que são tão masculinas, mas principalmente que nós precisávamos estar discutindo coisas na política, porque as coisas que estão sendo discutidas na política dizem respeito à vida em sociedade.]*

Encontramos nesse *highlight* a mulher e a delegada, junto com outros tantos papéis sociais desempenhados por mulheres. Um posicionamento que marca bastante o lugar da defesa das mulheres e de um certo entendimento da realidade que as cerca e da necessidade de apostarmos em políticas públicas que mudem e consigam projetar outros contextos para o universo feminino. Danielle revela uma consciência profunda das desigualdades de gênero que estruturam a divisão sexual do trabalho, já debatida nesta dissertação. Expressa a ciência da sobrecarga de trabalho nas diferentes esferas sociais por ela ocupada (e pelas mulheres, em geral), em parte naturalizada em sua fala.

É fato que no posicionamento político da Danielle Garcia de hoje é possível perceber uma centralidade das pautas femininas em sua atuação, claro que isso também por ela estar gestora estadual da área, mas não devemos desconsiderar que atualmente ela é mais percebida como agente da política do que como delegada. Ser delegada de polícia atravessa existencialmente a vida de Danielle, assim como a de Katarina, e ambas responderam de maneira similar a pergunta sobre o papel social preponderante em suas vidas: elas se consideram e se enxergam como uma mulher delegada.

Demos continuidade ao tema das pautas femininas trabalhadas por Danielle na atualidade, quando ela nos apresenta o dado de que cerca de oitocentas mil mulheres

sergipanas estão cadastradas no Cadúnico, portanto, encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza. A secretária nos diz que um dos primeiros movimentos na formulação de políticas públicas é a inclusão dessas mulheres, além de destacar as ações de combate à violência contra mulher.

*[Se essas mulheres não estão incluídas em nada, se elas não têm direito a nada, se elas vivem em situação de extrema pobreza muitas vezes. Então, assim, a questão é muito complicada ainda, a questão da violência, a gente tem trabalhado muito, muito, a questão do combate à violência e acho que a gente fecha esse ano, com fé em Deus, com números muito aquém dos anos anteriores. A gente massificou muitas das campanhas contra o assédio, contra a violência, denunciar. E mas, mais do que isso, tem que ir além, não é só conscientizar sobre a violência. Essas mulheres têm que ter oportunidade, elas precisam sair dessa linha da pobreza. Eu sempre falo assim: "Quem tem fome tem pressa" óbvio, como é que você chega pra uma mãe e diz: "Olha, seu filho vai comer só daqui uma semana, espere", não é assim.]*

*[Se a gente não conseguir voltar os olhos pras mulheres, pra inclusão da mulher, né? Na sociedade, como força produtiva mesmo. Eu acho que esse é o nosso grande objetivo. Claro que isso passa pela violência, porque a mulher violentada, vitimizada, ela realmente não tem forças pra absolutamente nada, mas a gente tem que trabalhar muito essa questão da inclusão produtiva.]*

O tema igualdade de gênero está na ordem do dia das ações de Danielle Garcia, ao menos em pautas como o combate à violência contra mulher e inclusão produtiva, para citar dois exemplos. E entendemos que o contexto político atual favorece a defesa dessas pautas, como ela própria admite em outro momento da entrevista. Nesse ponto, a mulher de direita de 2020 cedeu lugar à agente de centro, porque é assim que ela se enxerga atualmente, posicionada nesse espectro político e ideológico. Quando falamos sobre o tema, Danielle Garcia chegou a afirmar que pesa se dizer de direita.

Se depreendemos essa e outras questões sobre o nosso objeto a partir dessa entrevista, também é fato que fica evidenciado um fenômeno que responde à nossa pergunta de pesquisa: o papel de delegada de polícia foi central e norteou a estratégia de comunicação da candidata Danielle naquela disputa eleitoral de 2020. Os *highlights* extraídos aqui evidenciam essa escolha estratégica, e apontam na direção de que tanto uma campanha quanto a outra estiveram movidas a partir de um cenário no qual a figura das delegadas e o tema segurança pública foram fundamento das estratégias de comunicação e marketing das principais candidaturas do processo eleitoral de 2020 em Aracaju..

Dito isso, caminhamos para nossas considerações finais nesta pesquisa.

#### 4.4. Considerações finais

Já é tarde, tudo está certo  
 Cada coisa posta em seu lugar  
 Filho dorme, ela arruma o uniforme  
 Tudo pronto pra quando despertar  
 O ensejo a fez tão prendada  
 Ela foi educada pra cuidar e servir  
 De costume, esquecia-se dela  
 Sempre a última a sair  
 Disfarça e segue em frente, todo dia até cansar  
 (uhu!)  
 E eis que de repente ela resolve então mudar  
 Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar (uhu!)  
 Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro, hoje ela é um  
 também  
 A despeito de tanto mestrado  
 Ganha menos e não entende o porquê  
 Tem talento de equilibrista  
 Ela é muita, se você quer saber  
 Hoje aos 30 é melhor que aos 18  
 Nem Balzac poderia prever  
 Depois do lar, do trabalho e dos filhos  
 Ainda vai pra night ferver  
 Disfarça e segue em frente, todo dia, até cansar  
 (uhu!)  
 E eis que de repente ela resolve então mudar  
 Vira a mesa, assume o jogo, faz questão de se cuidar (uhu!)  
 Nem serva, nem objeto, já não quer ser o outro,  
 hoje ela é um também  
 Uhu, uhu, uhu, uhu  
 Uhu, uhu, uhu  
 (Desconstruindo Amélia, Pitty, 2009)

A música "Desconstruindo Amélia", da cantora Pitty, fez e faz sucesso pela mensagem que comunica ao questionar o papel da mulher na sociedade. Nela, Pitty não apenas desconstrói a imagem tradicional que se tem da mulher, como busca quebrar um estereótipo cultural cristalizado em outra música, "Ai que saudade da Amélia", um clássico de 1942 composto por Mário Lago e Ataufo Alves. Estamos em 2023, ainda temos muito a

desconstruir e construir, mas nos parece emblemático que o tema do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano tenha sido "Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil", um exame no qual a maioria das inscrições foram de mulheres.

O interesse por temas ligados à política traz em si uma ideia muito clara de pertencimento social, um entendimento mais objetivo sobre o significado de estar no mundo, viver em sociedade, ter noção de comunidade, de direitos, deveres, sobre oportunidade ou não de exercer cidadania. Esta pesquisa é o resultado de uma caminhada longa, de vida e, diríamos, da nossa relação com a área e de como ela possui interfaces com toda construção pessoal e profissional até aqui, desde os tempos adolescentes.

O crescente interesse por política e comunicação nos trouxe até aqui, e o debate sobre o marcador de gênero, acrescido pelas discussões sobre racialidade e outras variáveis delas decorrentes estiveram situadas no entorno, no cerne e nos princípios basilares do processo de definição do tema, do problema, do estado da arte e dos questionamentos que moveram a inquietação acadêmica para o desenvolvimento deste trabalho. Vemos algumas lacunas, não tivemos condições de avançar no marcador racial e de classe. As mulheres que protagonizam esta dissertação e, é certo, o cenário político sergipano estudado são brancas e economicamente privilegiadas. E essa condição diz muito, ainda que essa fala não tenha ocupado as linhas escritas ao longo do percurso. Não por falta de consciência, mas porque recortes são necessários para viabilizar uma pesquisa com hora marcada para ser depositada.

E chegamos. Mas a chegada, importante e fundamental para a obtenção de um título acadêmico, é apenas parte de um percurso de muitas trocas, encontros, descobertas, reafirmação de ideias, porque é de política e comunicação que tratamos. E ao tratarmos dessa interface, cumpre-nos ratificar aquilo que é óbvio, urgente e necessário: o Brasil, sua sociedade e a organização e composição de seus poderes precisam de mais mulheres. A política, no sentido lato da palavra, carece de mais mulheres. Os espaços públicos, na perspectiva mais ampla, precisam de mais mulheres, de diferentes mulheres.

A partir dessa perspectiva, podemos dizer que, para além dos resultados encontrados para as questões formuladas nesta pesquisa - reafirmar essa necessidade - de mais mulheres em lugares nos quais se tomam decisões coletivas, dialoga com princípios de inclusão, respeito à diversidade, à igualdade e à universalidade de direitos, ainda que a universalidade tenda sempre a se firmar hegemonicamente. Mas essa presença, para além de trazer o ganho efetivo de inserir o olhar feminino na formulação de ações, projetos e políticas públicas,

também ganha por democratizar os espaços de poder e enriquecê-los com mais subjetividades e complexidades na maneira de lidar com temas da vida humana.

Ampliar a participação das mulheres na política segue como um desafio de proporções significativas. Se avançamos lentamente, mas avançamos, nos últimos trinta e cinco anos, retroceder não é possibilidade a se considerar. Ao contrário, os avanços na presença feminina no mercado de trabalho, nos parlamentos, no comando de cidades, em espaços do Executivo de maneira mais geral, em novas profissões e no próprio mundo acadêmico são irrevogáveis e inegociáveis. Mas esses avanços também nos dizem muito sobre o trajeto percorrido até chegarmos nessas considerações finais.

Os temas marcados pelo gênero são temas da sociedade, dizem respeito à maneira como elas se organizaram e se organizam na atualidade. A condição feminina é parte de uma engrenagem na qual a hierarquização dos papéis reservou o mundo privado como espaço social das mulheres. Há um processo histórico, duro e resistente a mudanças nessa realidade. Como bem mostramos ao longo desta pesquisa, em nossa revisão de literatura, as próprias democracias liberais em crise buscam arranjos na órbita do capitalismo e do neoliberalismo em que tentáculos acabam se voltando para buscar barrar as conquistas femininas e, se possível, até subtrair algumas já cristalizadas em nosso cotidiano.

Em janeiro de 2020 participamos profissionalmente de uma rodada de *focus group* para sondagem a respeito do cenário político eleitoral de Aracaju naquele ano, e os resultados apresentados nos provocaram muita inquietação e curiosidade sobre o que viria a se materializar depois. Estava claro que havia uma certa contaminação do ambiente nacional, da polarização política, e a imagem de uma mulher delegada candidata à prefeita parecia atrair mais do que admiração, inclusive no público masculino, era algo profundo, parecia um certo encantamento. Foi a partir daquela experiência que nasceu nosso objeto de pesquisa e agora chega aqui, quando estamos às portas de uma nova disputa municipal, com um cenário diferente, mas com grande probabilidade de ter como elemento central, desta vez, o marcador de gênero feminino

Lá, em 2020, formulamos o embrião da nossa pergunta de pesquisa e seus desdobramentos, e com os ajustes da caminhada acadêmica, definimos como questionamentos norteadores: O que prevaleceu nas estratégias de comunicação das candidatas Katarina Feitosa e Danielle Garcia, o papel de delegada ou o de mulher? Em que medida esses papéis coexistem e encontram simetria na figura das candidatas? Como o marcador de gênero é tratado e de que modo ele é posto nas disputas de poder no contexto

estudado? E quais os contrapontos ou consonâncias visíveis nos dois processos? Com base nesses questionamentos, consideramos relevante analisar o cenário político brasileiro a partir dos acontecimentos de junho de 2013, assim como a discussão de gênero presente nesse contexto.

O ambiente político e social do Brasil em 2020 era muito delicado, estávamos em meio a uma emergência sanitária (a pandemia da covid-19), com uma crise econômica e política dela decorrentes. Naquele cenário, marcadores de todos os níveis faziam escalar as dificuldades, e os efeitos da pandemia eram mais pesados à medida em eles estavam presentes ou sobrepostos em grupos como mulheres, pobres, negras e negros.

Sobre a trajetória empírica que nos fez chegar até aqui para responder à pergunta desta pesquisa, acreditamos que ela nos deu muitas pistas sobre o papel social de delegada de polícia ter sido uma questão central naquela disputa eleitoral, em produtos audiovisuais, na visão de participantes do processo que aceitaram participar desta pesquisa, em visões sobre os acontecimentos, e até nos silêncios, a questão se impunha. Às vezes de maneira tácita, outras explicitamente. Assim, nossa primeira conclusão é de que o papel de delegada impresso nas candidatas Katarina Feitosa e Danielle Garcia foram centrais para ambas as candidaturas, cada uma a seu modo. Ainda que pareça gerar algum desconforto para elas, concluímos que a presença no cenário eleitoral de uma (Katarina) se mostrou o melhor contraponto para minimizar a força da outra (Danielle).

Numa sociedade desigual – forjada em sistemas de domínios e hierarquias nos quais marcadores raciais e de gênero sempre estiveram interligados e são responsáveis por delimitar os espaços e lacunas que nos separam no cerne social –, fardas, distintivos, armas, algemas e outros acessórios próprios da segurança pública representam poder. Um poder simbólico e material, provavelmente com ainda mais potência em 2020, momento em que o Brasil estava sob o governo de um capitão reformado do exército.

"Delegada por delegada, nós temos a nossa"; "o fato de Katarina também ser delegada era de uma certa forma uma anulação que se estabelecia"; "Sim, acho que sim, eu acho que existe uma admiração a mais. Se eu fosse uma mulher médica, eles poderiam ter uma grande admiração, mas acho que o fato de ser delegada, por conta do machismo estrutural".

Com base nas entrevistas e em todo o material analisado para a concepção dos roteiros, concluímos que o lugar de delegada exitosa e reconhecida socialmente se mostrou confortável para driblar a violência de gênero que se inscreve na política, tanto naquela

campanha quanto em cargos hoje ocupados por elas. É certo que na arena policial, habitada por seus corpos e mentes femininas ao longo do trajeto, as disputas e obstáculos foram muitos. Podemos aqui substituir o conceito de obstáculo pelo de “perigo”. Obstáculos são transpostos, perigos não. A violência que se faz presente e que estrutura a divisão sexual do trabalho em ambientes masculinizados não pode ser relativizada e foi escancarada por ambas as delegadas. Ali, a masculinização muitas vezes é o mais seguro sistema de defesa.

A figura de delegada defendida pelos estrategistas que conduziram a campanha de Danielle era, nas palavras dela própria, a de uma mulher bruta. Brutalidade e coragem em uma imagem feminina parece não ter harmonizado bem para o eleitorado, e foi reconhecidamente um erro de estratégia. A delegada não emplacou para ocupar o cargo de mandatária da capital do estado. Por outro lado, a figura de delegada humanizada, e sim, feminina, com base em lentes essencialistas, se mostrou uma boa estratégia. Katarina venceu, como vice e, como ela própria reconhece, com poucas oportunidades para ver suas ideias saírem do papel, o que nos remete a mais um viés acerca das dificuldades das mulheres na política, mesmo depois de eleitas.

Acreditamos que, por qualquer lente ou óptica, olhar atentamente para aquele processo é perceber como as delegadas pautaram muito do que foi a disputa eleitoral, sob o ângulo político ou comunicacional, ainda que o resultado tenha seus poréns. As delegadas eram mulheres, atravessadas como cidadãs por esse marcador. Sim, mulheres brancas e privilegiadas, se considerarmos a realidade socioeconômica do Brasil, mas mulheres. E, por óbvio, a experiência de vida de cada uma, sobretudo por se imporem dentro de uma profissão e um meio tipicamente masculino, machista e que cultua a força, não foi construída sem dores, preconceitos e superações. É muito importante registrar e reconhecer isso.

Retomando os questionamentos norteadores desta pesquisa, concluímos que tornou-se visível o encontro entre os papéis de mulher e delegada. Podemos, assim, afirmar que a confluência dos dois papéis tem muito a dizer sobre aquele processo eleitoral marcado pela presença de mulheres delegadas, ou delegadas mulheres. Parte dessa simetria se revela de forma mais implícita do que explícita nas campanhas eleitorais estudadas, mas de modo muito potente nas entrevistas. A força que a figura de mulher delegada carrega se engendra exatamente nas barreiras que o campo impõe, um ambiente altamente masculinizado e hostil para as mulheres. Assim, faz diferença, e muita, a figura feminina exitosa ocupando este lugar. Mais além, podemos afirmar que as características marcadas pelo gênero se mostram relevantes também por isso. É preciso demarcar aspectos de feminilidade. Para Katarina, a

sensibilidade e emotividade tantas vezes suprimidas tornou-se uma forma potente de ser uma delegada no ambiente da política. Para Danielle, a figura daquela delegada bruta da campanha eleitoral de 2020, que intima o adversário para um duelo, não a representa. Forte, aguerrida, mas não bruta.

É importante lembrar que esta pesquisa faz parte de um campo, comunicação e política, com um recorte, gênero. E nele, para além de estudarmos a participação feminina na política, seus avanços, obstáculos e permanências, também buscamos formas, através da pesquisa acadêmica, de entender realidades, problematizá-las e pensar em avanços para essa participação.

Dito isto, entendemos que Danielle Garcia e Katarina Feitoza, cada uma do seu jeito e com as suas maneiras de agir e enxergar a sociedade e a própria condição da mulher, contribuem para ampliar esse olhar feminino em espaços de poder. Em suas trajetórias na Polícia Civil não identificamos diretamente ações ou defesas de pautas femininas, mas agora, na política, suas posturas têm sido extremamente diferentes, podemos dizer que até do ponto de vista do espectro ideológico suas defesas e práticas têm se aproximado muito de temas caros e históricos para as mulheres.

Prospectar esse aspecto em nosso exercício de pesquisa abriu uma janela sobre como estudos desse tipo podem avançar no mundo acadêmico, considerando, sobretudo, o período político nacional iniciado a partir do resultado da eleição presidencial de 2022. É uma possibilidade em potencial, pois podemos pensar em mudanças nas práticas e posturas políticas de mulheres de centro ou centro-direita quando num ambiente de governo nacional progressista. São tempos diferentes, com outros e novos desafios, mas que apontam para a inexorabilidade da pauta igualdade de gênero.

Para pensar e defendê-la, do ponto de vista político, comunicacional e acadêmico, precisaremos de mais e mais mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Revista Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, p. 49-58, jun. 2017.

ALONSO, Angela. **Treze: A política de rua de Lula a Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BABIRESKI, Flávia Roberta; EDUARDO, Maria Cecília; LORENCETTI, Mariana. **As mulheres na direita: perfil das deputadas federais de direita no Brasil**. 2020. Trabalho apresentado no I Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP), Curitiba, Universidade Federal do Paraná, ago. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37478285/Aprendendo\\_a\\_entrevistar\\_como\\_fazer\\_entrevistas\\_em\\_Ciencias\\_Sociais-libre.pdf?1430512382=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAprendendo\\_a\\_entrevistar\\_como\\_fazer\\_entr.pdf&Expires=1699024829&Signature=fz3F16R9O5IUNXuOfrbNGu8Ofx2Mchp9Ky3ORfbEfEwOVLMIy~NZtGDP8HFqCs2rapUprLfjL82k22WsNY545N6jIbuVKU11DwOTIxrPKvPgVzpH3KjhZL2~DE~8XsIF-viVT9WeMu9ogp58bQM8cjNdY8tsqVXZvCqdK1yUeWYnE9us7e1q43SB2S6UArdHZsf7RM6dBMAXipXlicPVJBANTBkNG~-1Y3WJZvHGtikYK381dTDdXUni4QueUpj1DnTGzg5WeFIYyYZSpEAdV0I5V6y55C4DQUhvoNumha1nzRSu0IVAIkfueQLQtDXMo9UPzExob7DZheYvwnK8NA\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37478285/Aprendendo_a_entrevistar_como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais-libre.pdf?1430512382=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAprendendo_a_entrevistar_como_fazer_entr.pdf&Expires=1699024829&Signature=fz3F16R9O5IUNXuOfrbNGu8Ofx2Mchp9Ky3ORfbEfEwOVLMIy~NZtGDP8HFqCs2rapUprLfjL82k22WsNY545N6jIbuVKU11DwOTIxrPKvPgVzpH3KjhZL2~DE~8XsIF-viVT9WeMu9ogp58bQM8cjNdY8tsqVXZvCqdK1yUeWYnE9us7e1q43SB2S6UArdHZsf7RM6dBMAXipXlicPVJBANTBkNG~-1Y3WJZvHGtikYK381dTDdXUni4QueUpj1DnTGzg5WeFIYyYZSpEAdV0I5V6y55C4DQUhvoNumha1nzRSu0IVAIkfueQLQtDXMo9UPzExob7DZheYvwnK8NA_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 03 nov. 2023.

BONIN, Robson. Dilma e Lula sabiam de tudo, Diz Alberto Youssef à PF. **Revista Veja**, São Paulo, 23 out. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BORBA, Fernando; DUTT-ROSS, Steven. Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a formação da opinião pública na eleição presidencial de 2018. **Opinião Pública**, Campinas,

n. 27, v. 3, p. 851–877, set./dez. 2021. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/op/a/XqfngKmMv6fCr6dyfgwNt6y/?lang=pt>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jan. 2023.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013...dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Revista Nueva Sociedad**, [s. l.], v. 2015, n. 2, p. 4-17, out. 2015. Disponível em:  
[https://dial.uclouvain.be/pr/boreal/object/boreal%3A172074/datastream/PDF\\_01/view](https://dial.uclouvain.be/pr/boreal/object/boreal%3A172074/datastream/PDF_01/view). Acesso em: 03 nov. 2023.

BUTLER, Judith. O fantasma do gênero: reflexões sobre liberdade e violência. **Folha de São Paulo - Ilustríssima**, 19 nov. 2017. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CAFÉ DAMANHÃ: Junho de 2013 e junho de 2020 terão algo em comum? [Locução de]: Magê Flores e Rodrigo Viseu. [S. l.]: Folha de São Paulo e Spotify, 9 jun. 2020. Podcast. Disponível em:  
 <<https://open.spotify.com/episode/7IT419rIOZpZokJVJ5i3sB?si=ztrEtW5aTviiYktaFCflqw>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CERVI, Emerson; MASSUCHIN, Michele Goulart. **HGPE e a formação da opinião pública no Brasil**: análise das estratégias dos principais candidatos à presidência da república em 2010. 2011. Trabalho apresentado no IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, Belo Horizonte, 2011. Disponível em:  
<http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/Emerson-Urizzi-Cervi.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

COELHO, Marcelo. Manifestações de junho: um breve balanço. **J. psicanal.**, São Paulo, v. 46, n. 84, p. 133-139, jun. 2013. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352013000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352013000100013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 ago. 2022.

COSTA, Beatriz Della. Lobby do Batom, 35 anos depois. **Carta Capital**, São Paulo, 13 abr. 2023. Disponível em:  
<https://www.cartacapital.com.br/artigo/lobby-do-batom-35-anos-depois/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

COSTA, Beatriz Della; ROCHA, Camila; SOLANO, Esther (org.). **Feminismo em Disputa**: Um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras. São Paulo: Boitempo, 2022.

DILMA é hostilizada durante abertura da Copa do Mundo em São Paulo. **PORTAL G1**, São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/1ud9sMF>. Acesso em: 8 jul. de 2022.

DOMINGUES, Leticia Birchal; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Protestos contemporâneos a crise da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, São Paulo, n. 37, p. 1-36, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fh7HVMWfMVgz95W5tDGmtHk/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimir. Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 147-201.

FIGUEIREDO, Marcus *et al.* Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 182-203, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/download/8641017/8535>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo Coin de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Femininos**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, set. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200002>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GOMES, Laurentino. Escravidão. Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi de Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, volume I, 2019.

GOMES, Wilson. **A política na timeline**: crônicas de comunicação e política em redes sociais digitais. Salvador: EDUFBA, 2014b.

GUERRAS CULTURAIS: Ideologia de Gênero. [Locução de]: Elisa Martins e Pablo Ortellado. [S. l.]: Globo Play, 30 ago. 2022. Podcast. Disponível em: <https://spotify.link/zGMnuxA6ADb>. Acesso em: 03 nov. 2023.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

JOGO DE CARTAS: A carta. As Mulheres. [Locução de]: Beatriz Della Costa e Vitória Régia da Silva. [S. l.]: Deezer, Rádio Novelo, Instituto Update, 4 mar. 2023. Podcast. Disponível em: <https://deezer.page.link/kXCRCwiYFuN2R3y26>. Acesso em: 03 nov. 2023. LACAVA, Luiza; SODRÉ, Mônica. Por que é um erro perdoar irregularidades dos partidos? **Revista Piauí**, São Paulo, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/por-que-e-um-erro-perdoar-ilegalidades-dos-partidos/>. Acesso em: 14 out. 2023.

LEHER, Roberto. Eleições de 2014 no Brasil: classes e projetos em disputa. **Blog Marxismo21**, [s. l.], p. 1-20, 2014. Disponível em:

<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/11/Eleicoes-classes-e-projetos-em-disputa-R-Leher.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

LUPION, Bruno. A lei que virou meio para constranger opositores do governo. **Portal DW News**, São Paulo, 19 mar. 2021. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/lei-de-seguranca-nacional-vira-meio-para-constranger-opositores-do-governo/a-56934688>

<https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111>. Acesso em: 02 out. 2023.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

MALTA, Renata; SANTOS, Suyene. Bela, recatada e “do lar”: uma análise no discurso da matéria que pautou o debate de gênero nas redes sociais. **Revista de Comunicação e Cultura da UFBA**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 446-462, maio/ago. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/17800/15111>.

Acesso em: 21 jul. 2021.

MALTA, Renata.; GÜENAGA, Tatiana; LISBOA, Aline; ARAÚJO, Iasmim. Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 36, n. 3, p. 843–866, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030001>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARASCIULO, Marília; MONTEIRO, Luiza. Como (e por que) a pandemia afetou de forma desproporcional as mulheres. **Revista Galileu**, São Paulo, 08 mar. 2021. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2021/03/como-e-por-que-pandemia-afetu-u-de-forma-desproporcional-mulheres.html>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

MARQUES, Rosa Maria. Brasil: direita, volver!. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 52, p. 10-38, 2019. Disponível em:

<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/522>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho. Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 98, p. 1-24, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/yKCytTkSt4RfdHd4W3SLZBb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil**. São Paulo: Autêntica, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 18, n. 3, 2010, p. 653-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VXvt64f7BzmgKcvxdmQR8Zr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

MORAIS, Pâmela. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela?. Politize, [s. l.], 23 nov. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 01 out. 2023.

MORITZ, Maria Lúcia. As Vereadoras das Capitais Brasileiras: um balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996–2016). **Revista Científica Gênero na Amazônia**, [s. l.], n. 15, p. 33-48, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29327/22094.15-2>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MORITZ, Maria Lúcia; SCHUTZ, Rosangela. Quando as mulheres são bem votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010. **Revista Gênero na Amazônia**, [s. l.], n. 04, p. 123-152, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/rcga.v0i4.13167>. Acesso em: 03 nov. 2023.

NETO, Gilson Arão. Meios de Comunicação e os atalhos na carreira política: Entendendo os outsiders a partir das eleições 2018. In: V SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES, 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2019. v. 1. n. 5. p. 1-16.

NEOLIBERALISMO, precarização e ideologia de gênero/Flávia Biroli. São Paulo, [s. n.], 2020. 1 vídeo (7min). Publicado pelo canal TV Boitempo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9J-ty18uM5s&ab\\_channel=TVBoitempo](https://www.youtube.com/watch?v=9J-ty18uM5s&ab_channel=TVBoitempo). Acesso em: 03 nov. 2023.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

O GIGANTE acordou, mas voltou a dormir. Blog do Sócio. **Carta Capital**, São Paulo, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-socio/o-gigante-acordou-mas-voltou-a-dormir/> Acesso em: 22 de outubro de 2023.

O MÊS que não terminou. Direção: Francisco Bosco; Raul Mourão. Produção de Kromaki. [S. l.]: Kromaki, 2019. Documentário (90 min).

OHANA, Victor. Acredito, RenovaBR e Fundação Lemann: renovação ou infiltração? Movimentos de renovação e organizações de formação política provocam choque interno com partidos no Congresso Nacional. **Carta Capital**. São Paulo, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acredito-renovabr-e-fundacao-lemann-renovacao-o-u-infiltracao/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PALAVRAS de mulher. Direção: Maria Lorena; Marina Hodgson. Produção de TV SENADO. [s. l.]: TV Senado, 2018. Documentário (41 min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9vknN09wuTw&ab\\_channel=TVSenado](https://www.youtube.com/watch?v=9vknN09wuTw&ab_channel=TVSenado). Acesso em: 03 nov. 2023.

PANKE, Luciana. **Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências**. Paraná: Editora UFPR, 2017.

PASSARINHO, Nathalia. PSDB pede a TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. **Portal G1**, Brasília, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>. Acesso em: 19 set. 2023.

PICUSSA, Roberta; SOUZA, Renan Arnon de; CODATO, Adriano. Estabelecidos, outsiders e renovadores: mensurando a lealdade partidária dos deputados federais eleitos em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], n. 41, p. 1-32, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.41.267142>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PLEYERS, Geoffrey. Ativismo das ruas e on line dos movimentos pós-2011. **Lutas Sociais**, [s. l.], v. 17, n. 31, p. 87-96, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25725/18361>. Acesso em: 18 set. 2023.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE. **Site oficial da Polícia Civil do Estado de Sergipe**. 2019. Descrição institucional do Departamento de Crimes contra a Ordem Tributária e Administração Pública – Deotap. Disponível em: <https://www.policiacivil.se.gov.br/departamentos-orgaos/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SANTANA, André. Bolsonaro desejou 30 mil mortos pela ditadura, covid multiplicou por 10. **Portal Uol**, São Paulo, 28 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/andre-santana/2021/03/28/bolsonaro-desejou-30-mil-mortos-a-pandemia-multiplicou-o-numero-por-10.htm>. Acesso em: 02 out. 2023.

SARMENTO, Rayza; ELIAS, Maria Ligia; MARQUES, Gabrielle. Entre o 8 de março e o Dia das Mães: as pautas das deputadas ‘de direita’ no Instagram. *In: 45º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 2021. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2021. p. 1-32.

SARMENTO, Rayza; MASSUCHIN, Michele Goulart; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Comunicação e política no Brasil: um panorama recente. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [s. l.], n. 95, p. 1-39, 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/118>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SCHULZ, Rosangela; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias**, [s. l.], v. 17, p. 370-402, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-017003921>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SILVA, Mayra Goulart da; MACHADO RODRIGUES, Théofilo Codeço. O Populismo de direita no Brasil. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021. Disponível em:

<<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098/32436>>. Acesso em: 02 out. 2023.

SILVEIRA, M. N. B. da. Delegadas de polícia: profissionalismo e gênero. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. DOI: 10.5216/sec.v14i1.15689, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/15689> . Acesso em: 5 nov. 2023.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Revista Novos Estudos - Cebrap**, [s. l.], n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp>. Acesso em: 03 nov. 2023.

UNICEF. Gênero vs Sexualidade: entenda a diferença. [S. l.], 04 jul. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/genero-vs-sexualidade>. Acesso em: 01 out. 2023.

YACCOUB, Hilaine. A chamada "nova classe média": cultura material, inclusão e distinção social. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 197-231, jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/L8Xf89fNGTvgHkLr9X6vfSw/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 03 nov. 2023.

**APÊNDICE A – ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM O JORNALISTA E PUBLICITÁRIO CARLOS CAUÊ, ESTRATEGISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DA CAMPANHA DE**

## **EDVALDO NOGUEIRA E KATARINA FEITOZA À PREFEITURA DE ARACAJU EM 2020**

Mulher e delegada: gênero e relações de poder em processos eleitorais sergipanos

**Entrevistadora:** Eloisa Galdino.

**Data:** 25 de setembro de 2023, 16h.

**Local:** Secretaria Municipal de Comunicação/Centro Administrativo Aloísio Nunes

**Tempo de gravação:** 1h

### **Apresentação:**

Carlos Cauê, estrategista da campanha de Edvaldo Nogueira e Katarina Feitoza. Nós vamos para uma entrevista em profundidade sobre o processo eleitoral de 2020.

**Eloisa:** Cauê, primeiro eu lhe agradeço por você ter se disponibilizado a conversar comigo. Eu preparei um roteiro a partir de estudos do que foi produzido na campanha e, inclusive, também do que apareceu nas mídias sociais, no perfil de Katarina, no próprio perfil do prefeito Edvaldo Nogueira, assim como na maneira como alguns veículos de comunicação fizeram a leitura daquele processo eleitoral.

1. O senhor tem uma longa e exitosa trajetória como estrategista de campanha política e criativo de campanhas. Poderia resgatar e falar a respeito de suas impressões sobre as especificidades do processo eleitoral de 2020 em Aracaju?

**Cauê:** Então, você veja que Edvaldo em 2020, depois de um longo processo de disputa interna, ele sagrou-se como candidato de um agrupamento político, um agrupamento que tinha o governador do estado, que era Jackson Barreto. Aliás, você está me falando de 2020, desculpe. Eu tinha imaginado 2016.

**Eloisa:** Mas era Jackson Barreto.

**Cauê:** Isso! Era Jackson, isso mesmo. 2020, né?

**Eloisa:** Só para lhe ajudar: é que em 2020 a gente tinha também a possibilidade de Zezinho Sobral ser candidato a prefeito pelo PMDB.

**Cauê:** Isso é 2016, Elô.

**Eloisa:** Ah, é!

**Cauê:** Isso que estou tentando corrigir. Então 2016, né? 2020 já é a reeleição de Edvaldo. Então Edvaldo já era um candidato natural, né? E aí, na verdade, o processo, como já havia um natural e com, digamos assim, um nível de aceitação, de aprovação claro na sociedade, né? Você tinha sempre uma posição, mas os níveis de aprovação da gestão, do próprio candidato, já estavam estabelecidos, ou seja, não

havia discussão sobre se o pretendente principal, digamos assim, seria ele ou não, né? Ele era o candidato natural à sua própria reeleição.

A discussão, então, pairou sobre quem seria o vice. Então, de uma certa forma, se você ver, houve uma mobilização interna, dentro da própria coligação, pra saber quem seria o vice. Você veja que apareceram nomes como Jorginho, né?! Apareceram outros nomes. Zezinho Sobral não, já não era mais ali, mas dentro da própria coligação apareceram outras possibilidades e nomes; não estou lembrado de outros agora não. E, em determinado momento, alguém disse a ideia de que era preciso ter uma mulher, então em algum momento isso já ficou muito claro, até mesmo pela crescente inserção feminina que havia. Aliás, o incessante clamor de ocupação do espaço feminino. Então, a ideia de que uma mulher completaria a chapa, daria à chapa um diferencial eleitoral de competitividade maior, que se estabeleceu logo cedo.

Se pensou em alguns nomes, chegou-se a cogitar você, vários nomes. Até que alguém disse: "Eu acho que poderia ser Katarina". Acho que a primeira pessoa Katarina foi Jackson Barreto. Aliás, ele falou comigo na casa dele que o nome de Katarina seria um grande nome. Isso muito cedo, muito cedo mesmo. A discussão ainda não tava, digamos assim, efervescente; quando chegou em determinado momento, o governador Belivaldo, aí bota o nome de Katarina na roda e com a força de ser uma indicação do governador. Belivaldo era o governador de 2018; 2020 ele bancou essa discussão. E ele sendo do PSD, de uma certa forma também acalmou os ânimos internos do PSD e prevaleceu a indicação dele.

Na época, inclusive, a discussão dizia: primeiro, é uma mulher. Nós temos como a principal adversária uma mulher. Então é importante ter uma mulher como presente na chapa, já que Edvaldo é um homem, precisaria então que a chapa tivesse uma mulher. Segundo, tinha uma discussão, já antevíamos que a principal oponente, a Delegada Daniellle, ela iria usar da prerrogativa de ser delegada para tentar afirmar-se ainda no fulcro do movimento que se iniciou em 2018, daquele movimento que surgiu de força de policiais, até de promotores e tudo, na política.

E aí o fato de Katarina também ser delegada, era de uma certa forma uma anulação que se estabelecia, né? Por essa prerrogativa, por essa, digamos assim, qualidade que Daniela iria exhibir, e mais ainda, tinha sim uma certa discussão pelas trajetórias das duas. Ambas delegadas têm papéis muito diferentes, a imagem das duas, digamos assim, dentro da sociedade e da própria corporação era muito diverso. A delegada Daniela ela sempre foi uma delegada muito mais dura, muito mais, digamos assim, pouco solidária com os colegas, tinha entrada, inclusive, em discussões muito complicadas; enquanto que Katarina tinha, sempre teve, uma performance muito mais sociável, embora sem negligenciar o papel de delegada que ela sempre teve. Note-se que ela chegou à delegada-geral do estado. Ela foi delegada-geral do estado, então ela comandava os delegados todos, ela chegou a um ponto muito importante.

Então todos esses atributos davam a ela essa qualidade que nós buscávamos para, de uma certa forma, nos contrapor, ainda, ao resquício desse processo lavajatista, que aflorou os delegados e tudo mais, e ao mesmo tempo completar pela condição de gênero que ela trazia pra chapa.

**Eloisa:** Em minha primeira pergunta, o senhor me dá pistas, assim, muito claras, do que eu tinha preparado no roteiro, e eu quero só voltar um pouquinho, porque quando o senhor fala de 2018, a eleição de Alessandro Vieira pro Senado, a eleição de Jair Bolsonaro para Presidência da República, aquela onda do lavajatismo, isso teve reflexo no processo da pré-campanha em Aracaju?

**Cauê:** Teve, teve sim. Nós todos, e ainda estávamos sobre régia daquele processo com variadas posições. Havia os que achavam que aquilo já era um fenômeno determinante, que iria determinar as eleições subsequentes de 2020. Havia pessoas, por exemplo, que não, que achava que pelos próprios resultados do Governo Federal, Jair Bolsonaro, pela própria postura errática dele no governo, já havia na sociedade uma certa desconfiança, não seria mais assim, uma coisa impositiva; aquele, digamos assim, uma práxis que as pessoas aceitariam de modo em Totem, universal, integral, não. Aí considerávamos que ia valer muito a qualidade dos candidatos que estavam em disputa, era nisso que sempre apostamos, foi exatamente nisso que apostamos na candidatura de Edvaldo; ou seja, pensávamos na contribuição que ele havia dado à sociedade aqui, ele enquanto gestor, e isso era o principal trunfo. Associado a essa coadjuvância com Katarina, ou seja, achávamos que aquilo ia representar realmente um fator competitivo diferenciado, mas, lembre-se que a gente chegou em 2022 ainda com esse processo muito antagônico, um antagonismo muito grande. Inclusive, nos dois últimos anos, sobretudo, no último ano, houve uma exacerbação muito grande, né? A perspectiva de perder o governo, pelos bolsonaristas, deu a eles uma ênfase muito grande, deu a eles um combustível de briga muito grande na sociedade, né? Tivemos uma das eleições, aliás, a eleição, talvez, mais acirrada dos últimos tempos, haja vista, inclusive, os processos eleitorais de 2022. Mas havia essa apreensão, tanto que, de uma certa forma também, veja: o fato de você ter ela como delegada, embora ela nunca tivesse tido um cargo público eleitoral, tivesse tido mandato em nada, mas o fato dela ser delegada botava um pouco em dúvida, porque nós, do ponto de vista eleitoral, nos interessava ter eleitores de esquerda, ter eleitores que confiassem na esquerda, mas ter eleitores também bolsonaristas que, por equívoco, por convicção, que não se antagonizassem com Edvaldo pelo passado de esquerda que ele tivesse, nem nada. Mas a presença dela ali também ia sinalizar um pouco com ele. "Mas ele tem uma delegada ao lado", ou seja, como ainda estava num cipoal muito grande de confusão, transitamos nessa dualidade, transitamos conscientemente nessa dualidade.

**Eloisa:** Por exemplo, em dezembro de 2019, Danielle, ela anuncia o ingresso no Cidadania, e cria-se uma grande movimentação na cidade, exatamente em torno dessa pré-candidatura dela. Então eu queria só dar um alinhamento aqui: como é que a campanha, o núcleo da

pré-campanha, viu aquela movimentação e esse burburinho em torno do nome dela? E só para confirmar: a chegada de Katarina na candidatura, à campanha, à chapa de Edvaldo Nogueira, foi também uma resposta a essa presença de uma delegada como pré-candidata?

**Cauê:** É, o principal elemento para disputa municipal sempre foi a construção que o primeiro mandato de Edvaldo tinha conseguido fazer, esse sempre foi central. Mas nós estávamos num ambiente muito confuso, ideologicamente, politicamente, essa coisa toda. A chegada de Katarina vem de uma certa forma para responder um pouco a isso, ela também responde a isso, né? Ela responde nos dois sentidos. Repare como é delicado, porque responde em dois sentidos. Responde aquilo que a adversária poderia apresentar como prerrogativa de qualidade para se qualificar na disputa e responde também ao conturbado ambiente político que o país vivia, que Sergipe vivia, que Aracaju vivia, para não fazermos uma campanha de direita contra esquerda, para não cair nesse maquiavelismo, nessa polarização.

**Eloisa:** E quais foram os principais argumentos comunicacionais para defesa de Edvaldo e Katarina?

**Cauê:** A primeira, a questão de gênero: um homem e uma mulher. Um homem já testado, um homem que estava sendo candidato pelo seu quarto mandato, já tinha sido prefeito três vezes, eleito duas vezes, testado com serviços prestados à sociedade ao lado de uma mulher, também com uma trajetória de sucesso, uma trajetória de firmeza, uma trajetória de comando, uma trajetória, digamos assim, muito dentro da expectativa que o movimento trazia para Aracaju, trazia para a sociedade naquele momento.

**Eloisa:** Percebe-se ainda na pré-campanha um destaque meio grande à questão de Katarina delegada, por exemplo, tem uma peça para as mídias sociais, 12 ações da delegada Katarina Feitoza, e ali há uma predominância das ações dela na segurança pública, foi uma estratégia desenhada para "linka-la" com a área na qual ela tinha construído a carreira dela?

**Cauê:** É, foi. Veja, na verdade, aí era uma área inevitável, porque ela é da segurança pública, ela veio da segurança pública e passou por diversos cargos na segurança pública. Então, o que ela tinha para ofertar à sociedade era exatamente isso, era que, digamos assim, o resultado da sua ação enquanto agente de segurança pública. Então, é inevitável tratar disso, embora nós sabemos que isso, na certa forma, também anulava aquilo que a outra candidata poderia apresentar como prerrogativa de qualidade.

**Eloisa:** E aí a gente fala de um papel social de Katarina, que é o fato dela ter construído a carreira como delegada, e o outro papel social: Katarina mulher, como ele foi tratado?

**Cauê:** Também como mãe, como esposa. Isso não chegou, tem um aspecto que não chegou a ser tratado, que não deveria ser colocado no plano exterior. Katarina é

espírita. Em uma primeira entrevista que tive no começo com ela, eu pude perceber quem era o ser humano por trás daquela mulher, uma mulher que, por exemplo, vê as coisas como missão na vida. Interessante isso, foi o primeiro contato que eu tive com ela, fiz aquela longa entrevista para saber como é: "E aí, Katarina, como é? Com uma família assim, muito unida, que tem um irmão assim, tem um filho...". E aí, a gente vai conversando com ela: "Mas, Katarina, você nunca assumiu, nunca entrou na política, sua forma sempre foi na polícia, sempre fez um trabalho assim, como é que você vê isso?". E ela disse assim – eu não vou conseguir repetir direito as palavras. Mas o que ela quis dizer foi o seguinte: “Se isso chegou para mim é porque os deuses, o universo, quis me botar isso como um desafio e eu não tenho direito de recusar”. Ela respondeu assim: "Eu não tenho o direito de recusar". E foi quando ela disse "Eu sou espírita, confio muito nisso", digamos assim, no emolduramento que o ser humano tem, de seres de luzes que ajudam, sabe? "Então eu não posso, eu acho que é uma missão que eu tenho que cumprir e eu não posso fugir disso".

Foi muito bacana conseguir perceber, eu consegui perceber aquele ser humano que tava ali. Quer dizer, ela tinha tudo para ser aquela delegada prepotente, autoritária, dura, mas não; e todo mundo que conhece Katarina, inclusive, diz isso: "É de uma doçura, é de uma qualidade de lidar com o ser humano muito espetacular". Tanto, veja, que acho que o crescimento dela durante a dela durante a campanha e posterior, onde ela chega as pessoas se encantam, sabe? Por conta disso, porque tem mesmo dentro dela, né? É interessante, repare como a política é; a política tanto pode ajudar aquilo que você tem de bom a revelar, tanto como aquilo que você tem de ruim, e no caso dela, pegou aquilo que era de bom, digamos assim, a pedra bruta da humanidade dentro dela e lapidou. Ela é uma pessoa cada vez mais amável, mais sociável, mais querida, mais carismática. Pronto, é isso. Talvez, eu não sei, porque nunca trabalhei com ela, nunca convivi, mas todo mundo fala muito bem dela, e é impressionante ver o carisma que surgiu de dentro de Katarina e a empolgação com que ela de entregou a tarefa, que é um outro componente muito interessante.

**Eloisa:** No outro exemplo, uma peça mostra ações de Edvaldo e Katarina na área de segurança, ele como prefeito, ela naturalmente como delegada, como se a parceria entre os dois fosse algo que Aracaju precisava. A pergunta é: existiam pesquisas que apontavam a importância dessa área naquele processo eleitoral específico ou a atmosfera da disputa, com as três delegadas fazendo como candidatas levava nessa direção?

**Cauê:** Eu acho que mais, Eloisa, mais a atmosfera do ambiente, sabe? É claro que se você perguntar se a segurança é importante para qualquer cidadão, ele vai dizer que é importante, né? Eu sinceramente não me lembro agora se alguma pesquisa, se a gente tem alguma pesquisa, posso até ver isso, se tem alguma pesquisa que tenha embasado essa decisão; mas não acredito que sim, até porque não vivíamos, ou não vivemos, um momento tão catastrófico assim em Aracaju, de segurança, que necessitasse disso. Eu acho que era mais pra fortalecer aquilo que o ambiente político trazia. Na verdade, o ambiente político, sim, cobrava uma presença, é como

se houvera governado alguma coisa e que precisasse de uma certa ordem, de uma certa força, isso foi muito importante mesmo pra construção da estratégia.

**Eloisa:** E quando a gente pensa em estratégia, vou lhe falar assim, até porque isso não tá no roteiro. Mas eu percebi nos vídeos que, à medida que a campanha caminhava, ela parecia mais leve. E aí vocês pararam de falar de segurança pública e ela foi falar do câncer de mama, da questão da condição dela como mulher.

**Cauê:** Exatamente isso, porque, claro, se no primeiro momento havia como resposta digamos a um ambiente político, meio que tóxico, meio que complicado, você tinha necessidade de afirmar uma dupla, que tinha, pelo menos um dos pólos um pólo de força, né, inclusive, em contraposição ao outro pólo, que era só força. A partir de determinado momento, quando você ver uma certa forma assim, aconteceu o que eu achava que ia acontecer. Aquilo que a gente tinha preocupação de ser o elemento decisivo da eleição, não estava mais presente, ele pouco a pouco ele foi se dissolvendo, pouco a pouco ele foi se dissolvendo, o que deu chance de você enveredar mais para o aspecto mais de gênero da nossa candidata a vice e o aspecto humano dela.

Note-se, inclusive, que em determinado momento a postura, digamos assim, agressiva, militar de Danielle, precisou ser combatida, e todo mundo começou a dizer que aquele negócio tava chato demais, ela tá muito braba assim, e ela começou a mudar, ela começou a mudar.. Quer dizer, ela saiu daquela mulher que estava prestes a sacar uma arma para atirar em todo mundo, para uma mulher que tentou ir para o lado mais feminino, mais não sei o quê, mas veja, aí já era tarde.

**Eloisa:** Em eleições de mandatários, eleições majoritárias, especialmente de candidatos à reeleição, observamos que os argumentos se dividem em três frentes: defesa de um presente bom e um futuro melhor, ataque e exortação das qualidades da chapa e da gestão municipal em disputa. Nessa tríade, onde melhor se encaixava Katarina e de que forma? O que eu tô querendo dizer é o seguinte: existe uma metodologia, que é de Marcos Figueiredo, em que ele coloca a possibilidade da defesa do legado e do ataque do adversário, quando essa estratégia é necessária. Mas pensando naquela campanha, onde Katarina se encaixou? Ela precisou fazer a defesa da gestão, por exemplo?

**Cauê:** Não, não, não tanto assim. Ela era, digamos assim, eu acho que ela foi mais apresentada com: "Olha, você já tem um prefeito que tá dando respostas positivas à sociedade e agora esse prefeito vai ter ao lado dele uma mulher que vai ajudá-lo a fazer bem melhor", ou seja, a defesa do presente em uma perspectiva de futuro melhor, é nesse aspecto.

**Eloisa:** "Delegada do bem, que não dá trela para o crime e nem criminaliza a vida". Assim Katarina foi apresentada no horário eleitoral gratuito, as imagens dela em ação fortalecem essa mensagem e a fala dela sobre ter aceitado o convite para ser vice tem relação com a

defesa da gestão e para avançar nessa direção. Temos uma estratégia de comunicação que exalta a delegada mulher como central e por quê?

**Cauê:** Não, ela sempre foi, digamos assim, sub-reptícia, né? Primeiro porque ela já era delegada, conhecida como Delegada Katarina. Então, nós não precisávamos aportar muita coisa, né? Naquele primeiro momento, onde ainda não se tinha muito claro qual o valor, qual a premissa, digamos assim, que iria definir de forma melhor a eleição; aí nós temos elementos, por exemplo, quando a gente trata da biografia dela, a gente ressalta os aspectos da vida como delegada, a formação dela, ela fazendo cursos, dela em ambientes assim, mas a ideia mesmo de trabalha-lá como delegada não. Até porque, embora nós soubéssemos que ela correspondia, ela atuava no inconsciente das pessoas com um antagonismo à Danielle, mas nós não queríamos que ela fosse isso, porque não queríamos que ela fosse como uma resposta a isso. Ela era, mas nós não apresentávamos como sendo.

**Eloisa:** Certo. A condição dela de delegada era como uma, digamos, uma reserva argumentativa. Ela era delegada porque tinha outra mulher candidata que era delegada?

**Cauê:** Funciona mais assim, Eloisa, delegada por delegada nós temos a nossa, se a questão é delegada nós temos a nossa. E aí, veja, veja os atributos que a gente diz: "Delegada do bem, que não dá ousadia ao crime".

**Eloisa:** "nem criminaliza a vida".

**Cauê:** "nem criminaliza a vida".

**Eloisa:** É forte.

**Cauê:** Pronto, repare que tem três conceitos, três valores formidáveis aí contidos: delegada do bem, primeiro: não é uma delegada do mal, não é uma delegada matadora, que despreza a vida. Que não dá ousadia ao crime, ou seja, não negligencia com as suas funções, mas também não criminaliza a vida, tá de bem com a vida, tá de bem com o amor, essas coisas todas.

**Eloisa:** Em outra aparição de Katarina, ela diz: "Ao lado de Edvaldo, vou colocar minha experiência de 19 anos na Polícia Civil, como delegada, para ajudá-lo a proteger nossos cidadãos. Eu conheço a preocupação de Edvaldo com esse tema, e agora vamos trabalhar juntos para fazer mais pela segurança". Essa pauta era tratada para, de alguma maneira, blindar adversários?

**Cauê:** Sim, sim, sim. Essa pauta tratada como uma resposta à sociedade e a quaisquer manifestações de necessidade que a sociedade tivesse de proteção, de segurança, né? De, também, aí puxar, digamos assim, valorizar a trajetória dela como agente público de segurança, valorizar isso, e de uma certa forma dizer: "Olha,

o fato de outras candidatas estarem sendo delegadas não significam que podem fazer mais do que nós, do que estamos fazendo". Veja que ela diz: "Conheço a preocupação de Edvaldo com este tema", ela diz assim "Edvaldo tá nisso, nós já conhecemos isso, e eu vou ajudá-lo mais".

**Eloisa:** Eu vou voltar um pouquinho para a pré-campanha, para lhe pedir um comentário em uma leitura a respeito de um certo embate em programas de rádio, entre Katarina e Daniela, um pouco antes da homologação das candidaturas. Eu vou voltar isso porque pareceu com o anúncio de Katarina, pareceu que as delegadas fossem protagonizar a campanha, e isso é muito a cena. O que esse ambiente apontou para o núcleo da campanha, para Cauê?

**Cauê:** Pronto. Primeiro, nós nunca queríamos uma briga de delegadas, nós queríamos ter a nossa delegada ao lado, felizmente uma delegada com todos esses atributos que a gente conversou até agora, ou seja, uma delegada que não se extinguiu na delegada, uma candidata que não se extinguiu na delegada, mas que tinha tantas outras coisas; que é espírita, que é humanista, que é mulher, tem essa coisa toda assim, nós queríamos isso, não queríamos de jeito nenhum fazer essa briga, não queríamos que houvesse essa coisa; tanto que não deixamos que isso acontecesse. Na verdade, o que acontece? Isso é mais uma manifestação do passado delas como delegadas, porque Katarina, inclusive, substituiu em algum momento, teve algum momento com Daniela, na trajetória das suas vidas, como agente de segurança. Katarina chegou, tinha aquela questão de...

**Eloisa:** alguma disputa interna.

**Cauê:** Eu acho que teria alguma coisa assim, sabe? Que as diferenciava, a diferença entre elas, inclusive, já existiam lá, no exercício efetivo de suas funções como delegada, aquela coisa de que, foi uma coisa de que também Daniela tentou fazer: "Eu lutei contra a corrupção e ela depois veio", parece até que ela foi demitida, né?! Aí ela veio e assumiu, uma coisa assim. Então veja, na verdade, esse bate-boca que aconteceu, ele tinha mais a ver com o passado do que com a construção que nós queríamos fazer, tanto que não permitimos que isso acontecesse. No outro, depois disso, nenhum momento que as duas estivessem, nada disso. Algumas das orientações era o seguinte: "Katarina, desconheça Daniela. Você já é delegada, você já sabe, então pronto, não tem problema. A única coisa que tem é que você é delegada e ela também é, mas desconheça completamente, desconheça".

**Eloisa:** Como o senhor encarou o fato da candidata Danielle Garcia, já no primeiro programa, desafiar o prefeito Edvaldo Nogueira para um duelo? Eu acredito que houve uma associação entre a vinheta de abertura do programa dela e o direcionamento, acho que foi uma semana, cinco programas seguidos, em que vinha uma vinheta, que remetia a essa ideia de duelo depois dela desafiar o prefeito.

**Cauê:** É infantilidade política, eu acho que é infantilidade. Infantilidade política e infantilidade de marketing, sabe? Porque você veja, aquilo não resultou em nada, aquilo só fez com que as pessoas começassem a ter antipatia com ela. Todo dia fazer isso. Aí os *chistes*, né? Os memes: "Ah, vai chamar pra um duelo lá fora, vai pegar em armas, não sei o que". Repare, uma coisa mais atrasada, do ponto de vista, inclusive, do processo civilizatório que a humanidade viveu. Uma coisa muito atrasada, não se resolve mais as coisas assim.

**Eloisa:** Agora, muito associado com a cena nacional, né? Com personagens da política.

**Cauê:** Exatamente, mas, veja, como não acreditávamos que aquilo seria, tínhamos dúvidas, mas não acreditávamos, eu, por exemplo, que aquilo ia prosperar, não demos trela, deixamos ela falando sozinha durante muito tempo, e chegou à exaustão. As pessoas já não aguentavam mais, chegou em determinado momento que as pessoas diziam: "Não aguento mais essa delegada, que mulher agressiva, que coisa feia". Inclusive, tirando disso, repare que erro ela caiu, né? Porque ela tirou dela, inclusive, uma qualidade que é, digamos assim, classicamente conhecida da mulher, de ser mais afável, de ser mais carinhosa, de ser mais cuidadora, ela não teve isso, ela abriu mão de um conjunto, de um rosário de qualidades associadas à mulher, embora seja, digamos assim, uma sociedade que são muitas vezes errônea, ou até muitas vezes diminuidora, né? Mas, veja, abriu mão disso para ter uma característica de agressividade, de força e tudo mais assim.

**Eloisa:** Nem sempre é fácil avaliar com clareza qual o grau de importância no que diz respeito à presença de uma pessoa ou de outra no processo eleitoral, em uma chapa, mais especificamente nessa campanha de 2020, seria possível falar sobre o grau de importância para comunicação dessa vice Katarina, dessa mulher e delegada?

**Cauê:** Então, veja, eu acho que primeiro é possível dizer que ela tem uma importância grande, né? Ela tem importância grande porque ela reunia em si elementos que nos vacinavam dentro de um ambiente que ainda estava confuso, dentro de um ambiente cujo torvelinho de valores, de primícias, estava tão confuso que a gente não sabia pra onde isso ia convergir, ou seja, não sabíamos que aquela sopa de letrinhas que tinha ali, qual era a letra que ia definir o processo, ou que ia, pelo menos, ganhar mais relevância. Então, ela já tem importância por isso, ela é mulher e ela é delegada, ou seja, ela nos vacina contra uma onda que tava muito grande e a gente não sabia se essa onda ia prevalecer ou não. Aí, tem uma medida em que essa onda – repare como é interessante – porque se Katarina fosse só a antagonista de outra delegada, ela tinha se exaurido ali nesse papel, como ela reunia em si várias outras qualidades que nós conseguimos detectar e, a partir de determinado momento, veicula-lá, difundi-lá, apresentá-la à sociedade, ela foi ganhando apoio da sociedade. Ela sai da eleição muito grande, muito forte, o papel dela, por exemplo, o papel que pouca gente consegue perceber, porque também, é claro, os atos de ruas, o nível de simpatia que as pessoas aderiram à Katarina e o

modo como ela, inclusive, aceitando aquela missão, que ela disse que ia aceitar, ela se entregou à missão, sabe? É fantástico. Katarina fica dançando em cima do trio, a vontade pra caramba, sabe? A vontade, as pessoas virem ela descer, e beijar. Não parecia uma pessoa que – você conhece muito bem a prática política – não participou de longas datas políticas.

Jackson, por exemplo: "Meu Deus, como ela tá solta! Cauê, ela tá solta demais, ela tá ótima". Assim, comentários assim como esse, de tal qual o nível de bem-estar, de a vontade que ela estava no processo eleitoral. Impressionante.

**Eloisa:** Você consegue tocar no ponto que é a sequência dessa pesquisa, Cauê, porque, assim, começa em 2020, mas naturalmente tem um fio para 2022, porque ambas se firmam no ambiente da política, e aí eu queria terminar essa conversa nossa com você fazendo também uma leitura dos espaços que elas pleitearam 2022, que é muito recente, ano passado. O que você diz sobre o final do processo, talvez tenha chegado, tenha tido consequências dois anos depois, a partir do momento que ambas se colocam para população novamente, no processo eleitoral e, assim, duas delegadas do povo, numa disputa. Katarina disputou uma vaga na Câmara e Danielle foi candidata ao Senado. Você tava acompanhando esse processo, naturalmente; como é que você viu isso e se tem um link com aquela disputa inicial, com esse momento em que elas se lançam para esse mundo da política?

**Cauê:** Esse link é inevitável, porque é o que elas são, né? Eu acho que tem alguns aspectos diferenciadores, eu acho que um aspecto diferenciador é exatamente a singularidade de cada uma, acho que esse aspecto diferencia cada uma delas. Um outro aspecto que diferencia é uma coisa que na política é muito importante, chama-se grupo; você veja que Danielle passou por uma, digamos assim, trajetória errática de grupos, mais afastada, depois rompeu, depois foi para cá, depois foi para lá, ou seja, ela teve uma trajetória mais errática, né? E Katarina não, Katarina saiu da vice-prefeitura pra ser uma candidata a deputada federal do mesmo grupo, com a formação igual ou até um pouco maior, com o núcleo desse grupo mantido, então isso dá muita força a ela. Imagine quantas pessoas ela não, digamos assim, seduziu, nos anos em que ela foi vice. Se ela tivesse rompido com esse grupo, talvez ela não tivesse a mesma chance, entendeu? A força do grupo aí tem uma importância muito grande, né? Que se casa muito bem com aquilo que ela é, e que demonstra, inclusive, mais uma vez, a qualidade dela, essa qualidade de ser coerente, essa qualidade dela ser leal, aos amigos, às pessoas, ao grupo, então é um pouco disso. É claro que aí tem uma diferença também, uma coisa é você concorrer a uma vaga – se bem que essas eleições para deputado federal, a última eleição foi difícil demais, né? Porque as regras que se estabeleceram para deputado federal era quase uma eleição majoritária, mas, de qualquer forma, o número de votos que você precisa de uma coisa pra outra não são os mesmos – aí eu acho que o fato de Danielle não ter mantido um grupo, sabe? Que fosse reafirmando cada vez mais os seus pensamentos, a sua trajetória política, os seus interesses políticos e a sua, digamos assim, as suas consignas políticas de mudança e tudo mais assim, eu acho que é o fato dela não ter

preservado isso, não ter tido isso, finda com ela, ela ranqueou diversas pesquisas em primeiro lugar durante muito tempo, sem conseguir manter-se assim.

**Eloisa:** Você fala de 2022 ou 2020?

**Cauê:** 2022.

**Eloisa:** Em 2020 ela chegou a liderar pesquisas?

**Cauê:** Não, nunca chegou, nunca chegou a liderar pesquisas.

## **FEITOZA, ELEITA VICE-PREFEITA DE ARACAJU EM 2020, AO LADO DE EDVALDO NOGUEIRA**

Mulher e delegada: gênero e relações de poder em processos eleitorais sergipanos

**Entrevistadora:** Eloisa Galdino

**Data:** 29 de setembro de 2023, 11h.

**Local:** Escritório de Representação Parlamentar do Mandato Edifício JFC, sala 202

**Tempo de gravação:** 1h20

**Eloisa:** Eu quero começar pedindo seu consentimento para usar essas informações na dissertação de conclusão do mestrado no curso de comunicação da Universidade Federal de Sergipe.

**Delegada Katarina:** Concedida, permissão concedida.

**Eloisa:** O título é: "Mulher e delegada, gênero e relações de poder em processos eleitorais sergipanos."

1. Deputada Katarina, depois de anos com uma carreira consolidada como delegada de polícia, o que a motivou a disputar um mandato e entrar na vida política? Como se deu esse ingresso ou convite?

**Delegada Katarina:** Pronto, em primeiro lugar, nunca foi um desejo meu entrar na política partidária. Eu nunca me vi nesse papel, nunca me enxerguei, é, nesse papel. Então, nunca fiz parte de movimentos políticos, nada disso, toda minha carreira foi enquanto delegada. Eu passei no concurso com 26, 27 anos, mais ou menos, e fiz toda minha carteira dentro da Polícia Civil, dentro da Segurança Pública, nunca almejei, nenhum passou que eu dei na minha carreira, na minha vida pública, foi voltado para política. Nunca pensei nisso, mas hoje, eu vejo que minha vida toda eu fui me preparando, a vida me preparou para estar aqui hoje, é assim que eu enxergo. Todas as dificuldades que eu passei, todas as barreiras que eu tive que ultrapassar, todas as coisas boas também que aconteceram, tudo isso, né, me forjou, tudo isso foi me forjando para estar hoje aqui, como deputada, hoje na política. E, naquele momento, eu era delegada geral já, pela segunda vez, completando aí oito anos, dois períodos, já estava completando oito anos, quando eu recebi o convite do então governador Belivaldo Chagas, do PSD, porque eles queriam que eu me filiasse ao PSD para ser um nome, uma opção do partido, caso houvesse essa junção: PDT, Edvaldo Nogueira, que ia pra reeleição, e PSD, né, como vice; já tava mais ou menos desenhado que o vice seria do PSD. Belivaldo via ali uma oportunidade de ter uma mulher, por questões estratégicas de política e tal, que naquela época eu não entendia muito bem, e seria interessante ter uma vice ao lado de Edvaldo, uma mulher, e que fosse da segurança pública também. E aí, ele me disse que eu era muito bem conceituada, em todo Sergipe, em todo estado, que as pessoas gostavam muito de mim, que meu nome era um nome leve, que eu circulava muito bem.

Nesses anos como delegada geral, eu tive que me relacionar com os entes políticos, porque eu era gestora comandando a Polícia Civil do Estado de Sergipe, então eu tinha que me relacionar com secretários, com governador, com os prefeitos municipais, com todos. E sempre tive essa característica, por isso que hoje eu vejo, quando olho para trás, eu digo que eu sempre fiz política e não sabia que era isso que era fazer política. É você ouvir. Eu sou muito resiliente, então as coisas nem sempre saem do jeito que a gente quer, mas eu sempre busquei compor, "ah, não pode ser desse jeito? Mas vamos pegar ali, vamos agradar, vamos tentar agradar, vamos tentar organizar aqui pra coisa sair mais redonda, essa decisão, essa portaria", qualquer decisão que eu fosse tomar dentro da Polícia Civil, fosse uma delegacia como titular, fosse uma como delegada geral. Então, em matéria de gestão, eu sempre tive esse cuidado de ouvir a todos, de tentar compor para que a coisa saísse mais redonda possível, e isso é fazer política, né? A política é a arte do consenso.

E eu sempre recebi todos muito bem, sempre ouvi, sempre me pus no momento certo, eu sempre pedi muito a Deus que me desse altivez sem me dar arrogância, eu sempre procurei ser altiva sem ser arrogante, e isso foi construindo meu nome. E não só Belivaldo Chagas, como outros entes da política, o próprio Fábio Mitidieri, Jackson Barreto, tantos outros dentro da política foram vendo isso e me chamando, falando que eu tinha esse jeito, né? Felizola, na época era o secretário de governo, secretário geral, tantos outros que vinham me falando isso. Eu tive uma resistência muito grande na época, não quis aceitar, porque eu não me enxergava de jeito nenhum naquele posto, eu tinha uma resistência; não que eu achasse que política não presta, não, não era isso, muito pelo contrário, porque eu me relacionava muito bem com todos eles, era por não me enxergar mesmo ali. "O que que eu vou fazer aqui? Eu sei ser policial, eu sei ser delegada de polícia, o que que eu vou fazer na política? Como é que vai ser isso?". Eu não queria, e aí resisti, só fui me filiar no último dia do prazo, porque Belivaldo insistiu, e aí eu me filiei no PSD, ele disse: "pelo menos se filie, para se viabilizar, pelo menos se filie, isso não quer dizer que você vai aceitar na la frente". E aí, naquele contexto, eu acabei aceitando, por quê? Eu comecei a fazer uma análise junto com a minha família, eu sou mãe de um filho de 23 anos, casada há quase 30 anos, e meu marido naquela época, né? Conversando comigo, ele foi um dos meus maiores incentivadores, e ele dizia assim: "Katarina, aceite, aceite, vá, se realmente se concretizar, aceite ser a vice-prefeita de Edvaldo. Você vive falando de projetos, vive aí com projetos na mão, leva para um gestor, leva para outro, que fala sobre segurança pública, mas que não diz respeito apenas à polícia, você vive falando que segurança pública não é feita só de polícia, que polícia é peça fundamental, mas não é a única, que a gente não pode falar de prevenção sem falar de outras políticas públicas". Pra você ter uma ideia, Eloisa, chega um momento na minha gestão que eu comecei a entrar em searas que não eram propriamente da delegada geral, então pegava os policiais e dizia assim: "vamos hoje, a gente vai georreferenciar todos os pontos do bairro Augusto Franco, a gente vai georreferenciar todos os pontos onde não tem poste com luz acesa, a luz do poste tá apagada, tá carente de iluminação; os pontos de ônibus que já estão nessa situação,

vamos georeferenciar isso tudinho, quero um relatório que eu vou encaminhar, vou sentar com Edvaldo, que é o prefeito, que era prefeito na época, pra conversar com ele."

"Eu quero um relatório, chama o pessoal de inteligência, eu quero um relatório dentro do Santa Maria para entender os espetinhos lá, aqueles pequenos bares, pequenos comércios, que horas fecha, que horas abre, por que tá abrindo três horas da manhã num dia de terça-feira? Porque teve um homicídio naquele local, ali próximo, por que aquele espetinho estava aberto três horas da manhã pra levar também pro prefeito, para a gente sentar e conversar e dizer que os índices de criminalidade aumentam quando a gente tem falta de iluminação pública, por exemplo".

Então assim, coisas que não estavam na minha alçada, não podia acender a luz, não podia mandar, dizer "prefeito, acenda a luz aí, porque estão roubando muito aqui", entendeu? Mas, eu sempre vi a coisa, eu sempre via a segurança pública como um todo, uma coisa sistêmica e não isolada. Então, ele começou a falar tudo isso comigo: "Você sempre não teve esse sonho? De pegar um bairro tipo projeto modelo, onde tudo funcione, onde os melhores profissionais de saúde estejam ali, os melhores professores, onde tem a praça, onde um educador físico esteja ali, pra naqueles horários de pico, de violência, ter uma atividade naquela praça para as crianças, esse tipo de coisa". E aí, eu parei assim e disse: "é verdade". Ele disse: "só na política você vai conseguir isso, você vai conseguir ter voz pra isso, enquanto você não tiver um mandato, enquanto você não estiver na política, você pode até não conseguir, mas as pessoas vão lhe ouvir se você estiver lá; e você vai ter oportunidade de fazer isso, de colocar em prática. Aí eu dizia "Não, mas eu tenho medo desse meio, porque é um meio complicado", e ele disse "Mas a política precisa de pessoas que tenham bons propósitos, então vá, você não depende da política, você não vive da política, você vai viver a política, mas você não vive da política", aí eu disse "Então pronto, então eu vou".

Minha mãe não queria, minha mãe ficou muito nervosa, não queria de jeito nenhum, dizia "você tá tão bem, todo mundo gosta de você e aí você vai ser criticada". Aquele medo de mãe, quando a gente passa a ser vitrine, né, vitrine. E aí, eu fui, gostei, entendi, parece que assim, é como se acendesse aquilo em mim: "Eu nasci pra isso, eu gosto desse contato, gosto de gente, sabe, Eloisa?

Eu sempre gostei muito de gente, e como delegada eu sempre procurei fazer trabalho social, onde quer que eu estivesse. Era em Frei Paulo, então eu procurava me aproximar da comunidade. Apesar de ter que ter um distanciamento no momento da investigação. Então investigou, no inquérito eu tenho que estar distante, né? E isso era meio que uma contradição pra mim: "Meu Deus, eu gosto tanto de gente, mas eu não posso me envolver nesse problema, esse problema não é meu". Chegava uma vítima de violência sexual, por exemplo, uma vítima de estupro, eu não podia

me envolver naquele problema, porque no momento em que eu identificasse o estuprador, no momento em que eu o prendesse eu não podia ter ódio dele, nem raiva, nem pensar que podia ser uma filha minha então agora eu matar, eu quero esfolar, eu não podia. Nem posso. Um profissional de segurança não pode pensar dessa forma, você tem que ser frio, você tem empatia pela vítima, você procura fazer o melhor que você pode pra amenizar aquela dor da vítima e você vai procurar o autor daquele delito, daquele crime, e tratar com frieza a coisa, você não pode se emocionar com aquilo; já na política você pode, você pode ter emoção. Lógico que são coisas diferentes, mas você pode se envolver emocionalmente, você pode se doar ali, naquela situação. E eu gostei muito disso, gostei da gestão, gostei de ver que a coisa não era tão diferente do que eu pensava, não é tão complicada como eu pensava. Tive dificuldade, e tenho dificuldade na política por ser mulher, a gente sabe disso, mas aí é outro ponto. Mas eu entrei assim, minha entrada na política foi dessa forma, não foi planejada, né? Eu fui convidada e resolvi aceitar, porque naquele momento eu analisei os prós e os contras e percebi que tinha chegado o meu momento, tinha chegado o momento de mudar, de fazer coisas novas.

**Eloisa:** Na primeira pergunta você já desenvolveu muito do que a gente tem aqui nesse roteiro, deputada. E aí, eu pergunto se a sua condição de filha, mãe, esposa, delegada e cidadã, qual dos papéis foi mais preponderante pra decisão final? Porque você falou dessa influência toda, e me parece que a familiar foi a mais marcante, né?

**Delegada Katarina:** Foi, pra minha decisão, a mais marcante foi a familiar. Porque se o meu marido não tivesse me incentivado naquele momento, não tivesse dito: "vá, é importante, vai ser importante para você, vai ser importante para as pessoas em si, para a sociedade. Você tem muito a oferecer". E aí, eu não falo isso com vaidade não, de forma alguma, mas foi isso, naquele momento ali o que mais me motivou, foi o que deu o click.

Porque eu estava dentro de uma zona de conforto, entendeu, Eloisa? Eu estava na minha zona de conforto.

**Eloisa:** Sim.

**Delegada Katarina:** Eu cheguei em um patamar dentro da Polícia Civil e da segurança pública onde todos já me respeitavam, eu era reconhecida como Katarina Feitoza, delegada geral. Na Polícia Militar, os policiais militares de maneira geral, um respeito muito grande, dentro da corporação de bombeiro, da polícia penal. Então assim, guardas municipais, de forma geral, dentro da segurança pública eu já era um nome respeitado. Então dali a 5 anos eu poderia me aposentar tranquila, deixando minha marca. Eu estava em um momento muito bom na Polícia Civil onde a gente tinha conseguido avanços dentro da Polícia Civil: os concursos, nos últimos 10 anos todos tiveram minha mão, então tinha aquela história, né? As pessoas que entraram, tinham aquele agradecimento, aquela gratidão. Nós começamos a

implementar coisas que me deixavam muito satisfeita, tipo o plantão de gênero, plantão de 24 horas para atender mulher vítima de violência, público LGBTQIA+, criança vítima de violência, determinadas coisas assim que a gente tinha colocado pra frente.

A identidade visual da Polícia Civil, que a gente tinha conseguido montar e estabelecer, fincar mesmo. Parece uma besteira, parece uma bobagem, mas é muito importante para uma instituição ter uma identidade. Então a gente conseguiu colocar Sergipe em um patamar nacional, a gente conseguiu trazer essa marca, todo mundo com a mesma roupa, mesmo símbolo, trazer esse amor de volta para a instituição, de amar o símbolo da bandeira da polícia civil, o distintivo da Polícia Civil, saber como se portar diante de uma câmera. Então, isso tudo foi na área de comunicação mesmo, né? A gente fez uma portaria junto com pessoal de comunicação, o que pode, o que não pode, como é que você tem que se portar, como é que você tem que dar entrevista. Então a gente tava em um momento muito bom. Fizemos o Instagram da Polícia Civil, o site que não tinha da polícia. A gente começou a dar uma identidade à Polícia Civil.

As pessoas aqui em Sergipe confundem muito SSP e Polícia Civil, e não é; Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, SSP está comandando todos estes. Então a gente começou a empoderar, esse trabalho estava sendo bem feito em cima de um planejamento estratégico, que a gente que fez, nunca tinha tido planejamento estratégico. Então eu estava em uma zona de conforto, eu só estava ali, seguindo a maré, aquela coisinha e tal. Então sair disso pra entregar uma coisa totalmente diferente, nova, com pessoas diferentes, pessoas que não era do meu convívio, né? Assessoria diferente, montar uma equipe nova, você tem que montar, né? Sair da sua zona de conforto é muito difícil, e eu só saí por conta do incentivo dele, da minha família.

**Eloisa:** Deputada, dois papéis sociais: delegada, mulher. Onde é que eles se aproximam e onde é que eles se distanciam?

**Delegada Katarina:** É engraçado isso, né? Porque hoje, depois de tantos anos como delegada, eu não sei nem dizer a você como diferenciar. Eu uso o nome, meu nome legislativo é Delegada Katarina, deputada Delegada Katarina, e eu fiz questão de usar delegada na frente, porque foi o delegada que me trouxe até aqui, foi a minha função enquanto delegada de polícia que fez com que eu me projetasse, que fez com que entes políticos pudessem me enxergar e entender que eu tinha talento para política, que eu podia, né? Eu era uma boa gestora, mas também era uma boa política, vamos dizer assim. Eles enxergaram em mim coisas que eu não enxerguei, então eu fiz questão de usar o nome delegada Katarina, por isso, Eloisa, e por outro motivo também. Para desmistificar muitas situações, porque muitas pessoas, né? Eu sei que eu tô quebrando paradigmas, muitas pessoas entendem a delegada como a violenta, a braba, a mulher bruta, a mulher sabe? E eu sei que dentro de Sergipe eu

tinha, e tenho ainda, essa fama. "Ah, ali é uma delegada arretada". Porque eu sempre fui, sempre abracei com muita vontade tudo aquilo que eu peguei. Então, se é pra ser operacional, vamos ser operacional, eu nunca tive medo de enfrentar os problemas, sejam eles quais fossem. Depois eu ia "Meu Deus, como é que eu fiz isso? Como é que eu entrei ali?", mas na hora não, na hora eu enfrentava. Mas você precisa, eu acho que é onde vem a sua resposta, desmistificar isso. Quando eu entrei na polícia, veja que interessante, eu tive que me masculinizar, a palavra é essa, eu tive que me masculinizar. Porque eu entendia naquele momento que se eu não me comportasse como delegado, como homem, certo, eu não seria respeitada. E pra sobreviver, naquele momento que eu estava entrando, que era muito difícil, onde a gente não tinha muitas figuras femininas dentro da polícia, eu fui a primeira delegada mulher de todos os municípios que eu passei no interior, porque não existiam delegados de carreira no interior.

Existiam os dezoito da capital, que aí vem Cleonice, Jeonice, Guadalupe, Meire, Mansuet, existia na capital, mesmo assim, quatro mulheres, cinco, né?

No interior não, não existia. No interior eram os delegados comissionados, muitos deles policiais militares, oficiais, suboficiais, muitos. Então, chega uma mulher, eu fui a primeira mulher de todas as delegacias que eu passei, obviamente, porque não existiam mulheres. E aí, eu senti essa necessidade para sobreviver. E naquele momento, mesmo inconscientemente, acho que foi a melhor estratégia, porque não tinha que fazer, não adiantava você chegasse lá, muito emocionada, muito chorosa, porque eu sou uma pessoa emotiva, se eu chegasse lá toda muito assim, boazinha, eles iam me engolir.

**Eloisa:** Muito jovem.

**Delegada Katarina:** Muito jovem, muito jovem, né? 26, 27 anos, muito jovem. Então assim, eu tive que usar isso como escudo, e acho que isso acontece com muitas mulheres, em muitas profissões, né? Então, eu achava que eu tinha que agir como homem para mostrar que eu era braba, que eu era boa, que eu era competente, entendeu?

Pra eu sobressair naquele meio masculino, e consegui, me destaquei em todas essas unidades que eu passei, mas com o passar dos anos eu comecei a encontrar o meu lugar, que esse não é o meu lugar. Foi necessário, mas eu comecei a perceber que podia ser fraterna, que eu podia ser mais amorosa, que eu podia ter um olhar sensível, que é meu jeito de ser, sendo dura também, sendo firme, eu não precisava esquecer meu lado feminino para ter sucesso na profissão, que uma coisa não tem nada a ver com a outra, que eu tenho minha identidade como mulher, e então eu não precisava perder isso. E aí, eu fui encontrando meu lugar, de tratar a equipe, de ser amorosa mesmo, calorosa, ter aquele jeito mãezona, que eu tenho esse jeito

mãezona, sem perder o respeito deles. Eu comecei a entender, mas para isso eu tive que primeiro mostrar aquilo ali.

Depois disso eu comecei a encontrar o meu lugar, o meu espaço. Então, de chamar atenção na hora que tem que chamar, de ser firme na hora que tem que ser firme; e de ser terna, fraterna, mãezona, na hora também que precisa, né? E fui encontrando meu caminho. Então hoje, eu acho, eu acredito, que encontrei esse caminho aí, de conseguir aliar essa questão a altivez sem ser arrogante, da firmeza sem precisar de me emocionar nas horas que eu quiser me emocionar. Se eu tiver que chorar, eu choro, todo mundo sabe que eu choro, todo mundo sabe que eu choro, mas na hora que precisa agir eu também estou ali, entendeu? Que eu não sou mole, que não sou fraca, que sensibilidade não tem nada a ver com fraqueza. E é isso, eu acho que hoje as duas coisas estão muito fundidas, o papel de delegado, o papel político e o papel de mulher, eu acho que eu encontrei o meu jeito de atuar nessas áreas como mulher.

**Eloisa:** A senhora tocou em algo que tá aqui mais na frente: no site da câmara, nós temos a sessão "Conheça os deputados", eu procurei seu nome para essa pesquisa e demorei para encontrar, depois eu percebi que estava buscando errado, já que a senhora se identifica como Delegada Katarina. É importante o uso do papel de delegada no ambiente como no Congresso Nacional?

**Delegada Katarina:** Também, pronto. Aí foram dois motivos, eu disse a você, né? O primeiro motivo; três motivos, digamos assim. O primeiro é porque eu cheguei lá por ser delegada, então é questão de gratidão mesmo. O segundo é para quebrar paradigmas, para mostrar que eu posso ser delegada e estar numa comissão do idoso, que eu posso estar numa comissão da pessoa com deficiência, que eu posso ser vice-presidente da frente parlamentar de cuidado com as mães, de pessoas com autismo, doenças raras e deficiência, pessoas com deficiência. Por que eu só posso estar na segurança pública? Tá entendendo? Então, para quebrar isso. E terceiro, também, não deixa de ser também, pela questão impositiva, pra mostrar, eu também tenho que me impor aqui, porque o ambiente é hostil, é um ambiente muito hostil com a mulher. Se você, Eloisa, lá não tiver sangue no olho, vamos dizer assim mesmo, de chegar e dizer "não, eu vou falar, eu quero tal relatoria". E isso dentro do partido, né? Por que as melhores relatorias só vão para os homens? Por que as coisas de destaque só vão para os homens? Não, não é assim não, eu quero.

E aí, não é questão de vaidade, não é questão pessoal, porque é desgastante. Para mim era mais fácil ficar com as coisinhas tranquilas e tal. Poxa, o que que eu quero mais da minha vida? Não tenho muito mais que querer, não, ficar aqui, tranquila - mas eu represento as mulheres, eu tenho que mostrar, eu tenho que me destacar, é uma obrigação minha me destacar lá, não é por Katarina, é pelas mulheres, para que eu possa abrir campo para as mulheres, para as pessoas que votarem em mim, quando Eloisa quiser se candidatar, quando Maria quiser se candidatar, quando fulano quiser se candidatar, ter portas abertas para dizer assim: "Poxa, vale a pena

votar em uma mulher. Vocês viram Katarina?". Porque eu vou sair do cenário. Chega uma hora que eu vou me aposentar, eu vou estar com meus netos, e vão vir outras Katarinas, outras Marias, outras Eloisas. E aí, o meu o meu trabalho, se for um trabalho consistente, um trabalho bom e que tenha tido relevo, aí vai fazer com que dê sustentabilidade a Maria. Maria vai querer ser candidata e vai dizer "Não, mulher arretada mesmo".

**Eloisa:** Maria Vitória, minha filha de 6 anos.

**Delegada Katarina:** Aí, que linda! Pronto, a Maria, sua filha, se ela quiser, entendeu? Porque senão vai ficar sempre assim: "Que nada, a gente vota e nem aparece, nem apareceu", então pra que a gente possa fazer com que as mulheres, primeiro se incentivem, primeiro se empoderem, e digam "É possível, se Katarina consegue, eu consigo também", e aqueles que vão confiar na Maria, dizer assim "Não, realmente as mulheres sergipanas fizeram bonito lá no Congresso. Yandra, Katarina, fizeram bonito lá no congresso, então, por quê não substituir, né? Por que não colocar mais mulheres? Então vamos votar, né?". Então, é por isso, esses três motivos.

**Eloisa:** A senhora se enxerga, deputada, como parte de algum segmento do espectro político brasileiro sergipano? Essa pergunta é motivada por conta de sua passagem em cargos de comando da Polícia Civil, em governos e com governadores diferentes. Então, onde é que Katarina se enxerga nesse espectro político?

**Delegada Katarina:** Então, veja, isso é tão interessante para mim, porque às vezes eu fico até com vergonha, que eu fico "Meu Deus".

**Eloisa:** Porque você foi Delegada Geral com Marcelo Déda.

**Delegada Katarina:** Fui. Eu fui Delegada Geral antes de Marcelo Déda, João Alves.

**Eloisa:** João ou Albano, né?

**Delegada Katarina:** Foi. Não, não, eu fui Delegada Geral com Marcelo Déda, com Jackson e com Belivaldo, mas com João Alves eu fui Coordenadora, tive cargo de direção também. É como eu disse a você no início, eu não enxergava a política, então meu cargo, né? Como coordenadora é técnico, como Delegada Geral é técnico e político. É técnico porque só pode ser um delegado, então tem que escolher entre os delegados, não pode ser qualquer categoria, tem que ser um delegado.

**Eloisa:** E como deputada?

**Delegada Katarina:** E como deputada, como assim?

**Eloisa:** O seu espectro político.

**Delegada Katarina:** Pronto, então deixe eu lhe dizer, eu passei por eles, sempre tive uma admiração imensa por Marcelo Déda, mas nunca tive nenhum tipo de dizer assim: "Não, é PT, é esquerda, é direita, é centro". Eu sempre me coloquei, como delegada, à parte disso, porque eu sempre entendi que para estar numa de comando, ou seja, ou de uma delegacia de polícia no interior, na capital, ou chefiando todos os delegados, toda Polícia Civil, eu tinha que ser isenta, eu sempre botei isso na minha cabeça. Então, eu nunca botei um adesivo no meu carro, eu nunca pedi voto para ninguém, eu tinha o meu voto: "É Marcelo Déda, eu vou votar em Marcelo Déda", entendeu?

Primeiro, porque eu tô aqui como Delegada Geral com anuência dele, se eu não concordar com o governo dele eu tenho que sair, eu peço pra sair. Então eu vou votar nele. Mas eu achava assim, e acho ainda, que a segurança pública, quando ela se envolve na política deixa a população, a sociedade, muito fragilizada. Eu sempre entendi isso, que era uma obrigação minha manter essa ordem, não deixar com que os policiais, os delegados, lógico que cada um vai ter seu posicionamento, mas que ficasse sempre imparcial para evitar coisas do tipo: "Ah, tá fazendo isso porque é do lado de fulano, tá fazendo aquilo porque é do lado de ciclano", entendeu? Então eu sempre achei isso perigoso, sempre achei muito perigoso que a segurança pública se envolvesse na política. Foi um dos motivos também que eu tomei aquele susto quando me chamaram, sempre tinha as minhas preferências, lógico, mas sempre me coloquei muito imparcial em relação a isso; e graças a Deus, quando eu fui, né?

Nunca trabalhei com outros governadores, Marcelo Déda sempre foi muito republicano, nunca se envolveu, eu nunca recebi uma ligação do governador que não fosse pra uma reunião de trabalho, mas ligação para dizer assim "Tire fulano de tal lugar", não, ele sempre teve uma relação com a polícia muito republicana. Belivaldo da mesma forma( você tá gravando, né?), Jackson também, mas cada um com um estilo diferente, né? Mas também todos nunca tive esse tipo de problema de dizer assim "Ah, Jackson interferia nisso, Jackson mandava...", não, também não, nunca tive esse tipo de problema, por isso eu sempre me mantive muito imparcial com relação a isso. Defendia o governo, eu estava ali, tinha que defender o governo, isso eu defendia, mas sempre me colocando de forma imparcial com relação `à política

**Eloisa:** Mas quando você decide entrar, você se descola disso?

**Delegada Katarina:** Aí eu me descolo disso e vou pro PSD, que foi um alívio muito grande quando Belivaldo me convida, e aí eu pergunto qual é o partido e ele diz PSD. Aí eu fui pesquisar, né? Estudar, ver como era, o que era, que eu também não sabia.

Então, aí pronto, eu fui estudar o perfil do PSD - se eu estou entrando, vamos estudar aqui o perfil do PSD, como ele se colocava - aí partido de centro e tal, partido aberto, partido onde você tem uma bancada com pessoas radicalíssimas, de extrema direita lá no PSD. Lá dentro você tem um Sargento Fahur, que é a extrema direita e se espremer sai sangue, e você tem o pessoal de esquerda, né? É uma salada.

**Eloisa:** De centro esquerda, né?

**Delegada Katarina:** De centro esquerda, que eu me identifico, é onde eu me identifico, centro esquerda.

**Eloisa:** Você acha que está nele?

**Delegada Katarina:** Eu tô nessa centro esquerda. Eu nem radicalizo, porque eu não tenho essa característica de radicalizar, que eu acho que tudo tem dois lados, a vida toda eu pensei assim, eu nunca achei que uma verdade é absoluta. Porque pode ser para mim, pode ser pra você, então nunca fui de ficar em cima do muro, Eloisa, mas assim, eu sempre busquei não ter atitudes extremas, radicais, entendeu? Porque sempre tem uma versão, sempre tem uma coisa que pode mudar. Hoje eu penso assim, amanhã eu posso pensar diferente e tá tudo certo, né? Você muda de pensamento.

Eu tive aqui uma reunião, um dia desse, com uma moça que é de direita, aí ela falando que foi para uma reunião com Capitão Samuel, na época Capitão Samuel era deputado estadual, e aí ela foi para uma reunião para falar da questão de banheiro para as pessoas trans, o uso de banheiro (que eu acho que a gente tem tanta coisa pra se preocupar, mais importante na vida, mas tudo bem). Aí ela falando: "deputada, eu cheguei lá para defender, para dizer que era um absurdo, que não podia uma mulher trans entrar num banheiro da mulher cis, banheiro feminino.

E aí, mas antes de falar, sentou do meu lado uma mãe de uma criança trans, que tinha 10 anos e era trans. E aí, ela me contando, e aquilo me sensibilizou tanto, que eu cheguei e mudei minha opinião na hora. Então quer dizer que a gente muda, e é bom que a gente mude mesmo. Então, eu me identifico hoje como centro esquerda, porque eu não sou radical, nem para direita nem para esquerda, e, se você me perguntar, tem determinados pensamentos meus que são de direita, que eu penso como direita, tem determinados pensamentos meus que são esquerda total assim, entendeu? Quando essa questão social é esquerda total, aí eu digo assim "Poxa, eu tô aqui bem nesse meio aqui da esquerda". Então, por isso que eu já me identifico como centro esquerda, mas tem coisas que eu questiono, que eu pondero e que aí eu vejo: "Não, esse pensamento aqui é direita, esse aqui é mais direita". Mas acho que é isso, acho que a beleza do ser humano é essa, né? Você tem que ser só coerente. Então acho que estou no partido certo por isso.

**Eloisa:** Ser candidata a vice-prefeita em uma eleição com a participação de outras duas delegadas foi algo muito específico em 2020, nós tivemos três mulheres, delegadas na disputa, duas disputando a prefeitura e uma na condição de vice, com o candidato à reeleição, Edvaldo. Como a senhora se via naquele contexto?

**Delegada Katarina:** Então, foi bem interessante e difícil também, porque, veja, Dra. Georlize, Georlize Teles, uma amiga, uma pessoa assim, inclusive, foi a primeira a me chamar pra entrar na política, foi ela. E eu achei um absurdo, eu ri tanto com ela no meu gabinete, eu como Delegada Geral, e ela aqui: "Porque assim, comece a pensar", porque pra gente fazer uma chapa, pra gente sair juntas, você, se você quiser ser minha vice, se você quiser que eu seja sua vice, a gente discute isso, mas a gente sai juntas", e eu "Dra. Georlize, a senhora tá louca, não sei o quê", mas eu ri tanto com ela. "Não, eu tô falando sério".

Aí depois de uns meses, aí veio esse convite de Belivaldo, aí eu liguei para ela: "Geo, minha filha, você não sabe o que aconteceu", e ela: "já estou acostumada a ter as boas ideias e as pessoas tomarem de mim", desse jeito.

E aí, pra mim, foi muito difícil com Georlize, né? Porque ela, ave Maria, é uma pessoa assim. Apesar de que foi uma campanha muito respeitosa entre as duas, entre a gente. Eu jamais poderia falar nada de Georlize, ela é uma pessoa competente, leal, e ela comigo sempre me respeitou muito. Com relação a Danielle Garcia já foi diferente, porque eu não sou criança, eu sabia também que muito da escolha do meu nome para vice de Edvaldo tinha sido para fazer um contraponto a ela, nem a Georlize, a ela naquele momento, né? Que ela vinha com um discurso de combate a corrupção, de paladina da justiça e tá tá tá, aquela coisa toda, aquele discurso muito agressivo, muito aguerrido, né? E ela se colocava como vítima, que tinha sido exonerada, porque estava perseguindo, porque estava investigando, o que não é verdade, né? E eu sei que não é verdade, ela sabe também que isso não é verdade, que ela saiu muito depois de ter concluído os procedimentos todos, ela concluiu tudo, tudo que tinha na delegacia, na Deotap.

**Eloisa:** Ela era subordinada a você?

**Delegada Katarina:** A mim, ela era subordinada a mim. E aí, ela saiu por outros motivos, ela sabe disso, mas ela usou isso tudo, e tá tudo certo, né? Na política ela quis usar isso para ter a bandeira dela e foi muito agressiva. E aí, eu tenho certeza que o fiel da balança para que eu fosse escolhida pelo grupo daquele momento, depois do convite de Belivaldo, foi isso. Porque existia aquela disputa entre mim e Jorginho, Jorge Araújo, que seria o candidato a vice, que vinha sendo preparado, um menino (um menino não, não gosto de chamar ele de menino porque parece que eu tô ofendendo), mas um jovem que é muito preparado na política e que vinha sendo preparado para isso. O que decidi entre nós dois foi isso, foi a candidatura dela, porque eu era da Segurança Pública, Delegada Geral, respeitada no Estado, ninguém

podia falar isso aqui de mim, que eu protegia corrupto, porque nós tivemos um trabalho muito compatível em relação a isso, inclusive, a gente que estruturou a Deotap, a gente que deu todo suporte a Danielle Garcia, inclusive. Eu só passei um ano afastada nesses dois períodos, que eu disse que são dois períodos, um de quatro anos e outro de quase quatro, e aí, quase completa oito anos, que foi o ano de Alessandro Vieira, que foi quando ele era o chefe dela. Mas, fora isso, eu fui chefe de Danielle Garcia por todo período que ela passou na Deotap, então quem estruturou, quem fortaleceu, tudo isso fomos nós. Então, eu conhecia a história toda. Isso fortalecia a candidatura de Edvaldo, porque enquanto tinha uma delegada agressiva de um lado, tinha uma delegada que mostrava equilíbrio, que mostrava propostas, e Cauê soube trabalhar isso muito bem.

**Eloisa:** O marketing, eu ia falar isso, o marketing chamou de "A delegada do bem".

**Delegada Katarina:** Pois é, Cauê soube trabalhar isso muito bem, entendeu? Fazendo trocadilhos, soube trabalhar isso muito bem. Assim, você não via um vice, um candidato a vice (e é difícil de você ver) com tanta projeção e isso também me ajudou (hoje eu fazendo uma análise), isso tudo me ajudou como deputada federal, por quê? Porque eu não fui uma vice apagada, entendeu? Aquela vice que tá ali pra compor a chapa, por questão política. Eu era uma vice necessária naquele momento pra fazer o contraponto a ela, então não era Edvaldo que dava resposta a ela, quem dava era eu, vamos dizer assim, né? Eu tô falando em linhas gerais.

Então, então a gente percebia que Cauê trabalhou muito bem essa questão de fazer esse contraponto, quem dava a resposta a Danielle Garcia e muitas vezes, não era Edvaldo, era eu. Então, Cauê trabalhava os programas eleitorais. Eu participei de todos os programas de televisão, de todos, todos eu estava. Eu gravava direto e sempre com pontos assim, coisas que iam dar o contraponto ao que ela dizia, contraponto ao que ela dizia, entendeu? Então, assim, e com equilíbrio, e com doçura, porque como eu disse lá atrás a você, em uma das respostas, que eu encontrei o meu caminho, eu sou assim. Então, eu não preciso ser diferente pra ser uma boa delegada, para ser uma mulher ativa, pra ser uma mulher guerreira, pra ser uma mulher determinada, eu não preciso perder a minha doçura, não preciso perder o meu senso materno, a minha identidade. Que eu tenho isso em mim, não é porque eu sou mulher que eu tenho, porque tem mulheres que não tem, e tá tudo certo. Mas eu tenho, então eu não preciso perder isso. Acho que aí você consegue ser verdadeiro, as pessoas enxergam essa verdade, quando você mostra realmente quem você é. Então foi isso, foi difícil, né? Porque, com Georlize, já expliquei o porquê, com Danielle também, porque não deixa de ter sido uma parceira nossa, uma colega, que começou junto comigo, uma amiga na época, né? Começou junto comigo, depois ela foi se distanciando, hoje a gente se dá bem e tudo, mas sempre fica aquela coisa assim, né? Você sabe do que a pessoa é capaz. Então, querendo ou não, você fica ali, mas é isso.

**Eloisa:** Olha só, a senhora acabou me respondendo aqui se pensou que estava ali por ser delegada, e eu entendi que sim, também por ser delegada.

**Delegada Katarina:** Eu acho que juntou os fatores, o fator principal, o fio da balança, foi o fato de eu ser da segurança pública e estar como gestora, naquele momento, delegada geral, conhecida no estado todo, e fazer contraponto a adversária, certo? Então foi isso que pesou. Agora, não é por ser delegada, que podia ser qualquer outra delegada, podiam ter escolhido qualquer outra delegada, que estivesse na mídia; nós temos delegadas aqui no estado competitíssimas, mas não foi só isso...

**Eloisa:** "Delegada que combate o crime mas não criminaliza a vida".

**Delegada Katarina:** Pronto, isso, muito bem, isso mesmo.

**Eloisa:** Foi uma mensagem de comunicação dos seus produtos lá em 2020, mas eu acho que assim, a frase tem relação com o que a senhora está a dizer.

**Delegada Katarina:** É isso mesmo, eu estava querendo me lembrar disso que foi usado. Não criminaliza a vida, combate o crime e não criminaliza a vida, e é isso, foi isso que eles fizeram. E aí, aliado a isso eu tinha a minha visibilidade no estado, as pessoas me conheciam, gostavam de mim, e foi isso. Agora o fato de ser da segurança pública.

**Eloisa:** No que é que ser mulher e delegada lhe diferencia dos outros atores da política?

**Delegada Katarina:** Me diferencia... aí que pergunta difícil, né? Essa pergunta é difícil.

**Eloisa:** Pode melhorar, deputada, se eu disser assim: como é que a senhora se sente diferente dos outros atores da política com os quais você se relaciona?

**Delegada Katarina:** Certo.

**Eloisa:** Pensando que a senhora tem aí dois papéis que forjaram o que você é como deputada.

**Delegada Katarina:** Sim, certo. Então, o que me diferencia, por ser delegada e ser mulher, é uma visão mais ampla dos problemas sociais mesmo, entendeu? Os problemas sociais, das questões, muitas vezes, as coisas que outros do meio político acham que é um problema muito grande, e eu já enxergo como uma coisa menor, porque eu já vi coisas piores acontecendo. Então, a maneira como eu encaro os problemas sociais, da sociedade mesmo, a forma de pensar mais rápido, de ser mais objetiva em determinados pontos, resolutiva. Então, acho que me diferencia por ser

mulher e delegada, é a questão de ser mais resolutiva e tentar resolver os problemas de forma mais rápida e objetiva, eu quero ver efetividade.

Então, eu vejo muito no meio político, em muitos casos, aquilo de você falar: "Eu vou falar e depois eu vejo, se não fizer, não fez, mas eu vou falar". Eu não consigo fazer isso, eu não consigo fazer assim, eu tenho que, se eu vou apresentar alguma coisa, eu tenho certeza que ter certeza que eu vou executar, nem que não dê certo, mas que eu vou tentar chegar até o final, que eu vou fazer, entendeu? Eu acho que isso me diferencia, por ser mulher, porque a gente, como mulher, a gente entra em algo que a gente projeta, a gente tem o objetivo e a gente quer ver aquilo concluído. A gente não se conforma em lançar e deixar lá e não ver concluído. Então, ser delegada - porque delegada, a gente começa a investigação e você quer concluir, você quer descobrir o autor, você tá ali pra isso, nem que você não descubra, mas você quer descobrir o inquérito. Isso me traz resolutividade, que me diferencia. E, enquanto mulher, é essa questão de você ter um objetivo, ter um projeto, e você querer, junto com isso aqui de ser delegada, ver concluído.

**Eloisa:** Uma delegada mulher ou uma mulher delegada?

**Delegada Katarina:** Uma mulher delegada. Mulher vem primeiro, porque eu nunca deixei o meu papel de mãe, de esposa, né, pra ser delegada, entendeu? Delegada, minha profissão, é importantíssima para mim, mas eu sempre vejo na frente (pra mim Katarina, né? Eu posso até estar errada) mas ser mãe e ser esposa, entendeu? Esse relacionamento eu primo muito, pela minha família, vamos dizer assim. Minha família sempre veio primeiro, então se eu tivesse que deixar tudo pra atender meu filho na escola eu deixava. Se tiver que desmarcar uma reunião, um trabalho, qualquer coisa, pra ir, a não ser que fosse impossível mesmo, mas eu sempre tentei priorizar, assistir a festinha de dia das mães do meu filho. Não fui para algumas, isso me dói, porque eu não fui para algumas, mas eu sempre tentei priorizar isso. Meu filho tava doente, eu largava tudo, não queria saber, eu ia ficar com o meu filho. Meu marido é um pai muito presente, mas eu queria tá ali com meu filho. Então, ser mãe, ser mulher, sempre veio na frente.

**Eloisa:** O que significa ser uma líder Raps?

**Delegada Katarina:** Raps é uma instituição, é um organismo, significa Rede - eu sempre me atrapalho no nomezinho - mas é rede de apoio, deixe eu ver aqui...

**Eloisa:** É com relação à sustentabilidade?

**Delegada Katarina:** É, é com relação a BR, só que ela é toda baseada na sustentabilidade.

**Eloisa:** E você fez um curso de formação lá?

**Delegada Katarina:** Fiz, fiz um curso de formação. Edvaldo é líder Raps - eu vou mostrar depois o site pra você entender. Eu fiz um curso de formação, né? Eles fazem estudo sobre o perfil do candidato, da pessoa, e, na época.

**Eloisa:** Isso foi antes ou depois de ser candidata a vice?

**Delegada Katarina:** Depois, eu já era vice-prefeita. Aí eu fiz um teste, Edvaldo me indicou na época, eu fiz um teste, aí eles fazem uma seleção, fazem uma entrevista, fazem um teste escrito, faz uma entrevista. E aí, eu passei e foi um ano de formação, mas eles fazem formação continuada, eles sempre estão ali, com palestras. Político pela sustentabilidade. É uma rede política voltada à questão da sustentabilidade. Estão, tudo deles é baseado na questão do meio ambiente, cidades inteligentes, cidades auto suficientes, sustentáveis, entendeu?

**Eloisa:** Entendi.

**Delegada Katarina:** Então eles primam pela democracia, pela sustentabilidade, eu vou pegar já para você ver tudo certinho.

**Eloisa:** Existem categorias que distinguem a porta de entrada de mulheres na política e a senhora se enquadra como outsider, alguém que veio de fora. Como é a sua leitura com relação a essa perspectiva, de alguém de fora, assim, de ser uma outsider? Foi mais difícil? Foi importante esse entendimento de que "eu não estava aqui na política, eu entrei na política". Isso foi bom ou ruim?

**Delegada Katarina:** Então, veja, engraçado essa questão do outsider. Eu me considero uma outsider meio falsificada, porque veja, quando você fala de outsider qual é a característica que você vê dessas pessoas que entram na política, são de fora mas entram? Pra elas entrarem, elas fizeram um trabalho de mídia forte, né? É questão de Instagram, principalmente, redes sociais, né? Tem não sei quantos mil seguidores, é aquela pessoa que lacra na Internet, geralmente eles tem essa característica, né? Estão na mídia, seja na mídia televisiva, seja nas mídias sociais, mas eles estão ali, por isso que eles se tornam conhecidos e ingressam na política, vamos dizer assim. No meu caso, eu praticamente não tinha nem Instagram, eu não tinha cem seguidores no Instagram, era minha família, meu Instagram era preso.

**Eloisa:** Com cadeado.

**Delegada Katarina:** Com cadeado, né? Preso. Eu era conhecida pelo meu trabalho enquanto Delegada Geral, mesmo nunca tendo feito nada pra questão política. Eu não era uma pessoa polêmica, nunca criei discursos para aparecer, então era só questão mesmo do trabalho, por isso que eu digo: é o outsider, é porque eu vim de

fora e o meu trabalho me lançou pra isso, mas não tinha aquela questão polêmica, tipo, eu não tinha uma bandeira como Danielle Garcia tinha.

**Eloisa:** Combate à corrupção.

**Delegada Katarina:** Combate à corrupção, Alessandro, né? "Estou combatendo a corrupção". Não, eu sempre combati, sempre estruturei, sempre trabalhei, porque era meu trabalho, mas você não via isso; Katarina, aquela coisa, ou é o matador, né? Aquela pessoa que mata, que faz, que acontece, operacional, porque é da pólvora.

**Eloisa:** Tem outro colega seu que tem esse perfil.

**Delegada Katarina:** Mais operacional, né? Então assim, por isso que eu acho que é mais falsificada, por essas questões, por ter um perfil diferente, mas facilitou, foi bom, porque facilitou porque mostrava assim: "seu nome é um nome leve", porque eu não estava na política. Quem está na política vai ter o desgaste natural, você não consegue atender a todas expectativas, então quando você é um nome novo, você entra leve, você entra sem peso, né? Por isso que é leve, "ah, seu nome era um nome leve", não é porque Katarina é leve não, é porque eu não tinha uma história na política. Então, hoje, eu já sei, quando eu chegar em 2026, né isso?

**Eloisa:** 2026.

**Delegada Katarina:** Pra uma reeleição, eu já vou ter telhado de vidro também, eu já vou ter decepcionado algumas pessoas, por melhor que você trabalhe, por mais que você faça, às vezes você não é entendida, às vezes você erra, é natural. Às vezes você faz uma aliança que não é muito interessante naquele momento, mas você fez, você volta em alguma coisa que depois você se arrependeu ou não, mas é com sua consciência, mas não agrada a descer. E aí, você começa a carregar aquele peso, né? Você já passa a saber o que iguala, "Ah, ela é igual a todos os políticos, prometeu e não cumpriu, fez isso e não sei o que", porque você não vai conseguir atender a todo mundo. Essa questão de ser outsider ajudou.

**Eloisa:** Na sua passagem como vice-prefeita, o fato de ser delegada e portanto ter ação com os temas de segurança pública, ajudou? Você sente que conseguiu realizar algo como vice-prefeita dessa pauta de segurança pública?

**Delegada Katarina:** Então, não da maneira como eu queria, entendeu? E aí, é uma questão de estudo, né?

**Eloisa:** Fique à vontade se quiser falar.

**Delegada Katarina:** Eu vou falar. Não como eu queria, por quê? Porque eu levei muitas coisas pro prefeito na época, com Edvaldo, né? Com relação à questão da

organização mesmo, da Segurança Municipal, da evolução da Guarda Municipal. Então muitas ideias, muitas coisas que a gente teve, não saiu, a coisa não andava muito; também acho que é natural, por conta da gestão, tem as prioridades, apesar de que eu fiquei super feliz, porque depois que eu sai, ele implementou muitas coisas que eu tinha deixado lá com ele no papel, ele implementou. Isso foi uma vitória. Outra coisa também que eu participei, que aí foi da finalização do plano que Eliane participou do início da formatação e que depois ela saiu o negócio ficou lá parado, foi o Plano Municipal de Combate à Violência Contra a Mulher. E aí, a gente conseguiu finalizar e Edvaldo publicou, né? Hoje Aracaju tem o plano que, inclusive, já está na fase de execução, já com os protocolos, já com tudo bonitinho.

**Eloisa:** Violência contra a mulher.

**Delegada Katarina:** Violência contra a mulher. Então esse foi o meu grande feito com relação à segurança, baseado na questão da segurança, foi esse, mas por questão mesmo de oportunidade.

**Eloisa:** Katarina Feitoza entra para a história como uma das primeiras mulheres a chegarem à Câmara federal representando Sergipe, como a senhora encara esse feito?

**Delegada Katarina:** É assim, dá muita felicidade, né? Dá uma sensação de dever cumprido, tinha horas que eu pensava assim: "Não, não vai dar, não vou conseguir, não vou conseguir". E aí, consegui. Isso dá aquela sensação de é triste e é feliz ao mesmo tempo, não sei se você consegue entender. Feliz porque a mulher chegou lá, né? A gente conseguiu, hoje nós temos duas mulheres, eu sou uma delas, nós já tivemos no passado uma deputada que foi suplente, ela trabalhou com a suplência, mas assim, no voto direto, fomos nós dois agora. Então fico muito feliz de ter conseguido abrir janela, que eu acho que daqui pra frente eu não vejo mais uma candidatura que não tem uma mulher, né? Seja quem for lá na bancada federal de Sergipe. Mas triste de ver quantos anos nós passamos sem ter uma mulher, porque às vezes você faz assim, a gente se sente orgulhoso: "Ah, eu sou a primeira mulher, sou a única mulher a participar de tal coisa", mas poxa, dá uma tristeza também no fundo, por que eu sou a única mulher a participar? Por que não tem outras mulheres aqui? Você está entendendo, Eloisa? É isso. Por que tantos anos sem mulheres aqui, será que as mulheres não se colocaram por questão da dificuldade de você estar na política, ser mulher e estar na política é muito difícil, muito difícil.

**Eloisa:** Muito.

**Delegada Katarina:** Então assim, ou foi por falta de estrutura, falta de apoio para que outras mulheres também tivessem passado por isso, né?

**Eloisa:** Esse ineditismo em ser uma das primeiras mulheres que representam Sergipe na Câmara Federal produz diálogo com as pautas que Katarina Feitoza defende?

**Delegada Katarina:** Produz, produz diálogo. É uma responsabilidade muito grande e produz diálogo. A questão, eu tenho três eixos de atuação, e eu fiz desde a minha campanha, né? Eu tracei os meus objetivos, o meu mandato vai ser focado nesses três eixos: segurança pública, geração de emprego e renda e políticas públicas voltadas para os grupos vulneráveis, e aí você inclui: mulher, criança, idoso, pessoa com deficiência, o público LGBTQIAPN+, inclui todas essas questões. E, Eloisa, quando eu assumi, eu trabalhei incansavelmente pra me inserir em comissões de trabalho lá, que tivessem a ver com essas pautas. Então, todas as relatorias que eu pego, tudo aquilo que eu faço ali, é tentando, jogando, encaixando nos meus eixos de atuação, porque eu quero ter esse foco pra não ficar perdida e acabar não fazendo nada, entendeu?

**Eloisa:** Essas são as suas principais pautas?

**Delegada Katarina:** São minhas pautas.

**Eloisa:** Para as comissões você procura atuar nessas posições?

**Delegada Katarina:** Nessas posições, porque Comissão da Segurança Pública, Comissão da Mulher; e eu sou titular também da CCJ, que é a Comissão de Constituição e Justiça, por entender que tudo vai passar por ela, como eu tenho a visão de que segurança pública não é feita apenas de polícia, que polícia é peça fundamental, mas, aliada a ela, tem que ter outras políticas públicas, e eu sempre pensei assim, é por isso que eu tenho esses eixos. Proteção aos grupos vulneráveis, porque se eu tenho uma mulher fortalecida, essa mulher, possivelmente, não vai ser vítima de violência doméstica. Se eu tenho uma criança, um menino, que é educado em escola de tempo integral, por exemplo, e ele recebe uma educação voltada para igualdade de gênero, para o respeito ao próximo, pra valorização da cultura da paz, possivelmente, essa criança, esse homem, vai crescer e não vai ser um agressor, entendeu? Então, eu acredito muito que essas políticas, elas caem diretamente na questão da prevenção do crime, por isso que a gente trabalha nisso.

**Eloisa:** A senhora já falou, mas eu quero voltar porque esse é um tema importante, a participação das mulheres na política. Esse tema foi descartado e pontuado nas suas duas campanhas?

**Delegada Katarina:** Foram, foram, foram. A participação da mulher na política, especialmente nessa campanha agora que eu fui, né? Porque como vice você não foca em você, né, diretamente. O candidato principal, você tá focada nele, e agora não. Eu foquei muito muito nessa questão. Então a primeira pessoa a lançar essa situação, de que eu queria ser a primeira mulher eleita deputada federal de Sergipe fui eu; se você for fazer histórico, desde a primeira campanha que eu comecei a bater nisso, a massificar isso, para entrar na cabeça das pessoas também: "É importante,

vamos votar nela, porque ela é uma mulher, e ela tem bagagem, e ela tem conhecimento, e ela quer fazer diferente". A participação da mulher na política sempre vai ser uma pauta minha, o fortalecimento dessa mulher. Então, das coisas mínimas que eu falo, às coisas macro, eu sempre coloco esse tema; do tipo: a gente precisa ter mais creches. Porque uma mulher para entrar na política, por exemplo, ela não entra na política se ela tiver que cuidar dos filhos dentro de casa, não tiver com quem ficar, não tiver com quem deixar os filhos. O homem sai para fazer política e a mulher fica tomando conta, mas se a mulher sai, quem fica? Nas famílias tradicionais o homem não fica.

**Eloisa:** Outra mulher.

**Delegada Katarina:** É, outra mulher, né? Então assim, você tem que dar uma estrutura a essa mulher, seja através de creches, seja através de uma política mais agressiva. Essa política de cotas, da maneira como está estabelecida, a gente já viu que ela é muito morosa, demora demais. Tá demorando demais a incluir a mulher na política e não dá o suporte necessário. Porque você vê muita mulher laranja, que entra ali e não sabe nem pra que veio, mas tem que estar ali, é a irmã, é a tia, é a não sei quem, bota ali pra poder fazer cota. Dificilmente você tem um partido que realmente dá sustentabilidade aquela mulher, né? Para que ela realmente tenha condições de competir, mesmo que ela não vá ganhar, mas ela tenha condições de competir.

**Eloisa:** Veja, a senhora tá entrando em um tema bem delicado, que tá aqui nesse roteiro, que é o seguinte: hoje, na Câmara, no Congresso, tramitam quando a gente fala em participação da mulher na política, hoje nós temos 17% de mulheres na Câmara Federal, e é um índice grande se a gente pegar a série histórica, né?

**Delegada Katarina:** É histórica.

**Eloisa:** Se a gente pegar a série histórica, mas é muito pouco, considerando que a gente tem um tempo já, largo, com a política de cotas. E aí, a gente sabe, né? A senhora citou aí, inclusive, a questão das candidaturas laranja. Essas candidaturas laranja estão completamente relacionadas a essa pergunta que eu vou fazer. O projeto da minirreforma eleitoral e aquele que concede anistia pelo não cumprimento de cotas. Como é que a senhora vê a tramitação desse tema nos partidos pelas mulheres que estão lá, porque é algo (foi muito divulgado na mídia essa semana) é muito grave vermos o voto feminino numa pauta que é fundamental para a gente ter participação política das mulheres.

**Delegada Katarina:** Pronto, vamos lá, são duas coisas diferentes. A minirreforma, que já passou pela Câmara e está no Senado, e tem possibilidade de mudanças lá. Eu comecei dizendo aqui que - não sei se foi aqui que eu falei isso. Bom, mas vamos lá: um projeto de lei, ele começa, você tem uma ideia maravilhosa, consegue formatar ele, até ele se transformar em lei ele vai passar por várias etapas, e você vai ter que

compor, e você vai ter que, para sair sua ideia, compor aqui, compor ali, vai ter que agradar fulano, e bota aqui, e tira ali. Isso faz parte do processo político e tá tudo certo. No final, vai sair a lei, não é a que você esperava, mas foi a possível. O que você espera daquela lei ali? Que ela tenha, pelo menos, a essência do que você queria. Você não vai atingir os dez degraus, mas você vai atingir cinco, você tava no zero, certo?

A minirreforma, como ela tá falando, é uma minirreforma mesmo. Ela não vai atingir tanto as nossas questões de mulheres. Ela vai falar muito da questão da prestação de contas, ela melhora muito a questão do fundo, de como esse fundo vai chegar para as mulheres, estabelecendo datas mais plausíveis para que a mulher realmente possa receber, ela tem aquela questão do coeficiente 80/20, que era antes, e agora é 100/10 e existe o questionamento que isso vai prejudicar, especialmente os partidos menores, pode prejudicar também as mulheres. Mas eu não vejo, assim, grandes problemas pra gente quanto à representatividade, o grande problema nosso chama PEC 9, né? Que aí sim, a gente tem que ficar muito alerta em relação à PEC 9. Aí tem uma coisa interessante: a PEC, pra ela ir pra uma comissão especial, ela tem que passar pela CCJ, certo? Quando chegou na CCJ, não quer dizer, "você vai ser votar e favorável a PEC 9 ali". A CCJ disse o quê? "É constitucional ou é inconstitucional", ela não atenta no mérito. Então, se o mérito se prejudica, se ajuda ou não sei o quê, não. Então o parecer estava lá: é constitucional ou inconstitucional. O autor, o relator, é do PSD, Diego Coronel, da Bahia. E aí, o parecer dele foi pela constitucionalidade, e realmente é constitucional, ela não é boa, mas ela é constitucional, verdade, verdade. E aí, o líder do partido pediu que todos nós votássemos a favor do parecer. Por que? Era um pedido do governo, da liderança do governo, do PT, do presidente Lula, que votasse a favor, e o partido PSD está na base governista. Então nem tudo aquilo que a gente pode apoiar a gente apoia, agora tô na sua base, você tá precisando, eu vou votar, a não ser que seja uma coisa que vá totalmente de encontro aquilo que eu penso, aí eu não voto. Aí eu disse "eu não voto nessa PEC". - "Não, mas não é a PEC, agora é só a constitucionalidade dela, você vota a favor do parecer, quando isso for pro plenário aí você vota contra, não tem problema", aí eu disse "Então vamos acertar assim: eu vou votar a favor do parecer pra ela andar e ir para comissão, e plenário, líder (líder do partido, Antônio Brito), entenda, eu não posso votar essa PEC porque essa PEC vai de encontro a tudo aquilo que eu defendo e penso. Então, eu peço ao senhor que me libere desse voto, só são duas mulheres aqui - na época, agora são três na bancada de quarenta e cinco - então, o senhor já pode dizer ao governo que não conte com esses votos, a gente não tem condições de votar nisso. Beleza?". Beleza". O acordo era esse, eu voto na constitucionalidade e não voto no mérito, e assim eu fiz.

Menina, caíram de pau em cima de mim nas redes sociais, porque as pessoas não entendem o que é, né? Que ali você não tá votando no mérito, então você tem que explicar, tem que fazer um bom marketing pra explicar o que foi que você votou na verdade, mas eu não voto no mérito dela. Só que tem um porém nessa PEC 9: existe

um movimento dentro da bancada feminina pra incluir nessa PEC ( incluiu já) uma emenda que muda a questão das cotas, muda esse sistema de cotas como é hoje pra mulher.

**Eloisa:** E muda pra 20%.

**Delegada Katarina:** 20%. Não, 15, é 15% na eleição que vem.

**Eloisa:** Depois chega a 20. Mas a senhora não acha que é como se tivesse dito assim: "tem um teto"?

**Delegada Katarina:** Isso, é.

**Eloisa:** "Nós aceitamos até 20% de mulheres aqui dentro da Câmara, já tem 17, vocês chegam no máximo até..."

**Delegada Katarina:** É, mas veja qual foi o raciocínio das pessoas que formataram, aí depois eu participei, me chamaram lá, e Lira colocou no texto. A ideia era o quê? 15% esse ano, 20% já pra próxima legislatura, depois mais 20%, e daqui a 30 anos, mais ou menos isso, que ia ser mais ou menos isso, atingir os 30%, que seria o entendimento do STF, que é constitucional, certo? Que é a questão dos 30% de valor e tal, tal, tal.

Bom, onde é que eu vejo um avanço nisso? Você acaba com a candidatura de mulher laranja, concorda comigo? Porque a mulher agora vai, ela tem os 30% de recurso, que vem pra mulher, ela tem garantida a cadeira dela; porque tem várias regrinhas que são meio complicadas de explicar. Aí ela vai pra 20%, a ideia é dizer o seguinte: "Não, hoje a gente tem 17%, 18%, isso não vai baixar, mas ali não é um teto, eu posso ultrapassar aquilo, mas os partidos tem que entender que, no mínimo, aquelas cadeiras ali são de mulher. No mínimo, é 20%, não é que seja até 20%, é no mínimo 20%. Porque a gente não queria 20%, ninguém queria, queria logo colocasse lá os 30% que seria o entendimento do STF.

Então é muito difícil, porque a discussão é nesse nível que eu vou lhe dizer. A gente tá lá discutindo dentro do PSD, da liderança, aí tem um colega da bancada da Bahia. Na Bahia são trinta e nove deputados, certo? Trinta e nove deputados. Nós somos oito. Lá, por questão populacional, são trinta e nove. Aí são cinco mulheres hoje eleitas, cinco apenas, na Bahia toda. Aí ele: "Não, porque se for pra 20% a gente perde três vagas". A gente perde quem, cara pálida? Continuam trinta e nove, entendeu? A Bahia não perdeu três vagas, continuam trinta e nove vagas. "Não, mas quem perde são os homens". Se aumentar para 20%, hoje tem eleitas cinco, certo? Aí a Câmara, no caso, teria que ter, dentro da bancada baiana, ao invés de ter cinco, no mínimo tem que ter oito, tá entendendo? Porque são 20% dos 39. Então, na cabeça

deles, eles perdem, mas não é eles Bahia, é eles homens, porque eles perdem três vagas, tá entendendo?

**Eloisa:** Claro.

**Delegada Katarina:** Então assim, é uma luta muito grande pra gente poder mudar, porque o modelo de cotas atual, a gente tá vendo, não anda, não anda, a coisa é muito devagar. Então, se a gente garante essas cadeiras, você tem o mínimo garantido, agora logicamente isso vai ter que se aperfeiçoar, a gente vai ter que ver esse regramento todo, muita gente ainda não concorda nem com a questão da cota.

**Eloisa:** E tem um certo cruzamento entre essa PEC e a minirreforma

**Delegada Katarina:** Tem.

**Eloisa:** Porque está relacionado, no caso da minirreforma, à questão da prestação de contas.

**Delegada Katarina:** Isso.

**Eloisa:** E do próprio processo de distribuição dos recursos do fundo.

**Delegada Katarina:** Sim, sim, sim. Aí o que que eu digo a você? Se isso se mantiver qual o meu posicionamento hoje? Pode ser que mude, mas hoje: Se mantiver a questão das cadeiras, que eu acho que é um avanço pra gente, não é o que a gente quer, não é a perfeição, mas é um avanço, porque muda, pelo menos, o sistema de entrada da mulher ali. Se realmente ele continuar no texto, se as lideranças lá não conseguirem arrancar, eu acho que é um avanço pra gente, eu voto na PEC 9, mesmo, porque a negociação é essa, a gente vota na PEC 9, que é realmente um absurdo, a gente anistiar partidos que não cumpriram as cotas, pra poder ganhar uma coisa maior na frente, e é isso. É esse o jogo. Sim, é difícil, foi essa uma das dificuldades que eu encontrei dentro da Câmara como mulher, é a questão dos espaços, realmente. De você ser sempre colocada como: "coloque ela na comissão da mulher", não é que não seja uma comissão que não seja importante, mas eles só veem a gente como sendo aquilo: "Você tá aqui pra isso, pra defender a mulher, defender a mulher só na comissão da mulher. Então, dê relatório só relacionado a mulher, dê projeto de lei só relacionado a mulher ou a filho, bota ela como vice-presidente ou como presidente da comissão da mulher." É ruim? Não, é bom, é ótimo, mas você não tá ali só pra isso. Então, a minha maior dificuldade é fazer com que eles entendam, a direção, a presidência, as lideranças entendam que uma mulher está ali pra defender o todo, não é pra defender a mulher, a mulher defende o todo. Por que? Eu quero defender o meu filho, o filho de todos, eu quero defender o marido de todos, eu quero defender o LGBTQIA+, eu quero defender o idoso, eu quero defender a pessoa com deficiência. Para isso, eu preciso estar em uma comissão de orçamento. Por que eu não posso? No meu caso, quer dizer, no

meu caso não porque não sou uma especialista, mas se eu sou uma contadora, eu sou uma pessoa que entende, por que eu não estar na comissão de orçamento de finanças? Se eu me proponho a estudar isso, por que não? A não ser que você me prove que todos os homens que estão ali tem que ser contadores, tem que ser tributaristas, fora isso, por que eu não estou? Por que eu não posso estar em uma CCJ? Entendeu? Por que não?

Eu estou. Porque eu briguei muito para estar ali, foi muita coisa, foi dizer assim: "Olhe, eu sou nordestina, eu sou mulher e eu exijo, eu quero ficar na CCJ. Uma das vagas do PSD vai ser pra mim na CCJ, e como titular. Porque se eu não tivesse brigado, eles não pensam em você como possível.

**Eloísa:** O fato de você ser delegada ajudou?

**Delegada Katarina:** Ajudou, ajudou porque eles vêem você como uma mulher forte, né? Aí acham assim: "Não, essa daí é bruta, vamos botar, porque ela vai criar complicação aqui pra gente, vai brigar". Então ajuda. É isso, minha maior dificuldade é essa, é encontrar os espaços, não é que eles sejam, pelo menos os que eu convivo, até hoje eu não tive nenhum episódio assim, que eu pudesse dizer: "Foi preconceito, foi violência política". Eu não sei se é pelo fato de eu ser delegada, que aí eles também respeitam mais, entendeu? Não sei se é isso.

**Eloísa:** Respeitam mais mesmo, efetivamente.

**Delegada Katarina:** Respeitam mais, efetivamente respeitam mais. Eles colocam você nos círculos das conversas, eu percebo isso. Que outras mulheres, muitas vezes, ficam meio que por fora, assim, você não está ali no ambiente. Lógico que você tem que se colocar também, se você não meter sua cara, eles não vão te chamar. É tipo grupinho mesmo, do bolinha, da luluzinha. Você tem que tá ali pra poder saber o que está acontecendo, não perder o fio da meada. A maior dificuldade é essa, você ter que tá ligada o tempo todo, porque não lhe convidam pras coisas, você se mete, entendeu? É diferente. Os homens são convidados. Convidar fulano pra pegar o relatório, sei lá, um relatório importante de uma CPI e não sei o quê, de um PL que vai falar sobre finanças, de direito tributário, sei lá, qualquer coisa assim, uma coisa importante, que dê um impacto geral no país. Eles são convidados, eles não ficam ali, brigando. A gente não, a gente tem que se meter para conseguir, "epa, tô aqui, viu? Tô aqui, lembre de mim, eu quero". A maior dificuldade é essa.

**Eloísa:** E, para concluir, a senhora sente uma integração entre as mulheres dos diferentes espectros políticos lá na Câmara, uma união em torno de pautas femininas ou...

**Delegada Katarina:** Tem, tem. Isso é uma coisa interessante, a gente percebe que determinadas pautas femininas, que não digam relacionadas a gênero, porque a casa tá muito dividida, é uma coisa terrível, mas se não tiver isso, se for uma coisa geral,

todas se juntam. Esquerda, direita, extrema, e tal; aquela união ali para poder aprovar, né? Agora quando falamos, menina, qualquer coisa de gênero é absurdo como tem gente ainda com a mente... tem coisas que você ouve e você nem acredita.

**Eloisa:** Eu acompanho alguns episódios, de que uma você estava presidindo a comissão, com Erika Hilton.

**Delegada Katarina:** Da mulher naquele dia. Erika Hilton e Cristiane Lopes, a confusão foi entre elas duas. E assim, você olha assim e diz: "Meu Deus, eu tinha Cristiane Lopes em outra conta, uma pessoa mais aberta, com a mente mais aberta, não imaginava que ela tivesse aquele tipo. E outra, se faz - mas eu acredito que é pra lacrar na internet, sabia? - porque depois ela bota aquilo como se fosse um troféu nas redes sociais.

**Eloisa:** Muito comum nessa legislatura, né?

**Delegada Katarina:** Muito. Bota nas redes sociais, eu teria vergonha, mas ela editou e botou nas redes sociais dela, e eu fui nas redes sociais dela por curiosidade pra ver. Os comentários das pessoas das pessoas que seguem ela, absurdos também, apoiando aquilo, sabe? Aí você diz "Meu Deus".

**Eloisa:** Mas isso é um reflexo do país hoje.

**Delegada Katarina:** Do país de hoje. É uma coisa horrorosa, aí tem coisas que você escuta que você diz "Não, não é possível". O bom é que a Erika Hilton, Duda, elas não se deixam encolher e ficar ali, não, elas vão pra cima, porque é de dar dó. A palavra dar dó não é que elas sejam coitadinhas não, é porque assim, dói. Dói você ver um ser humano humilhando o outro daquele jeito, fazendo questão, é crueldade, sabe? Fazendo questão. Porque era um tema que não tinha nada a ver com isso, mesmo que eu pensasse daquela forma, eu não seria indelicada de falar aquilo, ali, com a colega ali do lado. O tema não tinha nada a ver, não tinha nada a ver com pessoas trans, não tinha nada a ver, era uma coisa totalmente diferente. Aí a pessoa vai e empurra aquilo ali, você fica assim olhando e pensando "Meu Deus, que coisa horrível, falta de sensibilidade, de tudo na vida". Aí depois diz assim, dá mais raiva ainda: "Não, eu não sou preconceituosa, eu tenho amigos que são gays. Eu tenho amigos, amigas, eu saio com eles, eu não sou preconceituosa".

**Eloisa:** Para encerrar, de fato: a deputada delegada Katarina, ela se considera parte do centrão?

**Delegada Katarina:** Minha amiga, eu não me considero parte de canto nenhum ali, viu? No final das contas, eu sou como eu disse a você: eu sou centro esquerda. O centrão eu não me considero, sabia? Porque eu acho muito daquele toma lá dá cá, porque pra eu fazer alguma coisa, como a questão da PEC 9, eu tenho que me

convencer de que eu tô perdendo, mas tô ganhando mais do que perdendo. Mas não é Katarina ganhando mais, é o todo, o coletivo, a sociedade. Nesse caso da PEC 9, as mulheres, eu entendo que a gente perde, mas a gente ganha mais. Aí sim, aí eu consigo fazer esse ajuste, porque na minha consciência não dá pra eu fazer uma coisa assim, "Não vou votar nisso, porque eu quero que o governo abra aquilo pra mim" pra mim Katarina. Aí eu compreendo que é uma coisa que vai trazer um benefício maior para o país e eu não fazer por birra, eu não consigo, eu não consigo. Eu posso perder até algumas coisas, vantagens e não sei o que e tal, mas eu não consigo. E o contrário também, eu não consigo votar em algo: "Ah, isso aqui é pra votar, o governo tá pedindo pra votar", aí quando eu vou ler, uma PEC 9, é uma bomba isso, entendeu? Mas, ideologicamente pra mim, eu entendo Gleise quando ela diz assim, porque ela tá no papel dela de presidente de partido, eu sei que deve doer nela também, mas ela tem que defender. Mas eu não consigo. Se eu tivesse no papel dela talvez eu tivesse defendido aquilo, tá entendendo? Porque era meu papel naquele momento ali. É como um júri, você tem que defender como advogado de defesa tem que defender o criminoso, não tem jeito. Mas eu tenho que encontrar uma motivação, eu tenho que encontrar um porquê, pra mim, não é pros outros não, mas, para mim, eu tenho que encontrar um porquê, pra eu dormir tranquila. Por isso que eu não me considero centrão, porque eu acho que o centrão usa muito isso, sabe? Ele usa muito desse artifício que eu não concordo.

**Eloisa:** Concluímos. Muito obrigada.

#### **APÊNDICE C – ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM O PUBLICITÁRIO JOÃO LIMA, ESTRATEGISTA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING DA CAMPANHA DE DANIELLE GARCIA À PREFEITURA DE ARACAJU EM 2020.**

Mulher e delegada: gênero e relações de poder em processos eleitorais sergipanos

**Entrevistadora:** Eloisa Galdino

**Data:** 03 de outubro de 2023, 15h.

**Local:** Forneria Garcia

Rua Cherobina de Carvalho Pinto, 84. Jardins

**Tempo de gravação:** 1h

**Eloisa:** João, esse conteúdo vai ser utilizado para uma pesquisa de dissertação de mestrado do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe. Eu preciso do consentimento para utilizar essas informações.

**João Lima:** Autorizadíssimo

**Eloisa:** Bom, vamos lá:

1. O processo eleitoral de 2020 foi muito atípico, uma pandemia, saímos de 2018, em que o fenômeno da eleição de outsiders foi marcante. Como você avalia aquele processo eleitoral?

**João Lima:** Veja, o processo, na verdade, é aquele negócio: ele foi se construindo em andamento, né? Aquele famoso cavalo, vc selar o cavalo correndo, porque as informações iam chegando, era muito mais complexo a gente fazer pesquisa, porque as pessoas estavam todo mundo dentro de casa, todo mundo receoso, enfim, foi um cenário do caos. Mas eu acho que o outsider já vinha de uma política nacional, né? A gente já veio de 2018 com o outsider eleito presidente da república, e eu acho que isso refletiu muito, né? Ainda pegou uma rebarbazineira para 2020, com essas delegadas, delegados, ainda foi uma coisa muito forte em 2020, e até 2022 ainda foi forte também. Então, eu vejo assim, que o outsider é uma coisa realmente muito forte, tivemos muitos problemas do cenário político para fazer uma coisa muito técnica, né? Era muito difícil, era muito complicado, e é isso, eu acho que o cenário era esse.

**Eloisa:** Você atuou na campanha de Danielle Garcia, que foi um importante nome daquele processo, inclusive, chegando ao segundo turno. Qual foi seu papel na campanha?

**João Lima:** Na verdade, em uma campanha pequena, o cara cruza, cabeceia, pega a bola e bota no meio do gol, então eu fazia praticamente tudo ali na área da comunicação, porque a nossa equipe era muito pequena. A gente tinha seis pessoas, na verdade, a gente sabia que do outro lado tinha um batalhão, né? Mais de 100 pessoas, inclusive a gente brinca até naquela famosa foto, que no final eles tiram lá na escada da produtora, um batalhão, e a gente rindo, coitados. Eu era o diretor de criação, corria e segurava o sombreiro pra ela não pegar sol, botava microfone. Então assim, campanha pequena a gente faz de tudo um pouco, né? E também, lógico, com o tempo, eu fui ganhando a confiança da candidata, tive um relacionamento muito próximo, né? Até para decidir algumas coisas políticas também dela, e hoje, graças a Deus, tenho um bom relacionamento com ela.

**Eloisa:** Danielle era uma outsider delegada da polícia judiciária e mulher, qual foi a estratégia de comunicação adotada naquela campanha?

**João Lima:** Veja, como eu falei anteriormente, a gente não tinha uma pesquisa, a gente não tinha informação. As primeiras pesquisas quali chegaram no segundo turno, no primeiro turno a gente foi de olho fechado, a verdade é essa. Então, a gente foi usar os traços que ela mais tinha, digamos assim, forte nela, que a população gostava disso e foi provado em 2018. Então a gente usou muito o traço da delegada, que gostaria de combater a corrupção, de abrir a gaveta da corrupção, de abrir os cofres públicos para mostrar uma delegada que era da DEOTAP, que combatia a

corrupção. Então, foi meio que uma releitura de Collor, o Caçador de Marajás, né? Você acho que já era nascida na época também, né? Então assim, a gente fez uma releitura. Eu quero dizer para você, muito, não diria amador, mas muito no feeling, a campanha foi muito no feeling. Nossa pesquisa era instagram, era a rua, o nosso calor veio da rua mesmo, não veio de papel frio de ar condicionado, de pesquisa quali, não tivemos isso. Então foi muito no sangue, no feeling.

**Eloisa:** Me diga uma coisa, você avalia que a presença dela acabou atraindo outras mulheres delegadas para aquela disputa?

**João Lima:** Sim, eu acho que ela teve um papel. Primeiro, a estratégia - isso não sou eu que tô achando não, isso eu tô falando é porque eu já ouvi isso - de se colocar uma vice-prefeita na outra chapa delegada foi exatamente para anular ela, né? E, logicamente, foi uma jogada, uma estratégia muito bem feita, tanto é que ganhou. Então, eu acho que esse jogo de xadrez foi muito bem jogado pela campanha da situação, foi muito bem jogado, e, realmente, colocar uma delegada meio que deu uma quebrada no diferente, numa coisa, no inusitado, que só seria ela. Quando você bota uma, mesmo que seja vice, quebra um pouco essa coisa inusitada. Então, eu acho que foi uma estratégia inteligente deles.

**Eloisa:** Na estratégia de comunicação de vocês, foi mais explorado o lado mulher ou o lado delegada?

**João Lima:** Veja, no começo - até no começo eu fui até contra - eu gostaria muito de mostrar o lado da mulher, o lado mãe, fazer aquele diamante, ela na casa, e tá, tá, tá. Mas aí, o núcleo durou chegou e disse: "Não, vamos chegar batendo, vamos chegar chegando. Vai ser tiro, confusão e bomba". Tudo bem, vamos. Não tinha pesquisa, era feeling, então vamos. E aí, eu acho que o primeiro passo que a gente deu, a gente meio que errou na dose, né? Como a gente não tinha quali, era um programa que deveria ter sido testado em quali mas a nossa quali era a gente. Então, a gente, todo mundo contaminado, naquele negócio de fama. A rua, todo mundo reclamando, era crítica em cima de crítica.

Então, a gente: vamos pra porrada? Vamos pra porrada! E eu acho que foi um primeiro erro, e no outro lado tem um uma pessoa muito, digamos assim, viva, esperta, inteligente, soube pegar esse erro nosso, que foi um erro realmente. E aí, tirou onda em cima disso. Então, assim, a estratégia nossa, não teve, na verdade. A gente foi muito pelo calor da rua.

**Eloisa:** E o calor da rua dizia que Aracaju queria uma delegada?

**João Lima:** O calor da rua dizia que Aracaju queria mudar. E a palavra mudança é uma coisa muito chata de falar em campanha, né? Mas, o que a gente sentia era isso, tanto é que, veja, a gente perde eleição por 40 mil votos, contra tudo e contra todos,

que a gente não tinha espaço na mídia, até na rua pra gente gravar, teve um dia que fomos gravar e um carro pipa tava molhando a piçarra pra passar o asfalto, um cara virou a água e molhou a candidata toda, entendeu? Então assim, era contra tudo e contra todos, e mesmo assim não foi uma derrota, a gente deixou de ganhar por 40 mil votos. É aquele negócio, deu calor, né?

**Eloisa:** Faz parte dessa estratégia ela ter aparecido no primeiro programa com uma camiseta do combate à corrupção?

**João Lima:** Sim, porque como ela veio com a mudança e, naquela época tinha várias questões, que tinham várias interrogações, era licitação de ônibus, algumas situações meio escusas, então assim, e ela, por vir como delegada, e 2018 ainda mostrou que tinha um resquíciozinho para 2020, a gente explorou isso, de certa forma sabendo o que a gente tava fazendo.

**Eloisa:** É uma vinheta de abertura que simula a participação dela num duelo, e logo depois ela convida Edvaldo Nogueira para um debate.

**João Lima:** Sim.

**Eloisa:** O que se desejava comunicar, imagetivamente, com essa construção?

**João Lima:** Na verdade, o que a gente quis chegar era dividir o holofote com ele, era rachar a campanha, polarizar, né? E, de certa forma, tem aquele velho ditado "falem mal, mas falem de mim". Então, teve gente que tava doido para uma oposição mais ferrenha, e tava do lado dela, e quem não tava, de qualquer forma, tava falando dela. Então, de certa forma, a gente conseguiu colocar, com o pouco que a gente tinha (a gente tinha um terço do tempo de televisão dele), né? E com o pouco que a gente tinha a gente meio que bagunçou o coreto, porque também, nem a gente também esperava chegar daquela forma na televisão, mas o núcleo duro decidiu e a gente se abraçou e foi.

**Eloisa:** Quem é o núcleo duro?

**João Lima:** Rapaz, o núcleo duro era os políticos dos partidos, ela também, acho que o grupo da oposição.

**Eloisa:** A gente sabe que a delegada Danielle, ela é, desde o começo, ligada ao senador delegado Alessandro.

**João Lima:** Sim

**Eloisa:** Ele fazia parte desse núcleo duro, né?

**João Lima:** Sim, sim, mas no dia dessa decisão, "Eu quero fazer justiça", ele não estava, mas ele fazia parte com certeza, ele era um dos mentores da comunicação dela.

**Eloisa:** Danielle Garcia, delegada, ela concordou com essa estratégia inicial de uma campanha mais dura, de começar com aquela força e com essa evidência no papel dela de delegada?

**João Lima:** Veja, Danielle, na verdade, nesse caso, especificamente, ela não concordou, ela estava pronta para o que mandasse ela fazer, porque eu acho que é o papel do candidato também. Quando ele tá lá na produtora para gravar alguma coisa, se ele começar a ficar pensando, rever texto, fazer, eu acho que meio que quebra a função de quem tá lá pra fazer isso, né? Então, eu acho que nesse caso, especificamente, a culpa dela é zero, porque ela apenas cumpriu o que foi acordado fazer.

**Eloisa:** Algo deu errado com essa estratégia? Por que eu pergunto? Porque a partir do sétimo programa parece que mudou tudo, vinheta de abertura, maneira que ela falava, temas tratados.

**João Lima:** Sim, sim.

**Eloisa:** O que foi que houve?

**João Lima:** O que que houve, na verdade, mais uma vez eu falo, você já trabalha com isso há muito tempo e a gente sabe que pesquisa é a coisa mais importante, né? Porque o que a gente fica fazendo na sala de ar condicionado a gente tem que saber como é que ressoa na população lá fora. Então, na verdade, a nossa pesquisa era o povo. Eu não ficava na produtora, eu ia pra rua, para as carreatas, e começava a ouvir as pessoas falando. E às vezes, de repente até, tinha pessoas até do outro lado falando para gente errar o caminho, de repente pode ter acontecido isso mesmo. E realmente houve essa virada de chave, as pessoas até brincavam "outro dia tava brigando e outro dia tá chorando, né?" E, assim, mas eu quero lhe dizer que aquilo ali é ela mesmo, ela é pavio curto, ela é rígida, mas ao mesmo tempo ela chora, ela é mãe, ela sabe a dor do que é ser mulher, ela sabe a pressão que ela sofreu. Então, tem horas que ela, como ser humano, também não aguentava essa pressão, porque ela ficava: "Venha cá, vocês quer que eu faça o quê?". Então assim, ela entrou em crise, e isso realmente foi um momento muito delicado da campanha, e por trás de um candidato existe um ser humano, e ainda mais mulher, com TPM, com dor, com preocupação com filha que vai viajar. Então assim, foi um momento muito complexo, "em quem eu confio, o que que eu faço? Eu tô recebendo muita porrada, o que não tô recebendo, aí tá no caminho certo?" E a gente sem poder aferir, a única aferição que a gente tinha era o Instagram, uma rede social, né? Então assim, a campanha no primeiro turno foi muito no feeling, muito no feeling. E pra minha

grata surpresa e satisfação, conseguimos chegar no segundo turno, que era - se você tivesse nos bastidores da campanha, você dificilmente apostaria que a gente chegaria, né? E a gente com fé, com perseverança, a gente chegou no segundo turno. Quando eu comecei a trabalhar com ela, quando ela entrou no carro, a primeira coisa que eu falei pra ela foi o seguinte: "Olhe, se vai ganhar, se vai perder, eu não lhe garanto, eu só lhe garanto uma coisa: você vai sair muito maior do que você entrou", e isso aconteceu. Para resumir, a verba que a gente tinha de comunicação, como um todo, não pagava o salário do marqueteiro da situação. Pronto, por aí você tira.

**Eloisa:** Quais eram as qualidades mais evidenciadas dela?

**João Lima:** A verdade. E veja, por trás de uma delegada, eu vi um ser humano que eu não reconheci. Então assim, tinha dias que eu tava dentro do carro com ela, e ela chorava dentro do carro, chorava, ela falava assim (a gente passando em Malvinas, uma favela lá na Terra Dura, 17 de março), ela falava assim : "Meu Deus, eu não quero ser prefeita, como é que eu vou resolver o problema desse povo aqui?". E assim, hora nenhuma a gente usou isso na campanha, que eu podia ter usado, e ela chorava, chorava copiosamente, "não, eu quero ir embora, quero ir embora, que eu não vou dar conta". Ela começou a entrar em uma crise existencial, do tipo, de ver o problema do outro e não saber como resolver, aquela aquela dor, né? Imatura, né, politicamente, depois que ela começou a entender como é que funciona, mas ela colocou muito o ser humano na frente do ser político. Eu acho que isso, no momento, foi importante para ela, mas ao mesmo tempo também ela entrou em parafuso, porque ela viu, "meu Deus, como é que eu vou resolver o problema desse povo?". Nesse dia aí até eu baqueei também, fiquei "Meu Deus do céu, é muito problema, tem que ter muito sangue frio", entendeu? Mas depois ela foi, entendeu, "pô, meu irmão, pelo menos eu tenho boa vontade de fazer. Eu sei que eu não vou fazer nada de errado, mesmo que eu quisesse, não tinha como não fazer nada de errado, e eu vou fazer o meu melhor". Aí foi que ela começou a entrar, mas no começo foi complicado, bem complicado.

**Eloisa:** João, você poderia elencar as pautas defendidas, naquele momento eleitoral que estavam relacionadas diretamente ao fato dela ser mulher?

**João Lima:** Bom, a gente tinha vários programas, tinha o negócio do câncer, tinha o negócio de creche também, que eu me lembro. Veja, a campanha política ela é meio cíclica, né? Quando fala de mulher já vai: câncer de mama, creche, educação, não sei o quê lá e blá blá blá. Então assim, digamos, aquele pacote feito de toda campanha ela utilizou, mas a coisa que ela mais batia, era o seguinte: "Se eu acabar com o dinheiro da corrupção, vai sobrar mais dinheiro para eu cuidar do povo", e isso ela falava fora das câmeras, "eu quero combater a corrupção, para sobrar mais dinheiro para mim, para eu cuidar das pessoas", era essa, mas infelizmente, devo reconhecer, que a gente não conseguiu passar isso. A gente passou a austeridade da policial que queria prender o bandido, entendeu? E, na verdade, não era isso.

**Eloisa:** Isso foi mais forte.

**João Lima:** É, foi. E foi mais explorado pela situação, né? Pelo adversário. Ele soube fazer isso bem feito, eu devo reconhecer, comigo não tem essa não. Então assim, se a gente conseguisse passar essa mensagem, do tipo: "Eu sou polícia, mas eu não quero prender, eu quero evitar o roubo pra que sobre mais dinheiro pra você", pronto, era essa a mensagem.

**Eloisa:** Podemos dizer que a postura dela naqueles primeiros programas de televisão estavam inspiradas muito no ataque à gestão e a figura do prefeito Edvaldo Nogueira? Esses ataques pareciam estar relacionados imageticamente à postura da delegada, procede?

**João Lima:** Sim. Na verdade, a gente queria fazer um contraponto, né? Então, naquele momento dali, a gente se aproveitou dessa...e uma coisa que é interessante, antes a gente conversou muito se a gente ia usar o "delegada", se seria Danielle Garcia ou se seria delegada Danielle Garcia. E aí, a gente começou a pesquisar, pesquisar, e quando eu falar pesquisar é no Google mesmo, pesquisa no Google, não é pesquisa não, é Google mesmo. Aí a gente começou a pesquisar e todas as pessoas que se elegeram usaram delegado, quem era delegado usou delegado, delegado fulano, delegado, ciclano, delegado..

**Eloisa:** Era uma tendência que vinha de 2018.

**João Lima:** Exatamente, e continuamos. Tanto que a própria delegada que foi ser vice, a pesquisa deles também indicaram. Então, graças a Deus, nos ajudou bastante. Então, foi exatamente isso, a gente quis fazer o contraponto.

**Eloisa:** Tem um pensamento no marketing político que...Na verdade, não é um pensamento, é uma metodologia, que coloca sempre a situação quando você tem um candidato à reeleição, ele busca exaltar aquele trabalho. Na oposição, quando você faz o contraponto, você pode apenas trabalhar suas qualidades ou você pode atacar aquele que está como incumbente. No caso de Danielle Garcia, a estratégia foi o ataque.

**João Lima:** Sim, porque veja, a gente tinha a imagem de Edvaldo como frágil, né? Tanto é que aquela imagem dele no debate de 2016, com Valadares Filho, ainda ecoou muito, né? Aquela gaguejada que ele deu, aquele deslize que ele deu naquele debate. E a gente viu que ele é muito frágil no debate, tanto é que ele não foi pra nenhum debate com ela, né? O sonho era ir pro debate e ele nunca foi pro debate. Então, concordo com esse raciocínio, mas, em Aracaju, principalmente no Nordeste, eu acredito, não é pesquisa não, mas eu acredito que as pessoas gostam de ver o embate, as pessoas gostam de ver a guerra. Então, foi por esse caminho que a gente foi, mas também eu acho que a gente excedeu um pouco na dosagem, é isso que eu falo que dá pouca falta na pesquisa, o caminho foi certo, mas a dose foi errada.

**Eloisa:** O que que vocês buscavam ao mostrar Danielle Garcia em situação de treinamento de tiro?

**João Lima:** Resquício de 2018, né? Aquele negócio do capitão. E veja, a gente teve votos de todos os lados, de todos os credos. Não foi só o bolsonarista que votou em Danielle, mesmo porque tinha Rodrigo Valadares, que tinha mais essa pegada muito mais forte do que ela, né? Não é porque ela sabia atirar, que ela atirava e tal, que a gente pegou o bolsonarismo, Rodrigo Valadares dividiu esse voto. E eu digo pra você sem medo de errar: se Rodrigo Valadares não tivesse na eleição, disputando, ela tava eleita. Porque ele com certeza tirou muito voto dela, e no segundo turno ele não apoiou ela. Então assim, porque foi uma campanha muito ferrenha entre os dois, é porque ele que tava brigando ali no mesmo nicho, né? Então, se ele não fosse um player, ou se a gente conseguisse trazer ele pra perto, como Emília também na época, se conseguíssemos trazer, não tenho a menor dúvida que ela hoje seria prefeita.

**Eloisa:** Você já me respondeu essa pergunta, João, mas só pra ficar muito claro isso, vocês tinham pesquisas qualitativas sobre a imagem de Danielle, e durante a campanha, como ela aparecia?

**João Lima:** Zero, zero, zero, só no segundo turno. No segundo turno apareceu, mas 15 dias de campanha, como é que você vai resolver os problemas que você criou no primeiro turno todo, né? Então a gente ficou tentando resolver aquilo mesmo que a gente tinha criado. Olhe, fazer campanha sem pesquisa é você andar no escuro sem lanterna.

**Eloisa:** Você criou a ideia-força "coragem e honestidade" ou "Agora é a vez da coragem"?

**João Lima:** "Agora é a vez da coragem, agora é a vez da mulher". Agora é Danielle.

**Eloisa:** Por que coragem?

**João Lima:** Porque veja, a gente foi procurar nela o arquétipo da heroína, né? Era a mulher que vinha para defender o dinheiro da população, o dinheiro do povo, então a gente foi procurar esse arquétipo. Ela já vinha com o trabalho na Deotap que era policial destemida, que vai para cima, que pega pega rico, que pega pobre, que não tava nem aí para nada, ela tava atrás da justiça, e foi isso aí que a gente pegou. Fomos atrás do arquétipo da heroína.

**Eloisa:** João, você trouxe para mim aí algumas informações interessantes com relação à estratégia, eu queria lhe perguntar o seguinte: foi uma campanha de uma mulher de direita?

**João Lima:** Veja, diria que sim, porque o discurso dela é de direita, mesmo porque se a gente fosse de esquerda eu acho que a gente não chegaria nem no segundo turno, porque a gente estaria brigando com Edvaldo. Na verdade nosso adversário no primeiro turno foi Rodrigo Valadares. Nossa meta era ganhar dele para ir pro segundo turno e disputar com Edvaldo. E a gente conseguiu ganhar dele, né? Mas assim, ela foi um discurso de direita sim, mas depois a gente começou a trazer ela um pouco mais para o centro. Mais uma vez selando o cavalo correndo, conversando e vai, vamos no feeling, e foi.

**Eloisa:** O centro é um lugar confortável na política.

**João Lima:** É confortável, mas eu acho que pra oposição não pode ficar em cima do muro. Você tem que ir pro embate mesmo, porque as pessoas querem ouvir a voz dela em você, né? Então a gente tava falando de ônibus sucateado, a gente tava falando de avenidas que foram gastos milhões e mesmo assim a avenida inundava ainda, a gente tá falando de corredores de ônibus que foram prometidos e não foram feitos, internet na praça que não foi colocada. Então, tem vários, N fatores que não foram feitos e a gente foi atrás disso, era o que cabia naquele momento, na oposição era isso.

**Eloisa:** Ideias como: abrir a caixa preta, separar os bons dos maus, Aracaju está afundando. Sempre com a candidata em tom de denúncia, de quem acusa e investiga. É a delegada candidata?

**João Lima:** É, aí esse lado é a delegada. Quando a gente levava ela pra rua, que ela falava com as pessoas, era mulher. Na verdade, a gente teve a mulher delegada, mas a gente errou na dosagem. A gente devia ter caprichado mais na mulher, que também era forte, mas é como eu falo, parece até ser repetitivo, mas como a gente não tinha pesquisa a gente tava apostando naquilo que a gente via que era mais forte, que era a delegada. E quando ela botou a vice delegada, aí chegou "não, realmente eles botaram a vice pra anular então a delegada é o mais forte, então vamos pro pau".

**Eloisa:** Danielle nas comunidades. Você falou: "Quando a gente ia para as comunidades, quando ela ia pras comunidades", em contato com a população, em reuniões com mulheres, por exemplo, Danielle chora em um dos programas. O que que tava acontecendo na estratégia de vocês naquele momento?

**João Lima:** Veja, como eu falei para você, no meio da campanha, quando a gente tava gravando tudo a gente não tinha nem dinheiro pra gravar externa, na verdade, a gente ficava tudo dentro, e a produtora é bem pequenininha, era uma casa. Então a gente virava a câmera 20 graus e era um cenário, virava 10 graus e era outro cenário. Então a gente fazia tudo meio caseiro mesmo. E quando ela ia para rua, quando ela pela primeira vez, ela entendeu o tamanho do processo que seria em ela ser prefeita,

daí ela começou a se questionar como é que poderia resolver o problema das pessoas. E aí, ela meio que começou a entrar numa confusão, digamos assim.

Veja, imagine uma pessoa que é correta nos procedimentos dela e ela começou a pensar: "Meu Deus, como é que eu vou ajudar essa comunidade aqui com tão pouco dinheiro? Como é que eu vou fazer isso? Como é que faz isso?". Não era o momento daquilo ainda, o senso de responsabilidade dela gritou muito forte, só que eu acho que gritou no momento errado. O momento era, primeiro vamos chegar e depois a gente resolve, mas aí começou, ela ia para os bairros, chorava de verdade.

Quando fala, fazer qualquer um chorar é fácil, né? A gente sabia os gatilhos: pai, filha, e a mãe. Então, não tinha segredo, quando a gente botava pra chorar, botava pra chorar. Agora, quando ela via as pessoas, ela já proibia, ela não queria usar aquela imagem chorando, né? Então as emoções que ela tinha era quando a gente falava desses gatilhos dela. Inclusive, vários filmes que a gente fez, os diamantes dela, que a gente gravou, ela contando um pouco da história dela, que não foi pro ar porque na hora se pensou em colocar ela chamando para o embate. Os diamantes todos ela chora, todos. Quando conta a história dela e do pai dela, de como o pai morreu, é uma história muito forte, muito dura a história, e ela preferiu, quando foi determinado que a gente ia pro embate, a gente não colocou esses filmes. Mas são filmes muito fortes, muito fortes mesmo. Ela se emociona de verdade, você vê que é verdade, tem horas que todo mundo chora no fundo das câmeras, porque ela é assim. Ela é intensa, ela é daquela que é intensa, ela é brava com o marginal, digamos assim, mas ela é doce também. Ela é sensacional.

**Eloisa:** O que diferenciava Danielle das outras candidatas delegadas que faziam parte do processo eleitoral daquele ano?

**João Lima:** Vou dizer uma coisa agora como um homem que trabalha com a imagem: ela é uma mulher linda, ela aparece muito bem no vídeo, e ela tem uma coisa que é impressionante nela, ela é aquilo que ela é na televisão, ela é verdadeira. Quando ela quer ser braba, ela é brava, e quando ela tá chorando, ela tá chorando. Não tem quem faça aquela mulher chorar sem motivo nenhum não. Então assim, ela foi muito verdadeira, muito verdadeira. E eu falo pra você, eu acho que a gente não teve a competência de passar isso pras pessoas, esse aí foi o problema, um problema sério nosso, não tivemos a competência de passar a verdade dela. Você vender a idéia da delegada que prende, que corre, é mais fácil, né? Você mostrar a ação, mas o sentimento não, você sabe melhor do que ninguém, usar uma música Uma iluminação, uma historiazinha pra fazer o storytelling do negócio, né? E eu acho que faltou várias coisas pra isso, não é desculpando não, mas faltou alguma coisa, independente de qualquer coisa faltou competência.

**Eloisa:** João, nós encerramos. Eu vou desligar o gravador, mas antes eu quero lhe agradecer pela gentileza em ter conversado comigo, para o meu trabalho.

**João Lima:** Eu que lhe agradeço. Quero lhe dizer que eu tenho um apreço por você de longas datas, você teve um papel fundamental na caminhada do nosso querido Marcelo Déda, você foi uma das mentoras pela primeira vez, eu posso tá enganado, não sei esse histórico político não, mas, pela primeira vez, eu vi, como dizem, uma mulher empoderada, do lado de um cara que se vivo estivesse com certeza seria Presidente da República. Então, quem está orgulhoso de estar aqui ao seu lado sou eu, queria também aproveitar e agradecer a Danielle também, né? Porque se não fosse ela, com a confiança que ela depositou em mim, eu não estaria aqui falando para você. E que bom que ela entendeu os nossos limites, não só os meus, como profissional, mas o nosso limite em todos os aspectos, os financeiros, de informação e tal, e hoje nós criamos uma amizade muito forte, né? Eu tenho uma amizade muito forte com ela, porque ela viu que tudo que nós fizemos foi de verdade, e foi intenso, não tinha desculpa. "Tá chovendo, não tem sombreiro? Eu vou na minha casa pegar o meu e eu mesmo fico segurando", e não tem essa não, eu ficava segurando o sombreiro, era eu. Não tenho vaidade de ficar na sala com ar condicionado, eu segurei o sombreiro dela, eu botava o lapela dela, e ainda ajeitava o cabelo dela. Eu era de tudo um pouco, acho que é assim que tem que ser, quando a gente tem pouca coisa a gente tem que se desdobrar, e a assim a gente fez. Erramos, mas também acertamos, porque quer ou não queira, ela hoje ainda é com certeza uma potência na política quando fala em mulher, pode ter certeza que o nome dela vai tá lá no topo da pesquisa. Então, queria agradecer também e parabenizar, porque você é um ícone, quando eu falei com você, quando você me chamou, eu falei pra você: "Você é um ícone da política", mesmo sem ser política, já foi secretária, sem ser política, você é um ícone da inteligência da mulher. Tem uma coisa que eu falo sempre pra minha esposa: eu adoro conversar com mulheres inteligentes. E eu saí de casa pra falar com uma mulher inteligente.

**Eloisa:** Obrigada, João, obrigada!

**APÊNDICE D – ROTEIRO E TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM A DELEGADA DANIELLE GARCIA, CANDIDATA À PREFEITA DE ARACAJU EM 2020, AO SENADO FEDERAL EM 2022 E ATUAL SECRETÁRIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Mulher e delegada: gênero e relações de poder em processos eleitorais sergipanos

**Entrevistadora:** Eloisa Galdino

**Data:** 05 de outubro de 2023, 11h.

**Local:** Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres

Rua Santa Luzia, 680. São José

**Tempo de gravação:** 1h20

**Eloisa:** secretária Danielle, eu vou utilizar o conteúdo dessa entrevista numa dissertação de mestrado no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe.

**Delegada Danielle:** Sem problemas, pode usar.

**Eloisa:** Vamos lá.

1. Depois de anos com uma carreira consolidada como delegada de polícia, o que lhe motivou a disputar um mandato e entrar na vida política? Como se deu esse ingresso ou convite?

**Delegada Danielle:** Bom, na verdade, eu sou delegada há mais de 20 anos, né? E no processo eleitoral de 2018, em 2017 na verdade, eu fui exonerada da Deotap. Naquele momento, a gente tinha investigações muito grandes, envolvendo casos muito complexos de Aracaju e do Estado inteiro, e o então governador Jackson Barreto me exonerou, né? A nossa chefia de polícia era exercida pela delegada Katarina, então foi Katarina que me convidou, me chamou na superintendência e me exonerou da Deotap e me lotou no Denarc, em seguida eu fui transferida para a Barras dos Coqueiros. E ali naquele, isso em 2017, né? No ano de 2018 veio a eleição e eu nunca tive filiação partidária, eu nunca tive nenhum envolvimento político, meus pais não são políticos, eu tenho um tio que foi prefeito de Estância, Carlos Magno, foi deputado estadual e federal, mas assim, minha família mais próxima nunca se envolveu com política. E em 2018, por conta de ter sido muito noticiada minha exoneração, a forma como se deu, a "paralisação de muitas investigações", o meu colega delegado Alessandro me chamou, me convidou, e disse: "Dani, eu tenho uma filiação no..." qual era mesmo o partido de Alessandro?

**Eloisa:** Rede.

**Delegada Danielle:** Na Rede. Ele tinha filiação na Rede e disse assim: "Olhe, eu vou ser candidato, não sei ainda se a deputado federal ou senador, mas eu vou ser candidato, você topa fazer uma dobradinha comigo?". E por que que Alessandro pensou que poderia ser candidato ali naquele momento? Porque quando o governador - ele era chefe de polícia - chamou ele e disse: "Olha, você vai exonerar Danielle", ele disse: "Não vou exonerar Danielle, pra exonerar Danielle eu entrego meu cargo", e de fato entregou o cargo. E o governador então naquela época chamou o secretário de segurança pública e disse: "Você vai exonerar Alessandro e Danielle", e o secretário de segurança pública disse: "Tá aqui o meu cargo, eu também não me interesse em trabalhar dessa forma". E eles dois foram exonerados, eu permaneci no cargo. E aí, eles nomearam João Eloy, secretário de segurança pública, e Katarina chefe de polícia. Me lembro que na época Alessandro disse: "Por que você não pede exoneração?", e eu disse: "Não, porque eu tenho uma investigação grande pra terminar e eu só vou pedir exoneração quando eu terminar essa investigação". Katarina assumiu em março, salvo engano, e eu permaneci de março a outubro, quando foi em outubro, a gente deflagrou a operação em julho, junho, eu acho, mais ou menos. E aí, chegou no limite, ela me chamou e disse: "Você tá exonerada". Foi isso que aconteceu, da Deotap.

Só que esse fenômeno de Alessandro ter entregue o cargo, João Batista ter entregue o cargo, eu ter sido exonerada, foi muito noticiado na imprensa. Muito, muito, muito. E havia uma onda de combate à corrupção, aquela coisa toda. Então, Alessandro, acho que viu uma janela de oportunidade, disse "Olha, nosso nome tá muito em voga, porque a gente não sai candidato?"

E lá em 2018, eu falei: "Mas candidato? Como assim? Isso nunca passou pela minha cabeça, eu nunca nem tive atividade, nunca participei de política, nem na universidade, e eu sou da Universidade Federal. E aí, até o último momento da filiação eles ficaram me enjoando, "não, vamos, se filie, se filie, se filie". Eu acabei não me filiando em partido nenhum e não fui candidata. Alessandro foi candidato a senador e ganhou a eleição, foi isso que aconteceu em 2018. De 2018 a 2020 aconteceu que eu passei a ser ainda mais assediada por diversos partidos, porque tinha um case de sucesso que era o caso do Alessandro. Eu vou falar sem filtro, certo?

**Eloisa:** Certo.

**Delegada Danielle:** Todo mundo comentava que Alessandro tinha sido eleito, mas, na verdade, o nome seria o meu, né? Que era eu quem fazia as investigações, Alessandro era o chefe de polícia, e que eu não podia perder essa oportunidade, e várias conversas, e várias conversas, várias conversas. Eu tinha sido convocada para trabalhar em Brasília, estava há um ano em Brasília, passei o ano de 2019 todo em Brasília. E aí, foi quando eu falei: "Olha, sabe de uma coisa? Eu tô em Brasília, longe da minha família, da minha filha, morando em hotel, eu quero voltar para o

meu estado", mas eu não sentia clima de voltar pro meu estado, pra minha polícia, que me segregava totalmente. Eu virei persona non grata na minha secretaria. E aí, eu falei: "Eu vou ser candidata. Por que que você não é candidata a prefeita? Nós temos várias pesquisas, você é o único nome que faz um contraponto com Edvaldo, a gente pode até não ganhar a eleição, mas é o único nome que vai fazer contraponto". E eu confesso a você que não acreditava nisso. Eu dizia "mas eu passei um ano fora, em Brasília, depois dessa confusão toda". Quer dizer, eu fui exonerada em 2017, 2018 Alessandro foi nomeado, 2019 eu passei todo fora, era muito tempo tempo na minha cabeça. E aí, Alessandro me mostrou várias pesquisas, "você é a única que consegue ir para o 2º turno com Edvaldo, e aí eu topei o desafio. E aí, foi assim a trajetória, foi nesse desenrolar de coisas. E aí, foi quando eu voltei de Brasília, em 30 de janeiro de 2020, e, no dia 2 de fevereiro, eu me filiei ao Cidadania, que Alessandro já estava no Cidadania, e fui candidata.

**Eloisa:** Combate à corrupção. Esse tema específico me parece que foi o mais relevante para o seu ingresso.

**Delegada Danielle:** Sim, sim, sim.

**Eloisa:** Tem relação com o cenário nacional? Com o que acontecia nacionalmente?

**Delegada Danielle:** Então, um dia desses eu ouvi aqui que nós somos os precursores da lava jato. Ora, que pretensão. O que aconteceu foi que em 2009 eu era delegada do Cope, trabalhava com assalto a banco, roubo de carga, e João Batista, o então superintendente da polícia civil me chamou e disse assim: "Dani, você é muito dedicada, tudo que você pega você desenrola, e eu queria transformar a DEOTI, que era a Delegacia de Ordem Tributária em Delegacia de Ordem Tributária e Administração Pública, ia virar Deotap. Mas eu queria dar uma mudada nisso, a gente precisa trabalhar com inquéritos contra administração pública, corrupção, peculato, e acho que você tem todo esse perfil". E eu aceitei o desafio, e naquele momento ninguém nem falava em lava jato. Então, nós começamos, lá atrás, a DEOTAP, nesse novo formato. João Batista disse: "Poxa, a gente tem que parar de ser aquela polícia que só prende o preto, pobre e periférico, a gente precisa chegar nas camadas que também cometem crimes e que são mais abastadas". E aí, ele falou: "Monte seu time e comece a trabalhar". E aí, eu fui trabalhar desse jeito, eu fiz parceria com a CGU, com a CGE, com o TCE, com a TCU, com a própria SEFAZ, para que a gente cruzasse esses dados e pegasse algumas investigações. Então, tem a ver com o cenário nacional? Absolutamente não. Eu tinha contato com alguém do cenário nacional? Nenhum. Nós, um grupo de delegados, eu, João Batista e Alessandro, basicamente, é que tivemos a ideia de transformar, dar uma nova cara à Polícia Civil, e atuar também nesses crimes de colarinho branco, né? Então, aí eu fiz curso, fiz curso de lavagem de dinheiro, fui para Brasília, tava tendo, na época, a montagem de laboratórios de tecnologia em lavagem de dinheiro, a gente conseguiu trazer para Sergipe, e nesse meio do caminho foi explodindo as operações nacionais,

né? Então, é óbvio que, historicamente, uma coisa casou com a outra, mas eu quero dizer que, da minha parte, as nossas investigações não tem nada a ver com isso, foi uma ideia nossa que a gente começou a... E isso tomou uma proporção nacional, de Sergipe para o Brasil porque eu era instrutora do Ministério da Justiça. Então, eu dava curso a todas as polícias do Brasil, aos vinte e sete estados, inclusive para os Ministérios Públicos e Tribunais de Justiça.

Então, a gente levava a nossa experiência daqui para lá, e todo mundo ficava impressionado, nós somos o menor estado da federação e mesmo assim a gente conseguia fazer investigações aqui que São Paulo, Rio, as polícias civis não conseguiam, apenas a polícia federal conseguia fazer. Então, isso virou um case de sucesso, e a gente começou a ser reconhecido nacionalmente, né?

**Eloisa:** Entendi. O seu ingresso da política, portanto, está alinhado com essa questão de Alessandro Vieira?

**Delegada Danielle:** Sim, alinhado no sentido de que nós começamos essa questão do combate à corrupção em Sergipe, né? Ele, como chefe de polícia, me deu total carta branca pra gente atuar. Então eu não era chamada pelo chefe pra dizer: "por que você tá investigando empresa tal? E empresa tal? E o prefeito tal, e o secretariado do governo?". Então, eu tinha carta branca pra trabalhar, e a gente ia trabalhando, o que ia chegando pra gente, a gente ia investigando.

**Eloisa:** Eu falo alinhamento, secretária, porque a eleição do senador Alessandro Vieira, ela acaba tendo um link com o que acontecia nacionalmente. Que foi uma eleição, em 2018, em que nós tivemos um percentual de outsiders muito significativo e também de representantes das áreas de segurança. Então, essa eleição de 2018 acabou tendo reflexo em 2020. E aí, eu pergunto se, para a senhora, teve relação com marcador de gênero o fato de ser mulher e a relação disso com ser mulher e ser delegada, com relação a candidatura específica de 2020, que é o seu primeiro movimento político.

**Delegada Danielle:** Sim, eu acho que sim. Assim, ainda era muito forte essa questão das carreiras, das polícias estarem na política, o que outrora não acontecia, a gente via professores, médicos, mas não policiais, e também o fato de eu ser mulher. E haviam pesquisas qualitativas anteriormente, dizendo que o aracajuano clamava por uma mulher prefeita. Então a gente casava com essas duas coisas: a questão do combate de administrar coisa pública sem desperdício do dinheiro público, né? Ou seja, com todos os princípios que regem a questão do combate à corrupção e de uma mulher.

**Eloisa:** A senhora encara a pauta de igualdade de gênero como parte de sua plataforma política? E por quê?

**Delegada Danielle:** Sim. Não como parte, como parte principal da minha trajetória política, porque assim, imagine a minha trajetória na polícia, nunca foi fácil ser mulher na polícia, nunca foi fácil. Eu entrei na polícia aos 23 anos de idade; mãe recente, minha filha tinha 4 meses de vida quando eu fui para academia de polícia, eu amamentava a minha filha entre uma aula e outra na Acadepol, e ir pro interior com bebezinho ainda, de colo, foi muito difícil pra mim. Então assim, a gente não tinha alojamento, a gente não tinha banheiro pra mulher. Eu sempre conto essa história, a gente tinha aqueles banheiros com mictórios masculinos, que a gente não consegue usar. E, quantas vezes eu dormi, por exemplo, em plantões, em viaturas da polícia civil, porque eu ficava com receio de deitar com um monte de homem, né? Nos plantões noturnos.

Então, sempre foi muito difícil ser mulher. Me lembro que os nossos chefes sempre queriam colocar a gente não pra comandar as operações, dizia: "Não, é porque você não pode trocar de tiro, e não sei o quê lá, vocês podem não estar aptas". E aí, naquele momento, eu saí para fazer curso em São Paulo, fiz curso com a CORE no Rio de Janeiro, fiz curso com o BOPE, fiz curso com a Polícia Federal, porque pra mim era assim: todas as coisas que me limitavam pelo gênero era aquilo que eu ia para cima, enfrentava. Então, nunca foi fácil. Quando eu vim para a política, essa, para mim, é uma das principais bandeiras, não é nem o combate à corrupção, que isso pra mim é tão lógico, para ser administrador público tem que entender que o dinheiro é público, não é meu, não é seu, é de todos nós. Mas o fato de nós sermos mulheres e sermos sempre tratadas como uma subcategoria, a gente não pode ser a principal, a gente tem sempre que ser a adjunta, a coadjuvante, a vice, sabe? Isso me incomodava demais. Então, essa pauta sempre foi muito importante pra mim.

**Eloisa:** Quando ocorreu a tomada de decisão sobre entrar na política, a senhora refletiu sobre a sua condição de filha, mãe, esposa, delegada, cidadã? Qual dos papéis foi mais preponderante para a decisão final?

**Delegada Danielle:** Veja, eu tinha muito receio de que como mãe, como filha e como esposa, eu deixasse a desejar com essa nova escolha, mas minha filha, minha mãe, meu marido, todos os meus familiares, meus amigos mais próximos, sabem o quanto eu sou inquieta, o quanto inquietude é o que me move, né? Então assim, estar em um lugar tranquilo, eu preciso ter paixão pelo que eu faço, sabe? Então, eu sei que não era uma decisão deles, eu conversei com todos e ninguém foi a favor de eu entrar na política, mas, ao mesmo tempo, ninguém disse não. Minha filha disse: "Mãe, você sabe que você vai ser muito atacada, você sabe que você vai ser muito maltratada, mas eu também sei que você não está em paz". Que assim, tá em Brasília, em um papel que financeiramente era muito bom para mim, mas não é isso que me move, sabe? Então, todo mundo entendia que eu precisava dar espaço, que era mais um desafio na minha vida. Então, eu acho que mais me levou para política não foi nem a família, foi a minha personalidade mesmo.

**Eloisa:** Como é que a senhora enxerga o fato de que naquele processo eleitoral específico, nós tínhamos, além da senhora, mais duas delegadas? Foi uma coincidência ou um fenômeno específico?

**Delegada Danielle:** Não, veja, eu acho assim: quanto a Georlize era uma coisa natural. Por que? Porque Geo, ela foi candidata a vereadora em outras eleições, ela já tinha um viés político. Ela já tinha sido secretária de segurança pública, trabalhou muito tempo com João Alves, foi secretária do interior; então assim, ela tinha esse viés político, sempre teve. Então, na minha cabeça, era natural que Geo viesse como candidata a prefeita. O que me chamou atenção, né? E aí, sim, para mim foi uma jogada de marketing político, foi Katarina. Porque eu me lembro que nós tivemos várias desavenças na época da minha saída da Deotap, porque a minha exoneração quem assinou foi ela, nós tínhamos diversas discussões, com a forma como foi feita a minha exoneração, e me lembro que quando eu voltei de Brasília e fui lá para dizer: "Olha, eu vou pedir férias e licença prêmio, porque eu vou ser candidata a prefeita de Aracaju". Ela olhou pra mim e disse assim: "Você é doida? Você não tem juízo! Meu Deus do céu, agora eu tenho certeza que você não tem juízo". Então assim, quando eu fiquei sabendo que Katarina ia ser chamada pra ser a vice-prefeita de Edvaldo, eu tomei um choque, porque nunca Katarina - basta dizer o que me dizem, né? É que no dia ela não sabia nem se precisava ter filiação partidária pra ser candidata a vice-prefeita -. Então veja que é uma pessoa que - só um detalhe, voltando, quando eu decidi que eu ia ser candidata, antes disso, eu falei "vou fazer curso de Renova, vou fazer curso de política, estudei um pouco, fiz uns treinamentos em Brasília, porque eu achava era importante, não vou entrar de cabeça em uma coisa que eu não sei como fazer. Então, me chamou muita atenção, Katarina, que aí me permita a franqueza, que eu acho que Katarina, ela sim caiu totalmente de paraquedas, era o antídoto contra Danielle. Georlize era uma coisa natural, mas em momento nenhum me causou qualquer desconforto, tanto é que eu até brinco com Geo, uma vez eu entrei em uma casa na zona norte, e o pessoal "Nossa, a gente admira muito você, mas a gente é muito amiga da Dra. Georlize, eu falei: "Não, vote em Georlize, que é uma pessoa bacana". E eu sempre falei isso, esse voto eu realmente não quero. Então, eu tinha essa coisa, mas Katarina não, Katarina veio pra fazer o contraponto com Danielle. Eu acho que foi quando o lado de lá deve ter imaginado: "Essa mulher vai ganhar a eleição se a gente não segurar a onda, e a gente também precisa dizer que a gente também tem uma delegada do lado de cá." Então, é isso, eu acho que, eu acho que Katarina hoje está onde ela está - desculpe até, não é uma forma prepotente de dizer, mas é a verdade - ela deve muito a mim. Porque tipo assim, ela precisou ser inventada naquele momento para fazer contraponto contra mim, contra Danielle que era a candidata que faria oposição a Edvaldo.

**Eloisa:** Eu acredito que a senhora vai ficar confortável ao saber que eles não escondem isso, tanto o estrategista, quanto a própria, eles colocam que foi importante ter uma delegada pra fazer contraponto a sua candidatura.

**Delegada Danielle:** E aí, veja bem, quando você fala "delegada", eu não acho que era isso o importante, porque por exemplo, Georlize não era páreo, ela sabia que tava participando da eleição apenas pra continuar com o nome dela, a questão não era Georlize, a questão era Danielle, Georlize poderia até não existir nesse momento, e nem Katarina, entende? Então, não acho que seja o fenômeno de delegadas na política, não, isso aconteceu em 2018. Claro que havia respingos disso em 2020, mas aqui em Aracaju, especificamente, eu acho que, fora o fato de que Georlize já vinha da política e também não tinha muita expressão eleitoral naquela eleição, a vinda de Katarina era pra fazer contraponto comigo, não era questão de delegadas na política, não era isso, absolutamente.

**Eloisa:** Mas olhe, a senhora considera que o fato de ser delegada, agregava, e agrega, valor à sua imagem como mulher?

**Delegada Danielle:** Sim, claro que sim.

**Eloisa:** Que aí, não bastava ter outra mulher.

**Delegada Daniele:** Tinha que ser outra mulher do meu top, claro.

**Eloisa:** Por isso que eu acredito que o fato de ser delegada foi um tema que circulou como algo para a população naquele ano de 2020.

**Delegada Danielle:** não, concordo, só tô querendo lhe dizer que, assim, é... que Katarina não veio pra política por ser delegada e ter uma história na política que marcou o público. Não, ela veio pra fazer um contraponto com Danielle, e ela foi, desculpe o termo, mas ela foi criada no laboratório. Cauê (e Cauê sabe, a gente já conversou várias vezes sobre isso) foi fabricada no laboratório pra ser o contraponto a Danielle. Enquanto Danielle era mais contundente, porque eu sou mais assim, Katarina aparecia de forma, pra dizer: "Não, ela é delegada, ela é firme, ela é uma mulher correta, mas ela não...", sabe? E eles fizeram esse jogo de cena, né?

**Eloisa:** Veja, esse jogo de cena, a gente entende como "estratégia de comunicação". Então, é nítido que, na linguagem, na forma e no conteúdo, Katarina fez um contraponto, com a ideia de ser um outro tipo de delegada. Mas, na sua estratégia, não tava muito posto no começo, sobretudo na primeira semana da campanha, a ideia da delegada?

**Delegada Danielle:** Tava, e assim, vou lhe dizer porque a gente tem um *making of* disso tudo, né? Quando eu fui gravar os primeiros programas, eu falei: "Nossa, mas entenda só..."; e entenda só, o meu jeito firme de ser, firme, transparente, todo mundo que me conhece sabe que eu sou assim, eu olho no olho, eu sou muito verdadeira, mas eu não sou uma pessoa bruta, não sou uma pessoa bruta. Os meus investigados gostam de mim, pra você ter uma ideia, ou seja, eu nunca precisei tratar

um réu, um investigado preso, de forma desumana, destratar, porque eu sou delegada, não, absolutamente. "Filho, você sabe que eu tô fazendo minha parte, né? Você errou e eu preciso investigar, é isso". Então, quando eu fui gravar aqueles programas eu falei assim "gente, mas eu preciso gravar desse jeito?", "Bote o dedo assim, faça cara de raiva". E aquilo me incomodou. Muito, muito. A ponto de eu questionar, mas essa era a linha que o marketing tinha escrito. Aí assim, se você me perguntar: "Você acha que houve um erro de estratégia?". Acho que houve um erro de estratégia, acho. Só que hoje, por exemplo, na eleição do senado, eu já com essa experiência de 20, eu pude sentar com o pessoal do marketing e dizer: "O que vocês estão pensando? Eu quero participar disso". Mas nas eleições de 20, eu não entendia sobre isso, né?

Diziam: "Você tem que vir como a heroína, aquela figura que chuta a porta e diz 'cheguei'. Mas, gente, mas eu não sou essa mulher. Eu sou uma mulher guerreira, eu sou uma mulher aguerrida, beleza; mas eu não sou essa mulher bruta. E acho que aí a gente realmente passou do ponto. E quando se tentou, depois, voltar a Danielle firme, mas muito mais eu, verdadeira, verdadeiramente, na verdade, aí talvez não tenha sido compreendida. Apesar de que, repito: eu não acho que a gente perdeu a eleição por isso, não. Nós perdemos a eleição por outros fatores, perdemos essa eleição porque é muito difícil concorrer com a máquina, né? As pessoas falam "Não, mas se você tivesse acertado o marketing no início você teria ganhado a eleição". Não sei, não sei. Porque há coisas nas eleições que, muitas coisas, que eu não estava disposta a fazer, e deixei muito claro isso, sempre, "Olha, o meu limite é até aqui, a partir daqui eu não vou. Posso perder a eleição, tranquila, perco linda, mas eu não estou disposta a fazer". Então, eu acho que perder a eleição se deu muito mais a essas coisas, entendeu?

**Eloisa:** Eu vou voltar um pouquinho, secretária, só pra conseguir encaixar esse seu ingresso. Quando a gente fala da entrada de mulheres na vida política, as pesquisas costumam categorizar a porta de entrada delas, um marido que já era da política, um pai que já era da política. Mas a senhora se encaixa na figura da outsider independente, não é? Alguém que vem de fora e, por seu desempenho de outras áreas, conseguem êxito em disputas eleitorais. E aí, a gente não vai falar êxito na disputa eleitoral com relação ao resultado propriamente dito, mas ao que se ganha em imagem pública e a presença do debate público. Como é que a senhora encara essa sua participação na política e qual é a cota de contribuição do Renova.br?

**Delegada Danielle:** Assim, eu acho que o Renova foi muito bacana comigo, porque primeiro, repito: eu nunca tinha tido filiação partidária, eu nunca tinha tido vivência política partidária, nunca. Então, o Renova me levou pra São Paulo, passou uma semana em São Paulo discutindo política, né? E se dizia muito: "Ah, o Renova é de direita, o Renova é de esquerda". Absolutamente, a gente tava junto ali com o pessoal do PSOL, do PT, do União Brasil, de vários partidos, então nunca senti um direcionamento do Renova pra qualquer linha ideológica, mas eu achei que foi muito

importante, porque a gente discutiu várias coisas, a gente, inclusive, tinha matéria sobre orçamento, gestão, sobre a questão da prefeitura, e também sobre a questão de posicionamento.

**Eloisa:** Comunicação.

**Delegada Danielle:** Isso, comunicação. Então, pra mim foi super importante, tanto que eu fiz vários cursos do Renova. Eu fiz um específico para prefeita, depois fiz um pra Senado, tô sempre fazendo curso com eles.

**Eloisa:** A senhora se considera, ou se considerava, naquele processo, uma mulher delegada ou delegada mulher?

**Delegada Danielle:** Uma mulher delegada.

**Eloisa:** E essa experiência de assumir papéis sociais muito díspares, porque, do ponto de vista dos arquétipos "A delegada", ela tá bem distante da mulher, né? Numa sociedade como a brasileira. No que que isso contribui para Danielle política?

**Delegada Danielle:** Exatamente isso. Quando eu falo que a questão de gênero pra mim é muito forte, que não foi fácil ser policial e mulher, eu achava que eu podia trazer para política isso, essa coisa que diz: "Olha, mulheres, mulher, primeiro, veja bem, até bem pouco atrás ninguém discutia pobreza menstrual, mas a gente não menstrua desde quando o mundo é mundo? Por que que só viemos discutir recentemente?" Então, eu tinha certeza que nós precisávamos estar em um debate político, porque tem coisas de mulher, que só a gente pode tá ali pra contribuir; primeiro ponto, certo?

Segundo, nós precisamos também dar a visão da mulher sobre tudo, sobre a sociedade, a mulher precisa participar do orçamento, por que só o homem participa do orçamento? Das questões tributárias, enfim. Então, ser mulher delegada, eu acho que era algo importante para trazer para a política.

Eu trago comigo os valores e os princípios de ser uma policial correta (porque a gente sabe que tem policial que também não é correto), um policial que tem que trabalhar dentro da lei. E trago também a questão do gênero, de ser mulher, de ser mãe, de ser filha, de ser esposa, de ser dona de casa, de desempenhar 280 papéis ao mesmo tempo, com as mesmas 24 horas do homem. Enfim, eu sempre achei que era importante trazer esse exemplo para as mulheres, de dizer que nós poderíamos sim estar (apesar de clichê) em qualquer lugar, inclusive nessas profissões que são tão masculinas, mas principalmente que nós precisávamos estar discutindo coisas na política, porque as coisas que estão sendo discutidas na política dizem respeito à vida em sociedade.

**Eloisa:** Eu só queria alinhar isso com a ideia que me parece presente na sociedade. A delegada, ser delegada, lhe garante ou já te garantiu mais respeito ou admiração por parte dos seus colegas da política?

**Delegada Danielle:** Sim, acho que sim, eu acho que existe uma admiração a mais. Se eu fosse uma mulher médica, eles poderiam ter uma grande admiração, mas acho que o fato de ser delegada, por conta do machismo estrutural mesmo ainda.

**Eloisa:** Porque a médica ela tem relação com o cuidado.

**Delegada Danielle:** E a delegada...

**Eloisa:** Com a ação.

**Delegada Danielle:** Quando você imagina um policial, você imagina um policial homem, feche os olhos, você imagina um policial que vai pra rua, que troca tiro, que prende bandido, isso é muito masculino, né? Muito do homem, a força, sabe?

**Eloisa:** Exatamente isso. Vou fazer o link ainda com relação aos seus primeiros programas, porque eu fiz uma narrativa aqui, a locação é o Santa Maria, pelo que eu identifiquei.

**Delegada Danielle:** Sim.

**Eloisa:** Você foi gravar 17, no Santa Maria, porque ali tem o Morro do Avião, pelo que eu vi.

**Delegada Danielle:** Ah, sim, sim, sim.

**Eloisa:** E aí, Danielle caminha como se se direcionasse para um duelo, a câmera busca o movimento de mão, de quem vai sacar uma arma, no final o convite ao prefeito Edvaldo Nogueira para um debate, mas parece um duelo. O que se desejava com essa comunicação?

**Delegada Danielle:** Pois é, eu realmente não vou saber lhe dizer. Eu confesso que não gostei, foi muito desconfortável gravar aquelas cenas, foi muito desconfortável, porque eu acho que tinha que ter um debate, eu falava muito internamente que eu gostaria muito de um debate com Edvaldo, eu gostaria muito, eu tinha muitos questionamentos a Edvaldo. Talvez eu conheça coisas de Edvaldo que só eu conheço, né? Ou enfim, quase ninguém conhece. Então, eu gostaria muito de estar no debate com ele, isso eu falava muito. Então a questão de chamá-lo para o debate, eu concordei, mas não chamar pro debate brigando. E esse programa inicial, olha, eu vou te contar desde o início: quando eu entrei no carro para fazer gravação, o pessoal me entregou aquela camisa escrito "combate à corrupção".

- Mas eu vou usar essa camisa?

- Venha com calça jeans e tênis.

Aí, beleza, eu entrei no carro.

- Essa blusa que você vai vestir.

- Aí quando eu vesti a blusa, a blusa era maior do que eu.

- Nossa, mas que coisa feia, como é que vai ser?

Então, assim, tudo me incomodou naquele programa. Aí eles grampearam aqui atrás para poder ajustar a blusa, né?

- Agora você tem que andar assim...

E eu não sabia que tipo de maquiagem tinha que colocar, como que eu tinha que aparecer no vídeo, então foi muito desconfortável, muito, muito, muito. Eu acho que eles queriam exatamente isso, eu acho que quando eles desenharam o marketing eles imaginaram: "Vamos chegar chutando a porta, já que é delegada, vamos chegar chutando a porta", e acho que essa não foi uma boa estratégia, não foi.

**Eloisa:** E pensando na comunicação, o que mudou da candidata de 2020 para a candidata de 2022?

**Delegada Danielle:** Em comunicação

**Eloisa:** Comunicação.

**Delegada Danielle:** Ah, o que mudou para mim foi o fato de eu participar das decisões. Lembro que eu sentei com o marqueteiro e falei: "O que vocês estão pensando? Como é que vai ser? A música?". Me lembro que foi feita uma música que eu adorei, pra mim foi uma música que me marcou muito a do senado, e eu disse "Nossa, que música linda", me tocou o coração. Então tudo na campanha do senado eu participei. Eu queria fazer a campanha coração, emoção, né? Óbvio, eu não queria que as pessoas esquecessem que eu era delegada, que eu sou uma mulher forte, que eu sou uma mulher que ocupa um cargo muito masculinizado, mas que não preciso, por isso, perder a minha feminilidade, a minha ternura. Eu queria que tivesse esse mix, então o que mudou foi eu participar da comunicação e dizer exatamente o que eu queria.

**Eloisa:** Como se deu o fato, esses dois os papéis sociais, mulher e delegada, papéis marcantes e distintos, qual a influência deles em sua passagem pelo Ministério da Justiça?

**Delegada Danielle:** Então, no Ministério da Justiça foi uma coisa meio que assim: não havia espaço para mim aqui em Sergipe mais, né? O governador Jackson Barreto me via como persona non grata, o prefeito Edvaldo Nogueira sabia que estava sendo investigado por nós, Katarina me exonerou, aí me colocaram na DENARC, aí eu passei três meses no DENARC, aí com três meses "agora você vai pra 3º delegacia", eu tive que entrar com um pedido administrativo de que não essa troca. Então assim, eu comecei a me sentir muito desrespeitada como profissional, eu falei: "Gente, me esqueçam, me coloquem em qualquer delegacia e me esqueçam, deixe eu fazer o meu trabalho". Mas eu sentia que havia sempre um "Vamos esgrachar ela". Então,

quando veio o convite para trabalhar no Ministério, eu já era instrutora do Ministério desde 2019, então era natural que eles dissessem: "Danielle, você que já dá aula pro Brasil inteiro, se fixe aqui em Brasília, porque fica mais fácil. Então foi isso, eu achei ótimo, porque eu saí um pouco do furacão que tava aqui e, lá em Brasília, eu praticamente não ficava em Brasília, porque eu viajava o Brasil inteiro, em uma semana eu tava em Belém, no final de semana eu já estava em Porto Alegre.

**Eloisa:** Qual era o cargo?

**Delegada Danielle:** Nós somos mobilizados, porque assim, as estruturas policiais, nós não podemos ocupar cargos em Brasília, o delegado de polícia, pela nossa lei, só pode ocupar cargo de secretário, seja estadual, municipal ou nacional. Então, mas existe um termo de cooperação.

**Eloisa:** Primeiro escalão.

**Delegada Danielle:** É, primeiro escalão. Só que existe um termo de cooperação entre a Senasp, a Secretária Nacional de Segurança Pública, com todas as polícias, porque lá não existe corpo técnico próprio, então o corpo de lá são policiais que são mobilizados em todos os estados, né? Então, como é que se dá isso? A gente vai para Brasília, o Estado continua pagando o nosso salário, e a gente recebe as diárias lá, pelos trinta dias que a gente está lá, né? De 30 em 30 dias.

E essa é uma contrapartida para que a Senasp envie recursos para os Estados, para as polícias, "Ó, polícia, eu mando recursos pra você, mas é o seguinte: se eu precisar de policiais seus, você também tem que liberar", é isso. É um convênio que todos os 27 estados assinam com a Senasp. Então não existe um cargo, só que lá na Senasp, eu trabalhava na Diretoria de Educação, então eu trabalhava na parte que tinha meu chefe, que era o Dr. Pontes, que era um delegado da Polícia Federal, e eu trabalhava com a parte de todas as capacitações de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção.

**Eloisa:** Secretária Danielle, ainda sobre a sua passagem por Brasília, a senhora chegou a ter um contato mais próximo com o ministro da Justiça, Sérgio Moro?

**Delegada Danielle:** Então, meu contato com Moro foi assim: eu fiz mestrado na UFS, né? E em um dos cursos do mestrado eu fui para Curitiba, na Unicuritiba, universidade. E lá, a minha orientadora, uma das minhas orientadoras do mestrado, era coordenadora do curso de pós-graduação na Unicuritiba. E Sérgio Moro era professor lá, na época, e ela fez uma ponte entre nós. Então a gente teve um encontro em Curitiba, na época, rápido assim: "Essa aqui é Danielle, tal, tal". Nessa época, a lava jato já estava bem exposta. "Ela também trabalha em corrupção em Sergipe", foi assim que aconteceu. Bom, voltei, terminei meu mestrado. Quando terminou, quando a delegada Erika Marena, que era delegada do lava jato lá em Curitiba, teve aquela história que ela foi transferida para Santa Catarina, morreu o reitor, aquela

coisa toda. Aí ela veio transferida para Sergipe, que era o menor estado, enfim, uma superintendência bem inexpressiva no Brasil, né? E ela veio de castigo pra cá. Quando ela assumiu a superintendência aqui, eu não a conhecia. Óbvio, eu tenho contato com todos os delegados da Polícia Federal aqui, os delegados falavam muito bem de mim, né? "Olha, vamos conversar com Danielle, que ela tem um material bacana que pode ser passado pra gente das investigações, compartilhado", ou "Danielle tem uma informação sobre tal empresa assim, assim". Então, eu fui chamada algumas vezes na Polícia Federal, mesmo fora da DEOTAP, pra dizer o que é que eu poderia passar de algumas informações de investigações que passaram por mim, ou até investigações conjuntas. E aí, a gente teve contato, foi assim que a gente teve contato. Ela falou: "Nossa, você é muito conhecida aqui, as pessoas falam muito de você e tal, e tal", pronto. Quando chegou no final do ano, em dezembro (foi até no dia do meu aniversário, não me esqueço, 26 de dezembro, não me esqueço), eu tava na academia, na minha academia, e recebo a ligação de um número de fora, né? E era ela, "Oi, Danielle, tudo bem? É sua colega Erika", e eu "Erika? Tipo...?", "Erika Marena, da Polícia Federal", chega fiquei assim "Nossa!", aí ela "Você tem condições de dar um pulinho aqui, de amanhã vir aqui na Polícia Federal?". Eu estava de férias. Aí tá bom, eu fui. Me lembro de ter conversado com meu marido, "o que será? Será que aconteceu alguma coisa?". E fui sem saber absolutamente nada. Quando chegou lá, ela disse: "Olha, o juiz Sérgio Moro me convidou para atuar lá na DRCI, que é Departamento de Recuperação de Ativos, em Brasília, e eu aceitei o convite e pedi pra montar um time, e como eu tô aqui em Sergipe (ela já estava aqui há uns meses, não sei se ia fazer um ano) e as pessoas falam muito bem de você, que você é uma delegada da polícia civil, gostaria de prestigiá-la e convidar para trabalhar comigo". Eu falei "nossa", chega fiquei assim, né? Nunca esperava. Porque para mim, entenda, independente, sabe, Eloisa, mais uma vez, de ideologia. Para minha carreira policial era um boom, né? Eu trabalhar, imagine, muito próxima de uma das principais assessoras do Ministro, né? E aí eu fui conversar com ela, aí ela disse: "Olha, a gente vai tomar posse né, aí depois a gente convida você para ir lá". Beleza.

Aí depois eu fui em Brasília, ela me convidou. Aí, inicialmente, era pra eu trabalhar no Departamento de Recuperação de Ativos, que é o órgão que faz repatriação de valores de fora pro Brasil, Suíça, Ilhas Virgens, e eu ficaria nessa. "você fala inglês, fala espanhol, então assim, você poderia ser essa pessoa". Só que depois, a gente descobriu pela minha lei que eu não poderia assumir cargos que não fossem secretários, então, a solução jurídica era me mobilizar para lá. Ela disse: "Dani, então vamos fazer o seguinte: eu vou falar com ministro para ver se você fica na parte de capacitação das polícias. E aí, você monta um time de professores, né? E a gente roda os 27 Estados, capacitando os policiais civis, especialmente as que são menos estruturadas". Então foi isso, tinha contato com o ministro, viajei com ele algumas vezes, porque a gente levava ele para as aberturas dos eventos. Fiz, inclusive, a segurança dele em alguns eventos. Em Recife, eu me lembro que eu trabalhei junto com o pessoal da Polícia Federal, precursor, hotel, tinha manifestação, "Vão matar o

ministro", uns negócios assim meio cabulosos. E, eu trabalhei com isso assim também, e depois eu fiquei como coordenadora dos cursos. Então eu passava às vezes a semana inteira fora, nos Estados. E é isso. Ele era muito próximo da gente, ele almoçava com a gente lá no Ministério, agora assim, nunca tive uma aproximação íntima com ele, nós nunca jantamos juntos, almoçamos fora, não conheço a família dele, não havia uma intimidade, era uma questão bem profissional mesmo.

**Eloisa:** E sua decisão com relação ao Podemos, teve algum link com a questão do Ministério ou dele?

**Delegada Danielle:** Não, absolutamente, porque inclusive, ele veio depois de mim, muito depois. A questão do Podemos é que... aí, outra questão complexa. O que que aconteceu? Na eleição de 20, se dizia muito: "Não ganhou por causa de Alessandro", porque Alessandro ganhou a eleição daquela forma muito fenomenal e depois ele passou a ser muito atacado, porque, imaginavam que todos os policiais que tivessem entrado naquele cargo seriam bolsonaristas, seriam de direita, de extrema direita, e que essas pessoas ocupariam esses cargos para defender Bolsonaro. E assim, nem eu nem Alessandro nunca fomos assim. E, Alessandro passou a apanhar muito na direita sergipana, de setores mais..., e se dizia muito que Danielle, que respingou muito essa rejeição da população de Alessandro em mim. Então, foi uma decisão estratégica, mas combinada com Alessandro, "Olha, Alessandro, vamos fazer o seguinte, eu vou mudar de partido" - Ah, pronto, ainda tem outro detalhe, eu sofri demais, a campanha inteira, porque se dizia que Alessandro ia mandar em mim. Mas, gente, venha cá, Alessandro é delegado, eu sou delegada, eu trabalhei nove anos na DEOTAP, dos nove anos de DEOTAP, apenas em dois anos Alessandro foi meu chefe. Nesses outros anos todos, quem é que mandava em mim? Porque diziam que era Alessandro que mandava em mim, que Alessandro que mandava no meu mandato, que Alessandro que mandava nas coisas que eu fazia, que Alessandro isso, que Alessandro aquilo.

Então assim, era um incômodo o tempo inteiro eu ter que dizer que eu tinha vida própria. u tenho vida própria, existe vida fora de Alessandro, né? Aliás, repito aqui, pra você ter ideia, essa intimidade, eu tenho intimidade com vários delegados, mas eu nunca tive com Alessandro. Alessandro nunca esteve na minha casa, nunca estive na casa de Alessandro, me lembro de ter almoçado com Alessandro umas três vezes em Brasília, no Senado, e aqui em Aracaju, eu acho que a gente nunca saiu pra almoçar, eu nunca tomei um chop com Alessandro. Então, eu não tenho essa intimidade com Alessandro. É meu colega de profissão, pessoa que eu admiro demais, mas eu não tenho essa intimidade. E as pessoas diziam muito isso. Então, naquele momento, havia uma necessidade de partir para um partido pra dizer assim: "Olha,. pronto, eu sou presidente do partido, e agora? Vocês vão dizer Alessandro vai mandar aqui também?", foi isso. E por que o Podemos?

Porque era um partido que aqui tava meio solto. Eu não queria nenhum partido que fosse de extrema direita ou de extrema esquerda, não queria isso, porque o meu perfil não é esse, nenhum extremo, eu sou muito mais aqui no centro. Inclusive eu transito muito bem pra esquerda e pra direita, moderada, certo? Eu transito muito bem nesses dois públicos. Então, eu queria um partido que não fosse nesses extremos e que eu tivesse acesso aqui, né? E o Podemos era um partido que tava solto, foi assim que aconteceu. Então, um ano depois, veio Moro com esse movimento do Podemos para ser um candidato a presidente. Então, não teve nenhum arranhamento comigo, nada, absolutamente nada.

**Eloisa:** Danielle Garcia entra para a história como a primeira mulher a disputar a Prefeitura de Aracaju e ir ao 2º turno, porque antes a gente teve outras mulheres disputando, tornando-se uma liderança política do Estado. Como é que a senhora encara esse feito?

**Delegada Danielle:** Engraçado, isso não me comove, tipo, isso não me enaltece, não me enobrece, não sinto vaidade com isso, ao contrário, eu acho que a minha responsabilidade com isso aumenta. Eu disse muito isso depois da eleição, "Olha, a vitória eleitoral não foi nossa, mas eu tenho certeza que a vitória política foi minha nessa eleição". Mas ter essa vitória política me trouxe muitas responsabilidades, muitas outras responsabilidades. As pessoas hoje esperam alguma coisa de mim, né? Às vezes eu fico um pouco cansada da política, eu tô vindo de duas eleições onde eu fui muito bem votada, mas perdi as eleições, e perdi por quê? Eu sei porque eu perdi as eleições. É algo que tá fora do meu controle, a minha parte eu fiz, o meu esforço, a minha dedicação, ir pra rua, pedir voto porta a porta, eu faço isso, eu sou boa de rua. Mas assim, há algo em eleições que fogem ao meu controle. Então eu fico um pouco cansada, mas ao mesmo tempo como é que eu posso desistir hoje?

Porque entenda, Eloisa, a minha vida como Danielle, a mulher Danielle hoje, é extremamente realizada em todos os aspectos. Eu tenho uma filha maravilhosa, eu tenho um marido sensacional, a minha vida financeira toda equilibrada, minha mãe é uma parceira em tudo (meu pai é falecido), meus irmãos são queridos demais, moram fora do Brasil os dois, a gente tem super união. Então assim, eu sou super realizada na minha vida. Eu sou delegada de polícia, passei no concurso, eu tenho mestrado, eu tenho livro publicado, eu não sou um fake, Danielle não é uma invenção de ninguém. Eu construí a minha história. Mas a política é muito desgastante, porque você fala: "Poxa, até quando eu vou remar, remar, remar e vou morrer na maré mais uma vez?", enfim, acho que você me entende.

**Eloisa:** O resultado, né? Ganhar o mandato, que é também o que dá autonomia à mulher para atuar politicamente.

**Delegada Danielle:** Exatamente. Então assim, essa sua pergunta é isso, a resposta é: isso me traz mais peso do que conforto. Não, porque eu sei que eu tenho responsabilidade com tantas pessoas, que confiam em mim, que ainda confiam em

mim, que dizem "Você um dia ainda vai chegar lá, um dia você vai tá lá no mandato". Essa semana eu tava lá... quando foi, Clebinho, que eu tava na rua essa semana? Ontem...

**Clebinho:** Na clínica.

**Delegada Danielle:** Ah, na clínica, a gente foi receber ontem uns vouchers que foram doados pela clínica OMO, eu descii do meu carro, passou um táxi, a mulher botou a cabeça pra fora e gritou: "Minha prefeita", gritou assim. Isso acontece direto, só eu passar na rua alguém grita, fala comigo, eu percebo que as pessoas ainda têm uma esperança que eu vou chegar lá. Então, é muito desgastante, né?

**Eloisa:** E quais são, a senhora tá na Secretaria de políticas para as mulheres, quais são as pautas femininas trabalhadas hoje, e quais seriam as pautas femininas que são mais fundamentais, assim, para o Estado de Sergipe, por exemplo?

**Delegada Danielle:** Veja, ontem eu tava conversando com uma pessoa, uma pessoa do governo que tá em Recife num curso, né? Ele dizendo que: "Dani, você precisa, você tinha que participar desse evento, tudo aqui (era um evento de gestão e governança, certo?) E muito na questão do desenvolvimento dos Estados, e eles provaram por A+B uma coisa simples. Se investirmos na mulher, todos os estados que investiram na mulher tiveram crescimento expressivo do PIB". Isso é lógico, nós somos mais da metade da população. Aqui, Eloisa, nós somos mais da metade da população, mas nós somos, veja, nós somos um milhão e duzentas mil mulheres sergipanas, e nós somos oitocentas mil mulheres cadastradas no Cadúnico de situação de pobreza e extrema pobreza.

**Eloisa:** Quantas?

**Delegada Danielle:** Quase oitocentas mil mulheres. Das um milhão e duzentas, quase oitocentas mil mulheres, entende? Então assim, como é que a gente fala em desenvolvimento do Estado se... entendeu?

**Eloisa:** Primeiro precisamos cuidar da inclusão.

**Delegada Danielle:** Se essas mulheres não estão incluídas em nada, se elas não têm direito a nada, se elas vivem em situação de extrema pobreza muitas vezes. Então, assim, a questão é muito complicada ainda, a questão da violência, a gente tem trabalhado muito, muito, a questão do combate à violência e acho que a gente fecha esse ano, com fé em Deus, com números muito aquém dos anos anteriores. A gente massificou muitas as campanhas contra o assédio, contra a violência, denunciar. E, mas mais do que isso, tem que ir além, não é só conscientizar sobre a violência. Essas mulheres têm que ter oportunidade, elas precisam sair dessa linha da pobreza. Eu sempre falo assim: "Quem tem fome tem pressa" óbvio, como é que você chega

pra uma mãe e diz: "Olha, seu filho vai comer só daqui uma semana, espere", não é assim.

Então, os programas de transferência de renda são importantíssimos, são necessários, mas a gente tem que ir além, e o que a gente faz aqui no programa do Ser Mais Mulher, que é um programa de transferência para mulheres vítimas de violência, é que a gente tá pegando todas essas mulheres, incluindo em cursos e capacitações. Claro que a gente tem algumas que não querem, mas a gente procura cursos para mulheres alfabetizadas e não alfabetizadas, mulheres com 1º grau incompleto (nem se fala mais 1º grau, né?), ensino fundamental incompleto ou completo, enfim, para todos os níveis de escolaridade nós temos cursos à disposição delas. E a gente tem firmado muitas parcerias com empresas, pra que elas absorvam essa mão de obra, isso eu acho importante, pra mim é isso. Se a gente não conseguir voltar os olhos pras mulheres, pra inclusão da mulher, né? Na sociedade, como força produtiva mesmo. Eu acho que esse é o nosso grande objetivo. Claro que isso passa pela violência, porque a mulher violentada, vitimizada, ela realmente não tem forças pra absolutamente nada, mas a gente tem que trabalhar muito essa questão da inclusão produtiva.

**Eloisa:** Secretária nós estamos caminhando mesmo para o final, mas nós mulheres nos comunicamos bastante, não é?

**Delegada Danielle:** É, verdade.

**Eloisa:** A senhora se enxergava como parte de algum segmento do espectro político brasileiro ou sergipano? Essa pergunta é motivada por conta de sua passagem em cargos de comando na Polícia Civil, ou na Deotap. E, hoje em dia, a senhora se enxerga ou se identifica com algum espectro da política?

**Delegada Danielle:** Espectro ideológico?

**Eloisa:** É, porque a gente tem governadores, se pegarmos. A senhora falou que entrou aos 23 anos, então são vários governadores. Existiu maior identificação com um lado ou outro, principalmente pensando que ok, primeiro a senhora tava como delegada, mas depois, na atuação política, onde a senhora tá encaixada, ou estava encaixada quando entrou?

**Delegada Danielle:** Ai, meu Deus, pergunta difícil. Veja, eu consigo admirar, eu não consigo me identificar com um espectro fechado, uma caixinha, por isso que eu falo que pra mim o centro (pode parecer, tá em cima do muro, nem tá lá nem tá cá), mas assim, pra mim, João Alves foi um grande governador que trouxe desenvolvimento, e Marcelo Déda também foi um grande governador, porque talvez tenha trazido esse olhar mais para as discussões com a sociedade, né? Do que eles queriam, do orçamento participativo, discutir com as comunidades. Então assim, veja que eu consigo ter admiração por dois espectros ideológicos distintos: João Alves mais de

direita, e Marcelo Déda de esquerda. Então assim, eu acho que a gente tem, talvez isso seja uma dificuldade que eu tenho na política, né? Porque existem os nichos muitos fechados e eu não consigo me encaixar nesses nichos, sabe? Pra mim é uma caixinha, que eu fico me sentindo apertada, porque pra mim tem coisas boas aqui, tem coisas boas ali, tem coisas boas acolá. Eu só não me encaixo nos extremos, porque nenhum extremo pra mim é legal, nenhum. Extrema direita, extrema esquerda, isso aí pra mim não.

**Eloisa:** Vai me ajudar muito a entender, é o seguinte: é porque, o cenário no qual a senhora entra na política é um cenário de grande polarização, e a minha contextualização vai de 2013 até 2023. Num vídeo da sua pré-campanha de 2020, a senhora se diz uma mulher de direita, aí o que eu quero saber é o seguinte: algo mudou na sua forma de enxergar o mundo? Ou aquele processo de 2020 pedia o posicionamento num lado ou no outro?

**Delegada Danielle:** Não, eu acho que assim, não é que pedia. Meu pai era empresário, faliu, minha mãe também era comerciante, professora da rede pública, eu acho que eu sempre me identifiquei mais (agora só que pra mim, hoje, pra mim dizer de direita, pesa), mas eu sempre me identifiquei mais com a questão do desenvolvimento, de trazer o desenvolvimento. Por exemplo, me incomodava muito na eleição de 20, ir na periferia, gente, no Santa Maria, quantas vezes eu conversei com pessoal: "Gente, vejam, aqui vocês têm duas cooperativas de reciclagem, já pensou se a gente trazer uma indústria pra cá e beneficiar esse reciclados, transformar isso em camisa, em toalha, e tal, empregar várias pessoas". - "Não, mas a gente recebe bolsa família". Então assim, isso me incomodava, parece que a sociedade brasileira se acomodou a receber auxílio do Brasil, dos governos, entendeu? Então, eu sempre tive mais esse viés de, acho que a gente tem que trabalhar, que todo mundo tem que ter uma qualificação. Agora, óbvio, a gente tem pontos de partida muito distintos ainda, né? Então, eu não tenho como chegar na periferia e dizer: "Olha, isso aqui é questão de mérito, é meritocracia, como é que eu vou dizer que um aluno do Santa Maria tem a mesma questão de meritocracia que um alunos da rede particular? Eles estão em pontos de partida distintos.

Então assim, a maturidade política faz a gente enxergar que existem coisas boas em todos os lados. Então, eu acho que eu inicio muito com essa questão mais da direita (não da extrema direita, pelo amor de Deus, mas da centro direita), por conta de ver meus pais sempre nessa perspectiva da área empresarial, de serem empresários, de mobilizarem. Então, assim, isso é uma coisa que vem da minha infância, do meu passado, da minha infância. Depois, a gente vai vendo que hoje o Brasil não dá pra você ser só de esquerda ou só de direita, é a visão que eu tenho. Então assim, vamos trabalhar só com programas sociais? Tá, mas como é que fica o desenvolvimento do país? A gente vai passar a vida inteira com programa social de transferência de renda? E depois disso? Não tem que chegar o momento que tem que ter um limite? Não tem nenhuma transição? Começa aqui, aqui você dá um tempo, e a gente vai subindo, entendeu?

**Eloisa:** E no segundo turno do processo eleitoral para presidente do ano passado, a senhora esteve com quem?

**Delegada Danielle:** Olhe, eu não, eu votei em Simone Tebet, no primeiro turno. Eu tenho dificuldade de votar em Lula. Por que eu tenho dificuldade de votar em Lula? Porque eu já votei em Lula, já votei em Lula, já votei em Dilma, que era mulher. E eu tenho dificuldade de votar em Lula porque eu conheci nuances da lava jato, dos processos, dos inquéritos, dos laudos, que me faziam moralmente não... desacreditar daquela pessoa, e aí cheguei a votar em Bolsonaro. "Ah, votou em Bolsonaro porque você é do movimento de direita?". Não, pra mim, Bolsonaro é um idiota completo e absoluto, um pulha. Mas que em algum momento no Brasil a gente precisava dessa disrupção, a gente precisava dar uma sacolejada, eu até falava assim: "Gente, que coisa terrível", no primeiro turno agora, eu votei em Simone Tebet, e dizia assim: "Poxa, é uma pena que o Brasil tenha tanto esticado a corda pra cá, agora a gente vai ter que esticar a corda pra lá, tanto pra lá, pra depois a gente chegar num consenso". Essa é a minha visão de futuro. Quem você gostaria de ver presidente? Acho que nem lá nem cá, tinha que ser uma coisa mais centrada, sabe? Menos maluca. É isso.

**Eloisa:** Eu lhe agradeço, secretária.

**Delegada Danielle:** Depois eu quero um feedback seu, hein?!